

# cadernos BAD

2015  
1

ISSN 0007-9421



9 770007 942009 >



associação portuguesa de  
bibliotecários, arquivistas e documentalistas

# Sumário

## **Editorial**

Nota de abertura	1
<i>Alexandra Lourenço</i>	
Editorial	5
<i>José António Calixto</i>	

## **Artigos**

Profissionais de Informação–Documentação a caminho da invisibilidade: uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado	7
<i>Paulo J. S. Barata, Paula Ochôa</i>	
Auto-imagem e estereótipo do bibliotecário: um estudo centrado nos profissionais de bibliotecas públicas Portuguesas	23
<i>Sílvia Isabel Pinto Cardoso, Manuela Barreto Nunes</i>	
Fundamentos do código de ética do profissional da informação: o estado da questão	45
<i>Osório Miguel Santos</i>	
Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto: um projeto colaborativo de sucesso.	57
<i>André Miguel Alves Pinto, Inês Sofia Teixeira Baptista, António José Peixoto Cerqueira, Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto</i>	
Produção científica portuguesa em ergonomia: uma análise baseada em dados da Web of Science	71
<i>Helena Sofia Coelho</i>	
Estratégias de preservação digital para documentos arquivísticos: uma breve reflexão	87
<i>Henrique Machado dos Santos, Daniel Flores</i>	

## **Artigo solicitado**

Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação : em busca da clarificação possível...	103
<i>Armando Malheiro da Silva</i>	

## **Ensaio, estudos e projetos**

O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais	125
<i>Juliete Susann Ferreira de Souza Ju, Oswaldo Francisco de Almeida Junior Oswaldo</i>	
Avaliar o impacto da formação nas bibliotecas académicas: Análise dos dados de um programa de formação de docentes e investigadores	139
<i>Jorge Revez</i>	
“Projeto Acessibilidades” em 15 Bibliotecas Municipais de Lisboa: principais conclusões	163
<i>Ana Novo</i>	
Hemeroteca Municipal de Lisboa	177
<i>João Carlos Salvador da Silva de Oliveira, Álvaro Costa de Matos</i>	
O Arquivo Fotográfico Digital do Partido Social Democrata	201
<i>Paulo Batista</i>	

## **Leituras**

The future of scholarly communication	217
<i>Tatiana Sanches</i>	
Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513–2013)	223
<i>Paulo J. S. Barata</i>	



---

## Nota de abertura

---

Alexandra Lourenço

Presidente da BAD

[presidente@bad.pt](mailto:presidente@bad.pt)

A revista *Cadernos BAD – Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* – apresenta aos leitores o seu primeiro número de 2015. O lançamento do presente número ocorre em plena campanha eleitoral. Os partidos políticos apresentam os seus programas e manifestam as suas intenções para a próxima legislatura. Encontram-se mais disponíveis para o diálogo. A BAD elegeu como tema, para este momento, o acesso à informação

Compete-nos, enquanto Associação Profissional, promover e defender o acesso à informação, como direito constitucional, inalienável, base para uma cidadania ativa.

No atual contexto, não parece suficiente que o direito de acesso à informação esteja reconhecido na Constituição da República Portuguesa, no Código do Procedimento Administrativo ou na Lei de Acesso e Reutilização dos Documentos Administrativos ou seja promovido pelos organismos internacionais representativos do setor, em documentos como a *Universal Declaration on Archives*, 2010, ou os *Principles of Access to Archives*, 2013, ou a Declaração de Lyon, 2014.

O baixo nível de literacia e de espírito de participação constitui um forte obstáculo ao envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos e na utilização da informação pública para o controlo (accountability) e responsabilização da Administração. Com o que se conjuga, por diversas vezes, a falta de clareza no registo dos atos, conduzindo a que o conteúdo desses atos não seja alcançado pelo cidadão. Não por falta de publicação, mas pela linguagem excessivamente técnica adotada pelo administrador, o que, na prática, impossibilita o acesso à informação veiculada e dificulta o escrutínio por parte da opinião pública.

O papel dos profissionais de informação, enquanto mediadores e curadores da informação, é indispensável para a instituição de mecanismos de participação dos cidadãos, para a promoção da cidadania ativa e para a melhoria da comunicação pública.

Para tal, afirmam-se como profissionais qualificados e competentes, conhecedores do contexto de mudança tecnológica e organizacional, que abre portas à integração de novos saberes, garantia de sustentabilidade e futuro.

Todavia, falta reconhecimento sobre a relevância e a imprescindibilidade dos profissionais de informação para alcançar este desiderato, por parte da sociedade, dos políticos, do governo e das administrações; manifestando-se na inexistência de uma visão estratégica integrando as várias componentes da governança da informação, no contínuo desinvestimento nestas áreas e na ausência de disposições legais com os requisitos mínimos obrigatórios para a boa gestão informacional.

As associações profissionais têm a responsabilidade de invocar a Administração para a necessidade de criar condições para um melhor acesso, de prevenir o cidadão para as vantagens do acesso à informação, de promover o desenvolvimento e a disseminação de boas práticas profissionais, de alertar para incumprimentos e infrações (dos profissionais e da Administração).

Assim a BAD a par dos tradicionais eixos de atuação, que integram, entre outros, a qualificação dos profissionais, a difusão de boas práticas, a transmissão de conhecimento, têm-se pautado por uma ativa intervenção político-social, manifesta na:

- Participação nas audições promovidas pelos partidos políticos para a construção dos seus programas eleitorais, informando sobre as necessidades, desafios e mais-valias desta área.
- Organização de um debate com os representantes dos partidos políticos concorrentes às próximas eleições legislativas sobre as políticas para o sector da informação e documentação.
- Comunicação com o grande público, informando sobre o que fazemos e sobre a nossa relevância para a sociedade, através da participação no programa Sociedade Civil, na RTP2, dedicado ao “Dia internacional dos Arquivos”.
- Participação em ações em defesa de uma política alternativa para a cultura manifestando-se no desfile “Cultura em Luta”, juntando-se a outras estruturas associativas e profissionais, nas áreas da criação e produção artística, da conservação e gestão do património histórico e arqueológico, do associativismo cultural.
- Apelo, por email, a todos os Eurodeputados portugueses para votarem SIM ao “Relatório da implementação da Diretiva 2001/29/EC do Parlamento Europeu e da Resolução do Conselho Europeu de 22 de maio de 2001 sobre a harmonização de

alguns aspectos dos direitos de autor e direitos conexos na Sociedade de Informação (2014/2256(INI)". Este relatório representa um ponto de viragem na discussão sobre direito de autor no contexto europeu e sugere, entre outras coisas, a criação de novas exceções à lei de direito de autor, tais como, permitir às bibliotecas e arquivos uma digitalização eficiente das suas coleções e permitir o empréstimo de ebooks através da Internet.

- Subscrição de tomadas de posição nacionais (como o Manifesto em Defesa da Cultura" e do comunicado "Cultura em Luta") e internacionais (como a Declaração internacional contra política da Elsevier que dificulta o livre acesso e a partilha de conhecimento).
- Organização de ações de discussão e de advocacia pelos arquivos e biblioteca e de discussão, com destaque para:
  - Mesa redonda: Redefinir fronteiras / afirmar identidade: desafios dos profissionais da informação (Lisboa).
  - Encontro Bibliotecas públicas: que futuro? (Coimbra)
  - Debate "O gestor da informação – que perfil?", em Jornada "Gestão de Informação: interação entre arquivistas e informáticos" (Torres Novas).
- Participação em ações que possam contribuir para a afirmação e dignificação social da profissão e para o reconhecimento e visibilidade da Associação numa comunidade mais alargada, com destaque para:
  - Comunicação "O Código de Ética dos profissionais de informação e arquivos, parte essencial de uma participação responsável e respeitadora dos direitos dos cidadãos", em seminário "Os arquivos e a qualidade da democracia. Lugar da cultura: modelos e desafios", Centro Cultural de Belém (Lisboa).
  - Comunicação "Advocacy pelos serviços de informação: superar situações adversas, construir novos caminhos", em IX Encontro CTDI: Resiliência organizacional: o poder da informação, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Instituto Politécnico do Porto.
  - Comunicação "Relevância de uma associação profissional na defesa do acesso à informação", Encontro de Arquivos da Administração Pública, (Lisboa).
- Publicitação das iniciativas e celebrações que os profissionais levem a cabo, dando notícia do seu dinamismo e atuação.

Apelamos igualmente à sua participação numa campanha ativa pela promoção do direito à informação.



## Editorial

José António Calixto

Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, vogal editorial da BAD

[jacalixto2000@gmail.com](mailto:jacalixto2000@gmail.com)

### 1

Este número dos «Cadernos BAD» (2015, N.º 1), surge num contexto, aliás já prolongado no tempo, de crescentes incertezas e indefinições em muitos aspetos da vida e da sociedade contemporâneas. «Crise» parece ser a palavra-chave sintetizadora de muitas perspetivas oriundas dos mais diversos sectores socioprofissionais que se deparam com dificuldades crescentes em enfrentar as ameaças e desafios que pairam sobre as suas profissões em mudança permanente. Bibliotecários, arquivistas, museólogos, mas também jornalistas, professores e mesmo os profissionais da saúde, entre outros, sofrem de uma certa angústia e uma necessidade frequente de afirmarem o valor e significado ou mesmo simplesmente a necessidade da sua existência.

As promessas da sociedade da informação de um mundo mais próspero, mais livre e mais democrático esbarram a cada dia com os paradoxos de uma competitividade crescente: perante mais possibilidades de criação de riqueza, assiste-se pelo contrário ao aumento da pobreza, do desemprego e das desigualdades. As perspetivas de uma União Europeia solidária e fraterna, integradora e coesa, parecem estilhaçadas pela competição desenfreada e por uma necessidade crescente de erguer barreiras e construir muros.

As transformações tecnológicas e sociais, sobretudo as das últimas duas décadas, desafiam os profissionais da informação para se manterem atualizados tecnologicamente e ao mesmo tempo cumprirem as cada vez mais exigentes funções sociais, de redistribuição democrática da informação e do conhecimento e de garantia do livre acesso à informação, e do respeito pelos direitos e liberdades individuais.

Naturalmente estes desafios acabam por emergir nos “Cadernos BAD”, enquanto publicação aberta à participação de todos, independentemente da sua área e de trabalho específica. E isso acaba por se refletir num número de textos que abordam e interpelam os profissionais e as profissões e mesmo o próprio campo científico que lhes é subjacente.

Pelo menos quatro dos artigos agora publicados podem ser enquadrados nesta perspetiva de reflexão sobre as profissões. Eles são um claro sintoma das tendências em que evoluem as profissões da informação e documentação, e podem ser excelentes oportunidades de reflexão e discussão.

Constata-se uma crescente retração do número de profissionais desta área em cargos dirigentes na Administração Pública acompanhada pela aparentemente inesperada diminuição de exigências do mercado de trabalho em termos de educação.

Um baixo reconhecimento social entre os profissionais das bibliotecas públicas, contrasta até certo ponto com uma imagem razoavelmente atualizada e que se afasta de estereótipos tradicionais.

Apesar da crise, ou talvez mesmo por causa dela, a reafirmação dos princípios e valores éticos fundamentais das profissões pode dar importantes contributos para a melhoria da imagem dos profissionais bem como da sua valorização nas hierarquias das organizações.

A recolha e análise de dados em atualização permanente sobre a área profissional pode dar contributos decisivos para melhor entender a evolução das profissões e das competências que lhes são requeridas e é um sinal evidente da sua evolução e amadurecimento. O alargamento do trabalho testemunhado nestas páginas para um âmbito nacional poderia acrescentar validade e mais significado ao importante trabalho já realizado.

## 2

A Comissão Editorial da BAD tem desenvolvido um esforço permanente e na verdade nunca concluído no sentido assegurar a crescente qualidade dos “Cadernos BAD”. O resultado de muito deste trabalho não é imediatamente visível a não ser talvez para os autores, mas pode ser facilmente acedido através da leitura dos documentos disponibilizados na própria publicação, especialmente no separador “SOBRE”, acessível em <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/about>.

Em poucas palavras, as políticas editoriais da revista têm vindo a ser clarificadas e aperfeiçoadas, com a criação de instrumentos que ajudem os autores a melhorar e a submeter os seus textos de acordo com elevados padrões de qualidade. Um exemplo muito evidente disto é a adoção generalizada da revisão cega por pares em praticamente todas as seções. O número de revisores tem vindo a subir lenta mas seguramente, e com o alargamento a revisores estrangeiros, o que contribui para a internacionalização da revista. O caminho só pode ser o da afirmação dos “Cadernos BAD” como publicação de referência na área das Ciências da Informação e Documentação no espaço dos falantes da língua portuguesa.

## **Profissionais de Informação–Documentação a caminho da invisibilidade: uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado**

---

**Paulo J. S. Barata**

Biblioteca Nacional de Portugal

[paulobarata2009@gmail.com](mailto:paulobarata2009@gmail.com)

**Paula Ochôa**

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;

CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar

[poc.paula@gmail.com](mailto:poc.paula@gmail.com)

### **Resumo**

Este texto procura descrever as principais tendências, problemas e desafios que se colocam ao grupo profissional de Informação–Documentação no quadro do sistema de Informação–Documentação nacional. A procura de competências no mercado de trabalho, a oferta disponível de competências, a oferta educativa e de formação profissional e a transferibilidade de competências intersectorais, as estratégias europeias na área da sociedade da informação têm originado mudanças nos perfis profissionais existentes, verificando-se um crescimento de perfis transversais. A análise do recrutamento para cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado (2012–2014) apresenta evidências da coexistência de novos perfis: perfis de confluência, integrando as variantes de biblioteca/documentação e arquivo; perfis híbridos, integrando arquivo e biblioteca/documentação com relações públicas, edição, comunicação e informação, sistemas de informação/informática e relações internacionais, em situação de paridade; e perfis aglutinadores, em que as áreas de arquivo e biblioteca/documentação se diluem noutras, perdendo visibilidade e



autonomia. O sector de ocupação profissional encontra-se numa fase de clara retração, com o aumento do número de fusões organizacionais e a diminuição do nível de educação exigido pelo mercado de trabalho, registando-se a ausência crescente de menção à especialização em Ciências Documentais/Ciência da Informação, pilar da empregabilidade e da qualidade do desempenho de várias gerações de profissionais.

**Palavras-chave:** Profissão Informação-documentação, perfis de competências, análise de evidências, recrutamento, Administração Pública Central.

## **Information–Documentation professionals on the path to invisibility: review and analysis of intermediate positions of leadership in the Central Administration**

### **Abstract**

This paper seeks to describe the key trends, issues and challenges faced by the professional group of Information–Documentation under national Information–Documentation system. The demand for skills in the labour market, the available supply of skills, educational and vocational training provision and the transferability of skills inter-sectors, and European strategies in the area of information society have originated changes in the existing professional profiles, checking a growth of cross sections. The study analysis of the recruitment for positions of intermediate leadership in Central Administration (2012–2014) presents evidences of the coexistence of new profiles: profiles of confluence, integrating variants of library/documentation and archive; hybrid profiles, integrating archive and library/documentation with public relations, publishing, communication and information, information/computer science and international relations systems; and binders profiles in the areas of archive and library/documentation dilute in others profiles, losing visibility and autonomy. This sector of occupation lies in a clear retraction phase, with the increase of organizational mergers and the decrease of the education level required by the job market, registering the growing absence of mention of specialization in Documentation–Information Science, pillar of employability and performance quality of several generations of professionals.

**Key-words:** Information–Documentation profession, skills profiles, evidence analysis, recruitment, Central Administration.

### **Introdução**

As últimas décadas demonstraram uma evolução quer dos perfis profissionais, centrada na profissionalização e especialização dos agentes (bibliotecários e arquivistas), quer no desenvolvimento do sistema (instituições, públicos), tendo vindo recentemente a assistir-se a uma viragem, ou mesmo a um retrocesso, na procura de profissionais qualificados para a liderança dos sectores de Informação–Documentação (ID). Esta

diminuição parece radicar-se na crise da dívida soberana que levou a severas restrições orçamentais e, por via das agregações funcionais, a uma significativa redução de cargos dirigentes<sup>1</sup>, mas reflete igualmente um novo olhar da Administração Pública sobre o sector, o qual não foi ainda objeto de investigação. O ponto de partida desta reflexão foram os estudos sobre o campo profissional realizados no âmbito da nossa colaboração, primeiro com o Observatório da Profissão de Informação-Documentação<sup>2</sup> (2004-2007) e depois com o renovado Observatório das Profissões de Informação-Documentação (eOP-ID) (2014), nos quais, de entre a multiplicidade dos objetos de estudo, se acompanhou e analisou o exercício profissional e as mudanças recentes no mercado de trabalho, designadamente os perfis requeridos para as posições de chefia nas áreas de Informação-Documentação.

Este texto procura, assim, descrever as principais tendências, bem como os problemas e desafios mais relevantes que se colocam a este grupo profissional no quadro do sistema de Informação-Documentação nacional.

## As tendências

No que se refere à área da Informação-Documentação, o debate em torno dos referenciais de competências tem ocorrido com maior frequência desde o projeto de criação do Referencial Europeu de Competências (1998-1999). No caso português, constitui a base dos cursos de 2.º ciclo nas universidades<sup>3</sup> e dos cursos profissionalizantes, tendo a sua implementação protagonizado uma importante mudança curricular<sup>4</sup>. Outras dimensões de análise da profissão têm sido os estudos prospetivos<sup>5</sup>, tanto sobre a evolução das competências-chave, como sobre a evolução da missão dos serviços de informação face aos ritmos de desenvolvimento informacional e social.

Num quadro analítico mais alargado, é de salientar a necessidade de acompanhar as estratégias europeias na área da sociedade da informação e da cultura, usando a Agenda Digital (2010-2020) e a Agenda da Cultura<sup>6</sup> como base de discussão das principais tendências de emprego ligadas à *transversalidade da informação/conteúdos* na economia, com o correspondente crescimento das indústrias culturais e criativas, bem como os estudos europeus de meta-análise para discutir as necessidades de competências sectoriais e a sua transferibilidade intersectorios.

A iniciativa de desenvolver uma classificação das competências, qualificações e ocupações (ESCO), por parte da Comissão Europeia, encontra justificação na indefinição de fronteiras profissionais e na mudança de foco das competências individuais para os perfis de competências:

«Nowadays the boundaries between occupational categories are increasingly blurred and they are less standardised and homogeneous than in the past. The skills needed for a specific job differ tremendously even within one occupation. The same occupation often relates to jobs that differ by work environment, size of the workplace, tools and materials used and end product. That is why ESCO focuses on categorising individual skills and competences. The goal is to understand the individual skill sets of each person and the skills required in each job. Online job portals can then find the jobs that best match a jobseeker's individual skill set. When a perfect skills match is not reached, ESCO will help jobseekers to understand which skills they are missing, encouraging them to pursue further education and training

opportunities. The education and training systems are also changing to a skills-centred approach. Instead of describing qualifications with input factors (e.g. the time spent on learning), they now focus on the knowledge, skills and competences learners obtain. This is reflected in the European Qualifications Framework (EQF). Education and training institutions will have the possibility to describe the output of their qualifications with the skills terminology provided by ESCO. As a consequence, qualifications will become more transparent and it will be easier for education providers to receive feedback from the labour market and adapt their programmes accordingly» (European Commission, 2012, p. 2–3).

A análise de tendências no mercado de trabalho constitui um precioso instrumento em áreas como a procura de competências no mercado de trabalho, a oferta disponível de competências, a oferta educativa e de formação profissional<sup>7</sup>. Os motores da mudança identificados por estudos do Cedefop (2012) incidem em nove aspetos:

1. Mudanças económicas e limitações no financiamento público.
2. Pressões na oferta e na procura de competências no mercado de trabalho.
3. Reestruturação das organizações.
4. Desenvolvimento tecnológico.
5. Mudanças nos sistemas de formação e educação.
6. Pressões para a inovação e elevado desempenho organizacional.
7. Eficácia/ineficácia das políticas.
8. Eficácia do funcionamento em rede dos sectores da educação e formação, do mundo empresarial e dos serviços públicos.
9. Mudança demográfica.

As tendências para a procura de competências até 2020 realçam o aumento da necessidade de pessoas com elevadas qualificações e uma mudança nos perfis profissionais existentes, verificando-se um crescimento de perfis transversais, mas simultaneamente especializados, bem como novas competências técnicas e de gestão.

As tendências no que se refere à oferta apontam ainda para uma área pouco desenvolvida em Portugal – a das tendências laborais por *cohorts* – salientando a importância da geração com mais de 55 anos que será, em 2020, mais qualificada, o que originará novos impactos na participação no mercado laboral. Outra tendência, a da transferibilidade de competências intersectorais (Balcar 2011), potencia a flexibilidade, aumentando a mobilidade e a combinação de competências genéricas.

Para a OCDE (2013), a estratégia de competências<sup>8</sup> é uma prioridade global que deve ter por base o estudo das necessidades e o uso de competências, principais desafios para determinar a produtividade e o potencial de crescimento de cada país:

«As competências transformaram-se na moeda global do século 21. Sem investimento adequado em competências, as pessoas permanecem à margem da sociedade, o progresso tecnológico não se traduz em crescimento económico e os países não podem competir numa sociedade mundial que se baseia cada vez mais no conhecimento. Mas essa “moeda” perde valor à medida que evoluem as exigências dos mercados de trabalho e as pessoas perdem as competências que não utilizam» (p. 10).

O desenvolvimento de políticas de competências constitui o passo seguinte, avaliando o impacto dos cenários institucionais e informais, fomentando uma abordagem

coordenada, envolvendo todas as partes interessadas no planeamento estratégico, permitindo detetar as escolhas conflitantes existentes e cobrindo os desafios emergentes e cíclicos. Para serem bem-sucedidas, estas políticas precisam de garantir que as competências disponíveis são efetivamente utilizadas de modo a não desperdiçar o investimento. Ainda do ponto de vista das competências utilizadas, alguns indicadores a desenvolver dizem respeito à participação no emprego por nível educacional e por ocupação ou atividade de trabalho, o que visa maximizar os benefícios dos dispendiosos investimentos em educação e formação e determinar a proporção de trabalhadores superqualificados ou subqualificados e a proporção de trabalhadores qualificados a trabalhar no sector.

Assim, elencam-se algumas das questões-chave (Rodrigues 2007) que nos podem permitir acompanhar as tendências e para as quais devemos procurar resposta:

1. É expectável que a procura de pessoas qualificadas na área da Informação Documentação aumente no período 2014–2020?
2. É expectável que as competências requeridas se mantenham estáveis entre 2014–2020?
3. As funções que os profissionais ocupam valorizam a especialização ou a convergência de sectores?
4. A taxa de empregabilidade é elevada?
5. O sector de ocupação encontra-se numa fase de crescimento ou de retração?
6. Qual o nível de educação exigido pelo mercado de trabalho?

A importância crescente das competências reflete-se nos debates internacionais do sector, sendo convergentes entre os estudos multisectoriais e os estudos europeus para a Informação-Documentação as seguintes áreas e competências:

Área	Conhecimento e competências
Gestão da informação	Legislação, e-competências, tecnologia
Competências sociais	Trabalho de equipa, comunicação, trabalho em rede, línguas, interculturalidade.
Resolução de problemas	Competências analíticas, interdisciplinaridade, iniciativa, criatividade.
Gestão	Planeamento, estratégia, gestão da mudança, gestão da qualidade.
Empreendedorismo	Desenvolvimento de modelos de negócio <i>marketing</i> , análise de tendências.

## O corpus

Através da pesquisa booleana no *Diário da República Eletrónico* dos despachos de nomeação dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e de 2.º graus para organismos da Administração Central do Estado, publicados entre 1 de janeiro de 2012 e 15 de março de 2014, período que corresponde à vigência efetiva de PRACE e PREMAC, identificámos 61 lugares que potencialmente integram a área BAD.

Destes, só em 21,31% (13) dos casos os nomeados detêm qualificações BAD, em 59% (36) casos não detêm e em 19,67% (12) não obtivemos informação inequivocamente esclarecedora ou sobre a integração da área de Informação–Documentação no lugar a concurso ou sobre o currículo do nomeado.

Genericamente parece poder concluir-se que:

- 1.º Decorrente dos processos de emagrecimento de estrutura ao nível da Administração Central do Estado resultantes do PRACE e do PREMAC, a área da Informação–Documentação foi/está a ser agregada com outras, designadamente com a área da Comunicação, da Edição, das Relações Públicas, das Relações Internacionais e mesmo dos Sistemas de Informação;
- 2.º Nesse processo de agregação e pelo menos no que se refere às lideranças parece haver uma área que domina ou acultura e outra que é dominada ou aculturada;
- 3.º A área de Informação–Documentação, e por consequência os seus profissionais, parece estar a ser dominada ou aculturada, ou seja, a perder valor e influência face à(s) área(s) com que é agregada, o que em parte se pode ficar a dever senão à perda de valor das competências de base da profissão, pelo menos a perda da sua exclusividade ou monopólio, resultante da divulgação maciça de documentação na Web e dos poderosos motores de pesquisa que permitem localizá-la.

Através deste levantamento, é possível constatar ainda a existência, decorrente do processo de fusão, de três tipos de perfis funcionais de cargos:

- **Perfis de confluência**, que integram as duas variantes (biblioteca/documentação e arquivo), o que permite uma gestão integrada/convergente de recursos e equipamentos;
- **Perfis híbridos**, que integram arquivo e biblioteca/documentação com relações públicas, edição, comunicação e informação, ou mesmo sistemas de informação/informática e relações internacionais, em situação de paridade;
- **Perfis aglutinadores**, em que as áreas de arquivo e biblioteca/documentação se diluem noutras, perdendo visibilidade e autonomia.

Se analisarmos as tendências recentes nas duas grandes reformas da Administração Pública Central, PRACE (2006) e PREMAC (2011), verificamos que no primeiro caso se apostou na especialização e no desenvolvimento de perfis profissionais especializados na área das bibliotecas e arquivo, no seguimento das orientações seguidas nos anos 90 no que se refere à criação da carreira e à importância da profissão para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal<sup>9</sup>, enquanto no segundo se diluiu a importância da especialização, abrindo-se caminho a várias tipologias de cargos, para os quais nem sempre são exigidas competências. Os cargos são na sua grande maioria ocupados por pessoas com

qualificações das restantes áreas funcionais do lugar a concurso, tais como Comunicação, *Marketing*, e outras. Há igualmente muitos casos de pessoas sem qualificações de base mas com experiência e currículo em pelo menos uma das áreas funcionais, e há mesmo casos de pessoas sem quaisquer qualificações de base ou currículo em nenhuma das áreas funcionais.

Aliás, os procedimentos concursais para cargos de direção intermédia parecem, na sua esmagadora maioria, confirmar uma excessiva especificidade dos perfis de recrutamento, o que contraria a tendência agregadora dos perfis dos cargos. O afunilamento dos perfis de recrutamento – que no caso dos dirigentes superiores atinge mais de 50% dos casos, como já foi publicamente reconhecido<sup>10</sup>, mas que no caso dos dirigentes intermédios é seguramente muito maior – configura uma formatação à medida de quem já ocupa os cargos, o que se traduz num enviesamento da própria figura do concurso – no caso sob a forma de procedimento concursal –, sendo claramente limitativo da escolha dos melhores. Quer por via da habilitação de base, ao restringir o acesso à titularidade de uma licenciatura específica ou de uma das licenciaturas, mais formação complementar (quando aplicável), das áreas que integram o cargo a concurso; quer por via da experiência cumulativa numa miríade de áreas ou funções, muitas vezes mesmo tarefas; quer ainda por via da experiência específica no lugar a concurso, os organismos conseguem frequentemente configurar o procedimento concursal ao perfil de uma ou de muito poucas pessoas.

Não raras vezes, aliás, de forma prévia ao procedimento concursal, os nomeados são designados em regime de substituição, de modo a adquirir experiência no lugar a prover, com isso ganhando vantagem sobre os putativos opositores. Além destas limitações *ab origine*, a existência, no elenco do júri, de dois elementos exteriores ao organismo – um dirigente e um especialista externos da área a concurso, previstos pelo legislador<sup>11</sup> para servirem de contrapeso às tendências centrípetas dos organismos – não se tem revelado garante suficiente de independência. A liderança do júri cabe a um dos titulares de cargo de direção superior do próprio serviço e os restantes membros são estranhos ao organismo e num dos casos também estranho à Administração Pública Central. O local da realização da avaliação – sempre as instalações do organismo que recruta – não é, aliás, despidendo. Os membros da Administração Pública Central encontram-se em maioria (2), pertencem à mesma *família alargada* e ambos sabem qual é o comportamento expectável naquele contexto, o elemento externo à Administração é o terceiro vértice do triângulo, sabe que está em minoria e sabe que, mesmo que o deseje, dificilmente conseguirá valimento para opções diferentes. Tudo isto tem como pano de fundo a ideia não escrita mas consensualizada, vinda do universo empresarial, de que cada organismo pode (deve) escolher as pessoas com quem quer trabalhar. É, pois, sob estas premissas, que todos desempenham o papel que lhes cabe.

A maior parte dos procedimentos concursais para cargos de direção intermédia são atualmente meros simulacros de concurso. São, na realidade, escolhas dos dirigentes superiores certificadas por este mecanismo legal, o que tem sido agravado pela inexistência de uma estrutura central de escolha – como a CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) para os cargos de direção superior – ou pelo menos de supervisão que assegure alguma equidade, isenção e rigor no processo de recrutamento e seleção.

Por contraponto, registre-se que os cargos de direção superior das instituições de cúpula do sistema, que asseguram funções normativas e/ou de gestão, têm vindo a ser sucessivamente ocupados por profissionais de Informação–Documentação. O facto de ser legalmente exigido um procedimento concursal poderá também ter contribuído para isto, por se assumir como fator dissuasor para outros grupos profissionais. Quem admite sujeitar-se a concurso demonstra, desde logo, uma manifestação de querer, de vontade, e sentido de risco, e já não apenas mera aceitação de uma espécie de prémio de carreira e/ou de prémio de fidelidade para clientelas políticas, mais expressas ou mais difusas, como poderia acontecer com a simples nomeação/designação por convite. Esta nova realidade parece, em tese, poder trazer, em relação à situação anterior, um maior grau de comprometimento e dinamismo à gestão destes organismos.

Importa ainda refletir, neste momento mais até para os cargos de direção intermédia do que para os cargos de direção superior, sobre as razões do retrocesso verificado no que se refere à clareza e ao rigor dos métodos de seleção, analisando até que ponto as práticas que se têm vindo a consolidar podem estar contaminadas pelo chamado sistema de patronagem, mecanismo de controlo *ex ante* que pondera, no processo de seleção e nomeação de dirigentes, critérios de competência e de mérito – cruciais para a capacidade de resolução de problema – e confiança política – não necessariamente partidária – indispensável para tornar mais eficaz a relação entre governos partidários e dirigentes da administração pública (cfr. Silva, 2103, p. 409), e de que modo – a confirmar-se – isto se constitui como antinómico ou pelo menos limitador de uma verdadeira profissionalização da Administração Pública, quando é sabido que «tal como os seus congéneres do Sul da Europa, Portugal tem sido considerado como um país onde a patronagem pode penetrar os níveis hierárquicos mais baixos, amplamente motivada por questões de recompensa partidária» (Silva, 2103, p. 409).

Em paralelo, podemos igualmente questionar se a crise das dívidas soberanas, pela premência de cumprir metas e objetivos muito difíceis, não pode ter acentuado a necessidade de um maior controle da máquina do Estado, uma vez que «a capacidade de resolução de problemas» (Katz, 1986, p. 46; Sjöblom, 1986, p. 74, cit. por Silva, 2103, p. 3) e a garantia da obtenção dos resultados delineados pelo partido no governo (Freddi, 1986, p. 147, cit. por Silva, 2103, p. 3) dependem da articulação entre o governo e a administração pública» (Silva, 2103, p. 3).

## Os problemas e os desafios

Quais os efeitos deste caminho para a invisibilidade no funcionamento do sistema de Informação–Documentação nacional, é algo que se verá a curto, médio e longo prazo. Entre os problemas, consideramos a ausência de diagnósticos de competências como o mais relevante, sendo a escolha de critérios estritamente baseada em contextos organizacionais e não tendo por base nem uma avaliação *ex ante* nem uma avaliação dos impactos para o sector.

Face aos resultados e à análise, ainda que impressionante, da realidade, é também expectável que a manutenção dos postos de trabalho de pessoas qualificadas na área da



Informação-Documentação se mantenha no período 2014-2020, uma vez que o sector mantém as funções *core*, apenas será maioritariamente coordenado/liderado por profissionais de outras áreas.

Quanto às competências requeridas, não é expectável que estas se mantenham estáveis entre 2014-2020, uma vez que os empregos digitais irão ganhar maior preponderância, prevendo-se o alargamento dos perfis a outras áreas profissionais, constituindo esta uma das grandes mudanças que o sector irá enfrentar.

No que se refere ao emprego, e considerando as funções que os profissionais ocupam, ainda será valorizada especialização mas a convergência e o alargamento a outros sectores parece constituir uma tendência, ao mesmo tempo que parece configurar-se o fim do ciclo dos perfis especializados<sup>12</sup>. A taxa de empregabilidade é elevada mas sendo os postos de trabalho ocupados por *cohorts* com maior tempo de emprego, e não se prevendo a renovação por *cohorts* mais jovens, tal constituirá um problema a médio prazo.

O sector de ocupação encontra-se numa fase de clara retração, aumentou o número de fusões organizacionais e o nível de educação exigido pelo mercado de trabalho tem vindo a baixar, registando-se um grande número de casos em que não há qualquer menção à especialização em Ciências Documentais/Ciência da Informação, pilar da empregabilidade e da qualidade do desempenho de várias gerações de profissionais.

Esta indiferenciação no que se refere ao acesso à profissão instalou-se após a publicação do decreto-lei n.º 121/2008, de 11 de julho, que integrou as carreiras de técnico superior e de técnico-adjunto de biblioteca e documentação e de arquivo nas carreiras únicas e gerais de técnico superior e de assistente técnico, o qual permitiu, pela sua formulação, leituras dúbias e interpretações enviesadas. Porém, e tal como prevê o mesmo diploma, a fusão destas carreiras nas carreiras únicas gerais não significa o desaparecimento das especificidades das profissões existentes e dos respetivos postos de trabalho que deveriam ser caracterizados «[...] em função da atribuição, competência ou atividade em cujo exercício se inserem, das carreiras e categorias que lhes correspondem e, quando imprescindível, em função da área de formação académica ou profissional de que o ocupante do posto de trabalho deva ser titular» (preâmbulo do supracitado decreto-lei).

Não parecem ter sido, pois, taxativamente derogados os requisitos de acesso às profissões de bibliotecário e de arquivista, bem como os requisitos para o provimento dos lugares de assistentes técnicos (antigos técnicos-adjuntos) nas áreas funcionais de arquivo e de biblioteca e documentação, previstos no decreto-lei n.º 247/1991, de 10 de julho, e o recrutamento destes profissionais deveria continuar a ser efetuado pelo disposto naquele normativo. Não é, porém, o que tem acontecido. Sublinhe-se, no entanto, que não é de excluir neste cenário que um certo limbo legislativo possa ter sido intencionalmente criado pelo legislador de modo a, sem afrontar diretamente largas camadas de profissionais – já que é expectável que com outras profissões aconteçam cenários semelhantes –, permitir, por



via da amplitude interpretativa, na prática, a consagração de perfis profissionais de banda mais larga, de modo a potenciar as mobilidades e a adaptabilidade desejada, consentida ou forçada, numa Administração reconhecidamente rígida.

Esta situação tem causado mal-estar entre os profissionais e a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), enquanto organismo mais representativo, tem recebido «[...] inúmeras reclamações quanto à forma como este último [decreto-lei n.º 121/2008, de 11 de julho] está a ser indevidamente aplicado nos organismos da Administração Central e Local, com manifesto e grave prejuízo do bom funcionamento de instituições que são, desde há muito, internacionalmente reconhecidas como da maior importância na vida e no progresso pessoal e coletivo dos cidadãos», pelo que tem, desde 2011, efetuado a denúncia regular destas situações, e desenvolvido uma ação pedagógica junto dos organismos infratores, tendo mesmo disponibilizado um conjunto de documentos de apoio para auxiliar os departamentos de recursos humanos dos mesmos «[...] a fazer uma interpretação legal mais consentânea com os interesses em presença, quando procederem aos correspondentes concursos, evitando as falhas grosseiras já entretanto infelizmente registadas» (BAD 2011).

O mercado apresenta, assim, uma tendência para ignorar (mais do que recusar) a continuidade de perfis tradicionais e parece estar a dar atenção a perfis híbridos, podendo questionarmos se os mesmos não serão conjunturais e pouco relevantes para a futura sustentabilidade do sistema de Informação–Documentação nacional.

É neste contexto que assume toda a relevância deslocarmos o nosso interesse para a análise do novo campo profissional em surgimento, interligando a convergência de sectores ocupacionais da área da cultura – arquivo, biblioteca e museu – com novas áreas de investigação da Ciência da Informação e com o desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas. O sistema de interdependências que cresce entre vários grupos profissionais pode ser identificado e delimitado em três dimensões:

- Oferta formativa, especialidades técnicas e científicas.
- Mercado de trabalho e exercício profissional de novos perfis.
- Áreas de investigação e a importância do 3.º ciclo para a diferenciação do sector.

Em suma, não é mais possível ignorar esta nova dinâmica e dar por garantida a visibilidade do desempenho dos profissionais de Informação–Documentação. O estudo da empregabilidade e do valor das competências deve ser uma etapa a atingir, cobrindo todos os *cohorts* no ativo, despertando para o debate todas as partes interessadas no profissionalismo e na qualidade destes profissionais.

## Conclusões

Após a profissionalização e especialização dos perfis profissionais ocorrida nas últimas décadas, tem-se vindo a assistir a um retrocesso na procura de profissionais qualificados para a liderança dos sectores de Informação-Documentação, o que se comprova pela análise dos dados do levantamento dos despachos de nomeação dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e de 2.º graus para organismos da Administração Central do Estado, publicados entre 2012 e 2014, período que corresponde à vigência efetiva de PRACE e PREMAC, e no qual foram identificados 61 lugares que potencialmente integram a área BAD, dos quais só em 21,31% os nomeados detêm qualificações BAD.

Genericamente conclui-se que, decorrente dos processos de emagrecimento de estrutura ao nível da Administração Central, a área da Informação-Documentação foi/está a ser agregada com outras; nesse processo de agregação parece estar a ser dominada ou aculturada, ou seja, a perder valor face à(s) área(s) com que é agregada, o que em parte se pode ficar a dever à perda da exclusividade ou do monopólio das competências de base da profissão. As agregações funcionais ocorridas e a significativa redução na ocupação de cargos dirigentes por parte de profissionais de Informação-Documentação refletem também uma perda real de influência e um novo olhar da Administração Pública sobre o sector.

Estas tendências, problemas e desafios colocam novas questões: a importância dos referenciais de competências no mercado de trabalho nacional; a importância da realização de estudos prospetivos, tanto sobre a evolução das competências-chave, como sobre a evolução da missão dos serviços de informação face aos ritmos de desenvolvimento informacional e social; a importância dos estudos de meta-análise sobre as necessidades de competências sectoriais e a sua transferibilidade intersectorais, o que releva da crescente indefinição de fronteiras profissionais e da mudança de foco das competências individuais para os perfis de competências.

Importa, pois, avaliar os impactos deste caminho para a invisibilidade no funcionamento do sistema de Informação-Documentação nacional. Para já, e para o período 2014-2020, é expectável que a manutenção dos postos de trabalho de pessoas qualificadas na área da Informação-Documentação não se altere, uma vez que a atividade do sector mantém as funções *core*, mas crescerão as fusões organizacionais e o sector será maioritariamente coordenado/liderado por profissionais de outras áreas. Porém, no mesmo período, e ainda no que diz respeito às competências, não é expectável que estas se mantenham estáveis, atendendo à preponderância dos empregos digitais, prevendo-se, em paralelo com a especialização, a convergência e o alargamento dos perfis a outras áreas profissionais, constituindo esta evolução o fim de um ciclo e uma das grandes mudanças estruturais que o sector já está a enfrentar.

Outro desafio não negligenciável é a quebra do nível de educação exigido pelo mercado de trabalho, registrando-se ao nível da oferta um cada vez maior número de casos em que não há qualquer menção à especialização em Ciências Documentais/Ciência da Informação que constituiu o pilar da empregabilidade e da qualidade do desempenho de várias gerações de profissionais. Hoje, o mercado apresenta uma tendência para ignorar (mais do que recusar) a continuidade de perfis tradicionais e parece estar a voltar-se para perfis híbridos, eventualmente conjunturais e ainda insuficientemente definidos para garantir um novo ciclo de crescimento e renovação e, dessa forma, garantir a sustentabilidade do sistema de Informação–Documentação nacional.

### Referências bibliográficas

Agostino, A.; Delanoe, A. (2012) – «Occupations and skills observatories: tools for shaping the future». *Training & Employment*, 99: 1–4.

Almeida, R.; Behrman, J.; Robalino, D. (ed.) (2012) – *The right skills to the jobs? Rethink training policies for workers*. Washington, DC: World Bank.

Amiol, L.; Scheaper, M.; Felix, B. (2012) – *Mapping careers and mobility of doctorate holders: draft guidelines, model questionnaire and indicators*. Paris: OCDE.

BAD (Associação Portuguesa de Arquivistas e Documentalistas) (2011) – «Recrutamento e procedimentos concursais». In *Bolsa de emprego da BAD*. Disponível em: [http://www.apbad.pt/BolsadeEmprego/bolsa.htm#R\\_](http://www.apbad.pt/BolsadeEmprego/bolsa.htm#R_).

Balcar, J. (2011) – «Future skills needs in EU and skills transferability in 2020: sector meta-analysis». *Ekonomická Revue – Central European Review of Economic Issues*, vol. 14: 5–20.

Beluzzo, R. C. B. (2011) – «As competências do profissional da informação nas organizações contemporâneas» [em linha]. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, vol. 7 (1, jan./jun.): 58–73. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/180>.

Brunello, G. (2007) – *The effects of training on employment, wages and productivity: a European perspective*. Thematic Review seminar on Measuring, Improving and Promoting the Effects of Lifelong Learning; Mutual Learning Programme of the European Employment Strategy, Brussels 20 September 2007. Disponível em:

[http://pdf.mutual-learning-employment.net/pdf/thematic%20reviews%202007/TRSF\\_sept%2007/thematic\\_paper\\_brunello\\_TRS%20F\\_EN.pdf](http://pdf.mutual-learning-employment.net/pdf/thematic%20reviews%202007/TRSF_sept%2007/thematic_paper_brunello_TRS%20F_EN.pdf).

Cedefop (2012) – *Building on skills forecasts: comparing methods and applications: conference proceedings*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Cedefop (2009) – *Future skills needs in Europe. Medium-term forecast*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Cedefop (2009) – *Future skill supply in Europe. Medium-term forecast up to 2020: synthesis report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Cedefop (2012) – *Working and ageing: the benefits of investing in an ageing workforce*. Luxembourg: Publications Office, 2012.

Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo de Trabajo sobre Perfiles Profesionales. (2013) – *Perfiles profesionales del Sistema Bibliotecario Español: fichas de caracterización* [em linha]. Disponível em: <http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/bitstream/10421/6841/1/perfilesprofesional esSBE.pdf>

Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo Estratégico para el Estudio de Prospectiva sobre la Biblioteca en el Nuevo Entorno Informacional y Social (2014) – *Prospectiva 2020: las diez áreas que más van cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años*. [e-book]. Madrid: Grupo Estratégico para el Estudio de Prospectiva sobre la Biblioteca Entorno Informacional y Social. Disponível em: [http://www.mcu.es/bibliotecas/docs/MC/ConsejoCb/GruposTrabajo/GE\\_prospectiva/Estudiopropectiva2020.pdf](http://www.mcu.es/bibliotecas/docs/MC/ConsejoCb/GruposTrabajo/GE_prospectiva/Estudiopropectiva2020.pdf)

European Commission (2012) – *European skills: competences, qualifications and occupations (ESCO)*. Employment, Social Affairs & Inclusion. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1042&langId=en>.

Freddi, G. (1986) – «Bureaucratic rationalities and the prospect for party government». In F. G. Castles & R. Wildenmann (eds.) – *The future of party government: visions and realities of party government*. Vol. 1, p. 142–177. Berlin: Walter de Gruyter.

Gómez Hernández, J. A.; Hernández Sánchez, H.; Merlo Vega, J. A. (2011) – *Prospectiva de una profesión en constante evolución* [em linha]. Madrid: Fesabid. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18057/#.ULX0WuMSU9A>

Katz, R. (1986) – «Party government and its alternatives». In R. Wildenmann (ed.) – *The future party government. Party governments: European and American experiences*. Vol. 2, p. 1–26. Berlin: Walter de Gruyter.

Korte, Werner B.; et al. (ed.) (2014) – *e-skills para empregos na Europa: medir o progresso e seguir em frente*. Bonn: Direção Geral das Empresas e Indústria da Comissão Europeia. Disponível em:

[http://eskills.dge.mec.pt/sites/default/files/files/eskills\\_monitor\\_pt\\_2014.pdf](http://eskills.dge.mec.pt/sites/default/files/files/eskills_monitor_pt_2014.pdf)

Marchionini, G.; Moran, B. B. (ed.). (2012) – *Information professionals 2050: educational possibilities and pathways*. Chapel Hill: School of Information and Library Science. Disponível em:

<http://sils.unc.edu/sites/default/files/publications/Information-Professionals-2050.pdf>

Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação (1997) – *Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*. Lisboa: M.I.S.I.

OCDE (2013) – *Melhores competências melhores empregos melhores condições de vida: uma abordagem estratégica das políticas de competências*. São Paulo: Fundação Santillana Brasil.

Ochôa, P.; Barata, P. J. S. (2010) – Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de Informação–Documentação em organizações públicas [em linha]. In *Actas do 10.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Disponível em: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/187>

Ochôa, P; Pinto, L. G. (2008) – «Towards a new model of LIS competences management in Portugal: implications for the praxis and academia studies». *Education for Information*, vol. 26 (1): 43–54.

Rodrigues, M. J. (2007) – *Innovation, skills and jobs*. Pilot project to develop a European foresight methodology to identify emergent jobs and their skills needs. Brussels: European Commission.

Silva, P. C. de S. e – *Novos dilemas, velhas soluções? Patronagem e governos partidários*. Aveiro, 2013. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro.

Sjöblom, G. (1986) – «Problems and problems solution in politics. Some conceptualisations and conjectures». In F. G. Castles & R. Wildenmann (eds.) – *The*

*future of party government: visions and realities of party government*. Vol. 1, p. 72–119. Berlin: Walter de Gruyter.

---

## Notas

<sup>1</sup> Saliente-se que a medida visou essencialmente a redução de despesa. Têm sido avançados pela comunicação social, com base em informação oficial, números que nos parecem artificialmente empolados. A redução de despesa irá acontecer, mas a médio/longo prazo. Os números vindos a público parecem resumir-se a uma mera soma dos valores dos vencimentos dos cargos dirigentes suprimidos e não, como deveria, ao remanescente entre o vencimento e suplementos remuneratórios inerentes ao cargo dirigente e o vencimento do lugar de origem, uma vez que a quase totalidade dos dirigentes intermédios são quadros da Administração Pública. Acresce que a tabela remuneratória dos dirigentes, por contraponto à tabela remuneratória geral, foi tradicionalmente pouco valorizada, sendo bastante comum os dirigentes optarem pelo vencimento do lugar de origem, por ser superior, ou então o diferencial ser pouco significativo. Considerando estas condicionantes, a poupança real, a curto prazo, com a supressão dos cargos dirigentes, é pouco mais do que residual.

<sup>2</sup> Ver *site* do eOP-ID em: <http://observatorioid.webnode.pt/> Sobre a temática dos observatórios das profissões e das competências, consulte-se o artigo de Agostino e Delanoe (2012).

<sup>3</sup> Ver Observatório da Ciência da Informação da Universidade do Porto, especialmente para os novos perfis de desempenho de consulta recomendada em <http://paginas.fe.up.pt/~lci/images/serprofissional/perfis.pdf>.

<sup>4</sup> Paralelamente a esta mudança, tem sido realçado o papel das universidades para melhorar o conhecimento do desenvolvimento da profissão, como referem Ochôa e Pinto (2008) «the growing gap between LIS qualifications and competences in the workplace leads to new criteria of professionalism so we propose to take up academia as arena for negotiating LIS professionalism in labour market». Contudo, verificou-se que o mercado de trabalho manteve como referência os perfis tradicionais, não tendo, ao longo da década de 2000, consolidado os alicerces para a procura das novas competências oferecidas pela universidade. O facto de coexistirem várias gerações com perfis académicos distintos deu origem a vários tipos de trajetórias académicas, desde a posse do curso de Bibliotecário-Arquivista, da especialização em Ciências Documentais (anos 80–início 2000), mestrado em Ciência da Informação e Documentação (a partir de 2003) ou licenciatura. O aparecimento de doutorados no estrangeiro tem vindo a crescer lentamente, uma vez que a oferta do 3.º ciclo tardou a ser implementada em Portugal. A maior parte dos doutorados já estão inseridos no mercado de trabalho, aliando a experiência profissional à capacidade de investigação científica. Vale a pena referir que o mapeamento das carreiras e a mobilidade dos detentores do grau de doutorado tem vindo a ser uniformizado pela OCDE (Amiol; Scheaper; Felix 2012), visando compilar estatísticas demográficas, laborais, de mobilidade internacional e intrasectorial, de carreira e de rendimentos, recolhendo-se dados como a idade, o tempo de conclusão do doutoramento, o tipo de ocupação profissional, os rendimentos anuais, o sector de atividade e a sua mobilidade. Pretendem ainda levantar questões sobre «how well the competencies of the highest educated are used by the society as well as with the attractiveness of different career paths for doctorate holders. Such questions are of interest at the worldwide level» (*ibidem*, p. 11).

<sup>5</sup> Para um maior desenvolvimento, consulte-se a bibliografia final, especialmente Marchionini; Moran (2012); Consejo de Cooperación Bibliotecaria Grupo de Trabajo sobre Perfiles Profesionales (2013); Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo estratégico para el estudio de prospectiva sobre la Biblioteca en el Nuevo Entorno Informacional y Social (2013) e Gómez Hernández; Hernández Sánchez; Merlo Vega (2011).

<sup>6</sup> Outra iniciativa relevante lançada em março de 2013 pela Comissão Europeia foi a Coligação Principal para os Empregos Digitais. Esta política pretende dar seguimento à estratégia de desenvolvimento de *e-skills* (2007) e acompanhar a Agenda Digital para a Europa 2010–2020. Entre as suas recomendações destaca-se a promoção do profissionalismo e a qualidade.

<sup>7</sup> Almeida; Behrman; Robalino (2014) referem que uma das questões a investigar é a *imperfeição dos mercados de trabalho* que pode reduzir os incentivos ao investimento em competências: «When there is no perfect competition in the markets for different skills employers might invest less in training their workers who can be poached by others (*poaching externalities*). Workers are also less likely to invest in their own training if employers have market power

and are able to keep wages down (*bargaining externalities*)» (p. 3) A falta de informação, a que estes autores chamam *miopia*, também deve ser considerado um fator importante por causar o abandono da formação e o desenvolvimento de competências, sendo necessário a intervenção do governo «by improving information about the prospects of different diplomas and specializations, rating and certifying training providers, defining qualification frameworks, providing counselling, and providing incentives to invest in training» (p. 17).

<sup>8</sup> A apresentação e discussão dos principais desafios identificados para o Relatório de Diagnóstico da Estratégia de Competências para Portugal foi a temática central do terceiro e último *workshop* do projeto, da responsabilidade da OCDE, «Building an effective skills strategy for Portugal», que decorreu em Lisboa, nos dias 16 e 17 de outubro de 2014. Este projeto de construção de uma estratégia de competências para o nosso país, iniciado em Portugal no primeiro trimestre deste ano, tem subjacente a utilização de um instrumento – o *Skills Strategy Diagnostic Toolkit* – que permite aos países fazerem uma avaliação da sua estratégia de competências, quer a nível nacional, quer local, considerando quatro fases: desenvolvimento de competências relevantes; ativação da oferta de competências; uso de competências de forma eficaz; e reforço do sistema de competências. Algumas das questões a que os representantes das partes interessadas procuraram responder permitiram o diagnóstico dos pontos fracos e fortes da gestão de competências: Como Portugal tem maximizado o potencial de competências? Quais são as mudanças em curso? Quais as prioritárias? Que ações devem ser desenvolvidas e por quem? Terminada a fase de diagnóstico no final do ano, prevê-se a apresentação do relatório em 2015, dando início à fase ativa do projeto.

<sup>9</sup> Ver Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação (1997).

<sup>10</sup> «"Em 50% dos casos mexemos na definição do perfil que vem dos ministérios", revela João Bilhim, presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP). Com um objetivo claro: evitar que os concursos para dirigentes de topo da Administração Pública sejam formatados à medida de alguém. "A tentativa é sempre alargar", frisa. Um exemplo é a menção de uma licenciatura muito específica como requisito preferencial para determinado cargo. Um "afunilamento" que rejeita» (*Expresso*, Economia, 15 ago. 2014, p. 12).

<sup>11</sup> Art.º 21.º do Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

<sup>12</sup> Consulte-se Ochôa; Barata (2010) para um melhor enquadramento dos ciclos de evolução profissional.

## **Auto-imagem e estereótipo do bibliotecário: um estudo centrado nos profissionais de bibliotecas públicas portuguesas<sup>1</sup>**

**Sílvia Isabel Pinto Cardoso**

Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria

[silvia29c@gmail.com](mailto:silvia29c@gmail.com)

**Manuela Barreto Nunes**

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

CIDEHUS-UÉ

[mnunes@upt.pt](mailto:mnunes@upt.pt)

### **Resumo**

A imagem profissional do bibliotecário, bem como a importância que esta tem sobre a forma como a profissão é perspectivada e tratada pelas respectivas hierarquias, tem sido amplamente debatida, sobretudo pela forte associação a um sem número de estereótipos que a marcaram e marcam. Este estudo procurou conhecer a auto-imagem dos bibliotecários de bibliotecas públicas em Portugal. Foi aplicado um inquérito por questionário a uma amostra de 194 profissionais de bibliotecas públicas e realizadas entrevistas semi-estruturadas a dez bibliotecários de diferentes zonas do território nacional. Os resultados mostram que o dinamismo e as novas potencialidades das bibliotecas municipais têm vindo a alterar a imagem do bibliotecário, que se sente menos associado ao estereótipo de “rato de biblioteca”. Contudo, considera-se ainda incompreendido por uma sociedade que pouco frequenta as bibliotecas, e defende a união da classe, apelando à divulgação de uma imagem mais ajustada da profissão.



**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas, Imagem do Bibliotecário, Estereótipo do bibliotecário, Bibliotecários em Portugal

## **Self-image and stereotype of the librarian: a study centered in the public librarians in Portugal**

### **Abstract**

The librarian professional image, as well as its reflection on the way the profession is regarded and treated by the hierarchies, has been widely discussed, and marked by the association with stereotypes of diverse kind. This study aims to reveal the self-image of librarians from public libraries in Portugal. A questionnaire survey was applied to a sample of 194 public librarians and complemented with semi-structured interviews to 10 professionals from different parts of the country. The results show that the dynamism and potential of the new public libraries have been changing the image of the librarian, who feels less associated with the stereotype of "bookworm". However, still feeling misunderstood by a society that scarcely attends libraries, the librarian defends the union of the class, willing to conquer a more adjusted image of the profession.

**Key-words:** Public libraries, Librarian Image, Librarian Stereotype, Librarians in Portugal

### **Introdução**

O estereótipo em torno da profissão de bibliotecário é bem familiar na cultura popular. Nela predomina uma imagem de mulher muitas vezes idosa, de óculos, coque, roupa formal e ar sério ou, na versão mais jovem, provocador, mas sobretudo caracterizada pela expressão onomatopaica «Shhh». Este estereótipo, por vezes de índole negativa, pode estar na base de desvalorização e falta de reconhecimento profissional por parte da sociedade, que desconhece as funções desempenhadas pelo profissional de informação na biblioteca. Mas, particularmente, pode também representar uma fraca realização profissional por parte do bibliotecário, que não vê reconhecidas as suas valências.

Grande parte das imagens estereotipadas, muito marcadas pela imagética americana, foram criadas pelos vários meios de comunicação de massa, desde a cultura cinematográfica à literatura e às campanhas publicitárias, e atingem um público vasto e diversificado. O bibliotecário é representado por imagens tão distintas como a velhinha de óculos e carrapito, a jovem sensual, embora por vezes também escondida atrás de óculos, ou o monge guardião do acervo bibliográfico. Abordagens como: «É preciso ter um curso para trabalhar aqui?», «Trabalhar na biblioteca é que deve ser aborrecido...», «Não tem ar de quem trabalha numa biblioteca», ou mesmo «A senhora é bem divertida, para quem trabalha

numa biblioteca» são bastante comuns e comportam ideias e imagens pré-concebidas acerca de uma profissão que está em constante mudança e que em nada se assemelha à ideia do bibliotecário aborrecido, severo, fechado e anti-social que muitas vezes lhes serve de molde. O próprio bibliotecário também não se identifica com essas imagens, o que poderá implicar uma série de consequências ao nível da sua auto-estima e, consequentemente, da auto-realização profissional.

Todas as imagens que compõem os mais variados estereótipos em torno da profissão de bibliotecário parecem despertar na classe um sentimento de inconformismo e repulsa que se reflecte em estudos e artigos publicados sobre o tema. Mas porquê esta intensa preocupação com a imagem que transmitem para a cultura popular? Estarão os profissionais de biblioteca condicionados na sua auto-imagem por influências externas? Ressentir-se-ão da falta de reconhecimento social da utilidade e importância da profissão para esta sociedade dita de informação?

O facto é que a preocupação está presente, e a discussão bem acesa noutros países. Todavia, em Portugal, este assunto parece arredado do foco de atenção. Enquanto, sobretudo nos países anglo-saxónicos, se assiste a uma catadupa de estratégias de marketing profissional, aqui presencia-se um distanciamento do bibliotecário em relação à sua imagem. Em Portugal, tal como em França – veja-se, a título de exemplo, Bertrand (2000) –, os bibliotecários parecem preocupar-se mais com a promoção da imagem da Biblioteca do que com a da sua própria imagem profissional, o que é facilmente ilustrado pela falta de bibliografia relevante.

Então, como se definem os nossos bibliotecários? Até que ponto se identificam com as imagens que vão surgindo na cultura popular? Foi a estas perguntas que se tentou dar resposta no estudo que em seguida se apresenta.

### **Representações do bibliotecário na cultura popular**

Sob uma influência constante da História e das circunstâncias tecnológicas e socioeconómicas, o papel do profissional de biblioteca transforma-se e, com ele, toda a sua imagem se diversifica. Na profissão de bibliotecário os estereótipos estão intimamente ligados ao passado: aí residem o arquétipo do erudito – o intelectual típico da cultura francesa e, em geral, do Sul da Europa onde, ao contrário do que se passou nos EUA, a profissão remonta ao séc. XVII (com Naudé e o seu fundador *Advis por dresser une bibliothèque*, de 1627) e foi maioritariamente masculina até meados do séc. XX (Fayet-Saribe, 2009) – e o do «Guardião de Livros», herdado dos «monges medievais, guardiões, leitores, conservadores» (Rocho, 2007); a imagem feminina é posterior a estas, e se nos EUA nasce da entrada das mulheres no mercado do trabalho, a partir de finais do século XIX, assumindo cargos técnicos com baixas remunerações, na Europa começa a predominar a seguir à 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, com outro perfil de mulheres, mais intelectuais e com mais

altas habilitações (vejam-se os exemplos de Suzanne Briet e Louise-Noelle Malclès, em França (Fayet-Saribe, 2009), ou Maria de Moliner, em Espanha (Alarcón, 2009), no período de entre as duas grandes guerras. No mundo mediático contemporâneo, e à semelhança das enfermeiras, as bibliotecárias viram ser-lhes igualmente avocado um estereótipo associado à sensualidade, que se tornou corrente na cultura popular e está associado a um imaginário masculino que fantasia com a transformação da profissional distante e rígida em objecto sexual, sem qualquer relação com a essência de qualquer das profissões.

Algumas ideias destacam-se nas imagens mais difundidas pela cultura popular. Uma delas refere-se à fraca presença masculina na profissão, pois tarefas técnicas como a catalogação, que não exigiam grandes esforços intelectuais e responsabilidades, eram habitualmente atribuídas ao género feminino. Para Ughetto-Monfrin (2013) esta tendência esconde duas situações: por um lado, a profissão de bibliotecária é desvalorizada porque é essencialmente feminina, por outro poucas mulheres conseguem atingir cargos de chefia, porque a carreira é subvalorizada no ranking de profissões e associada a um menor prestígio social (Pinto & Ochôa, 2006). Talvez por isso, esta profissão foi muitas vezes equiparada à de secretária. Segundo Carmichael (1992) é frequente, em filmes e na literatura popular, as personagens do género masculino que desempenham a função de bibliotecários serem retratadas com algumas características femininas, como a sensibilidade, sendo, por vezes, alvo de preconceitos relacionados com uma presumível orientação sexual não normativa. Por outro lado, verifica-se que os cargos de chefia de grandes bibliotecas tendem a ser ocupados por homens, mesmo que o sexo masculino seja minoritário na profissão.

Os vários estudos sobre o arquétipo do bibliotecário no cinema e na literatura indicam-nos já uma imagem mais moderna da profissão, embora prevaleça o modelo feminino. As campanhas publicitárias optam por representações mais caricaturadas, até porque o seu principal objectivo é causar impacto junto do público e, por isso, servem-se de imagens paradigmáticas como a da bibliotecária sensual ou, ao contrário, séria e exigente, por vezes abordada de forma humorística. A conotação sexual da bibliotecária pode considerar-se como emergente de uma sociedade ainda marcadamente patriarcal, ou mesmo machista, que atribui significações eróticas a figuras femininas cujo arquétipo é de natureza austera ou inatingível: a bibliotecária, como a enfermeira ou a freira.

Outra ideia que se destaca desta análise é a forte associação da profissão ao edifício no qual trabalha. O facto é que a imagem do bibliotecário está, também, intimamente ligada à imagem social da própria Biblioteca: um edifício patrimonial e austero, onde se guardam documentos e artefactos antigos, com regras restritas, e que exige rígidos comportamentos. Desta imagem nasce a da pessoa idosa, careca ou de coque (atribuição feita a partir da antiguidade dos documentos que guarda), de óculos (relacionada com a vida num local escuro e fechado), com uma obsessão pelo silêncio (atribuição feita a partir das regras da sala de leitura), muitas vezes apresentada como alguém que passa os seus dias sentado à

secretária, de mau humor e intolerante (salientando poucas aptidões sociais e falta de dinamismo, resultado do seu isolamento social) (Rocho, 2007; Saorín Pérez e Gómez Hernández, 2001). Saliente-se a estranheza desta imagética persistente, mesmo quando os edifícios já não correspondem a essa representação rígida e austera, nomeadamente em países como Portugal ou a França, onde a arquitectura das bibliotecas públicas é hoje moderna e funcional, sem qualquer relação com a monumentalidade antiga. Ainda recentemente um autor americano afirmava que evita mencionar a palavra *Biblioteca* quando é questionado sobre a sua profissão, e justifica esta atitude com o facto de o nome *Biblioteca* ou *Bibliotecário* causarem «horror e simpatia» nas pessoas, como se o profissional se definisse pelo edifício no qual trabalha (Potter, 2009).

Consideremos agora alguns exemplos retirados do mercado audio-visual contemporâneo. Não se pretende, com estes exemplo, ser exaustivo, mas apenas demonstrar algumas ideias mais populares e que reflectem o arquétipo popular do bibliotecário, também ele difundido pela ficção televisiva ou publicitária, normalmente de origem americana (reflexos da globalização), mas não só. Num episódio da série televisiva «No meio do nada», em 2010, Brick, o filho mais novo de um casal de classe média, fica entusiasmado com a ida da bibliotecária ao jantar de Acção de Graças a sua casa. A bibliotecária retratada na série apresenta uma figura jovem, porém com traços de pouco dinamismo e uma espécie de apatia social, e apenas se empolga nas conversas que mantém com Brick sobre os livros que ambos leram. Sobressaem o uso de roupa antiquada e os óculos mas, sobretudo, a paixão pelos livros e a falta de interesse por assuntos que não envolvam a leitura constituem um entrave à comunicação com os restantes membros da família, que também se sentem intimidados pela sua presença. Segundo Mourlan-Mazarguil (2012), se o bibliotecário já ultrapassou a imagem de «rato de biblioteca», ou de velhota rígida, solteirona e de carrapito, a sua figura continua associada a uma ideia que, sendo positiva no que se refere ao respeito pelo conhecimento, continua negativa no plano relacional, muito embora a autora considere que também essa imagem anti-social tem mudado na sequência do trabalho de proximidade das bibliotecas públicas. Nesse sentido, conclui que o bibliotecário contemporâneo encarna simultaneamente o valor de guardião do saber e da memória e o de representante da democratização cultural, de mediador entre o conhecimento e os cidadãos.

No entanto, é na própria França que a imagem de cidadão metido consigo mesmo e com dificuldades de comunicação se reflecte numa recente campanha publicitária, «Vaincre L'Autisme» («Vencer o Autismo») de seu nome. Com o intuito de chamar a atenção para os estereótipos criados em torno do doente autista, a campanha acaba por relacionar dois estereótipos da cultura popular, o autista e a bibliotecária (*autiste et bibliothécaire*), num cartaz publicitário que tem como interveniente um mulher autista, de seu nome Katia, curiosamente representada com óculos, e que desempenha funções numa biblioteca. O blogue francês «Desperate Librarian Housewife» (2011) chama mesmo a atenção para o facto

de a campanha associar a um autista e a um bibliotecário competências sociais deficientes, sendo assim detentores de uma mesma luta contra a falta da informação da sociedade. Todos diferentes, todos iguais.

Um outro exemplo de arquétipo na cultura popular é a boneca «The Librarian Action Figure» da Archie McPhee, que em 2003 se tornou muito popular nos E.U.A. e desencadeou longas discussões em torno da imagem do bibliotecário. Gerou sentimentos de amor e ódio, sobretudo pela particularidade da expressão da boneca que apela ao silêncio e que os americanos significativamente apelidaram de «Shushing» (Shaw, 2003).



**Figura 1.** The librarian action figure da archie mcphee

O facto é que esta imagem persiste, e não apenas na ficção. Um estudo sobre os bibliotecários vistos pelo público dos 11 aos 12 anos (Repaire, 2010) revela que, na percepção dos jovens franceses, o bibliotecário é não só aquele que aconselha, mas também o «polícia da biblioteca», aquele que se sente acima dos outros e se recusa a compreender, preocupando-se sobretudo com fazer cumprir as regras.

Durante anos, os bibliotecários participaram em acesas discussões em torno do estereótipo da profissão, uns defendendo a premissa de que se deve combater esta imagem e lutar por uma mais ajustada à profissão, como no caso de Kneale (2009), enquanto outros consideram que a auto-imagem do bibliotecário diz mais sobre ele mesmo do que a sua imagem externa – e por isso esta deve ser desvalorizada, dando ênfase àquilo que realmente são e como se vêem enquanto profissionais (Cram, 2005).

Apesar do apelo à desvalorização da imagem externa, o facto é que muitos profissionais reclamam a tomada de iniciativas que promovam a profissão e informem a sociedade sobre aquela que consideram ser a verdadeira imagem do bibliotecário, i.e., que promovam a imagem que têm de si próprios. No entanto, acções isoladas não se mostram suficientes para alcançar um maior reconhecimento e valorização profissional, pelo que alguns autores propõem a abordagem do marketing profissional no desenvolvimento de projectos conjuntos com o meio académico (instituições de nível superior) e órgãos locais ligados à actuação profissional (Conselhos, Ordens, Associações, Sindicatos, etc.), para que as campanhas desenvolvidas tenham um maior alcance (Fraga, Mattos, & Cassa, 2008). Gómez Hernández (2009) defende que, também na vizinha Espanha, é necessária uma

participação mais activa das associações profissionais, a presença em meios de comunicação através de campanhas de imagem e a reafirmação da própria profissão para promover a imagem social do bibliotecário.

Em Portugal tem-se assistido, nos últimos anos, a uma preocupação crescente com a imagem social dos bibliotecários. Em 2005 foi criado o Observatório da Profissão de Informação–Documentação (OP–ID) com o objectivo de analisar a evolução da profissão à luz da nova realidade da Sociedade de Informação, contribuindo para a criação de iniciativas de promoção profissional junto das instituições públicas e privadas (Ochôa & Barata, 2010). Do trabalho do Observatório resultou, em 2006, a publicação do estudo “A imagem das competências dos profissionais de Informação–Documentação”, que representa o mais completo retrato nacional da profissão.

Mas porquê esta preocupação em torno da imagem do bibliotecário?

Ochôa e Barata (2010) defendem que sociedades com uma forte tradição de leitura nas práticas culturais costumam atribuir à profissão de bibliotecário um valor social superior ao que lhe é atribuído noutras comunidades e, por esse mesmo motivo, em Portugal sente-se esta necessidade de induzir na sociedade um maior reconhecimento. Daí a importância da promoção da imagem da profissão, sendo este um imperativo para garantir o reconhecimento social.

A imagem do bibliotecário acaba por ter um certo impacto no seu bem-estar profissional. Os bibliotecários, hoje em dia, à semelhança das restantes profissões, são desafiados a mostrar as suas capacidades e a provar o seu valor para a instituição na qual trabalham. São constantemente julgados pelas percepções que os outros têm deles enquanto profissionais, e essas percepções são concebidas a partir da imagem que transmitem. Para Blackwelder e Dimitroff (1996) já não basta ignorar as imagens negativas do estereótipo: se são entendidos pelo que deixam transparecer junto dos utilizadores, então parte da mudança está nos próprios bibliotecários, e só poderão promover a sua imagem profissional como uma componente essencial nesta sociedade de informação se se sentirem como tal.

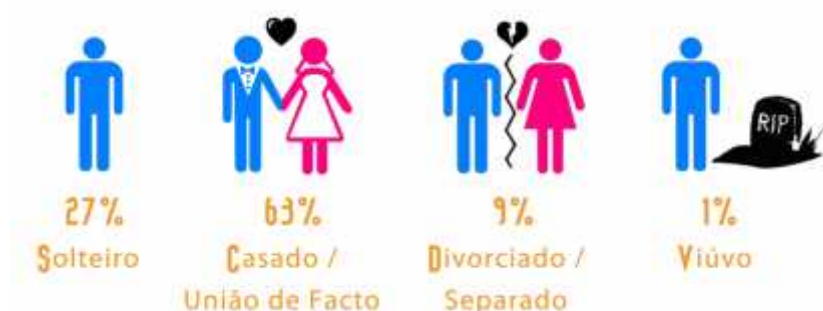
## **Os bibliotecários em Portugal**

No sentido de contribuir para o conhecimento da auto-imagem dos bibliotecários em Portugal, e com o propósito último de concorrer para a divulgação de uma imagem mais ajustada da profissão, entre 2013 e 2014 foi realizado um estudo a partir da aplicação de inquéritos por questionário (Ver Anexo) aos bibliotecários com formação superior na área a desempenhar funções em bibliotecas públicas em Portugal, que contou com uma amostra significativa de 194 profissionais, correspondente a 32% da população-alvo.

Respondendo à questão – qual a auto-imagem dos bibliotecários a desempenhar funções em bibliotecas públicas em Portugal – os bibliotecários definem-se de forma

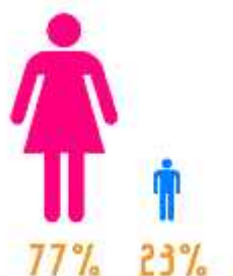
positiva, revendo-se numa imagem caracterizada pela criatividade, simpatia, sentido de organização e responsabilidade. Dos 194 inquiridos, 139 afirmam que se intitulam como *Bibliotecário/a*, identificando-se com a designação mais tradicional, pelo que não se inibem de assim se nomearem. Pelo contrário, pode-se até dizer que lhes dá um certo orgulho desempenhar esta profissão.

Se alguém ainda está preso à ideia de bibliotecária solteirona, pode ficar a saber que está errado. Em Portugal, na sua grande maioria, os bibliotecários são casados ou a viver em união de facto (63%), pelo que isso, desde já, representa um corte com o estereótipo.



**Figura 2.** Distribuição da amostra relativa à variável estado civil

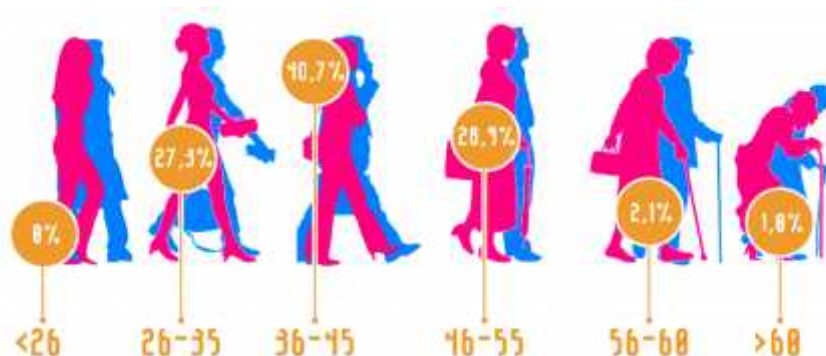
E, apesar de pertencerem a uma classe maioritariamente feminina (77%), nota-se um número considerável de homens a exercer a profissão, o que poderá ser fruto, também, das novas atribuições de competências dadas pela Sociedade de Informação e da gradual aproximação de competências profissionais entre géneros.



**Figura 3.** Distribuição da amostra relativa à variável género

Afastando-se ainda da imagem de velhinha de cabelo grisalho ou ainda do guardião do acervo com tantos anos quanto os livros que guarda, grande parte dos respondentes (40%) concentra-se na faixa etária dos 36 aos 45 anos de idade.

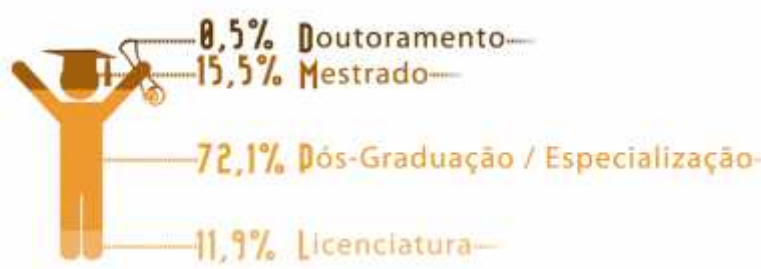




**Figura 4.** Distribuição da amostra relativa à variável idade dos inquiridos

É descartada a imagem do bibliotecário comodista, rotineiro, conservador, anti-social, detalhista e sério, e ressalta a figura daquele que reclama uma mudança no sentido dos paradigmas actuais, que apontam para uma maior proximidade com o utilizador, apostando numa imagem mais versátil, activa, divertida, sociável e simpática.

E agora uma das grandes questões tendo em vista a dignificação do profissional pela qualificação e especificação de tarefas: sim, existem cursos superiores de biblioteconomia, e, sim, são necessários estudos para desempenhar funções como a de bibliotecário. Alguns bibliotecários queixaram-se da falta de conhecimento por parte da sociedade que, por vezes, não lhes associa qualidade e preparação intelectuais, pois não acham isso necessário para a execução da função. Contudo, os bibliotecários portugueses apresentam um elevado índice de escolaridade e formação específica, sendo que poucos se ficam apenas pela licenciatura.



**Figura 5.** Distribuição da amostra relativa à variável habilitações académicas

Comparando estes dados com a idade dos inquiridos, concluímos que temos uma classe profissional jovem altamente qualificada por um lado, sendo, no entanto, também entre os mais jovens que se encontra a maior taxa de profissionais com apenas a licenciatura como formação superior, o que se explica pelo facto de, em Portugal, as licenciaturas na área terem surgido há pouco mais de uma dezena de anos e dispensarem a pós-graduação, com ou sem grau, para a aquisição das competências necessárias ao exercício da profissão – embora esta possa ser outra discussão, ainda por haver.



Persiste, no imaginário popular, aquela ideia de que o bibliotecário passa grande parte do seu tempo na leitura das obras que tem na biblioteca – e, afinal, não tem assim um trabalho tão intenso, pois lhe sobra muito tempo para colocar a leitura em dia. Mais uma imagem distorcida! O gosto pela leitura é nítido e um número considerável de bibliotecários reclamou a leitura recreativa como um dos seus interesses (61,3%), não querendo, porém, isto dizer que o façam no local de trabalho, até porque, nesse espaço, a disponibilidade para a leitura é do utilizador. Entretanto, mostraram-se bastante heterogêneos nos seus gostos e lazers pessoais: desde viagens (35,1%) ao cinema (30,9%), à música (21,1%) e à arte de cozinhar (16,5%), muitos foram os interesses mencionados pelos profissionais. Enfim, não vêm apenas nem vivem só de livros... como lhes é frequentemente associado.

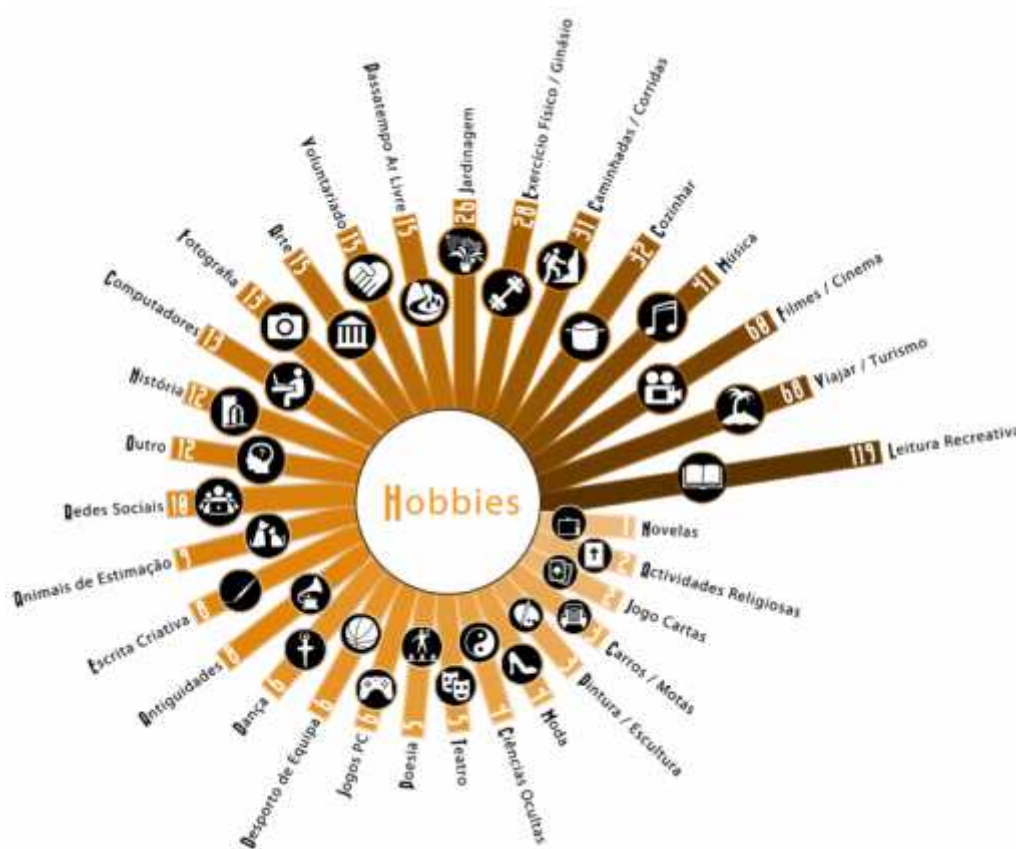
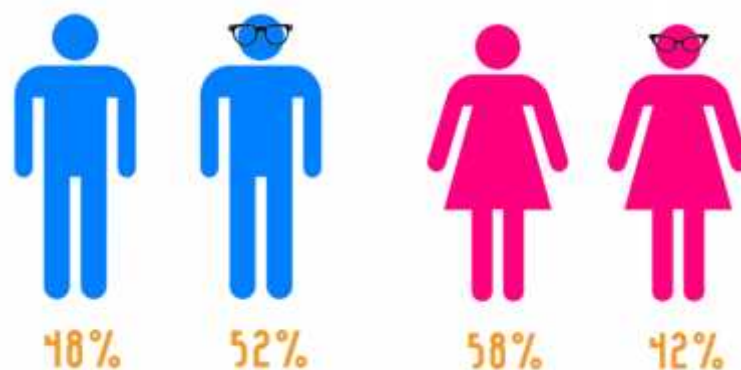


Figura 6. Distribuição da amostra relativa à variável interesses dos bibliotecários

E se ainda se constatasse que há bibliotecários de cabelo comprido solto e bibliotecárias com tatuagens e *piercings*?! E o que pensariam se confirmássemos que, afinal, não usam óculos nem coque? E até que se vestem de maneira casual? Pois é, entre os bibliotecários em Portugal, apesar de estarem representados na sua maioria por indivíduos sem quaisquer alterações aspectuais, relativamente ao comum das pessoas, também surge quem fuja à regra. Não andam sempre vestidos de maneira formal ou antiquada e optam muito por formas de vestir descontraídas (77%). Tão pouco se mostram muito adeptos de cabelos presos, preferindo penteados de cabelo solto (75%) no local de trabalho. E quanto ao uso de óculos... mais de metade negou o seu uso. Se cruzarmos estes dados com a idade

média da nossa amostra, verificamos que uma percentagem significativa tem mais de 45 anos, o que, à semelhança da restante população, pode indicar uma preponderância de profissionais com tendências a desenvolver sintomas de «vista cansada». Tal como o resto da população, os bibliotecários sofrem de vista cansada, não nascem com vista cansada!



**Figura 7.** Distribuição da amostra relativa à variável frequência de uso de óculos

Portanto, verifica-se que a auto-imagem dos bibliotecários em Portugal é positiva e não está directamente ligada ao estereótipo do bibliotecário tradicional. Mas será que esta visão está relacionada com aquela que os bibliotecários acreditam que a sociedade tem deles? Em parte, sim. Os bibliotecários em Portugal consideram também que a sua auto-imagem social é positiva, pelo que se podem encontrar algumas semelhanças com a auto-imagem real, salvo em algumas excepções. Os bibliotecários acreditam que lhes são constantemente atribuídas características tais como serem detentores de boa memória, cultura e intelectualidade (essenciais para o exercício da profissão), mas não lhes são reconhecidas, de imediato, competências como a criatividade e o espírito crítico. Contudo, considera-se que os grandes avanços da tecnologia, e a consequente adaptação das novas tecnologias de informação à profissão, têm gerado uma evolução na imagem, que é repercutida pelos bibliotecários para a sociedade, pelo que se começa a vê-los de uma forma mais objectiva e favorável.

Ainda assim, persiste a ideia de que a sociedade pouco sabe das verdadeiras funções do bibliotecário, são desconhecidas as suas capacidades e não lhes é reconhecida utilidade pública. Esta falta de reconhecimento social pode desencadear reacções de fraca auto-estima e de realização profissional. Mas será este o caso dos bibliotecários em Portugal? Surpresa! Contrariando a tendência negativista da realidade nacional, os bibliotecários inquiridos sentem-se bastante satisfeitos e realizados com a sua vida profissional, que lhes possibilita desafios estimulantes e os faz sentirem-se úteis na sociedade para a qual trabalham, tal como se pode ver na Tabela 1.

O trabalho é estimulante e fascinante.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	3.96 [3.84-4.08]
Sou ouvido nas decisões e sugestões que faço no meu trabalho.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	3.56 [3.42-3.69]
O meu trabalho permite-me adquirir novas aprendizagens.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	4.23 [4.10-4.36]
Não deixava a minha profissão mesmo que me oferecessem melhor salário.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.79 [2.64-2.94]
Os conhecimentos que adquiero neste trabalho mostram-se úteis para a sociedade.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	4.11 [4.00-4.21]
Enquanto bibliotecário, a minha actividade profissional é prioritária na minha vida.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.99 [2.84-3.14]
O meu trabalho proporciona-me um sentimento de respeito por mim próprio.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	4.03 [3.90-4.15]
Penso frequentemente em mudar de profissão.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.04 [1.88-2.20]

**Tabela 1.** Distribuição da amostra relativa à variável satisfação global com a profissão

Talvez esta auto-imagem positiva esteja relacionada com aquilo que Alix (2005) considera ser o maior perigo que nasce no mais íntimo dos bibliotecários: o «autocentrismo», um forte sentimento de identidade que, ao mesmo tempo que distingue, pode ser considerado como um reflexo de defesa corporativo que cimenta uma população profissional em si mesma bastante heterogénea. Na verdade, os respondentes consideram que a sua profissão inspira confiança aos utilizadores, desempenhando papéis sociais e culturais relevantes e reconhecidos pela comunidade envolvente, como se verifica através da leitura da Tabela 2.

Esta profissão possibilita-me uma ascensão profissional apelativa.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.43 [2.29-2.57]
Não aconselharia ninguém a seguir esta carreira.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	1.83 [1.69-1.97]
O bibliotecário é uma profissão respeitada pelas outras profissões.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.84 [2.71-2.97]
Sinto que desvalorizam o meu trabalho enquanto bibliotecário.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.78 [2.65-2.92]
Os bibliotecários inspiram confiança nos utilizadores.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	3.86 [3.75-3.96]
O bibliotecário é uma profissão admirada pelas outras profissões.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.72 [2.60-2.84]
Esta profissão é importante para a promoção da cultura.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	4.62 [4.53-4.75]
Enquanto profissional de bibliotecas públicas, o meu papel social é relevante e reconhecido pela comunidade.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	3.64 [3.52-3.76]
As tarefas que desempenho são desinteressantes, rotineiras e monótonas.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	1.69 [1.55-1.82]
Gostaria de seguir uma carreira mais útil para a sociedade.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	1.99 [1.85-2.13]
Desempenho uma profissão com pouco prestígio.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	2.44 [2.30-2.58]
Enquanto bibliotecário não desempenho uma função com grande importância social.	<b>Média</b> <b>IC<sub>95%</sub></b>	1.84 [1.69-1.99]

**Tabela 2.** Distribuição da amostra relativa à variável status profissional/estereótipo

Contudo, verifica-se também um ponto fraco. Como seria inevitável... o salário. Os inquiridos mostram-se bastante descontentes com a sua remuneração mensal, o que, além do desconhecimento e antigos preconceitos sobre a pouca valia atribuída às competências específicas destes profissionais, pode ser explicado pela sua condição de funcionários públicos (na grande maioria), estando por isso entre os principais alvos dos cortes do Estado no contexto da crise económica actual.

Repare-se ainda que os aspectos com menor pontuação incluem também as possibilidades de progressão na carreira e a valorização pelos outros profissionais sendo que, quando essa valorização é atributo dos utilizadores efectivos dos serviços das bibliotecas, a apreciação positiva, como vimos, já obtém um valor mais elevado. Ou seja, a dignificação da imagem do bibliotecário, o reconhecimento da importância do seu papel social, passa pela ideia de que é preciso conhecê-lo para o apreciar; comprova-se assim que, se o sentimento de incompreensão pelos outros se restringe aos que não frequentam as bibliotecas mas, ainda assim, é um sentimento persistente, o impacto social das bibliotecas públicas em Portugal continua a ser restrito, concluindo-se que a conquista de novos públicos é essencial para a mudança real da imagem das bibliotecas e dos bibliotecários na sociedade.

Assim, e apesar da imagem positiva dos inquiridos, o facto é que a grande maioria considera ainda persistir uma ideia estereotipada da profissão. Algo que tem vindo a mudar, sobretudo com a inauguração dos vários equipamentos culturais a que se tem assistido nos últimos anos. Nas entrevistas efectuadas no âmbito deste estudo, muitos foram os que assumiram ter passado por experiências pessoais onde a sua profissão era abordada em jeito de brincadeira ou de uma forma que aparentemente indicava desconhecimento. Por esse mesmo motivo, alguns bibliotecários consideram que o arquétipo tem de ser debatido, a começar pelos próprios, para que lhes seja reconhecido o valor que acreditam merecer. Do mesmo modo, Rocho (2007) defendia que, para os profissionais se afastarem da imagem negativa do estereótipo, deviam impor-se de maneira a ganhar alguma notoriedade social, pois quanto mais informação a sociedade obtiver sobre a profissão dos bibliotecários, menos estereotipada será a visão neles projectada.

## Conclusões

Que imagem é esta então que nos é mostrada pelos bibliotecários? Não pode ser associada directamente a nenhum dos estereótipos anteriormente definidos, nem parece seguir uma linha condutora e uniformizada. Apesar de ser impossível salientar características comuns a toda a profissão, é possível afirmar que os bibliotecários em Portugal têm presente uma auto-imagem jovem, dinâmica e moderna, própria do seu tempo. E, embora alguns defendam a desvalorização do arquétipo tradicional e popular, o certo é que muitos reagem e sugerem formas e iniciativas que podem ser realizadas para dar a conhecer à sociedade uma nova faceta da profissão: estratégias de marketing profissional,

desde campanhas publicitárias à realização de actividades lúdico-recreativas, organização de palestras, debates e até jantares. Todos apelam à união dentro da classe de bibliotecários nacional e defendem uma associação mais activa na defesa dos seus interesses, ou até a criação de uma Ordem dos Bibliotecários que os representasse perante o poder político nacional. Na verdade, as iniciativas propostas correspondem a actividades que a BAD tem promovido e dinamizado ao longo do tempo, e nomeadamente nos últimos anos; por outro lado, a defesa da criação de uma ordem profissional parece desconhecer a natureza deste tipo de associações, predominantemente ligadas a profissões exercidas no âmbito privado.

Porém, acima de tudo, mais do que campanhas de marketing profissional, o bibliotecário considera que deve avaliar-se permanentemente e procurar exercer a sua função com profissionalismo, dedicação, empenho, e, sobretudo, amor à profissão; que o quebrar de barreiras e o derrube de muros pode ser feito com capacidades únicas e um simples sorriso: simpatia, disponibilidade e competência; e assinala ainda a importância de trabalhar para uma classe mais unida, em que a partilha de informação e conhecimentos torne possível uma melhoria contínua dos serviços.

Numa sociedade que consome e gera continuamente informação, os bibliotecários ganham um papel cada vez mais relevante e indispensável, funcionando como mediadores entre a informação e o utilizador. Mais do que nunca, são precisos aqui e agora. E tudo leva a crer que, mais do que nunca, serão de incontornável importância no futuro. Daí a urgência e necessidade de reforçar, dignificar e salientar as valências e capacidades dos bibliotecários e profissionais de informação em prol do bem comum, neste ponto de viragem civilizacional, onde o não acesso à informação e ao conhecimento facilmente poderia degenerar num retrocesso ao caos, por falta de capacidade ordenada de comunicação entre os elementos das múltiplas e distintas sociedades numa era de globalização. Cremos que a crescente auto-consciencialização da importância do papel dos profissionais da área biblioteconómica será, por conseguinte, decisiva para a ratificação de uma elevada consideração e estatuto, com inerente e mais justa retribuição pelos serviços prestados junto das comunidades, sejam elas de âmbito local, regional ou universal.

## Referências Bibliográficas

ALARCÓN, María R. Osuna (2009) – María Moliner and Her Contribution to the History of Spain's Public Libraries. *Libraries & The Cultural Record*, vol. 44, n.º 2, p. 220-233.

ALIX, Yves (2005) – L'ennemi dans la maison ou : les bibliothécaires face à eux-mêmes. In *Journée d'étude Médiadix. Les ennemis des bibliothèques*. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://mediadix.u-paris10.fr/archivesje/alixweb.pdf>>.

AUTISTE et bibliothécaire. In *Desperate Librarian Housewife* [Em linha]. [Consult. 8 fev 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://sophiebib.blogspot.pt/2011/04/autiste-et-bibliothecaire.html>>.

BERTRAND, Anne-Marie (2000) – Images de bibliothèque [em linha]. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notice-1543>>.

BLACKWELDER, M. B.; DIMITROFF, A. (1996) – The image of health sciences librarians: how we see ourselves and how patrons see us. *Bulletin of the Medical Library Association*. ISSN 0025-7338. Vol. 84, N° 3, p. 345-350.

CARMICHAEL, J. V. (1992) – The male librarian and the feminine image: a survey of stereotype, status, and gender perceptions. *Library and Information Science Research*. ISSN 0740-8188. Vol. 14, N° 4, p. 411-447.

CRAM, J. (2005) – *Self love and joy and satisfaction in librarianship* [Em linha]. [Consult. 13 Fev. 2012]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.alia.org.au/~jcram>>.

FRAGA, N. E.; MATTOS, C. E.; CASSA, G. d. (2008) – O marketing profissional e suas interfaces: a valorização do bibliotecário em questão. *Perspectivas em Ciência da Informação*. ISSN 1413-9936. Vol. 13, N° 2, p. 148-167.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José António (2009) – *Permanencia y cambio en la imagen social del bibliotecario*. In Jornada Profesional de la RBIC: El profesional de la información ante los nuevos retos, 2, Murcia, 2009. [Consult. 7 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cervantes.es/imagenes/file/biblioteca/jornadas/gomez\\_jose\\_antonio.pdf](http://www.cervantes.es/imagenes/file/biblioteca/jornadas/gomez_jose_antonio.pdf)>.

KNEALE, R. A. (2009) – *You don't look like a librarian: shattering stereotypes and creating positive new images in the internet age*. Medford: Information today. ISBN 978-1-57387-366-6.

MOURLAN-MAZARGUIL Sonia (2012). *Les bibliothécaires, ennemis de la bibliothèque?* Lyon: Université de Lyon. Mémoire d'étude. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/56768-les-bibliothecaires-ennemis-de-la-bibliotheque.pdf>>.

OCHÔA, P.; BARATA, P. J. – *Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de Informação-Documentação em organizações públicas*. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10, Guimarães, 2010 – [Actas]. [Consult. 28 Set. 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/187>>.

PINTO, L. G.; OCHÔA, P. (2006) – *A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação: relatório* [Em linha]. Lisboa: Observatório da Profissão de Informação-Documentação (OP I-D). [Consult. 4 Jan 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://apdis.pt/download/REL%20ID%202006.pdf>>.



POTTER, N. (2009). *Why are we still defined by our building?* [Em linha]. [Consult. 23 Ago. 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://thewikiman.org/resources/building.pdf>>.

REPAIRE, Virginie (2010). *Les bibliothécaires vus par les publics des 11-18 ans* [em linha]. Podcast. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notice-48740>>.

ROCHO, R. d. (2007) – *O estereótipo do bibliotecário no cinema* [Em linha]. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul. 97 p. Trabalho final de Bacharelato. [Consult. 1 Jul 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16257/000667029.pdf?sequence=1>>.

SAORÍN PÉREZ, T.; GÓMEZ HERNÁNDEZ, J.A. (2001) – *La formación y las bibliotecas en la cultura de massas*. Valencia: Biblioteca Valenciana. [Consult. 8 Fev. 2015]. Disponible sur le Web : <[http://eprints.rclis.org/6781/1/1\\_intro\\_Cap1.pdf](http://eprints.rclis.org/6781/1/1_intro_Cap1.pdf)>. ISBN 84-482-2952-5.

SHAW, K. (2003) – *Buns on the run: changing the stereotype of the female librarian* [Em linha]. [Consult. 15 Ago. 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://students.washington.edu/aliss/silverfish/archive/Oct2003/shaw.htm>>.

SCRIBE-FAYET, Sylvie (2009) – Women Professionals in Documentation in France during the 1930s. *Libraries & The Cultural Record*, Vol. 44, n.º2, p. 201-219.

UGHETTO-MONFRIN, F. (2013) – Sexe, genre et bibliothèque. *Bulletin des bibliothèques de France* [Em linha]. N° 6. [Consult. 8 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://bbf.enssib.fr/tour-d-horizon/sexe-genre-et-bibliotheque\\_64169](http://bbf.enssib.fr/tour-d-horizon/sexe-genre-et-bibliotheque_64169)>. ISSN 1292-8399.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo está redigido segundo os instrumentos ortográficos anteriores ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1.</b> The librarian action figure da archie mcphree .....	28
<b>Figura 2.</b> Distribuição da amostra relativa à variável estado civil.....	30
<b>Figura 3.</b> Distribuição da amostra relativa à variável género .....	30
<b>Figura 4.</b> Distribuição da amostra relativa à variável idade dos inquiridos .....	31
<b>Figura 5.</b> Distribuição da amostra relativa à variável habilitações académicas .....	31
<b>Figura 6.</b> Distribuição da amostra relativa à variável interesses dos bibliotecários .....	32
<b>Figura 7.</b> Distribuição da amostra relativa à variável frequência de uso de óculos .....	33

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Distribuição da amostra relativa à variável satisfação global com a profissão .....	34
<b>Tabela 2.</b> Distribuição da amostra relativa à variável status profissional/estereótipo .....	34



## ANEXO: QUESTIONÁRIO AOS PROFISSIONAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

### I. DADOS PESSOAIS

Pedimos-lhe para que responda com informações específicas acerca de si próprio.

#### 1. Indique-nos, por favor, qual o Distrito e Concelho da sua área de trabalho:\*

Por favor, escreva aqui a(s) sua(s) resposta(s):

Distrito: \_\_\_\_\_

Concelho: \_\_\_\_\_

#### 2. Género \*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Masculino  
☐ Feminino

#### 3. Idade \*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="radio"/> < 26 anos    | <input type="radio"/> 46 – 55 anos |
| <input type="radio"/> 26 – 35 anos | <input type="radio"/> 56 – 60 anos |
| <input type="radio"/> 36 – 45 anos | <input type="radio"/> > 60 anos    |

#### 4. Estado Civil \*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="radio"/> Solteiro                | <input type="radio"/> Divorciado / Separado |
| <input type="radio"/> Casado / União de Facto | <input type="radio"/> Viúvo                 |

#### 5. Escolaridade \*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- |  |                                    |
|--|------------------------------------|
| <input type="radio"/> Bacharelato                    | <input type="radio"/> Mestrado     |
| <input type="radio"/> Licenciatura                   | <input type="radio"/> Doutoramento |
| <input type="radio"/> Pós-Graduação / Especialização |                                    |

**Nota:** Escolha o nível de escolaridade mais elevado

#### 5.1. Qual a designação da sua formação na área de Biblioteconomia ou Ciências Documentais / Ciência da Informação – variante Bibliotecas? \*

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

-----  
**Por exemplo:** Pós-graduação em Ciência da Informação – Variante Bibliotecas, Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação, etc.

#### 6. Vínculo Contratual \*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| <input type="radio"/> Contrato de trabalho por tempo indeterminado  | <input type="radio"/> Estágio      |
| <input type="radio"/> Contrato de trabalho a termo resolutivo certo | <input type="radio"/> Voluntariado |

- ☐ Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto ☐ Outro: \_\_\_\_\_
- ☐ Contrato de prestação de serviços / recibos verdes

**7. Qual a designação que atribui à sua profissão quando tal lhe é questionado?\***

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

-----

**Por Exemplo:** Bibliotecário; Profissional da Informação, etc.

**II. AUTO-IMAGEM**

Percepção que um indivíduo tem de si próprio.

**8. Como se caracteriza psicologicamente?**

Por favor, pedimos-lhe que seleccione 5 (e apenas 5) características que atribui a si próprio.\*

Selecione 5 respostas

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- |                                     |   |   |
|-------------------------------------|---|---|
| <input type="checkbox"/> Prático    | <input type="checkbox"/> Pró-activo     | <input type="checkbox"/> Objectivo        |
| <input type="checkbox"/> Criativo   | <input type="checkbox"/> Perfeccionista | <input type="checkbox"/> Culto            |
| <input type="checkbox"/> Rotineiro  | <input type="checkbox"/> Conservador    | <input type="checkbox"/> Dinâmico         |
| <input type="checkbox"/> Teórico    | <input type="checkbox"/> Seguidor       | <input type="checkbox"/> Metódico         |
| <input type="checkbox"/> Simpático  | <input type="checkbox"/> Extrovertido   | <input type="checkbox"/> Sensível         |
| <input type="checkbox"/> Comodista  | <input type="checkbox"/> Inovador       | <input type="checkbox"/> Inteligente      |
| <input type="checkbox"/> Introverso | <input type="checkbox"/> Anti-social    | <input type="checkbox"/> Espírito Crítico |
| <input type="checkbox"/> Sêrio      | <input type="checkbox"/> Superficial    | <input type="checkbox"/> Detalhista       |
| <input type="checkbox"/> Líder      | <input type="checkbox"/> Organizado     | <input type="checkbox"/> Eficiente        |
| <input type="checkbox"/> Sociável   | <input type="checkbox"/> Boa memória    | <input type="checkbox"/> Responsável      |

**9. Possui alguma modificação corporal (tatuagens ou piercings)?\***

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim
- ☐ Não

**9.1. Se sim, quais? \***

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

-----

**10. Como caracteriza o modo como se veste e se apresenta no trabalho?\***

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="radio"/> Formal     | <input type="radio"/> Casual        |
| <input type="radio"/> Desportivo | <input type="radio"/> Gótico        |
| <input type="radio"/> Hippie     | <input type="radio"/> Outro : _____ |

**11. Como costuma usar o seu penteado no local de trabalho?\***

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- |                             |                                    |
|-----------------------------|------------------------------------|
| <input type="radio"/> Preso | <input type="radio"/> Cabelo curto |
| <input type="radio"/> Puxo  | <input type="radio"/> Outro: _____ |

☐ Solto

## 12. Usa óculos? \*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

☐ Sim

☐ Não

## 13. Quais os seus interesses?

Por favor, pedimos-lhe que seleccione 3 (e apenas 3) interesses e/ou hobbies que possua.\*

Selecione 3 respostas

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

☐ Leitura Recreativa

☐ Música

☐ Jardinagem

☐ Passatempos ao ar livre

☐ Cozinhar

☐ Jogos de cartas

☐ Filmes / Cinema

☐ Fotografia

☐ Exercício Físico / Ginásio

☐ Pintura e Escultura

☐ Caminhadas

Corridas

☐ Voluntariado

☐ Viajar / Turismo

☐ Actividades religiosas

☐ Animais de estimação

☐ Artes Marciais

☐ Poesia

☐ Ciências ocultas

☐ Reality shows

☐ Dança

☐ Novelas

☐ Escrita criativa

☐ Computadores

☐ Teatro

☐ Arte

☐ Actividades de desporto em equipa (Futebol, Basquetebol, etc.)

☐ Jogos de computador

☐ Moda

☐ Antiguidades

☐ Redes Sociais

☐ Carros e Motociclos

☐ História

☐ Outro:

-----

## 14. Como se identifica? \*

Pedimos-lhe que seleccione a imagem com a qual mais se identifica enquanto profissional de biblioteca.

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

Género Feminino			
	Evelyn Carnahan (A Múmia, 1999/2001)	Tattooed Librarians of the Pacific Northwest Calendars (2011)	Tom Grill / Corbis
			
	Batman series (ca 1960)	Edward D'Ancona	Party Girl (1995)

Género Masculino			
			
	The Librarian (2004, 2006, 2009)	Indiana Jones and the Last Crusade (1989)	Sophie's Choice (1982)
	Conan the Librarian – UHF (1985)	Chicago Public Library ad campaign (2009)	The Time Machine (2002)

### III. AUTO-IMAGEM SOCIAL

Imagem que o indivíduo tem de si, tendo em conta a opinião dos outros, ou seja, forma como acredita que é visto pela sociedade.

#### 15. Como pensa que os seus utilizadores o vêem?

Por favor, pedimos-lhe que seleccione 5 (e apenas 5) características que considera que os utilizadores atribuem à sua imagem.\*

Selecione 5 respostas

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:




- |                                       |   |   |
|---------------------------------------|---|---|
| <input type="checkbox"/> Prático      | <input type="checkbox"/> Pró-activo     | <input type="checkbox"/> Objectivo        |
| <input type="checkbox"/> Criativo     | <input type="checkbox"/> Perfeccionista | <input type="checkbox"/> Culto            |
| <input type="checkbox"/> Rotineiro    | <input type="checkbox"/> Conservador    | <input type="checkbox"/> Dinâmico         |
| <input type="checkbox"/> Teórico      | <input type="checkbox"/> Seguidor       | <input type="checkbox"/> Metódico         |
| <input type="checkbox"/> Simpático    | <input type="checkbox"/> Extrovertido   | <input type="checkbox"/> Sensível         |
| <input type="checkbox"/> Comodista    | <input type="checkbox"/> Inovador       | <input type="checkbox"/> Inteligente      |
| <input type="checkbox"/> Introvertido | <input type="checkbox"/> Anti-social    | <input type="checkbox"/> Espírito Crítico |
| <input type="checkbox"/> Sérioso      | <input type="checkbox"/> Superficial    | <input type="checkbox"/> Detalhista       |
| <input type="checkbox"/> Líder        | <input type="checkbox"/> Organizado     | <input type="checkbox"/> Eficiente        |
| <input type="checkbox"/> Sociável     | <input type="checkbox"/> Boa memória    | <input type="checkbox"/> Responsável      |










#### 16. Como pensa que os seus utilizadores o vêem?

Afastando a imagem que tem de si próprio, pedimos-lhe que seleccione a imagem que mais se aproxima da percepção que considera que a sociedade tem de si enquanto profissional de biblioteca.\*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

Imagens da autoria de Carlos Mike Cunha

Género Feminino			
	Mal-Humorada, Séria	Formal e Intelectual	Sensual, Descontraída

	 Jovem e Dinâmica	 Velhinha, Rotineira	 Futurista
Género Masculino	 Velhinho, Mal-Humorado, Protector dos Livros	 Formal e Intelectual	 Bibliotecário Efeminado
	 Simpático, Culto	 Craque dos computadores	 Futurista

#### IV. REALIZAÇÃO PROFISSIONAL

##### 17. Qual o seu grau de satisfação profissional?

Por favor use a seguinte escala para exprimir o seu grau de concordância com as afirmações que se seguem e seleccione o quadrado correspondente. \*

- 1- Discordo Totalmente
- 2- Discordo
- 3- Concordo Parcialmente
- 4- Concordo
- 5- Concordo Totalmente

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Considero o meu trabalho bem remunerado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O trabalho é estimulante e fascinante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esta profissão possibilita-me uma ascensão profissional apelativa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se não fosse a remuneração, não estaria neste emprego.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não aconselharia ninguém a seguir esta carreira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As tarefas que desempenho são desinteressantes, rotineiras e monótonas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou ouvido nas decisões e sugestões que faço no meu trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gostaria de seguir uma carreira mais útil para a sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1	2	3	4	5
Não deixava a minha profissão mesmo que me oferecessem melhor salário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enquanto bibliotecário, a minha actividade profissional é prioritária na minha vida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha remuneração está abaixo das minhas expectativas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O meu trabalho permite-me adquirir novas aprendizagens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O meu trabalho proporciona-me um sentimento de respeito por mim próprio.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Penso frequentemente em mudar de profissão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou satisfeito com o ordenado que ganho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O bibliotecário é uma profissão respeitada pelas outras profissões.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Sinto que desvalorizam o meu trabalho enquanto bibliotecário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os bibliotecários inspiram confiança nos utilizadores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O bibliotecário é uma profissão admirada pelas outras profissões.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enquanto bibliotecário não desempenho uma função com grande importância social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Desempenho uma profissão com pouco prestígio.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os conhecimentos que adquiro neste trabalho mostram-se úteis para a sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esta profissão é importante para a promoção da cultura.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enquanto profissional de bibliotecas públicas, o meu papel social é relevante e reconhecido pela comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

---

## Fundamentos do código de ética do profissional da informação: o estado da questão

---

Osório Miguel Santos

Direção de História e Cultura Militar do Exército Português

[osoriosantos121@gmail.com](mailto:osoriosantos121@gmail.com)

### Resumo

A presente revisão da literatura analisa o código de ética do profissional da informação, tendo como objectivo clarificar dentro da perspectiva ética a sua fundamentação e suas implicações na Sociedade da Informação. Numa primeira fase sistematizam-se os conceitos de ética e moral, abordando os conceitos na perspectiva da informação. Posteriormente evidenciam-se os fundamentos do Código de Ética do profissional da informação, onde se verifica uma íntima relação com alguns dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os códigos de ética procuram enquadrar os princípios éticos na relação do profissional da informação com o seu interlocutor (indivíduo, sociedade), podendo assumir diferentes tipologias, as quais serão objecto de análise. Procede-se à análise de estudos de caso relativos a códigos de ética dos profissionais da informação, o que permite identificar diferenças objectivas quanto à sua tipologia, mas essencialmente quanto ao conteúdo dos valores éticos que incorporam os diferentes códigos de ética existentes em países diversos, onde se verificam, nalguns casos, omissões relativas a valores e princípios éticos fundamentais. Numa última fase do trabalho procede-se à análise do código de ética para os profissionais da informação em Portugal.

**Palavras-chave:** ética, código de ética, ética profissional, ética da informação



## Fundamentals of the code of ethics of the information professional: the state of the question

### Abstract

This literature review examines the code of ethics of the information professional, aiming to clarify the ethical perspective within its reasoning and its implications in the Information Society .Society. As a first step we systematize the concepts of ethics and morality, addressing the concepts in terms of information. Later evidence the bases of the Code of Ethics of the information professional, where there is a close relationship with some of the fundamental principles of the Universal Declaration of Human Rights. Ethical codes seek to frame the ethical principles in the professional relationship information with the other party (individual, partnership), may be of different types, which will be examined. Proceeding to the analysis of case studies relating to codes of ethics of information professionals , which identifies objective differences of typology , but essentially the content of ethical values that incorporate the different codes of ethics in various countries , where there are , in some cases , omissions relating to fundamental values and ethical principles. In the final phase of the work it proceeds to the analysis of the code of ethics for information professionals in Portugal.

**Key-words:** ethics, code of ethics, professional ethics, information ethics

### Introdução

A presente Revisão da Literatura é dedicada ao tema *Fundamentos do código de ética do profissional da informação* e sua presença no contexto da Sociedade da Informação. O reconhecimento da importância do profissional da informação implica um compromisso de serviço para com a sociedade, assente num corpus de conhecimento. Neste âmbito é indispensável produzir e codificar um conjunto de expectativas éticas materializando esse intento através da elaboração de um código de ética que contenha força moral para a regulação da actividade do profissional da informação. Assim, vincula-se o profissional da informação a uma conduta ética com a finalidade do bem-fazer, ou seja agir correctamente.

A escolha deste tema implica uma estratégia de pesquisa baseada em palavras-chave (código de ética, ética profissional, ética da informação) relacionadas com a ética do profissional da informação. A escolha dos autores é justificada pela importância do contributo destes para a fundamentação dos códigos de ética do profissional da informação, e por serem os mais referenciados nas bases de dados consultadas (B-on, SCielo, Web of Science). Através da análise da literatura pretende-se identificar os princípios fundamentais

que se encontram subjacentes ao código de ética do profissional da informação, bem como as diferentes tipologias em que estes códigos de ética se integram pela natureza do seu conteúdo. A análise de estudos de caso de diferentes códigos de ética para profissionais da informação existentes em diversos países permite sistematizar e clarificar os princípios éticos que fundamentam a actividade do profissional da Informação. São igualmente objecto de análise nesta revisão da literatura, a construção, os princípios e a tipologia do código de ética dos profissionais da informação em Portugal.

A pertinência do tema encontra suporte nos desafios de natureza ética que são colocados aos profissionais da informação. Numa era em que a informação assume um conjunto de características que derivam do aumento exponencial da informação digital, as implicações éticas que daí decorrem, merecem uma ampla reflexão.

## Princípios de Ética e Moral na Informação

A ética deriva etimologicamente de «*ethos*» que significa modo de ser ou carácter. O seu significado está intimamente ligado à fundamentação da moral pela razão. A existência da ética no contexto da informação tem longa data. Presente na antiguidade clássica, em concreto na Grécia, sob a forma de «*parrhesia*» significa falar de forma livre, ou seja liberdade de expressão, dando forma à democracia (Fernández-Molina, 2007). A ética na visão de Araújo (1992, p.163) concretiza de forma explícita a «...construção de uma civilização pautada por uma normatividade que vise a realização concreta da ideia da dignidade humana extensiva a todos os seres humanos». Inequivocamente fundamenta-se a concepção ética no princípio da liberdade e dignidade do homem em sociedade.

Numa breve abordagem filosófica, e apesar das inúmeras definições em que é apresentada a ética como uma parte da filosofia que se ocupa da moral associada ao comportamento humano, Martins (1996, p.79) define que a ética não estipula regras ou normas, mas sim «...reflete sobre os princípios da vida moral...», ou seja, não apresenta um carácter normativo, uma vez que a norma é do domínio da moral, na medida em que a moral se associa à regulação da conduta num quadro mais amplo que é o da ética. Da mesma forma, na perspectiva de Shachaf (2005), a ética promove um conjunto de valores que definem o que é correcto e o que é errado, associando os valores a ideais, enquanto a moral se fixa no modo como as práticas ocorrem na vida quotidiana. Posição divergente apresenta Bustamante-Rodríguez (2007, p.119) na forma como refere a possibilidade de definir que a ética é «...de forma general las normas y deberes morales de cualquier ámbito...», associando-a à conduta humana e sua organização em sociedade. Esta definição essencialmente normativa e regulatória contrasta nitidamente com a posição crítica de Souza (2007) que refere a perda de um sentido conceptual e universal da ética em favor de um carácter normativo e regulatório. Assim, verifica-se uma instrumentalização da ética,

retirando-se-lhe amplitude e universalidade ao ser utilizada de forma redutora como meio de normatização da conduta humana.

Apesar da dificuldade e consequente discussão acerca da distinção entre a ética e a moral, estes conceitos interrelacionam-se de forma natural na sociedade, posicionando-se a ética em termos estruturais como um repositório de valores sociais que providenciam ideais *aspiracionais* (Shachaf, 2005), e que tem como finalidade o bem-fazer, enquanto que a moral se posiciona em termos funcionais associada à tradição e aos costumes como uma interpretação dos valores éticos. A ética implica necessariamente uma reflexão teórica sobre os valores morais com vista à legitimação da conduta e do comportamento humano em sociedade.

Na sociedade da informação as implicações éticas assumem especial relevância na conduta dos seus profissionais. O incremento das tecnologias da informação e comunicação fomentaram uma explosão de informação em diferentes formatos e conteúdos diversificados. Assim a ética e os valores éticos devem estar presentes mais do que nunca por forma a preservar princípios fundamentais como a liberdade, a igualdade, a justiça (Bustamante-Rodríguez, 2007).

A responsabilidade individual, social e institucional como base dos princípios de ética profissional na informação é retratada por Froehlich (1996) num modelo que compreende o indivíduo, a organização e o ambiente. Da interação entre estes três agentes resultam alguns conflitos de natureza ética, contudo superáveis através da institucionalização de um código de ética que contemple princípios éticos e se constitua um referencial capaz de solucionar as diferentes implicações éticas no contexto profissional.

## **Fundamentos do código de ética do profissional da informação**

### **Código de ética: princípios**

A ética fundamenta-se na aceitação de valores universais considerados essenciais para a regulamentação da vida do ser humano em sociedade, relacionando-se com princípios e direitos que orientam a conduta do indivíduo. Por forma a regular a conduta do profissional da informação no desempenho da sua actividade, e face aos desafios que têm vindo a emergir do desenvolvimento tecnológico e da explosão informacional na sociedade da informação, tem-se vindo a introduzir códigos de ética com valores e força moral que vinculem o profissional da informação no exercício de boas práticas junto da sociedade. D.J Foscett's apud Froehlich (1996) (1962) assumia a ideia de que o profissional da informação se deveria despojar de qualquer tipo de valores no exercício da sua actividade profissional. Esta ideia induz um ideal desprovido de qualquer princípio ético, não se promovendo valores como a liberdade individual e a autodeterminação. Froehlich (1996) fundamenta a sua discordância com Foscett's, com o argumento óbvio da existência de uma intrínseca ligação entre os valores profissionais e os direitos fundamentais do ser humano. Bayles apud

Froehlich (1996) enuncia um conjunto de direitos fundamentais: liberdade e autodeterminação; proteção contra ofensa; igualdade de oportunidades; privacidade; mínimo bem-estar. A estes direitos acrescenta o reconhecimento pelo trabalho do profissional da informação que se encontra inscrito na grande maioria dos códigos de ética.

A enunciação da necessidade do acesso à informação é apresentada de forma pioneira nas cinco leis de Ranganathan: «os livros são para ser usados; a cada leitor o seu livro; a cada livro seu leitor; poupe o tempo do leitor; uma biblioteca é um organismo em crescimento» (Ranganathan, 1931). A referência a este autor torna-se importante na medida em que o seu trabalho serviu de inspiração à construção da Informação enquanto ciência, à elaboração dos códigos de ética e à enunciação do papel dos profissionais da informação, continuando o autor a ser referenciado por investigadores (Crawford, Gorman 1995; Noruzy (2004) que têm vindo a actualizar as leis de Ranganathan adaptando-as a uma nova realidade tecnológica na era da informação.

O código de ética do profissional da informação fundamenta-se no respeito pelos direitos humanos e pela liberdade individual. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998) nomeadamente o art.º 19 proclama o direito de todo o ser humano «...à liberdade de opinião e expressão [...] procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras.» (UNESCO, 1998). Outros valores como a confidencialidade, a privacidade, e os direitos de autor são igualmente referenciados noutros artigos da referida declaração (Fernández-Molina, 2009). A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), muito ligada à UNESCO, estabelece como seu grande intento o exposto compromisso da promoção e reforço do princípio da liberdade de acesso à informação plasmado no ponto 1 do código de ética para bibliotecários e outros profissionais da informação (IFLA, 2012, 2013). A IFLA assume a necessidade da existência de códigos de ética, bem como uma reflexão ética por parte das associações dos profissionais da informação. É neste quadro amplo que se ambiciona, em organizações relacionadas com a informação, a defesa e promoção de princípios éticos que derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como a liberdade intelectual, a privacidade e confidencialidade e a propriedade intelectual (Bustamante-Rodríguez, 2007; IFLA, 2012).

Um dos princípios fundamentais do código de ética é sem dúvida, o acesso gratuito à informação por parte dos indivíduos. Este princípio de inquestionável valor ético tem contudo suscitado alguma controvérsia. Fernández-Molina (2009) aborda a questão da gratuitidade do acesso à informação, vista como uma responsabilidade da sociedade, reflectindo acerca da sustentabilidade financeira dos centros de informação. Molina dá ênfase às considerações de Capurro (2001), que defende que o acesso gratuito à informação é um problema que deve ser considerado sobretudo ao nível da sociedade, não devendo ser analisado numa perspectiva de consagração de um direito fundamental do ser humano. Esta posição bastante racional levanta novas perspectivas acerca dos fundamentos da ética na

informação, uma vez que o desenvolvimento da literacia como suporte essencial à democracia depende do princípio universal do acesso gratuito à informação.

A denominada sociedade da informação coloca imensos desafios aos profissionais da informação. A globalização e o desenvolvimento das tecnologias da informação têm criado sucessivos dilemas que de alguma forma comprometem os princípios fundamentais do exercício da actividade dos profissionais da informação. Questões como a censura informacional aplicada às colecções, direitos de autor, propriedade intelectual, confidencialidade e a diminuição do investimento nos centros de informação condicionam de forma substancial princípios éticos fundamentais como o livre e gratuito acesso à informação. Neste contexto colocam-se um conjunto de obrigações aos profissionais da informação. Froehlich (1996) destaca a implícita responsabilidade dos profissionais da informação para com a sociedade, a comunidade e os utilizadores. Esta responsabilidade exige elevada competência profissional na adequação dos sistemas utilizados na gestão da informação. Estas orientações devem ser materializadas nos códigos de ética, constituindo-se instrumentos de valorização profissional no serviço prestado à sociedade. Bustamante-Rodríguez (2007, p.121) refere semelhante conjunto de obrigações «...hacia la sociedad [...] hacia la profesión [...] hacia el usuario/cliente». São estas obrigações profissionais uma condição essencial do exercício da actividade profissional na área da Informação, a qual deve ser orientada por padrões éticos comuns adaptados a um meio-ambiente concreto (Rubin; Froehlich, 2011).

### **Código de Ética: tipologias**

Na sua génese, o código de ética para o profissional da informação tem como base dois modelos conceptuais distintos. Quando decorre da assunção de princípios da igualdade e da liberdade, imbuído de um certo espírito emanado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a sua linha de acção tem uma base procedimental. Quando a sua estruturação tem implícita a razão kantiana, o saber universal, e deriva de imperativos racionais associados a um iluminismo cognoscente, os códigos de ética têm uma base prescritiva, pelo que procedem à enumeração de um conjunto de regras com bastante rigidez, o que nem sempre se adequa às novas realidades que surgem na relação entre profissionais da informação e utilizadores dos centros de informação (Souza, 2007).

Os códigos de ética para os profissionais da informação podem assumir diferentes tipologias. O trabalho de Frankel (1989) divide os códigos de ética em três grandes tipologias (aspiracionais, educacionais, disciplinares) e tem obtido o consenso da maioria dos autores. Códigos de ética aspiracionais ou inspiracionais identificam-se por conter um enunciado de princípios ou ideais que se devem procurar seguir. O seu objectivo é incutir, incentivar o indivíduo a agir de forma ética e parte-se do princípio de que existe uma predisposição individual e colectiva na aceitação da ética de forma livre e espontânea

(Shachaf, 2005). Esta tipologia encontra-se muito presente nos códigos de ética de países saxónicos. Códigos de ética educacionais contemplam, na sua estrutura, um conjunto de orientações, comentários, deveres e obrigações que se pretendem constituir uma interpretação adequada ao papel do profissional da informação. Códigos de éticas disciplinares ou regulatórios contêm um conjunto de regras de conduta e respectivas sanções ao seu incumprimento. Pela sua natureza, esta tipologia pode promover junto dos profissionais um efeito negativo, na medida em que a execução da actividade profissional se encontra condicionada pelo receio ou medo de sanções profissionais, quando o objectivo principal do código de ética é a construção de uma percepção ética (Rubin; Froehlich, 2011). Contudo existem ainda códigos de ética com uma tipologia mista, ou seja uma combinação da tipologia aspiracional ou educacional, com a tipologia disciplinar (Bustamante-Rodríguez, 2007).

### **Estudos de caso e análise de conteúdo**

A análise de estudos de caso referentes a códigos de ética para os profissionais da informação tem permitido identificar os princípios subjacentes a estes códigos clarificando a sua fundamentação teórica.

O estudo realizado por Shachaf (2005) permite constatar algumas características relativas à estrutura e fundamentação dos códigos de ética. Foram analisados vinte e oito códigos de ética de diferentes países que possuíam tradução em inglês (Arménia, Austrália, Canadá, Croácia, Estónia, França, Hong-Kong, Indonésia, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Coreia, Lituânia, Malásia, México, Holanda, Nova-Zelândia, Filipinas, Portugal, Rússia, Singapura, Eslovénia, Sri Lanka, Suécia, Reino Unido, Ucrânia, Estados Unidos da América). Verifica-se que apenas dez por cento dos códigos de ética (Portugal, Sri Lanka e Reino Unido) fazem referência a procedimentos disciplinares decorrentes de conduta imprópria por parte dos profissionais da informação. O estudo revela ainda a extensão e estruturação do conteúdo dos diferentes códigos. Curiosamente, o código de ética dos profissionais da informação em Portugal é um dos mais extensos. Na sua introdução os códigos de ética centram-se fundamentalmente na liberdade intelectual, no livre acesso à informação e na luta contra a censura. Os princípios mais visados e explicitados no corpo dos códigos são o desenvolvimento profissional, a integridade, a privacidade e o livre acesso à informação. O estudo de Shachaf identifica ainda o reflexo que a cultura dos diferentes países, sendo de matriz individualista ou colectiva, tem na organização estrutural dos códigos de ética; contudo, de forma geral, o conteúdo fundamental dos códigos de ética é muito similar.

O estudo comparativo de trinta e seis códigos de ética (Japão, Holanda, França, República Checa, Botswana, Hungria, E.U.A, Itália, Ucrânia, Lituânia, Malásia, Polónia, Coreia, Croácia, Israel, Alemanha, Arménia, Suécia, Austrália, Hong Kong, Canadá, Eslovénia, Estónia, Portugal, Jamaica, México, Rússia, Nova Zelândia, Filipinas, América Nativa, Reino

Unido, Austrália Aborígene, Sri Lanka, Indonésia, Singapura) levado a cabo por Foster e Mcmenemy (2013) e que teve como base oito valores fundamentais (gestão da informação; prestação de serviço; liberdade intelectual; racionalismo; literacia; igualdade de acesso à informação; privacidade; democracia) propostos por Gorman (2001), permite constatar os valores que maior ou menor expressão têm, na composição dos códigos de ética. A prestação de serviços, a privacidade e a igualdade de acesso à informação são os princípios mais presentes nos códigos de ética. Apenas um terço dos códigos analisados contemplam os princípios da literacia e da democracia e poucos códigos o explicitam de forma inequívoca, o que sugere a existência de uma importante lacuna na composição dos códigos de ética face aos novos desafios que emergem da sociedade da informação. Esta constatação merece uma ampla reflexão acerca das implicações da omissão de princípios fundamentais nas funções dos profissionais da informação e do serviço que prestam à sociedade.

## **O código de ética para os profissionais da informação em Portugal**

### **Construção do código, princípios e tipologia**

O código de ética para os profissionais da informação em Portugal é a expressão de um longo trabalho realizado pela Comissão de Ética para os Profissionais da Informação. Esta comissão nasce das propostas e temáticas debatidas no 4º Congresso BAD em 1992, relacionadas com «...inquietações éticas...» que justificavam a criação de um código deontológico. A partir de 1994 teve início um conjunto de reuniões entre vários representantes de associações profissionais. A criação formal da Comissão de Ética ocorre em 1995 com o protocolo celebrado entre a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD), a Associação Portuguesa para a Gestão da Informação (INCITE) e a Associação dos Profissionais da Documentação e Informação da Saúde (APDIS). A comissão de ética, com o propósito de construir um código de ética para os profissionais da informação, promoveu uma série de encontros e debates por todo o país por forma a «auscultar a sensibilidade dos profissionais face à necessidade de um código de ética [...] motivar a classe profissional [...] elaborar um projecto de código de ética profissional...» (Castro, 1996, p.11). O trabalho de reflexão realizado pela Comissão de Ética permitiu perceber o contexto profissional dos serviços de informação e documentação, dos seus profissionais, mas também dos utilizadores em concreto. Assim, o código de ética nasce não por comparação ou por adaptação de códigos análogos, mas sim do resultado de um diálogo, uma conjugação de esforços, um conhecimento concreto da realidade na esfera da informação em Portugal. Vigário (1996) refere que a existência de problemas concretos do ponto de vista ético tem «...a sua resolução e a sua provável expressão num código de ética que beneficiará quer os utilizadores quer os profissionais.»

Em 10 de Dezembro de 1998 por ocasião do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos é entregue pela Comissão de Ética aos presidentes das associações



profissionais (BAD, INCITE, APDIS), o anteprojecto do código de ética, que viria a ser adoptado pelas três associações em 25 de Junho de 1999.

O código de ética para os profissionais da informação em Portugal é introduzido por uma apresentação, um preâmbulo e divide-se em três grandes categorias: liberdade intelectual; privacidade dos utilizadores dos serviços de informação; profissionalismo. O código tem uma *base procedimental* e encontra-se imbuído de pleno reconhecimento pelo espírito emanado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pretende constituir-se com uma referência e valorização da actividade dos profissionais da informação como «...defensores intransigentes do acesso à informação [...] contra todas as formas possíveis de censura.» (APDIS; BAD; INCITE, 1999). Fazendo referência ao art.º12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o código de ética compromete-se plenamente com a defesa da privacidade dos utilizadores através de um elevado profissionalismo. O desenvolvimento e formação contínua dos profissionais são igualmente elementos fulcrais no fomento de boas práticas assentes numa política de informação plenamente democrática.

O código de ética para os profissionais da informação em Portugal enquadra-se na tipologia *educacional*, introduzindo valores, comentários e interpretações, descrevendo um conjunto de deveres e obrigações profissionais para com a sociedade e os utilizadores em concreto, promovendo a defesa da instituição através do respeito e dignificação da actividade profissional. Contudo, o código de ética contempla elementos de tipologia disciplinar, tais como «Aceitar a responsabilidade pela qualidade do seu trabalho e pelas consequências de erros cometidos por descuido.» (APDIS; BAD; INCITE, 1999), podendo inserir-se dentro de uma tipologia *mista* de acordo com a classificação proposta por Bustamante-Rodríguez (2007).

## Considerações Finais

A literatura permite identificar os fundamentos do código de ética para os profissionais da informação. As implicações éticas que decorrem das enormes transformações na sociedade da informação, nomeadamente o incremento das tecnologias da informação que, de certa forma, promovem uma brecha digital colocam novos desafios ao exercício da actividade dos profissionais da informação. A defesa dos princípios fundamentais dos direitos humanos, concretamente a liberdade intelectual, o acesso gratuito à informação, a privacidade, entre outros, necessitam de um enquadramento ético legal baseado em códigos de ética para os profissionais da informação. Os estudos de caso e análise dos diferentes códigos de ética demonstram a existência de uma enorme diversidade na estruturação dos códigos. Apesar da existência de princípios comuns, a sua dimensão e o seu conteúdo são variáveis. Alguns códigos tendem a ser demasiado generalistas contendo

pouco detalhe, outros tendem a ser demasiado completos e deterministas, o que torna difícil a sua aplicação.

Conclui-se que o código de ética para os profissionais da informação, sendo um instrumento vital na defesa dos interesses dos utilizadores e dos profissionais da informação, tem como princípios fundamentais a liberdade de expressão e o acesso gratuito a todas as formas de informação, constituindo-se como um garante da aplicação de princípios éticos que promovam a literacia e suportem a democracia.

Nota: O presente artigo não segue o novo acordo ortográfico

## Referências bibliográficas

APDIS; BAD; INCITE (1999) – *Código de Ética* [Em linha]. [Consult. 02.11.2013] Disponível na Internet em [http://www.apbad.pt/Downloads/codigo\\_etica.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf)

ARAUJO, Luís de (1992) – *A ética como pensar fundamental: Elementos para uma problemática da moralidade*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. ISBN –972–27–0522–9

BUSTAMANTE –RODRÍGUEZ, A.T (2007) – Ética, bibliotecas y bibliotecários: deontológica para la profesión bibliotecária. *Educación y biblioteca* [Em linha]. Nº159, 2007. [Consult. 02.11.2013] Disponível na Internet em [http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/119360/1/EB19\\_N159\\_P117–126.pdf](http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/119360/1/EB19_N159_P117–126.pdf)

CAPURRO, R (2001). – Ethics and information in the digital age. LIDA 2001 *Annual Course and Conference Libraries in the Digital Age* [Em linha]. Dubrovnik, Croatia, 2001. [Consult. 02.11.2013] Disponível na Internet em <http://www.ffzg.hr/infoz/lida/lida2001/present/capurro.doc>

CASTRO, Maria Ernestina de (1996) – Comissão de Ética para os Profissionais da Informação. In *Cadernos BAD*. Vol. 1, p. 9–13. ISSN 0007–9421

CRAWFORD, W; Gorman, M (1995) – *Future libraries: dreams, madness & reality*. Chicago and London. American Library Association. ISBN 0–8389–0647–8

FOSTER, Catherine; MCMENEMY, David (2013) – *Do librarians have a shared set of values? A comparative study of 36 Codes of Ethics based on Gorman's Enduring Value* [Em linha]. [Consult. em 02.11.2013] Disponível na Internet em [https://pure.strath.ac.uk/portal/files/6909187/proof\\_of\\_1st\\_draft\\_for\\_dept\\_website.pdf](https://pure.strath.ac.uk/portal/files/6909187/proof_of_1st_draft_for_dept_website.pdf)

FROEHLICH, T.J (1996) – Ethical Considerations of Information Professionals. In *Cadernos BAD*. Vol. 1, p. 15–36. ISSN 0007–9421

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos (2009) – La información en el entorno digital: principales áreas con implicaciones éticas. In *Conselho Federal de Biblioteconomia: Comissão de Ética Profissional. A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil* [Em linha]. Org. Henriette Ferreira Gomes et al. Brasília, DF, p.65–73 [Consult. em 11.11.2013] Disponível na Internet em [http://www.cfb.org.br/pop-up/a\\_etica.pdf](http://www.cfb.org.br/pop-up/a_etica.pdf). ISBN: 978-85-62568-01-5

FRANKEL, Mark (1989) – Professional codes: Why, how, and with what impact?. *Journal of Business Ethics* [Em linha]. February/March, 1989, Volume 8, Issue 2–3, pp 109–115. [Consult. em 03.11.2013] Disponível na Internet em <http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF00382575#>

GORMAN, Michael (2001) – Values for Human-to-Human Reference [Em linha]. *LIBRARY TRENDS*. Vol. .50, No. 2, Fall 2001, pp. 168–182. [Consult. em 03.02.2015] Disponível na Internet em [https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8391/librarytrendsv50i2c\\_opt.pdf?sequence=1](https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8391/librarytrendsv50i2c_opt.pdf?sequence=1)

IFLA (2012) – *IFLA Code of Ethics for Librarians and other Information Workers*, 2012. [Em linha]. [Consult. em 03.11.2013] Disponível na Internet em <http://www.ifla.org/news/ifla-code-of-ethics-for-librarians-and-other-information-workers-full-version>

IFLA (2013) – *More about IFLA* [Em linha]. [Consult. em 03.11.2013] Disponível na Internet em <http://www.ifla.org/about/more>

MARTINS, Maria Helena Pires (1996) – A Ética em questão. In *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421. Vol 1, p. 79–84.

NORUZI, A. (2004) – *Application of Ranganathan's Laws to the Web* [Em linha]. *Webology*, 1(2), Article 8. [Consult. 02.11.2013] Disponível na Internet em <http://www.webology.ir/2004/v1n2/a8.html>.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita (1931) – *Five laws of library science*. London: [Em linha]. Edward Goldston, Ltd, 1931. Copyright DLIST, 2006. Consult. em 03.11.2013] Disponível na Internet em [http://www.cro.sanita.fvg.it/reposcro/biblioteca/5\\_leggi\\_ranganathan.pdf](http://www.cro.sanita.fvg.it/reposcro/biblioteca/5_leggi_ranganathan.pdf)

RUBIN, Richard; FROELICH, T.J (2011) – Ethical Aspects of Library and Information Science. *School of Library and Information Science* [Em linha]. Ohio: Kent State University. [Consult. 03.11.2013] Disponível Na Internet em <http://dx.doi.org/10.1081/E-ELIS3-120044430>

SHACHAF, P. (2005) – A global perspective on library association codes of ethics. *Library & Information Science Research* [Em linha]. 27(4), 513–533. [Consult. 03.11.2013] Disponível na Internet em [http://eprints.rclis.org/8941/1/Code\\_of\\_Ethics.pdf](http://eprints.rclis.org/8941/1/Code_of_Ethics.pdf)

SOUZA, Francisco das Chagas de (2007) – Ética bibliotecária no contexto atual. *Perspetivas em Ciência da Informação* [Em linha]. Vol.12, n.1, p. 136–147. [Consult.03.11.2013] Disponível na Internet em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362007000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100011)

UNESCO (1998) – *Declaração Universal Dos Direitos Humanos*. [Em linha]. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Representação da UNESCO no Brasil. Brasília, 1996. [Consult. em 03.11.2013]. Disponível na Internet em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

VIGÁRIO, A (1996) – A decisão ética no trabalho da informação. *Cadernos BAD*. Vol. 1, p. 49–76. ISSN 0007–9421



## **Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto: um projeto colaborativo de sucesso**

**André Miguel Alves Pinto**

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[andre305pinto@gmail.com](mailto:andre305pinto@gmail.com)

**António José Peixoto Cerqueira**

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[antoniopcerqueira@gmail.com](mailto:antoniopcerqueira@gmail.com)

**Inês Sofia Teixeira Baptista**

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[ines.s.baptista@gmail.com](mailto:ines.s.baptista@gmail.com)

**Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CETAC.MEDIA – Centro de Estudos das Tecnologia e Ciências da Comunicação

[mmpinto@letras.up.pt](mailto:mmpinto@letras.up.pt)

## Resumo

Um *observatório* constitui um instrumento de controlo, avaliação e divulgação de informação sobre uma determinada temática que visa estimular a colaboração entre os recetores e agentes. É apresentado o *Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto* (OCIUPorto), desenvolvido por estudantes no âmbito da unidade curricular de Gestão de Serviços de Informação, do 3º ano da Licenciatura em Ciência da Informação (LCI), através de equipas constituídas anualmente com a responsabilidade da sua gestão e melhoria contínua.

A estrutura interna dos conteúdos está agregada numa plataforma única e dinâmica organizada em secções:

- *Capacitar* (percurso dos *alumni*);
- *Investigar* (atuação científica);
- *Ser Profissional* (vertente académica, profissional e empresarial);
- *Cooperar* (cooperação interuniversitária e a internacionalização);
- *Comunicar* (ligação da CI U.Porto ao exterior);
- *Ser Empreendedor* (faceta inovadora e criativa).

É uma plataforma de colaboração e comunicação que integrou os licenciados, mestres e doutores em CI na U.Porto, uma componente pedagógica, corporizada no DELTCI – *Dicionário de Terminologia em Ciência da Informação*, e de orientação profissional, com o caderno de *Perfis Profissionais em CI*, suportando hoje uma vasta comunidade online sediada no sistema de informação da U.Porto e com extensões nas diversas redes sociais.

**Palavras-Chave:** Observatório, OCIUPorto, Ciência da Informação, Cooperação.

## Observatory of Information Science in University of Porto: a successful collaborative project

### Abstract

An observatory constitutes an instrument of control, evaluation and spread of information on a given theme that aims at stimulating the collaboration between the receivers and the agents. The Observatory of Information Science of the University of Porto (OCIUPorto) is presented. It was developed by students in the context of the Management of Information Services course of the 3<sup>rd</sup> year of the Bachelor in Information

Science (LCI), through teams constituted annually with the responsibility of its management and continuous improvement.

The internal structure has contents collected in a single and dynamic platform organized in sections:

- Empower (alumni trajectory);
- Investigate (scientific action);
- Be Professional (academic nature, professional and business);
- Cooperate (interuniversity cooperation and the internationalization);
- Communicate (connection of IS U.Porto to the outside);
- Be Entrepreneur (innovative and creativity).

This is a platform of collaboration and communication which quickly integrated, the bachelors, masters and doctors in IS on U.Porto, a pedagogic component, embodied in the DELTCI – Dictionary of Terminology in Information Science and of professional direction, with the notebook of Professional Profiles in IS, supporting today a vast online community hosted in the information system of U.Porto and with extensions in several social networks.

**Keywords:** Observatories, OCIUPorto, Information Science, Cooperation.

## Introdução

Na literatura a definição de «observatório» não é consensual. O Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto (OCIUPorto) surge em 2006 não como um observatório de âmbito universitário que visa armazenar e disponibilizar informação sobre uma temática de interesse à comunidade académica, mas como uma infraestrutura tecnológica que visa garantir o intercâmbio, comunicação e colaboração entre estudantes, *alumni* e docentes da Licenciatura e Mestrado em Ciência da Informação.

Como qualquer plataforma digital, o OCIUPorto evoluiu através do potencial colaborativo presente nas equipas responsáveis pelo projeto atingindo, no ano 2012, uma fase de maturidade e profissionalismo que garante o intercâmbio, a comunicação e a colaboração entre estudantes, graduados, pós-graduados, docentes, investigadores e comunidades que interagem com a Ciência da Informação na Universidade do Porto.



## Enquadramento teórico-conceitual

### Ciência da Informação na Universidade do Porto

A Ciência da Informação (CI) na Universidade do Porto segue, em traços gerais, uma das definições mais consensuais surgida em 1961–62 nas conferências do *Georgia Institute of Technology* e republicada em 1968 por Harold Borko como:

*«A disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da [informação](#), as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Tem uma natureza interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares ou como o postulado de uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos».*<sup>1</sup>

A este emergente campo científico, aliou-se a adoção de um método de investigação social, qualitativo e anti-positivista, o método quadripolar, formulado em 1974 por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete, um objeto de estudo, a informação, no quadro interpretativo do pensamento sistémico, dando origem a um novo currículo em Ciência da Informação (CI) que, sob o impacto do «Processo de Bolonha», está na origem do Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto (OCIUPorto).

Com a criação da licenciatura em CI em Portugal em 2001/2002, a UPorto pretende garantir uma educação adaptada à nova realidade da Sociedade de Informação e às organizações onde os profissionais de arquivo e biblioteca, os administradores de sistemas, de dados e de informação e os gestores de informação em geral desenvolvem a sua atividade (SILVA & RIBEIRO, 2012).

Este novo modelo resulta de uma parceria inovadora entre a Faculdade de Letras (FLUP) e de Engenharia (FEUP) da Universidade do Porto, cujas competências complementares na área da CI permitem a construção de um plano curricular que combina conhecimento tradicional com uma mistura entre teoria e prática nos campos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Agregando Arquivos, Bibliotecas e Documentação, a Licenciatura em CI (LCI) é construída numa perspetiva unificadora de três subáreas da CI (Processamento e Organização de Informação, Sistemas de Informação [Tecnológicos] e Serviços de Informação) complementadas

com as Ciências de Administração e Gestão, as Ciências Sociais e Humanas e a Informática. O foco deste modelo prepara profissionais de informação capacitados para o trabalho em qualquer contexto organizacional (RIBEIRO, 2007).

O plano de estudos oferecido em conjunto pelas duas faculdades pretende enriquecer os estudantes nas suas capacidades de análise de informação, na sua versatilidade, na diversidade de conhecimentos, na adaptação a novos contextos, na sua tendência para a inovação, na capacidade de comunicação interpessoal, assim como na promoção da aprendizagem ao longo da vida, sendo estas as características básicas para o aumento da valorização pessoal, profissional e investigativa dos graduados em Ciência da Informação.

A licenciatura arranca com um currículo de quatro anos, incluindo seis meses de estágio em contexto empresarial ou institucional. Os primeiros estágios tiveram lugar em 2005 com propostas oriundas do setor privado e do setor público. Os dados recolhidos mostraram que em 2006/2007, 57% dos estudantes encontraram o seu primeiro emprego em empresas privadas com um claro e crescente domínio de setores relacionados com a gestão da informação organizacional e as TIC (RIBEIRO & PINTO, 2009).

Com a implementação do «Processo de Bolonha», em 2007/2008, a LCI foi objeto de uma redução curricular para três anos, iniciando-se o Mestrado em CI (MCI), que resultou da adaptação do Mestrado em Gestão de Informação, que a FEUP ofereceu de 1997/98 a 2006/07.

O MCI é, também, uma parceria entre a FEUP e a FLUP que pretende valorizar e intensificar o conhecimento e competências dos graduados em CI através de uma especialização profissional, assim como no desenvolvimento de uma carreira de investigação. A Dissertação, uma unidade curricular do curso, oferece novas oportunidades devido à sua realização em ambiente académico ou empresarial, consistindo num projeto individual que pretende a integração e aplicação do conhecimento, competências e aptidões obtidas durante o curso e, apesar de se ter perdido o estágio no primeiro ciclo, o modelo da CI na UPorto foi, na globalidade, melhorado (DAVID et al. 2008; PINTO, 2008).

Em 2007 ambos os ciclos de estudo (1º, LCI, e 2º, MCI) resultam e fomentam uma mudança na área de Ciência da Informação em Portugal que necessita de ser mantida sob observação, acompanhando as expectativas dos estudantes, do curso, do mercado de trabalho e do desenvolvimento da investigação. Recolher e desenvolver uma base informacional sobre a CI suportada por uma rede colaborativa tornou-se um dos principais objetivos a atingir.

## **Perfil do Profissional de Informação**

Este profissional é o indivíduo capaz de apoiar a produção e disponibilização de informação, identificar fontes relevantes, bem como dominar as técnicas de captura, seleção, tratamento, armazenamento e disponibilização da informação em tempo e qualidade adequada em qualquer contexto organizacional. O foco da formação do gestor de informação está direcionado para a produção, organização, armazenamento, preservação e disseminação da informação, utilizando diferentes recursos para proporcionar as melhores soluções aos problemas e necessidades organizacionais, potenciando a utilização de tecnologias que facilitem a comunicação, promovam o conhecimento e a eficiente e eficaz gestão da informação.

A ação do profissional da Informação não se limita apenas às denominações que lhes são colocadas, mas também a áreas específicas de atuação, como a de Analista de Negócios, Gestor de Conteúdos ou mesmo Gestor de Projetos. Estas áreas de atividade estão ao alcance dos licenciados ou mestres em Ciência da Informação porque, de facto, a formação ministrada conjuntamente nas Faculdades de Letras e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto visa enriquecer a capacidade de análise da informação, a polivalência, a diversidade de conhecimentos, a adaptabilidade a novos contextos, a sua tendência para a inovação, a capacidade de comunicação interpessoal, bem como a promoção da aprendizagem ao longo da vida, sendo estas características fundamentais para a valorização das pessoas que colaboram nas diversas organizações. Impunha-se, assim, monitorizar a repercussão destas características e perfis e quantificar taxas de empregabilidade, setores de atividade e percursos profissionais e investigativos.

## **Observatório CI.UPORTO**

### **O que é um Observatório?**

Não tendo o conceito de observatório uma definição consensual é comum a vários autores que um «Observatório» é um instrumento de controlo, avaliação e divulgação de informação sobre uma determinada temática, visando combinar estratégias distintas que promovam a colaboração entre diferentes setores e agentes (MARCIAL, 2009), verificando-se que a utilização indevida deste termo teve como consequência a desvalorização de algumas plataformas digitais que suportam «observatórios».

Husillos (2006) categorizou os observatórios de acordo com as seguintes temáticas:

Centro de Documentação – desenvolvido em instituições com temáticas específicas e tendo como intuito apenas o armazenamento e classificação de informação.

Centro de Análise de Dados – uma aceção que foca a ferramenta de apoio à tomada de decisão e que garante o reconhecimento, processamento e acesso a informação, bem como, o conhecimento sobre uma determinada temática.

Espaço de informação – de intercâmbio e colaboração que se distingue pela adaptação às Tecnologias de Informação e Comunicação, permitindo recolher, tratar e divulgar informação, conhecer um tema em concreto e promover a reflexão em rede.

O OCIUPorto constitui uma fusão das duas últimas classes por disponibilizar, por um lado, resultados quantitativos e qualitativos que suportam as tomadas de decisão e agregam valor à informação apresentada como é o caso das estatísticas apresentadas e, por outro, por ser uma plataforma digital que garante a interação e o aumento do potencial humano, sustentados no trabalho colaborativo.

O OCIUPorto tem como objetivo primordial, não só divulgar como desenvolver uma oferta formativa moderna, uma área científica emergente e um perfil profissional recente que o mercado de trabalho necessita mas, em alguns casos, desconhece.

O observatório integra uma detalhada base informacional e uma infraestrutura tecnológica corporizando um projeto colaborativo entre elementos da comunidade académica da U.Porto de forma a garantir o acompanhamento da evolução da área de Ciência da Informação. Tendo em conta as rápidas mudanças e múltiplas realidades, o *know-how* adquirido pelas equipas responsáveis por este projeto é transmitido de um ano para o outro como se de uma geração se tratasse. O *crowdsourcing* implícito ao trabalho colaborativo é estimulado, promovendo-se a circulação de ideias e os contributos internos e externos, bem como a introdução das inovações tecnológicas, num meio dinâmico como é a Internet. Constitui-se, desta forma, uma rede colaborativa de contactos entre uma comunidade reforçada por uma temática em comum, reconhecendo-se processos inovadores e enriquecendo a instituição académica com a deteção de tendências no âmbito da CI.

Em suma, o OCIUPorto não é meramente um observatório universitário ou da área de Ciência da Informação mas uma conjugação de vetores de interesse para a comunidade académica, garantindo a sua divulgação através de instrumentos de *web marketing* como o caso das redes sociais que permitem um *feedback* praticamente instantâneo dos utilizadores da plataforma, podendo ocorrer sugestões de melhoria, controlo do impacto de avaliações negativas e reações atempadas às mesmas. Alicerçando a comunicação via *online* com a gestão da informação e a gestão de projetos através dos recursos corretos e ativando o potencial de cada elemento.

## Evolução do OCIUPORTO

O Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto é criado a partir de um projeto colaborativo no âmbito da unidade curricular de Gestão de Serviços de Informação, no ano letivo de 2006/2007. Visa responder à necessidade de criar uma plataforma que unificasse a comunidade CI da U.Porto, integrando tanto atuais alunos como *alumni*, por forma a controlar e gerir toda a informação proveniente da experiência académica e profissional dos mesmos. Com esta base constituiu-se uma rede comunicacional e informacional de contactos entre o meio académico e as organizações e instituições externas, agregando e dando a conhecer as entidades/instituições parceiras ou que acolhiam licenciados ou mestres. Além disso, o OCIUPorto nasce também com o objetivo específico de divulgação tanto da Licenciatura e Mestrado em Ciência da Informação como do Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais.

No primeiro ano de existência, fruto de um trabalho na unidade curricular já referida, submetido ao tema «criar um espaço dinâmico à imagem e para os estudantes e ex-estudantes da LCI, divulgando uma licenciatura inovadora», surge em HTML a primeira versão do observatório. Para criação de uma imagem do curso, foi desenvolvida ainda nesse ano a primeira versão do logótipo de Ciência da Informação na U.Porto.

Face à necessidade de garantir a atualização continuada dos dados, a interação entre estudantes e Alumni e fomentar a discussão sobre temáticas que preocupavam a comunidade de CI, a equipa do ano seguinte alterou e desenvolveu a base tecnológica do OCI.UPORTO como uma Twiki.

Em 2008/2009, a nova equipa teve como objetivo a internacionalização em termos de área científica, dos estudantes vindos de outros países para efetuarem a sua aprendizagem na U.Porto, nomeadamente através dos protocolos PL/LA e do programa Erasmus, e dos estudantes que da U.Porto seguiam para universidades estrangeiras. Neste contexto, desenvolveu-se a versão em inglês do Observatório, criou-se a área da Cooperação e foi elaborado o Manual de Administração do Observatório, para apoio à comunidade na realização de tarefas na plataforma Twiki.

A equipa de 2009/2010 desenvolveu o interface gráfico e, com a colaboração de outros estudantes, foi aplicado o primeiro inquérito por questionário a todos os licenciados, por forma a validar e completar a informação existente no Observatório e produzir o primeiro estudo sobre o percurso profissional dos licenciados em CI e a perceção que empregadores e colegas tinham do novo perfil e do respetivo desempenho. Este estudo foi apresentado no BOBCATSSS

2011 sob o título “Information Professionals: University of Porto case Study” (SILVA, et al., 2011).

Com a base colaborativa e a simplicidade de utilização da plataforma Twiki abriu-se a funcionalidade de atualização de dados do OCI.UPORTO aos alumni. Todavia, esta abertura exigiu que em 2010/2011 fosse desenvolvido um trabalho fundamental no que respeita à estrutura de dados e permissões de acesso ao OCIUP, habilitando os utilizadores, devidamente autenticados, à edição do respetivo percurso profissional e formativo, assim como partilhar experiências e ideias relacionadas com a Ciência da Informação através de um Fórum. Ainda nesse ano, e comemorando-se os 10 anos de existência do curso, a publicação do livro “O Curso de Licenciatura em Ciência da Informação: dez anos de atividade pedagógica e científica” (CASTRO et al. 2001) contou com o contributo da informação disponibilizada pelo Observatório e o apoio da equipa responsável pela sua gestão

No ano letivo de 2011/2012 o foco centrou-se no Mestrado em Ciência da Informação tendo-se procedido à aplicação de um inquérito por questionário aos Mestres em CI pela U.Porto no sentido de colher contributos para a reformulação do Plano de Estudos que estava a ser preparada para o 1º e 2º ciclos em CI.

O OCIUPorto não é mais do que um projeto académico desenvolvido na unidade curricular de Gestão de Serviços de Informação que incorpora no seu programa quer a temática da Gestão de Projetos, quer a do Profissional da Informação.

O ano de 2012/2013 marca a transformação do OCI.UPORTO no “Portal de CI da U.Porto”. Este período é marcado por profundas mudanças na plataforma tecnológica que suporta o funcionamento da Universidade e que aloja o OCI.UPORTO, surgindo a necessidade/oportunidade de o fazer evoluir da Wiki para o Joomla. Uma alteração que envolveu as direções dos cursos, os docentes responsáveis pelo projeto, os colaboradores do Centro de Informática do Professor Correia de Araújo (CICA) da FEUP e a equipa do ano letivo 2012/2013

Correspondendo ao reconhecimento da área de Ciência da Informação na Universidade do Porto e externamente, foi desenvolvida a nova imagem da CI@UPorto e a interface gráfica do OCI.UPORTO agora sustentada numa visão sistémica e integradora representada pelas seis peças de um puzzle que, identificando as áreas tratadas pelo Observatório evidenciam a importância da agregação desta informação numa plataforma única e dinâmica e a ligação da academia à comunidade. Foi, ainda, rejuvenescido o logótipo de Ciência da Informação colocando o foco na dinâmica do fluxo informacional com as cores da Faculdade de Letras e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Reflexo da maior complexidade do trabalho a desenvolver no âmbito do Observatório, foi alterado no ano letivo de 2013/2014 o respetivo modelo de gestão com a equipa gestora a integrar agora elementos da equipa do ano anterior e do ano em curso, por forma a garantir a transmissão do conhecimento e o funcionamento ininterrupto do OCI.UPORTO.

Neste ano foi reforçada a presença nas redes sociais, particularmente no LinkedIn, Facebook e Twitter. Esta aposta facilitou a comunicação de conteúdos da área da Ciência da Informação, divulgação de eventos, oportunidades de emprego, bem como a promoção de uma maior proximidade com as instituições, empresas e demais organizações. A otimização da recuperação passou pela criação de meta-informação dos conteúdos existentes e para agilizar a comunicação com os Alumni foram introduzidos no perfil individual botões de acesso para que cada ex-aluno solicitasse via correio eletrónico as atualizações do seu perfil e para a disponibilização e acesso ao respetivo *Curriculum Vitae*. Dado o volume de informação foi desenvolvida por estudantes (Almeida e Moreira, 2014), no âmbito da unidade curricular de Bases de Dados, do 3º ano da licenciatura, uma base de dados para o suporte à gestão da informação dos *alumni*, agregando o seu percurso profissional e académico, bem como as relações com entidades e respetivos contactos. Por fim, foi melhorada a imagem do Observatório a utilizar na plataforma e na comunicação. Este processo envolveu a melhoria da interface e a criação do logótipo do OCI simbolizada numa lupa que completa a ideia do puzzle e vinca a componente de observação, investigação e recuperação de informação. Foram também concebidos novos meios de comunicação promotores do ciclo de estudo da área de Ciência da Informação na Universidade do Porto como o caso das brochuras representativas da Licenciatura e Mestrado em Ciência da Informação e do Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, tanto numa versão em português como inglês

## Peças do Puzzle

Como um sistema é constituído por elementos interrelacionados e interdependentes, a estruturação do OCI.UPORTO sustenta-se, hoje, em seis secções, representadas como peças de um puzzle, que enunciam os domínios em foco: o Capacitar, o Investigar, o Ser Profissional, o Cooperar, o Comunicar e o Ser Empreendedor.

O «Capacitar» reflete através de fichas individuais o percurso dos *Alumni* de Ciência da Informação na U.Porto – Licenciatura Mestrado e Doutoramento. Como o curso não se foca apenas no desenvolvimento de capacidades e competências curriculares, também estão presentes nesta área as Comissões de Acompanhamento dos Curso, que compreendem tanto docentes como estudantes, e os portefólios individuais desenvolvidos pelos estudantes na



unidade curricular de Preservação e Conservação, do terceiro ano da licenciatura, constituindo estes uma via digital para a apresentação dos perfis individuais, percurso no curso e expectativas.

Na secção «Investigar» é disponibilizada a produção científica de estudantes, mestres e doutores, contendo artigos e comunicações da área de Ciência da Informação, dissertações de mestrado e teses de doutoramento passíveis de serem divulgadas, bem como participações em eventos nacionais e internacionais na área e a ligação às Unidades de Investigação associadas aos cursos (CETAC.MEDIA e INESC). Inclui, ainda, uma componente de suporte pedagógico e investigativo através do Dicionário Eletrónico de Terminologia em CI (DeltCI), uma parceria do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da FLUP com o Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Jurídicas e Económicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, agora alojado no OCI.UPORTO.

A ligação da realidade académica ao mercado laboral faz-se através da secção «Ser Profissional» que contém testemunhos de *alumni* e a lista de entidades acolhedoras de estágios curriculares e projetos de dissertação, bem como de entidades empregadoras de licenciados, mestres e doutores e associações relevantes para a área. São também aqui disponibilizadas as fichas de perfis profissionais em CI, resultado de um estudo desenvolvido por estudantes na unidade curricular de Gestão de Serviços de Informação, do 3º ano da licenciatura (BUSCHBECK e SOUSA, 2013).

Sendo a internacionalização um requisito particularmente importante para a comunidade CI não só foram traduzidos os conteúdos como se desenvolveu a secção «Cooperar», que evidencia as ligações da Universidade do Porto, na área CI, com outras instituições, nacionais e internacionais. São aqui identificados os estudantes Erasmus em mobilidade out e em mobilidade in, bem como os respetivos protocolos e os protocolos com os países lusófonos e latino-americanos.

A secção «Comunicar» abarca a comunidade CI, estudantes, *alumni* e docentes na sua ligação com o exterior. É aqui apresentado um breve historial da Ciência da Informação, análises estatísticas relacionadas com a área e com os cursos, quer as desenvolvidas no âmbito do Observatório, quer pela Universidade e entidades externas. É, também, estabelecida a ligação às redes sociais para promover um contacto mais contínuo e direto, sendo destacadas hiperligações de particular importância e disponibilizados os históricos da Newsletter CI, publicada entre 2009 e 2010, e das Jornadas de CI, um evento nacional de referência promovido anualmente pelos estudantes e que já vai na sua XIII edição.

Em Ciência da Informação também há lugar para o empreendedorismo. Na secção «Ser Empreendedor» é possível recuperar informação sobre os *alumni* que criaram as suas próprias

empresas, bem como sobre a atividade extracurricular desenvolvida no âmbito do StartUP@U.Porto (inicialmente designado como *Graduate Programme*). Este é um programa de empreendedorismo direcionado a estudantes universitários que resultada parceria da Universidade do Porto com a *Junior Achievement Portugal* e envolve docentes e estudantes da LCI e do MCI, cuja participação e prémios nacionais e internacionais obtidos têm aqui um especial destaque.

## Conclusão

O desenvolvimento do OCI.UPORTO acompanhou a evolução tecnológica e o amadurecimento do resultado de um projeto que começou com uma estrutura em HTML, passando depois para Twiki, e de Twiki para Joomla. A primeira reformulação surgiu com o intuito de aumentar a colaboração em rede e a comunicação entre a comunidade CI a partir de um fórum de discussão. A mudança para Joomla representa a formalização do OCI.UPORTO no seio da Universidade e a consolidação da estrutura de acesso à informação.

Hoje o OCI.UPORTO encontra-se associado às páginas dos cursos no sistema SIGARRA – Sistema de Informação para Gestão Agregada dos Recursos e dos Registos Académicos, através de uma página intermédia que serve de ligação entre esta plataforma de informação sobre a CI na U.Porto e a plataforma de informação da Universidade do Porto.

Em cada ano letivo uma equipa renovada assume a sua gestão, desenvolvimento e melhoria contínua pensando nos atuais estudantes, nos que já o foram e nos desafios que a evolução da área científica, da universidade, do mercado de trabalho e da sociedade em geral coloca num ambiente marcado pelas rápidas mudanças.

Agregando recursos e contributos diversificados que ultrapassam as duas faculdades diretamente envolvidas com a CI, constitui um projeto catalisador do trabalho colaborativo na Universidade do Porto, tendo atingido, atualmente, uma fase de maturidade que o torna uma referência e confere uma capacidade propulsora de projetos do género em outras Universidades.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Cláudia; MOREIRA, Maria de Lurdes (2014) – *Base de dados OCI: Enquadramento e Especificação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Trabalho académico.

BUSCHBECK, Andrea; SOUSA, Vanessa (2013) – *Caderno Perfis Profissionais em Ciência da Informação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Trabalho académico.

CASTRO, António [et al.], coord. (2011) – *O curso de licenciatura em ciência da informação na U. Porto: dez anos de actividade pedagógica e científica*. Porto: Faculdade de Letras: Faculdade de Engenharia, 2011. 124 p. : il. ; 26 cm. ISBN 978-972-8932-75-6.

DAVID, Gabriel; AZEVEDO, Ana Maria; RIBEIRO, Fernanda (2008) – Dez anos de um curso em Gestão de Informação na U. Porto: lições aprendidas e caminho futuro. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal*. Ed. José António Frías, Crispulo Travieso. Salamanca : Universidad. ISBN 84-7481-654-9. p. 225-241.

MARCIAL, Noel Angulo (2009) – Qué son los observatorios y cuáles son sus funciones? *Innovación Educativa*. Vol. 9, N° 47 (2009) p. 5-17.

OCIUPORTO. *Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto*. [em linha]. Universidade do Porto: OCIUP. [Consult. 16 Agosto 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://ciuporto.up.pt/>>.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo (2008) – A Formação em Informação e Documentação: Portugal na Contemporaneidade. *Páginas A&B*. N° 1 (2008) p. 7-62.

RIBEIRO, Fernanda (2007) – An integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums: a new paradigm, a new training model. *Journal of Education for Library and Information Science*. Chicago. ISSN 0748-5786. 48:2 (Spring) 116-124.

RIBEIRO, Fernanda; PINTO, Maria Manuela (2009) – *LIS Education and Training in Portugal*. [em linha]. *IFLA SET Bulletin*. S.l. ISSN 1450-0647. 10:1 (January 2009) 6-11. [Consult. 16 Agosto 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/39364>>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2012) – Documentation / Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. *Knowledge Organization*. ISSN 0943-7444, 39 (2012) 111-124.

SILVA, Letícia; BARROS, David; OLIVEIRA, Susana; PINTO, Maria Manuela; RIBEIRO, Fernanda (2011) – Information professionals: University of Porto case study. In *INTERNATIONAL*

*SYMPOSIUM OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE – BOBCATSSS 2011*, 19th, Szombathely, 2011 – *Finding new ways: proceedings*. [em linha]. University of Western Hungary, Oslo University College. [Consult. 16 Agosto 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/73776>>.

---

<sup>1</sup> De acordo com verbete «Ciência da Informação» do DeltCI – Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação

## **Produção científica portuguesa em ergonomia: uma análise baseada em dados da Web of Science**

---

**Helena Sofia Coelho**

Universidade de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Biblioteca  
[hscoelho@fmh.ulisboa.pt](mailto:hscoelho@fmh.ulisboa.pt)

### **Resumo**

O presente trabalho incide sobre a produção de artigos científicos no domínio da ergonomia por parte de instituições portuguesas. Utilizando como fonte de informação a Principal Coleção da Web of Science, uma base de dados desenvolvida pela agência Thomson Reuters, foram reunidos dados referentes aos documentos classificados como artigos, publicados num período de cerca de 15 anos em revistas incluídas na categoria de ergonomia, com pelo menos um autor com afiliação institucional portuguesa. Com base no tratamento e enriquecimento desses dados, são apresentadas não só medidas da produtividade institucional, mas também alguns resultados da colaboração internacional, a partir da listagem dos outros países que participaram nos estudos desenvolvidos, as áreas de investigação que mais atenção têm recebido e outras informações de âmbito bibliométrico. Conclui-se que a produção científica portuguesa evoluiu positivamente no período estudado, tendo o número de artigos indexados na Principal Coleção da Web of Science aumentado e estando a maioria deles publicada em revistas dos dois primeiros quartis da categoria de ergonomia. A Universidade de Lisboa e a Universidade do Minho são as instituições que mais contribuem para a produção científica nacional na área.

**Palavras-chave:** Ergonomia, Produção científica, Bibliometria, Web of Science, Portugal

### **Portuguese scientific production in the category of ergonomics: an analysis based on Web of Science data**

#### **Abstract**

This work focuses on the production of scientific articles in the field of ergonomics by Portuguese institutions. Using Web of Science Core Collection, a database

developed by the Thomson Reuters Corporation, as the source of information, data was gathered concerning records classified as articles, published over a period of approximately 15 years in journals included in the category of ergonomics, with at least one author affiliated to a Portuguese institution. Based on the processing and enrichment of these data, institutional productivity metrics are presented, as well as some results of international cooperation obtained from the list of foreign countries that participated in the studies, together with the research areas that have received more attention and other bibliometric information. It follows that the Portuguese scientific production evolved positively along the study period, with an increase on the number of articles indexed in the Web of Science Core Collection, the majority of them being published in journals ranked on the first two quartiles of the ergonomics category. The University of Lisbon and the University of Minho are the institutions that most contribute to the national scientific production in that category.

**Key-words:** Ergonomics, Scientific production, Bibliometrics, Web of Science, Portugal

## Introdução

O termo «ergonomia», como afirma MacLeod (1994), deriva das palavras gregas *ergon* e *nomos*, que significam, respetivamente, «trabalho» e «regras». Portanto, a ergonomia poderia ser definida literalmente como «as regras do trabalho». Todavia, este autor prefere caracterizá-la como a área de estudo que procura conceber instrumentos e tarefas compatíveis com as capacidades e limitações humanas, podendo uma tarefa ser física ou mental, enquanto um instrumento pode variar desde um objeto simples a todo um sistema organizacional.

Mais recentemente, De Montmollin e Darses (2011, p. 10) distinguem duas correntes complementares que hoje caracterizam esta área do saber: a primeira, mais antiga, «considera a ergonomia como a descrição das capacidades dos seres humanos que efetuam tarefas motoras e cognitivas» e orienta-se para a conceção de dispositivos técnicos; a segunda define-a como «a análise global das situações de trabalho», visando melhorá-las.

Uma vez que a importância da investigação em ergonomia é reconhecida (e.g., Monteiro, 2009; Pandve, 2013; Suárez Sánchez, 2014), este trabalho propõe-se identificar o conjunto de artigos científicos publicados por autores com afiliação a instituições portuguesas, num intervalo temporal de cerca de 15 anos, em revistas incluídas na categoria de ergonomia de uma base de dados de referência, efetuando uma breve análise bibliométrica.

## Revisão da literatura

A ergonomia é uma ciência de desenvolvimento relativamente recente, que incorpora conhecimentos de diversas disciplinas, pelo que grande parte dos primeiros estudos

bibliométricos relevantes foi conduzida em áreas como a psicologia, a engenharia ou a saúde ocupacional (Smith, 2010).

Por sua vez, a bibliometria pode ser definida como uma técnica quantitativa e estatística que visa medir índices de produção e disseminação do conhecimento, bem como acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e os padrões de autoria, publicação e uso dos resultados de investigação (Lopes et al., 2012).

Existem vários índices bibliométricos que podem ser aplicados na avaliação da produtividade de investigadores ou instituições. Os números totais de documentos publicados e citações, por si só, são pouco relevantes (Adams, 2009), mas são essenciais para o cálculo de indicadores mais interessantes da dimensão quantitativa da produção científica, como a percentagem de documentos citados e a média de citações por documento. O primeiro estima o grau de visibilidade alcançado em relação ao conjunto de documentos considerado e o segundo indica de forma direta o impacto atingido por um grupo de artigos (Daýan Aguiar et al., 2012).

Outro indicador é o índice  $h$ , que combina a quantidade de artigos publicados com o número de citações recebidas. Foi concebido para a avaliação individual dos investigadores, mas hoje também é utilizado para apreciação do rendimento de instituições e revistas (Kosmulski, 2013). Considera-se que assume um valor  $X$  quando existem  $X$  artigos com pelo menos  $X$  citações, sem que existam  $X+1$  artigos com pelo menos  $X+1$  citações.

Apesar dos problemas apontados ao recurso às citações como forma de medir o impacto da investigação (MacRoberts & MacRoberts, 2010), a análise bibliométrica baseada nelas é vastamente utilizada para esse fim (Hicks & Melkers, 2012), com eventuais consequências no desenvolvimento de políticas científicas (Louzada-Junior & Freitas, 2011). Tal análise tem ainda potencial para apoiar o planeamento estratégico dos autores na submissão de artigos para publicação. Contudo, em Portugal existem ainda poucos estudos na área da bibliometria, como referem Oliveira et al. (2013).

Em consequência, este trabalho propõe-se aplicar, numa disciplina que se afigura relevante, nomeadamente a ergonomia, um procedimento semelhante ao aplicado noutras áreas científicas (e.g., Daýan Aguiar et al., 2012; Wang et al., 2014), de modo a realizar uma abordagem bibliométrica da produção nacional.

## Metodologia

A principal Coleção da Web of Science foi a fonte primária de informação para este trabalho, não só devido à sua disponibilidade, mas também porque oferece opções de pesquisa avançada e funcionalidades que tornam mais expedito o processo de análise de resultados. Juntamente com o Journal Citation Reports (JCR), utilizado para recolha de informação complementar acerca das revistas onde os artigos foram publicados, constitui



um recurso de referência, não só para investigadores, mas também para todos os profissionais da informação (Maximino, 2008).

A definição de uma chave de pesquisa para obtenção da lista de registos para análise foi uma etapa crucial deste trabalho, tendo-se verificado que uma pesquisa pelo tópico «ergonom\*», com truncatura para que a lista de resultados incluísse registos com termos distintos ligados à ergonomia, excluía muitos artigos publicados em revistas dedicadas a essa área. Todavia, considerando que é atribuída pelo menos uma categoria de assunto a todos os livros e publicações periódicas cobertos pela Principal Coleção da Web of Science, (sendo «ergonomics» uma dessas categorias) e contendo todos os registos nessa base de dados a categoria de assunto da sua fonte no campo «Categorias Web of Science» (WC), optou-se por utilizar este campo na construção da chave de pesquisa.

Por outro lado, para obter registos de autores afiliados a instituições portuguesas, utilizou-se o campo «País» (CU). Obteve-se então a seguinte chave de pesquisa, que foi introduzida na caixa de pesquisa avançada:

WC=Ergonomics AND CU=Portugal

Foi aplicado um filtro cronológico para limitar os resultados aos documentos publicados entre 2000 e 2014. Em seguida, os registos foram também filtrados segundo a tipologia documental, tendo sido retidos para posterior análise aqueles que se encontravam classificados como artigos. Esta pesquisa foi realizada a 11 de dezembro de 2014.

Através das funcionalidades de análise de resultados disponibilizadas pela Web of Science (WoS), foram geradas tabelas contendo a distribuição do número de artigos científicos publicados (variável representada por A) de acordo com anos, países/territórios, títulos de revistas, áreas de pesquisa e afiliação institucional dos autores. Este valor é também expresso como percentagem, %A. Sempre que se afigurou relevante, foi adicionada informação a essas tabelas, como o total de citações recebidas (C) e o número de artigos citados, ou seja, o número de artigos que receberam pelo menos uma citação (AC), de modo a medir o volume da produção científica que alcançou o impacto mínimo esperado.

Adicionalmente, foi estimado o índice h das instituições portuguesas que surgiam na lista de resultados, bem como a percentagem de documentos citados (%AC) e a média de citações por documento (C/A).

Na tabela referente à distribuição dos artigos por revistas, foi acrescentado o fator de impacto (FI) de cada uma, bem como o quartil onde se situa, tendo esses dados sido recolhidos da edição mais recente do Journal Citation Reports, da Thomson Reuters (ou seja, da edição de 2013).

A variabilidade na designação de algumas instituições exigiu um esforço de uniformização das afiliações institucionais, tendo-se dado preferência à identificação que a Web of Science considera «aprimorada» (*enhanced*), quando disponível. Porém, ainda assim,

persistia alguma falta de uniformidade, patente na utilização de abreviaturas a par de nomes completos em registos distintos. Para evitar ambiguidades, procurou-se utilizar os nomes completos das instituições, bem como unificar os vários componentes duma instituição. Por outro lado, uma vez que as línguas portuguesa e inglesa coexistiam nos registos e tendo o presente estudo sido elaborado com vista à publicação numa revista portuguesa, optou-se por utilizar o português na designação das instituições.

## Resultados e discussão

A Tabela 1 (Distribuição da produção científica global e nacional por anos de publicação) inclui todas as tipologias documentais existentes, para fontes classificadas na categoria de ergonomia.

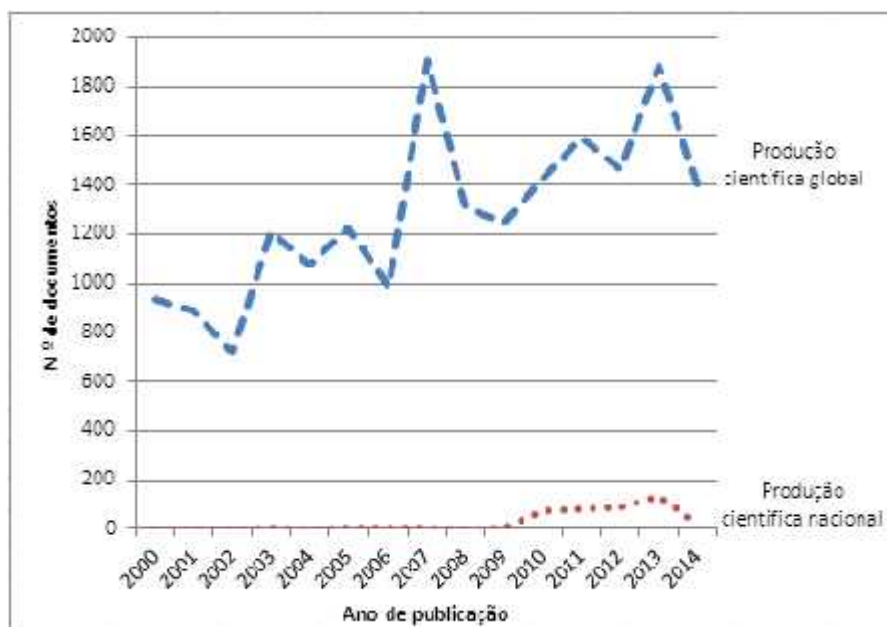
Observando a evolução do número de registos ao longo do tempo, verifica-se que, apesar de algumas flutuações, existe uma tendência para o aumento do número de publicações em ergonomia, sendo os valores mais recentes superiores aos observados nos primeiros anos do século XXI. Ao nível global, é digno de nota a ocorrência de um pico em 2007, seguido de uma queda em 2008, de tal modo que, embora os números tenham voltado a subir, ainda não ultrapassaram aquele pico.

Tanto no panorama nacional como no global, observa-se uma queda no total de publicações de 2013 para 2014, a qual poderá ser, pelo menos em parte, um artefacto provocado pelo atraso na adição de registos mais recentes à base de dados.

Anos	Nº global de registos	% global de registos (% de 19256)	Nº nacional de registos	% nacional de registos (% de 446)
2014	1400	7,27	25	5,61
2013	1879	9,76	135	30,27
2012	1466	7,61	87	19,51
2011	1593	8,27	85	19,06
2010	1429	7,42	77	17,26
2009	1245	6,47	8	1,79
2008	1304	6,77	1	0,22
2007	1906	9,90	8	1,79
2006	985	5,12	4	0,90
2005	1222	6,35	5	1,12
2004	1076	5,59	2	0,45
2003	1211	6,29	5	1,12
2002	719	3,73	1	0,22
2001	891	4,63	2	0,45
2000	930	4,83	1	0,22
<b>TOTAL</b>	<b>19256</b>	<b>100,00</b>	<b>446</b>	<b>100,00</b>

**Tabela 1:**  
Distribuição da produção científica global e nacional por anos de publicação<sup>(\*)</sup>

O Gráfico 1 (Distribuição temporal da produção científica na categoria de ergonomia da WoS) permite comparar visualmente os números de registos associados a Portugal com a globalidade dos documentos publicados no intervalo de tempo em análise, revelando uma presença reduzida da investigação portuguesa.



**Gráfico 1:**  
Distribuição temporal da produção científica na categoria de ergonomia da WoS<sup>(\*)</sup>

A Tabela 2 (Distribuição da produção científica global e nacional por tipologia documental) mostra que, ao nível global, a maior parte dos registos (73,37%) estão classificados como artigos (*articles*), mas a publicação de documentos em livros de atas (*proceedings papers*) parece ser a principal via de difusão da produção científica portuguesa, correspondendo a 81,17% do seu total.

Convém referir que alguns registos possuem uma dupla classificação. Por exemplo, três registos com afiliação institucional a Portugal são considerados simultaneamente artigos (*articles*) e documentos em livros de atas (*proceeding papers*). Devido a esse facto, a soma do número de registos em colunas, caso fosse calculada, tanto para Portugal, como a nível global, seria superior ao número de registos diferentes que efetivamente existem. Assim sendo, não se incluiu nesta tabela uma linha final para os totais que as colunas perfazem.

Considerando a preponderância internacional dos artigos científicos, a análise bibliométrica que se segue incidirá nos 81 registos recuperados como tal e que têm pelo menos um autor com afiliação institucional portuguesa (incluindo os três que são

simultaneamente classificados como *articles* e *proceedings papers*), sendo o estudo mais pormenorizado das restantes tipologias documentais relegado para trabalhos posteriores.

Tipologia documental	Nº global de registos	% global de registos (% de 19256)	Nº nacional de registos	% nacional de registos (% de 446)
Documento em livro de atas	4488	23,31	362	81,17
Artigo	14128	73,37	81	18,16
Editorial	586	3,04	4	0,90
Artigo de revisão	256	1,33	2	0,45
Recensão literária	341	1,77	0	0,00
Correção	93	0,48	0	0,00
Item biográfico	45	0,23	0	0,00
Carta	29	0,15	0	0,00
Republicação	5	0,03	0	0,00
Notícia	1	0,01	0	0,00
Bibliografia	1	0,01	0	0,00

**Tabela 2:**

Distribuição da produção científica global e nacional por tipologia documental<sup>(\*)</sup>

A Tabela 3 (Distribuição dos artigos com participação nacional por ano de publicação) considera esses 81 artigos. A partir desta fase, será utilizada a notação explicitada na Metodologia (onde A representa o número de artigos e %A a respetiva percentagem).

Anos	A	%A
2014	22	27,16
2013	12	14,81
2012	17	20,99
2011	4	4,94
2010	4	4,94
2009	7	8,64
2008	1	1,23
2007	4	4,94
2006	1	1,23
2005	4	4,94
2004	1	1,23
2003	2	2,47
2002	1	1,23
2001	1	1,23
2000	0	0,00

**Tabela 3:**

Distribuição dos artigos com participação nacional por ano de publicação<sup>(\*)</sup>

Salienta-se que, apesar de se ter observado uma redução no total de registos de 2013 para 2014, a nível nacional e global, o número de artigos científicos com afiliação institucional portuguesa publicados não diminuiu nesse período, tendo até aumentado, o que transmite uma perspetiva otimista da produção nacional.

A ferramenta de criação de relatórios de citações para listas de resultados da WoS revela que estes 81 artigos receberam um total de 262 citações, sendo a média de citações por item igual a 3,23.

### Caracterização das publicações periódicas

A Tabela 4 (Revistas da categoria WoS de ergonomia que publicaram artigos com participação de instituições portuguesas) revela que os 81 artigos científicos se distribuem por 15 revistas, cabendo o maior número à «Accident Analysis and Prevention» (15 documentos, correspondentes a 18,52% do total). Segue-se a «Applied Ergonomics», com 13 artigos (16,05%). Estas duas revistas têm fatores de impacto que as colocam no primeiro quartil da categoria de ergonomia. Por estas razões, não surpreende que tenham também o maior número de artigos citados.

Verifica-se que as revistas nos dois primeiros quartis da categoria de ergonomia acolheram mais de metade dos 81 artigos, tendo a maioria deles recebido citações, o que constitui um resultado positivo para a ciência nacional.

Títulos de revistas	A	%A	AC	C	FI	FI (5 anos)	Quartil
Accident Analysis and Prevention	15	18,52	13	59	2.571	3.096	1
Applied Ergonomics	13	16,05	9	29	1.332	1.642	1
International Journal of Industrial Ergonomics	11	13,58	7	64	1.214	1.369	2
International Journal of Human-Computer Studies	7	8,64	6	26	1.165	1.942	2
Interacting with Computers	6	7,41	4	9	0.731	1.365	4
Universal Access in the Information Society	5	6,17	2	2	0.397	–	4
Human Factors and Ergonomics in Manufacturing & Service Industries	5	6,17	3	9	0.862	0.724	3
International Journal of General Systems	4	4,94	4	28	0.786	0.848	2
Journal of Safety Research	3	3,70	2	7	1.303	1.940	2
International Journal of Occupational Safety and Ergonomics	3	3,70	2	2	0.253	0.595	4
New Technology, Work and Employment	2	2,47	2	6	0.735	0.904	3
Human Factors	2	2,47	2	12	1.290	1.964	2
Ergonomics	2	2,47	1	6	1.608	1.778	1
Behaviour & Information Technology	2	2,47	1	2	0.839	1.261	3
Travail Humain	1	1,23	1	1	0.129	0.235	4

**Tabela 4:**

Revistas da categoria WoS de ergonomia que publicaram artigos com participação de instituições portuguesas<sup>(\*)</sup>

Convém referir que a tabela originalmente gerada pela Web of Science, com os números e percentagens de artigos por revista, continha uma linha adicional para o título «Human Factors and Ergonomics in Manufacturing». Todavia, verificou-se que o seu ISSN era idêntico ao da publicação «Human Factors and Ergonomics in Manufacturing & Service Industries», tendo-se então optado por manter este título, com as devidas retificações ao nível dos valores obtidos.

Por outro lado, aponta-se que o «International Journal of General Systems», embora integre a categoria WoS de ergonomia, não mantém tal categoria no Journal Citation Reports (JCR), onde lhe foi atribuída apenas a categoria «computer science, theory & methods», na qual ocupa o segundo quartil. Enquanto todas as outras revistas se encontram incluídas na categoria de ergonomia do JCR Social Sciences Edition, de onde proveio a informação listada referente aos fatores de impacto e ao quartil, esta não consta do JCR Social Sciences Edition, mas apenas do JCR Science Edition, onde a categoria de ergonomia não existe. Por essa razão, os fatores de impacto e o quartil indicados para o «International Journal of General Systems» provêm do JCR Science Edition. Apesar de tal diferença, os artigos desta publicação foram mantidos no presente estudo, uma vez que ele se centra na categoria WoS ao qual a revista pertence e outros trabalhos que efetuam análises bibliométricas semelhantes parecem não considerar necessária a exclusão de registos com base na(s) sua(s) categoria(s) no JCR. Por exemplo, Wang et al. (2014), ao debruçarem-se sobre a Web of Science, não fazem referência a essa categorização, mencionando antes a classificação dos documentos em áreas temáticas de pesquisa, enquanto Dayán Aguiar et al. (2012), no seu estudo com recurso à Scopus, incluem explicitamente documentos publicados em revistas pertencentes a diferentes categorias dessa base de dados.

### Áreas de pesquisa

A Tabela 5 (Distribuição dos artigos em análise por áreas de pesquisa) utiliza uma tradução para português dos nomes das áreas da autoria da própria Thomson Reuters (2014).

Considerando que pode ser atribuída mais de uma área de pesquisa ao mesmo registo, não surpreende que a soma do número de artigos nas várias áreas ultrapasse o total em análise.

Da observação da tabela, conclui-se em primeiro lugar que existe uma estreita associação entre a produção científica na categoria da ergonomia e a área da engenharia, pois todos os 81 artigos foram classificados nessa área. Tal advirá certamente da importância da ergonomia para a engenharia, tanto na perspetiva dos trabalhadores (e.g., Thun, Lehr & Bierwirth, 2011; Suárez Sánchez, 2014), como tendo em vista a utilização que os consumidores farão dos bens produzidos (e.g., Xu, 2014).

Áreas de pesquisa	A	%A	AC	C	%AC	C/A
Engenharia	81	100,00	59	262	72,84	3,23
Psicologia	25	30,86	19	74	76,00	2,96
Ciência da computação	24	29,63	17	67	70,83	2,79
Saúde pública, ambiental e ocupacional	21	25,93	17	68	80,95	3,24
Transporte	18	22,22	15	66	83,33	3,67
Outros tópicos em ciências sociais	18	22,22	15	66	83,33	3,67
Negócios e economia	2	2,47	2	6	100,00	3,00
Ciência comportamental	2	2,47	2	12	100,00	6,00

**Tabela 5:**

Distribuição dos artigos em análise por áreas de pesquisa<sup>(\*)</sup>

Outro aspeto digno de nota é a sobreposição entre as ciências sociais e o transporte, pois os 18 artigos incluídos nessas áreas são os mesmos. Embora estas áreas tenham recebido relativamente poucos artigos, atingem valores elevados para a percentagem de artigos citados e para a relação C/A. As áreas de negócios e economia e ciência comportamental atingem uma percentagem de 100% artigos citados, registando-se a maior relação C/A para ciência comportamental, mas o facto de cada uma só incluir dois artigos torna estes valores pouco significativos.

### Distribuição da produção científica por instituições portuguesas

A Tabela 6 (Instituições portuguesas que contribuem para a produção científica na categoria WoS de ergonomia) apresenta vários indicadores quantitativos da produtividade institucional.

Os 81 artigos científicos em análise foram elaborados com a participação de 30 instituições portuguesas. Porém, 13 delas não intervieram em mais do que um artigo, enquanto duas (a Universidade de Lisboa e a Universidade do Minho) se distinguem pela maior produção científica. Uma vez que uma parte dos artigos destas duas instituições não recebeu até à data nenhuma citação, a percentagem de artigos citados e a relação C/A não são tão elevadas como as de outras organizações com menor produção, mas ainda assim é notório o seu contributo para a visibilidade internacional da investigação portuguesa.

Os resultados expostos sugerem que a instituição mais produtiva no contexto em estudo é a Universidade de Lisboa. No entanto, o seu índice h é igual ao da Universidade do Minho, devido às distribuições dos números de citações dos artigos, que se refletem numa proporção mais favorável de citações por artigo para esta segunda universidade.



Instituições	A	%A	AC	C	%AC	C/A	Índice h
Universidade de Lisboa	23	28,40	15	83	65,22	3,61	5
Universidade do Minho	17	20,99	11	67	64,71	3,94	5
Universidade Nova de Lisboa	8	9,88	7	36	87,50	4,50	4
Universidade da Madeira	7	8,64	5	13	71,43	1,86	3
Universidade do Porto	7	8,64	4	10	57,14	1,43	2
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	6	7,41	4	9	66,67	1,50	2
Instituto Politécnico do Porto	5	6,17	3	8	60,00	1,60	2
Universidade de Coimbra	4	4,94	4	15	100,00	3,75	3
Laboratório Nacional de Engenharia Civil	4	4,94	3	6	75,00	1,50	2
IADE-U : Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário	3	3,70	2	3	66,67	1,00	1
Universidade da Beira Interior	3	3,70	2	2	66,67	0,67	1
INESC TEC : INstituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – Tecnologia e Ciência	3	3,70	1	1	33,33	0,33	1
Universidade de Évora	2	2,47	2	26	100,00	13,00	2
ISCTE-IUL : Instituto Universitário de Lisboa	2	2,47	2	8	100,00	4,00	2
Instituto Politécnico de Coimbra	2	2,47	2	6	100,00	3,00	1
Universidade de Aveiro	2	2,47	2	5	100,00	2,50	2
Instituto Superior de Educação e Ciências	2	2,47	1	1	50,00	0,50	1
Instituto de Investigação das Pescas e do Mar	1	1,23	1	7	100,00	7,00	1
IREFREA PORTUGAL	1	1,23	1	7	100,00	7,00	1
Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (Centitvc)	1	1,23	1	6	100,00	6,00	1
Universidade Lusíada	1	1,23	1	5	100,00	5,00	1
Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)	1	1,23	1	4	100,00	4,00	1
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro	1	1,23	1	3	100,00	3,00	1
Hospital de São João	1	1,23	1	2	100,00	2,00	1
Instituto Politécnico de Leiria	1	1,23	1	1	100,00	1,00	1
Instituto Politécnico da Guarda	1	1,23	1	1	100,00	1,00	1
Agrupamento Escolas Infante D. Henrique	1	1,23	1	1	100,00	1,00	1
Centro de Computação Gráfica	1	1,23	0	0	0,00	0,00	0
Instituto Superior de Gestão	1	1,23	0	0	0,00	0,00	0
Instituto Universitário da Maia	1	1,23	0	0	0,00	0,00	0

**Tabela 6:**

Instituições portuguesas que contribuem para a produção científica na categoria WoS de ergonomia<sup>(\*)</sup>

## Colaboração internacional

Dos 81 artigos científicos em análise, 29 resultaram de colaboração internacional, tendo um total de 20 países/territórios cooperado com Portugal na produção científica de artigos na categoria WoS de ergonomia. A Tabela 7 (Países/Territórios que colaboraram com instituições portuguesas) apresenta os respetivos indicadores quantitativos.

Países/Territórios	A	%A	AC	C	%AC	C/A
EUA	7	8,64	6	14	85,71	2,00
Suécia	5	6,17	3	39	60,00	7,80
Inglaterra	5	6,17	4	30	80,00	6,00
Itália	5	6,17	3	27	60,00	5,40
Irlanda	4	4,94	3	22	75,00	5,50
França	4	4,94	2	21	50,00	5,25
Grécia	3	3,70	3	28	100,00	9,33
Finlândia	3	3,70	2	21	66,67	7,00
Alemanha	2	2,47	2	21	100,00	10,50
Espanha	2	2,47	2	13	100,00	6,50
Austrália	2	2,47	2	9	100,00	4,50
Coreia do Sul	2	2,47	2	5	100,00	2,50
Suíça	1	1,23	1	6	100,00	6,00
Taiwan	1	1,23	1	6	100,00	6,00
Bélgica	1	1,23	1	2	100,00	2,00
Brasil	1	1,23	1	2	100,00	2,00
República Checa	1	1,23	1	1	100,00	1,00
Turquia	1	1,23	1	1	100,00	1,00
Chile	1	1,23	0	0	0,00	0,00
Países Baixos	1	1,23	0	0	0,00	0,00

**Tabela 7:**

Países/Territórios que colaboraram com instituições portuguesas<sup>(\*)</sup>  
(o valor de %A é calculado com base num total de 81 artigos)

Os EUA foram o país que mais vezes colaborou com Portugal, com participação em sete artigos. Contudo, o total de citações recebido por esses artigos (14) é relativamente baixo, ficando aquém do registado para os resultados da cooperação com outros países. Mais do dobro dessas citações foi obtido para as cinco situações de colaboração com a Suécia e a Inglaterra, que se seguem na lista, daí resultando uma relação C/A mais favorável. Por outro lado, o contributo da Alemanha, embora se tenha verificado em apenas dois documentos, originou o valor mais elevado de citações por artigo desta tabela: 10,50.

## Considerações finais

A evolução da produção científica portuguesa em ergonomia, em geral, é positiva, tendo o número de artigos científicos indexados na Principal Coleção da Web of Science aumentado no período estudado.

Embora ainda se verifique uma baixa representatividade das instituições nacionais, no seu conjunto, os indicadores da dimensão quantitativa da produção científica utilizados neste trabalho traçam um quadro que não é de todo pessimista. É de esperar que o número de artigos publicados por instituições portuguesas aumente com o tempo, bem como o número de citações recebidas. Contudo, a provável transformação da realidade não reduz a

pertinência de trabalhos como o aqui exposto, o qual pretende contribuir para acompanhar a evolução de uma ciência de modo a torná-la passível de comparação com o trajeto de outras. A informação bibliométrica reunida poderá ser também útil aos investigadores que ponderam áreas de pesquisa e oportunidades de colaboração, eventualmente por intermédio dos profissionais de informação e documentação das instituições onde trabalham. Adicionalmente, espera-se que os métodos e conclusões desta investigação possam ser relevantes para outras áreas científicas.

## Referências bibliográficas

ADAMS, Jonathan (2009) – The use of bibliometrics to measure research quality in UK higher education institutions. *Archivum Immunologiae et Therapiae Experimentalis*. ISSN 0004-069X. Vol. 57, N° 1, p. 19-32

DAYÁN AGUIAR, Jorge [et al.] (2012) – Producción científica cubana sobre nanociencias y nanotecnología. *Ciencias de la Información* [Em linha]. Vol. 43, N° 1, p. 5-14. [Consult. 18 Set. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181423784002>>. ISSN 0864-4659

DE MONTMOLLIN, Maurice; DARSES, Françoise (2011) – *A ergonomia*. 2ª ed. Lisboa : Instituto Piaget. 142 p. ISBN 978-989-659-083-3

HICKS, Diana; MELKERS, Julia (2012) – *Bibliometrics as a tool for research evaluation* [Em linha]. [Consult. 26 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1035&context=diana\\_hicks](http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1035&context=diana_hicks)>.

KOSMULSKI, Marek (2013) – Are you in h? *Journal of Infometrics*. ISSN 1751-1577. Vol. 7, N° 3, p. 693-698

LOPES, Sílvia [et al.] (2012) – A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha]. N° 11. [Consult. 6 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429>>

LOUZADA-JUNIOR, Paulo; FREITAS, Max Victor Carioca (2011) – A Revista Brasileira de Reumatologia nos últimos dez anos: uma visão baseada em cienciometria. *Revista Brasileira*

*de Reumatologia* [Em linha]. Vol. 51, Nº 1, p. 4–6. [Consult. 26 Dez 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0482-50042011000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042011000100001)>. ISSN 0482–5004

MACLEOD, Dan (1994) – *The ergonomics edge: improving safety, quality, and productivity*. New York : Van Nostrand Reinhold. 278 p. ISBN 0–442–01259–4

MACROBERTS, M. H.; MACROBERTS, B. R. (2010) – Problems of citation analysis: a study of uncited and seldom-cited influences. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. ISSN 1532–2882. Vol. 61, Nº 1, p. 1–13

MAXIMINO, Pedro (2008) – A bibliometria e as bibliotecas: projectos de investigação. *Cadernos BAD* [Em linha]. Nº 1, p. 67–78. [Consult. 12 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/765/763>>. ISSN 1645–2895

MONTEIRO, Marlene Azevedo Magalhães (2009) – Importância da ergonomia na saúde dos funcionários de unidades de alimentação e nutrição. *Revista Baiana de Saúde Pública* [Em linha]. Vol 33, Nº 3, p. 416–427. [Consult. 26 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/223/pdf\\_38](http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/223/pdf_38)>. ISSN 2318–2660

OLIVEIRA, Silvana Roque de [et al.] (2013) – Uma análise bibliométrica do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1985–2012). *Cadernos BAD* [Em linha]. Nº 1/2, p. 22–38. [Consult. 12 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1026/1042>>. ISSN 1645–2895

PANDVE, Harshal T. (2014) – Role of ergonomics in health care. *Journal of Ergonomics* [Em linha]. Vol. 4, Nº 1. [Consult. 26 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://omicsgroup.org/journals/role-of-ergonomics-in-health-care-2165-7556.1000e121.php?aid=25873>>. ISSN 2165–7556

SMITH, Derek R. (2010) – Citation analysis and bibliometric research in the field of ergonomics. *Human Factors in Manufacturing & Service Industries*. ISSN 1090–8471. Vol. 20, Nº 3, p. 202–210

SUÁREZ SÁNCHEZ, Ana (2014) – The importance of ergonomics in industrial engineering. *Industrial Engineering & Management* [Em linha]. Vol. 3, N° 1. [Consult. 26 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://omicsgroup.org/journals/the-importance-of-ergonomics-in-industrial-engineering-2169-0316.1000e121.php?aid=23221>>. ISSN 2169-0316

THOMSON REUTERS (2014) – *Principal Coleção do Web of Science ajuda: área de pesquisa*. [Em linha]. [Consult. 28 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://images.webofknowledge.com/WOKRS514B4/help/pt\\_BR/WOS/hp\\_research\\_areas\\_eas\\_ca.html](http://images.webofknowledge.com/WOKRS514B4/help/pt_BR/WOS/hp_research_areas_eas_ca.html)>.

THUN, Jörn-Henrik; LEHR, Christian B.; BIERWIRTH, Max (2011) – Feel free to feel comfortable: an empirical analysis of ergonomics in the German automotive industry. *International Journal of Production Economics*. ISSN 0925-5273. Vol. 133, N° 2, p. 551-561

WANG, Bing [et al.] (2014) – An overview of climate change vulnerability: a bibliometric analysis based on Web of Science database. *Natural Hazards*. ISSN 0921-030X. Vol. 74, N° 3, p. 1649-1666

XU, Wei (2014) – Enhanced ergonomics approaches for product design: a user experience ecosystem perspective and case studies. *Ergonomics*. ISSN 0014-0139. Vol. 57, N° 1, p. 34-51

(\*) Fonte: Web of Science

## **Estratégias de preservação digital para documentos arquivísticos: uma breve reflexão**

---

**Henrique Machado dos Santos**

Universidade Federal de Santa Maria

[henrique.gralha@gmail.com](mailto:henrique.gralha@gmail.com)

**Daniel Flores**

Universidade Federal de Santa Maria

[dfloresbr@gmail.com](mailto:dfloresbr@gmail.com)

### **Resumo**

Tendo em vista o advento do documento digital na Arquivologia em decorrência dos avanços das Tecnologias da Informação, surge a necessidade de preservar este patrimônio digital. Desta forma, procedimentos de preservação digital são fundamentais para a manutenção da integridade e da autenticidade, além de garantir o acesso contínuo em longo prazo aos documentos arquivísticos digitais. Este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão sobre a implementação de estratégias de preservação digital considerando sua aplicação na Arquivologia. A metodologia utilizada consiste na abordagem qualitativa de materiais previamente publicados, desta forma, os dados coletados são analisados e confrontados a fim de realçar as vantagens e desvantagens das estratégias de preservação digital abordadas. Os resultados obtidos estão em conformidade com as discussões de diversos autores, evidenciando que nenhuma estratégia de preservação digital poderá ser implementada de forma isolada. Dentre os avanços mais significativos, destaca-se a convergência entre as estratégias, apresentando um possível cenário de interação e complementação. Além disso, essa discussão expõe um maior aprofundamento das vantagens e desvantagens das estratégias abordadas. Desta forma, busca-se fortalecer as teorias de preservação digital no âmbito da arquivística.

**Palavras-chave:** Documento digital, Arquivologia, Preservação digital, Documentos arquivísticos digitais, Estratégias

## **Strategies of digital preservation for archival documents: a brief reflection**

### **Abstract**

Given in view the advent of digital document in Archival science as a result of advances of information technology arises a need to preserve this digital heritage. In this way, digital preservation procedures are essential to maintaining the integrity and authenticity, and ensure access continued in long-term for digital archival documents. This article has objective to develop a reflection on the implementation of strategies of digital preservation considering its application in Archival science. The methodology used consists in approach qualitative of material previously published in this way, the data collected is analyzed and compared in order to highlight the advantages and disadvantages of the strategies of digital preservation discussed. The results are in accordance with the discussions of several authors, showing that any strategy of digital preservation can be implemented in isolation. Among the advances most significant, stands out a convergence between the strategies, presenting a possible scenario of interaction and complementation. In addition, this discussion exposes a deeper understanding of the advantages and disadvantages of the strategies approached. In this way, we seek to strengthen the theories of digital preservation within the archival.

**Key-words:** Digital document, Archival science, Digital preservation, Digital archival document, Strategies

### **Introdução**

A contínua e acelerada evolução da Tecnologia da Informação ocasionou transformações expressivas nos hábitos do público em geral, dentre estas transformações pode-se observar especificamente a gênese do documento arquivístico, considerado o principal objeto de estudo da Arquivologia (Rondinelli, 2005). Deste modo, o documento arquivístico possui novo suporte e características próprias em relação a «sua produção, classificação, avaliação, descrição e comprovação de autenticidade». (Sousa, 2007, p. 81).

A abordagem do documento arquivístico se justifica pelo fato deste se divergir do documento biblioteconômico em relação a sua produção e custódia. O documento biblioteconômico é produzido para fins culturais enquanto o documento arquivístico possui inicialmente um valor administrativo, e, após avaliação atinge o valor cultural (Schellenberg, 2006). Além disso, o documento arquivístico possui forma e suporte variados (Bellotto, 2006). Desta forma, as ações de preservação digital deverão contemplar suas especificidades com relação a integridade, autenticidade, capacidade probatória e contexto



de produção (Márdero Arellano, 2008). Realçando que os arquivos necessitam acessar e oferecer documentos autênticos e utilizáveis aos usuários, devido a prestação de serviços probatórios em longo prazo (Sweden, 2005).

A adesão das ferramentas de Tecnologia da Informação na Arquivologia proporcionou a expansão para o meio eletrônico, passando assim a também utilizar suportes eletrônicos acessíveis somente por meio de equipamentos eletrônicos. Neste contexto, a produção de documentos arquivísticos digitais ocorreu de forma paralela ao aumento geral da informação registrada (Sousa, 2007). Em linhas gerais «o documento se transformou, então, de objeto físico em objeto conceitual, controlado por metadados que combinam virtualmente conteúdo, contexto e estrutura». (Fonseca, 2005, p. 63).

Entretanto o documento digital possui uma série de complexidades e especificidades, no que se refere, a vulnerabilidade e a facilidade de alterar, reformatar e falsificar sem deixar vestígios, o que poderá comprometer a sua autenticidade e o acesso em longo prazo (Brasil, 2004a; 2011; 2012; Corrêa, 2010; Ferreira, 2006; Innarelli, 2006; Interpares, 2007a). Tendo em vistas estas questões será necessária a interferência humana definindo políticas de preservação digital (Ferreira, 2006; Innarelli, 2006; Márdero Arellano, 2004). Definições estas que são de extrema importância, pois uso inadequado das ferramentas de Tecnologia da Informação poderá ser responsável «pelo desaparecimento de registros e, conseqüentemente, colocar em risco a integridade dos acervos arquivísticos» (Paes, 2004, p. 158).

A obsolescência tecnológica e a fragilidade das mídias de armazenamento, principais causadoras da perda de documentos digitais, podem levar a perda da memória digital (Sayão, 2010). Considerando a fragilidade manifestada em nível de hardware, software e suporte, «a aplicação de estratégias de preservação para documentos digitais é uma prioridade, pois sem elas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos de longo prazo». (Márdero Arellano, 2008, p. 48). Desta forma, o grande impasse da preservação digital está na ausência de métodos comprovados para assegurar a existência e a continuidade do acesso à informação digital, utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis (Sweden, 2005). Além disso, a ausência de políticas de preservação digital nas instituições agrava a situação deixando o patrimônio digital vulnerável à obsolescência.

Tendo em vista as questões apresentadas sobre a evolução da tecnologia da informação; o advento do documento digital na Arquivologia; e a necessidade da aplicação de estratégias de preservação digital, este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as estratégias de preservação digital aplicáveis à Arquivologia. Desta forma, são comparadas as suas vantagens e desvantagens, considerando a preservação da integridade, autenticidade e a fim de garantir o acesso em longo prazo. Serão abordadas as seguintes

estratégias de preservação digital: preservação de tecnologia, emulação, encapsulamento, refrescamento e migração.

O método para realizar este estudo consiste na abordagem qualitativa, os procedimentos técnicos são de ordem bibliográfica, caracterizada por abordar materiais publicados (Silva; Menezes, 2005).

### **Preservação digital**

A preservação digital consiste na atividade de garantir o acesso à informação em meio digital, mantendo a sua integridade e autenticidade. Esta informação deverá ser interpretada por uma plataforma tecnológica do futuro que será diferente da que foi utilizada no momento de sua criação (Brasil, 2004a; Ferreira, 2006). O advento do documento digital na arquivística mostra uma nova face da preservação, pois «o importante, agora, é a preservação de conteúdos». (Fonseca, 2005, p. 64). O foco da preservação de documentos digitais está no objeto conceitual.

### **Estratégias de preservação digital**

A preservação digital compreende procedimentos de ordem estrutural e operacional. Os procedimentos estruturais são os investimentos iniciais, já os de ordem operacional são as atividades aplicadas para a preservação física, lógica e intelectual dos documentos digitais (Márdero Arellano, 2004; Thomaz, 2004). Os procedimentos estruturais podem ser entendidos como as políticas de preservação e os procedimentos operacionais são as atividades técnicas realizadas sobre os documentos digitais.

Até o momento nenhuma estratégia se mostrou eficaz de modo que possa ser aplicada a todos os tipos de documentos digitais (Brasil, 2004b; Ferreira, 2006). Isto reforça a necessidade de explorar as estratégias existentes a fim de estabelecer um conhecimento mais sólido de sua aplicabilidade.

O foco de preservação das estratégias se concentra em níveis do objeto digital: físico, lógico ou conceitual. Segundo Thibodeau (2002), o objeto físico é aquele interpretado pelo hardware, e posteriormente transformando em objeto lógico, este é interpretado pelo software, que posteriormente o transforma em objeto conceitual, o qual poderá ser interpretado por humanos.

### **Preservação de tecnologia**

Esta estratégia concentra-se na preservação e manutenção de todo o hardware e software utilizados na concepção do objeto digital em sua forma original. Sua implementação parte da criação de «museus tecnológicos», a fim de conservar a plataforma considerada necessária para correta interpretação/representação dos objetos digitais. Esta estratégia segundo Lee, et al. (2002 Cit. Por Ferreira, 2006) possui foco na preservação do

objeto conceitual, considerada por diversos pesquisadores como a única capaz de assegurar a fidedignidade dos documentos digitais.

Ao implementar a preservação de tecnologia, não basta apenas salvar o software que interpreta os objetos digitais, também é preciso manter o hardware (Márdero Arellano, 2008). Do contrário poderão ocorrer falhas no plano de preservação devido à incompatibilidade entre o hardware e o software utilizados.

Os objetos digitais quando preservados no contexto tecnológico no qual foram criados originalmente, poderão ser acessados continuamente e interpretados da maneira correta. O objeto lógico não sofrerá alterações em sua estrutura, sejam acréscimos ou perdas de conteúdo.

Em contrapartida, a preservação de tecnologia possui pontos negativos como, por exemplo, o alto custo operacional, tornando-se inviável em longo prazo. Além disso, o acesso para público externo ao acervo pode ser tornar extremamente restrito, e até mesmo impossibilitado devido à necessidade de hardware e software específicos para a leitura e interpretação dos objetos digitais. Os ciclos de obsolescência cada vez mais acelerados tornam as peças de reposição e os profissionais qualificados para a manutenção cada vez mais caros e escassos. Conforme Grácio e Fadel (2010):

«Com os avanços das TIC, sobretudo do hardware e do software utilizados, esse tipo de preservação, entretanto, apresenta problemas, pois é inevitável que qualquer plataforma tecnológica, mesmo a mais popular, acabe se tornando obsoleta e deixando de existir. Desta forma não será possível no futuro recuperar a informação digital preservada». (Grácio; Fadel, 2010, p. 73).

Logo, a dependência de hardware, software e profissionais específicos tornará o acervo vulnerável, sob o risco da impossibilidade de efetuar a manutenção aos equipamentos.

A preservação de tecnologia apresenta limitações para recuperação de documentos em logo prazo, porém esta estratégia não deve ser excluída do plano de preservação. A preservação de tecnologia poderá ser a mais apropriada para períodos de curto prazo ou na situação em que não seja possível aplicar outra estratégia. Isto porque, haverá casos onde será preferível manter o objeto lógico original com sua respectiva plataforma de hardware e software, e somente implementar outras estratégias quando for comprovada a sua eficácia.

De maneira geral, a preservação de tecnologia deverá ser implementada em curto prazo, como uma estratégia de transição, minimizando os seus próprios custos e o seu risco eminente de obsolescência tecnológica. Este período no qual é aplicada poderá servir como um intervalo para a escolha da estratégia mais indicada para a documentação.

### **Emulação**

Assim como as estratégias de preservação de tecnologia, a emulação parte do princípio de preservar o objeto lógico original, (Ferreira, 2006), mantendo a integridade de

conteúdo e suas funcionalidades. A emulação simula plataformas de hardware e/ou software, as quais são consideradas obsoletas, possibilitando assim, a interpretação dos objetos digitais em sua concepção original.

Os problemas ocasionados pela obsolescência podem ser minimizados eliminando assim, a dependência de hardware específico, desta forma transfere-se as suas funcionalidades para o software emulador. Esta é a forma mais estável de preservar as funções do objeto digital quando o hardware torna-se obsoleto (Interpares, 2007b).

Tendo em vista que as estratégias de emulação não sofrem envelhecimento do hardware virtual (Ferreira, 2006), estas poderão substituir as estratégias de preservação de tecnologia. Tal fato se justifica, pois o ambiente tecnológico virtual, proporcionado pela emulação, possibilita representar os objetos digitais com alto grau de fidedignidade pelo fato de preservar o objeto lógico original. Além disso, minimizam-se os riscos de obsolescência, pois se elimina a dependência de hardware específico, fator tão comum nas estratégias de preservação de tecnologia.

As estratégias de emulação são particularmente relevantes para preservar uma aplicação de software (Ferreira, 2006) ou quando tanto a aparência, quanto os recursos dos objetos digitais são consideradas importantes (Márdero Arellano, 2004). Desta forma, é capaz garantir a integridade e a autenticidade, dos documentos arquivísticos digitais pelo fato de preservar o objeto digital original.

Conforme Thomaz e Soares (2004), a implementação das estratégias de emulação ainda é muito restrita para a preservação digital:

«[...] a emulação tem sido usada para fornecer <compatibilidade retrospectiva> de jogos eletrônicos e para modelar futuros sistemas. Embora existam emuladores para alguns sistemas obsoletos, a emulação para preservar objetos digitais por longo prazo ainda não foi suficientemente testada ou avaliada em termos de custo/preço final». (Thomaz; Soares, 2004).

Desta forma, a emulação pode apresentar aspectos negativos como a questão financeira, quanto à necessidade de desenvolver um emulador ou mesmo para aquisição de licenças de uso. Estes são fatores que além de encarecer o plano de preservação poderão torná-lo inviável na preservação em longo prazo. O uso de emulador proprietário, a dependência de um emulador específico e a sua obsolescência resultarão em instabilidades ao plano de preservação, podendo impossibilitar a recuperação dos documentos.

De maneira geral, o sucesso da emulação dependerá exclusivamente das políticas institucionais que regem a escolha do software emulador, logo, este deverá ter custo acessível e ser aplicável uma variedade de objetos digitais consideráveis. O emulador deverá contemplar atualizações, que serão verdadeiras estratégias de migrações, pois o emulador enquanto software poderá sofrer obsolescência como qualquer outro programa, assim destaca-se a necessidade de migrá-lo de versão.

A existência de um emulador obsoleto resulta na necessidade de emular o próprio emulador, aumentando demasiadamente o grau de complexidade da preservação, além de não solucionar diretamente os problemas de obsolescência. Outra alternativa seria recriar o emulador para os computadores atuais, processo este que se repetiria sempre que o emulador se tornasse obsoleto. Ambas as alternativas oferecem complexidades e custos que deverão ser considerados desde a elaboração do plano de preservação digital.

### **Encapsulamento**

Esta estratégia concentra-se na preservação do objeto lógico em seu formato original, assim permite manter as funcionalidades dos objetos digitais, pois não altera a sua estrutura.

O encapsulamento permite manter o objeto digital original inalterado até o acesso a este material seja requerido. Quando solicitado, o objeto digital original deverá ser tratado para tornar o acesso possível (Grácio; Fadel, 2010).

Esta estratégia agrupa as informações referentes aos suportes de armazenamento, e a descrição do contexto tecnológico de hardware e software necessários para a correta interpretação dos objetos digitais. As informações são reunidas em um pacote onde serão inseridas as aplicações utilizadas durante o ciclo de vida dos documentos digitais, inclusive o software utilizado na sua criação (Márdero Arellano, 2004; Saramago, 2004).

Entretanto, recuperar os objetos digitais será um processo difícil caso o formato original em que foram criados seja em versões de software proprietário ou software fechado. O uso de software proprietário e de código fechado implica em uma série de restrições com relação ao acesso a sua estrutura interna fator que pode inviabilizar o ciclo de preservação. O software fechado não permite acesso ao código fonte, o que dificulta a reconstrução dos formatos de arquivo gerados, bem como a própria aplicação de software. Já o software proprietário necessita da aquisição de licenças de uso, fator que encarece o plano de preservação digital, e dependendo da variedade de softwares tornaria o plano financeiramente inviável. Como consequência, o uso de software proprietário ou fechado dificulta o desenvolvimento de conversores, emuladores ou mesmo visualizadores. Tais agravantes podem levar ao fracasso definitivo do processo de preservação, desfazendo todo o trabalho realizado durante a execução das estratégias de encapsulamento.

Dentre as diferentes abordagens de encapsulamento, destaca-se o uso do PDF/A1, popularmente conhecido como «PDF arquivístico». Este formato foi desenvolvido para ser um padrão de preservação para documentos textuais, de tal forma, possibilita a incorporação das fontes ao documento, não permite alterações no conteúdo e nem incorporação de anexos. Com o uso do PDF/A1 é possível obter o acesso imediato ao documento encapsulado, possibilitando assim acesso de forma facilitada, pois reúne as fontes utilizadas em um único objeto digital, que é o documento propriamente dito.

Entretanto, a abordagem do PDF/A1 limita-se inicialmente a documentos de natureza textual, logo surge a necessidade de um conjunto de estratégias que satisfaçam as demais naturezas.

De maneira geral, o encapsulamento aplicado isoladamente não tem como foco recuperar documentos digitais de forma imediata, sua aplicação tem por objetivo reunir toda a informação necessária para a sua recuperação no futuro. Desta forma, seria possível reunir o documento digital, o software utilizado para interpretá-lo e até mesmo o sistema operacional. Deve-se destacar que esta ação envolve a demanda por espaço lógico de armazenamento, fator que deverá ser considerado nas políticas de preservação digital da instituição.

Mesmo assim, o encapsulamento deverá ser abordado como uma estratégia auxiliar no plano de preservação, pois não há garantia de recuperação dos documentos digitais no futuro. Embora os objetos digitais sejam encapsulados juntamente com o sistema operacional, o software originador e com os metadados, o acesso a estes documentos dependerá do emulador, conversor ou visualizador utilizado. Em linhas gerais, o encapsulamento dependerá de tecnologias futuras capazes de recuperar os objetos digitais encapsulados no passado.

### **Refrescamento**

Trata-se da transferência de objetos digitais contidos em um determinado suporte físico de armazenamento, o qual é considerado obsoleto, para outro suporte considerado atual. Esta transferência deve ser realizada antes que o suporte de armazenamento antigo se deteriore ou torne-se inacessível, posteriormente, levando a perda dos documentos digitais. Deste modo, o refrescamento está concentrado na preservação do objeto físico, o suporte de armazenamento.

Documentos digitais estão sendo perdidos devido à obsolescência tecnológica e a deterioração das mídias de armazenamento. Neste contexto, são necessárias pesquisas sobre os formatos de arquivo e os suportes, considerando a sua durabilidade e confiabilidade (Innarelli, 2012). Na medida em que se encontram melhores formatos e melhores suportes, será necessário proceder ao refrescamento. Manter formatos obsoletos em suportes atuais ou manter formatos recomendados para a preservação em suportes obsoletos são práticas que não surtirão efeito nas atividades de preservação digital em longo prazo. Logo, o refrescamento deverá ser executado após a identificação de suportes ou formatos obsoletos. No caso de formatos obsoletos, o refrescamento será auxiliado pela migração a fim de gerar um novo formato para a preservação.

Innarelli (2007) realça a vulnerabilidade do suporte durante o refrescamento, pois:

«[...] o documento digital possui um conjunto de bits, os quais são mantidos exatamente iguais no momento em que são migrados para novos suportes. O momento da migração, porém, é considerado

crítico por «expor» o conjunto de bits a alterações, seja por questões técnicas ou por interesses específicos dos executores do processo». (Innarelli, 2007, p. 23).

Tanto a migração de suporte (refrescamento) quanto à migração de formato, implicam na exposição dos objetos digital, que ficam vulneráveis a alterações durante o procedimento, logo, deve-se fazer uso de ferramentas que garantam a integridade e a autenticidade dos objetos digitais.

O refrescamento periódico do suporte físico será uma atividade vital para a preservação digital, logo, deve-se executar esta estratégia sempre que o formato selecionado anteriormente se tornar obsoleto, da mesma forma a verificação da integridade do suporte deverá ser uma atividade constante (Ferreira, 2006; Interpares, 2007a). Se o suporte físico se deteriorar ou se tornar obsoleto haverá risco do seu conteúdo ser perdido de forma definitiva (Hendley 1998 Cit. Por Ferreira, 2006).

O refrescamento pode ser aplicado a todos os documentos digitais, entretanto esta abordagem restringe-se a preservação do suporte, logo, não deve ser adotado de forma isolada. Outras estratégias de preservação digital deverão ser adotadas em conjunto com o refrescamento, a mais comum será a migração.

### **Migração**

Estratégia voltada para a preservação do objeto conceitual, ou seja, o modo como o documento digital é apresentado independente da forma. A migração parte do princípio de converter ou atualizar os formatos de arquivo considerados antigos para formatos atuais. Conforme o Task Force on Archiving of Digital Information (1996 Cit. Por Ferreira, 2006, p. 36) a migração consiste na «[...] transferência periódica de material digital de uma dada configuração de hardware/software para uma outra, ou de uma geração de tecnologia para outra subsequente».

A migração consiste na atualização sistemática dos objetos digitais que integram o documento digital. Pode ser através da atualização das versões dos documentos produzidos por uma determinada aplicação de software, ou mesmo através da conversão de formato.

É possível proceder às estratégias de migração a partir de diferentes dos objetos digitais. A migração poderá ser, por exemplo, solicitação (a-pedido) ou distribuída, possibilitando diversos caminhos para um mesmo objeto digital ser migrado a fim de obter a versão mais satisfatória. Nestes procedimentos destaca-se a importância de preservar o objeto digital em seu formato original, paralelamente ao objeto de preservação, aquele que é atualizado constantemente. Deste modo caso a migração obtida no processo não satisfaça os requisitos definidos na política de preservação, será possível retroceder ao objeto digital original sem prejuízos.

De maneira geral, as estratégias de migração possibilitam que os objetos digitais criados em um contexto tecnológico do passado continuem sendo acessados e interpretados

pelas tecnologias atuais. Conforme Márdero Arellano (2008), a migração é utilizada principalmente nos contextos onde não existam objetos digitais interativos, apenas objetos estáticos (Márdero Arellano, 2008). Mesmo assim esta estratégia apresenta alguns desafios para a presunção de autenticidade. Tal fato se justifica, pois a migração:

«[...] implica mudanças na configuração que afeta o documento por inteiro. [...] após serem migrados, os documentos podem parecer os mesmos, mas não o são. Sua forma física é profundamente alterada, com perda de alguns dados e acréscimo de outros». (Rondinelli, 2005, p. 70).

O fato que se reflete a apresentação dos documentos digitais, logo, devem-se adotar procedimentos para garantir a integridade e autenticidade destes conteúdos. Além disso, considerando que esta estratégia não contempla objetos digitais de todas as naturezas, como softwares sem suporte do fabricante, não poderá ser adotada isoladamente por uma instituição. Desta forma, deve-se proceder a escolha de outras estratégias que integrarão o plano de preservação.

### **Uma convergência entre as estratégias**

Dentre as estratégias de preservação analisadas, pode-se identificar uma relação de sincronia e até mesmo de dependência entre elas. Tal fato se justifica por serem executadas em conjunto ou como alternativa para satisfazer as necessidades de um determinado contexto.

Inicialmente, a preservação de tecnologia é uma estratégia fundamental para compreender o contexto tecnológico no qual o documento digital está inserido. Desta forma, podem-se preservar os documentos digitais em sua plataforma e seu formato original. Embora esta estratégia não seja viável para longos períodos de tempo, sua aplicação será satisfatória em curto prazo devido à manutenção do objeto original. Com a preservação do objeto e do contexto tecnológico será possível extrair informações relevantes para o desenvolvimento de emuladores, bem como reunir o material lógico necessário para o encapsulamento.

Após um período de preservação de tecnologia, pode-se proceder à emulação, assim o emulador passa a assumir as funções de hardware e software, eliminando a dependência de um hardware específico e consequentemente minimizando os custos de preservação. Deve-se ressaltar que o emulador está sujeito aos custos de licença e desenvolvimento, logo, os recursos necessários para emulação devem ser considerados na escolha da estratégia.

Ao se falar em emulação, percebe-se a sua estreita relação com o encapsulamento. A reunião de todo o material necessário para a preservação do documento digital engloba informações sobre o contexto tecnológico. Encapsular documentos, software e sistema, juntamente com a descrição do hardware e do software, facilita o desenvolvimento de soluções tecnológicas no futuro.



O material encapsulado também pode auxiliar o desenvolvimento de conversores no futuro, desta forma, será possível conhecer melhor o objeto que se deseja converter a fim de obter a conversão mais próxima do esperado. Por sua vez a migração se relaciona com a preservação de tecnologia no seguinte aspecto: preserva o objeto digital original, juntamente com seu contexto de hardware e software enquanto pesquisa-se pela migração considerada ideal. Esta é uma boa prática para se evitar procedimentos equivocados, pois parte para o levantamento de conversores e formatos mais indicados para realizar a migração dos objetos digitais, enquanto isso o objeto é preservado em seu contexto original. Vale ressaltar que a prática de preservar a tecnologia esperando a migração ideal deve ser aplicada somente em curto prazo, para longos períodos de tempo recomenda-se o encapsulamento.

A migração ainda poderá ser executada com estratégia auxiliar do refrescamento, neste caso, os documentos são extraídos do suporte, em seguida são migrados e finalmente são gravados no novo suporte, incorporando assim, refrescamento e migração. Devido à obsolescência tecnológica e a própria fragilidade dos suportes, o refrescamento deverá ser uma estratégia sempre presente nos acervos a fim de evitar a perda física dos documentos digitais. De maneira geral, o refrescamento deverá considerar questões como a durabilidade, os custos, as tendências futuras e a disponibilidade de um acondicionamento adequado dos suportes.

A implementação de estratégias de preservação digital deve seguir uma política previamente definida, para então proceder às atividades de manutenção dos objetos digitais. Quanto maior a variedade de estratégias de preservação, mais objetos digitais serão contemplados, entretanto, deve-se chamar a atenção para que a escolha de estratégias com foco na preservação dos níveis físico, lógico e conceitual.

Na implementação de sistemas de preservação digital o maior desafio é o tempo que se devem manter os documentos digitais, pois este supera a durabilidade das mídias, do hardware e do software. Além disso, deve-se pensar na realização de auditorias e otimização dos recursos financeiros (Rosenthal, Robertson, Lipkis, Reich, Morabito, 2005). A preservação de documento arquivísticos digitais com caráter de autenticidade esta estreitamente relacionada com a implementação de repositórios digitais confiáveis (Brasil, 2014; Sayão, 2010). Entretanto isto não é suficiente, é preciso utilizar documentos em formato de longa duração que serão preservados nestes repositórios (Gladney, 2008).

Os investimentos em infraestrutura e implementação de estratégias de preservação serão otimizados com a utilização de documentos em formatos de longa duração armazenados em um repositório digital confiável.

## Considerações finais

Este artigo realizou uma reflexão sobre a implementação de estratégias de preservação para documentos arquivísticos digitais. Foram analisadas as seguintes estratégias: preservação de tecnologia, emulação, encapsulamento, refrescamento e migração. Desta forma, foram exploradas as suas vantagens e desvantagens, bem como a sincronia entre as estratégias.

A eficácia das estratégias de preservação digital dependerá principalmente das políticas de preservação da instituição, desta forma, devem-se definir claramente os formatos utilizados para a preservação em longo prazo, bem como os suportes de armazenamento. Dentre os aspectos a serem destacados, chama-se a atenção para o fato da escolha das ferramentas de tecnologia que executam as estratégias. Um conversor ou um emulador defeituoso, bem como um profissional sem qualificação, podem comprometer a credibilidade da estratégia e do plano de preservação.

Em linhas gerais, a implementação de estratégias de preservação digital na Arquivologia terá como princípio a garantia de acesso em longo prazo a documentos digitais íntegros e autênticos. O plano de preservação adotado pela instituição deverá ser capaz de atender as complexidades e especificidades dos documentos em meio digital.

## Referências bibliográficas

- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli (2006) – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 320p. 85-225-0474-1.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2004a). Câmara Técnica de documentos eletrônicos – *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 10 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>>.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2004b) – Câmara Técnica de documentos eletrônicos – *Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 09 Jul. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://pt.scribd.com/doc/37174068/Gestao-Arquivistica-de-Documentos-Eletronicos-CONARQ-Por-Claudia-Rocha>>.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2011) – Câmara Técnica de documentos eletrônicos – *e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 05 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq\\_earqbrasil\\_model\\_requisitos\\_2009.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf)>.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2012) – Câmara Técnica de documentos

eletrônicos – *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 20 Jun. 2014]. Disponível na Internet: <URL:

[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/diretrizes\\_presuncao\\_autenticidade\\_publicada.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/diretrizes_presuncao_autenticidade_publicada.pdf)>.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2014). Câmara Técnica de documentos eletrônicos – *Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. [Consult. 10 Nov. 2014] Disponível na Internet: <URL: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resol\\_conarq\\_39\\_repositorios.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resol_conarq_39_repositorios.pdf)>.

CORRÊA, Amarílis Montagnolli Gomes (2010) – *Preservação digital: autenticidade e integridade de documentos em bibliotecas digitais de teses e dissertações*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 96 p. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Miguel (2006) – *Introdução à preservação digital – Conceitos, estratégias e atuais consensos*. [Em linha]. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. [Consult. 02 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. ISBN 972-8692-30-7.

FONSECA, Maria Odila Kahl (2005) – *Arquivologia e Ciência da informação* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 124p. ISBN 85-225-0503-9.

GLADNEY, H. M. (2008) – *Durable Digital Objects Rather Than Digital Preservation and Professional Implications*. [Em linha]. [Consult. 14 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://eprints.erpanet.org/149/01/Durable.pdf>>.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; FADEL, Bárbara (2010) – Estratégias de preservação digital. In: VALENTIM, Marta. (org.) *Gestão, mediação e uso da informação*. [Em linha]. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica. [Consult. 01 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://books.scielo.org>>. ISBN 978-85-7983-117-1.

INNARELLI, Humberto Celeste (2012) – *Instrumenta 2: Preservação de Documentos Digitais*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo. 64p.

INNARELLI, Humberto Celeste (2006) – *Preservação de documentos digitais: confiabilidade de mídias CD-ROM e CD-R*. Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 174p. Dissertação de Mestrado.

INNARELLI, Humberto Celeste (2007)– *Preservação digital e seus dez mandamentos*. In: SANTOS, Vanderlei Batista (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos, classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Distrito Federal: SENAC. ISBN 978-85-9869-437-5. p. 21-75.

INTERPARES 2 PROJECT. *Diretrizes do Preservador*. A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. [Em linha] TEAM Brasil. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. 2002 – 2007a. [Consult. 09 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL:

[http://www.interpares.org/display\\_file.cfm?doc=ip2\\_preserver\\_guidelines\\_booklet--portuguese.pdf](http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet--portuguese.pdf)>.

INTERPARES 2 PROJECT. *Diretrizes do Produtor*. A elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos. [Em linha] TEAM Brasil. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. 2002 – 2007b. [Consult. 09 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.interpares.org/ip2/display\\_file.cfm?doc=ip2\\_creator\\_guidelines\\_booklet--portuguese.pdf](http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_creator_guidelines_booklet--portuguese.pdf)>.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel (2008) – *Critérios para a preservação digital da informação científica*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, Departamento de Ciência da Informação. 354 p. Tese de doutorado.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel (2004) – Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação* [Em linha]. Vol. 33, Nº. 2. [Consult. 25 Jul. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/305/1452>>. ISSN 1518-8353.

PAES, Marilena Leite (2005) – *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 228p. ISBN 852250220X.

RONDINELLI, Rosely Curi (2005) – *Gerenciamento arquivístico de documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 160 p. ISBN 85-225-0396-6.

ROSENTHAL, David S. H.; ROBERTSON, Thomas; LIPKIS, Tom; REICH, Vicky; MORABITO, Seth (2005) – Requirements for Digital Preservation Systems: A Bottom Up Approach. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol. 11, Nº 11. [Consult. 15 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dlib.org/dlib/november05/rosenthal/11rosenthal.html>>. ISSN 1082-9873.

SARAMAGO, Maria de Lurdes (2004) – Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS. In: *Actas dos Congressos Nacionais de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Nº 08. Portugal: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. [Consult. 04 Jul. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/640/637>>.

SAYÃO, Luís Fernando (2010) – Repositórios Digitais Confiáveis para a Preservação de Periódicos Eletrônicos Científicos. *Periódico Ponto de Acesso* [Em linha]. Vol. 4, Nº 3. [Consult. 08 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709/3565>>. ISSN 1981-6766.

SCHELLENBERG, T. R. (2006) – *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 386p. ISBN 85-225-0374-5.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat (2005) – *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. [Em linha] 4ª ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. [Consult. 13 Jun. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf)>.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (2007) – *A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico*. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Arquivística: temas contemporâneos*,

*classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Distrito Federal: SENAC, ISBN 978-85-9869-437-5. p. 79-163.

SWEDEN. NATIONAL ARCHIVES. *Digital Preservation in Archives: Overview of Current Research and Practices*. [Em linha]. Sweden: January 2004 – February 2005. [Consult. 15 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <URL:

[http://www.ltu.se/cms\\_fs/1.83844!/file/Digital%20Preservation%20in%20Archives.pdf](http://www.ltu.se/cms_fs/1.83844!/file/Digital%20Preservation%20in%20Archives.pdf)>.

THIBODEAU, Kenneth (2002). Overview of Technological Approaches to Digital Preservation and Challenges in Coming Years, presented at The State of Digital Preservation: An International Perspective. *Council on Library and Information Resources*. [Em linha].

Washington D.C. [Consult. 19 Jun. 2014]. Disponível na Internet: <URL:

<http://www.clir.org/pubs/reports/pub107/thibodeau.html>>.

THOMAZ, Kátia de Pádua (2004) – *A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. 389f. Tese de doutorado.

THOMAZ, Kátia de Pádua; SOARES, Antônio José (2004) – A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). *DataGramaZero* [Em linha]. Vol. 5, Nº 1. [Consult. 10 Jun. 2014]. Disponível na Internet: <[www.dgz.org.br/fev04/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm)>. ISSN 1517-3801.



## **Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível...<sup>1</sup>**

**Armando Malheiro da Silva**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CETAC.Media**

**[armando.malheiro@gmail.com](mailto:armando.malheiro@gmail.com)**

### **Resumo**

O objectivo central deste artigo é demonstrar de um ponto de vista epistemológico que a Ciência da Informação trans e interdisciplinar que se desenvolve na Universidade do Porto resulta de uma dinâmica de integração do legado técnico e prático das disciplinas Arquivística, Bibliotecologia (Biblioteconomia/Documentação) e Museologia, legado esse essencial para o estudo sistemático, problematizador e científico do objecto informação. E em particular o Sistema de Informação que supera o reducionismo anacrónico de conceitos como fundo e colecção. Mais se enfatiza que a tríade informação – documento – comunicação constitui o território pleno de investigação e acção não apenas da CI enquanto disciplina específica, mas da CI no quadro interdisciplinar das Ciências da Comunicação e Informação que se está a tentar desenvolver a partir da Universidade do Porto.

**Palavras chave:** Arquivo, Biblioteca, Museu, Sistema de Informação e Ciência da Informação

### **Archive, library, museum, information system**

#### **Abstract**

The main purpose of this article is to demonstrate from an epistemological point of view that trans and interdisciplinary Information Science (IS) as developed in University of Porto is the result of an integrated dynamic based on the technical and practical legacy of Archive Science, Library Science (Librarianship/Documentation)

and Museology, essential to the systematic, problematic and scientific study of the Information as an object. And in particular the Information System which overcomes the anachronistic reductionism of concepts such as fonds and collection. The present work also aims to emphasize that the triad information – document – communication is not only the investigation and action field of the IS as a specific discipline, but also of the IS in the interdisciplinary frame of the Information and Communication Sciences, as it is been developed in University of Porto.

**Keywords:** Archive, Library, Museum, Information System, Information Science

### Definições em exame...

As instituições e serviços Arquivo, Biblioteca e Museu estão na raiz e na designação das respetivas disciplinas profissionais e alegadas ciências. Característica estranha e rara que dificilmente se repete na realidade conhecida: ao longo do séc.XIX, a Arquivologia / Arquivística, a Bibliotecologia/ Biblioteconomia e a Museologia / Museografia, surgiram assim nomeadas, no entanto, parecerá absurdo sequer imaginar uma Hospitalologia, uma Tribunologia ou uma Bancologia... O *locus* institucional e de desempenho profissional não se converte naturalmente em coluna vertebral de uma disciplina científica. No entanto, foi isso que sucedeu com o Arquivo, a Biblioteca e o Museu – por quê?

Poderíamos consultar vários dicionários de terminologia nas três áreas, mas não é necessário. Basta compulsar o completíssimo *Dicionário do Livro* (Faria; Pericão, 2008), a *Wikipédia* e, eventualmente, outras fontes *online* sobre os termos seguintes:

**Arquivologia / Arquivística** – Ciência que tem por objecto os arquivos, os princípios da sua constituição, conservação, organização e comunicação (DL, 96); «Ciência e disciplina que objetiva gerenciar todas as informações que possam ser registradas em documentos de arquivos» (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquiv%C3%ADstica>).

**Arquivo** – Conjunto orgânico de documentos, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva ou por um organismo público ou privado, no exercício de sua atividade e organizados e conservados de forma permanente ou durante um período de tempo determinado, a título de prova ou informação, qualquer que seja a data, a forma ou suporte material; (...) organismo encarregado de reunir arquivos, conservá-los e colocá-los à disposição dos utilizadores; edifício no qual são conservados registos públicos ou documentos históricos, geralmente não impressos; (...) móvel destinado à guarda de documentos (DL, 96); Em arquivologia, **arquivo** é um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades. Os documentos preservados pelo arquivo podem ser de vários tipos e em vários suportes (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo>).

**Fundo de Arquivo** – Conjunto orgânico de documentos de toda a natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma única pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas actividades ou das suas funções; é a mais ampla unidade arquivística (DL, 584); O princípio de proveniência remete-nos para um conceito de extrema importância para os arquivistas: a noção de Fundo de Arquivo. O fundo de arquivo corresponde à seguinte definição: «Conjunto



de documentos de qualquer natureza – isto é, independentemente da sua idade, suporte, modo de produção, utilização e conteúdo – reunidos automática e organicamente – ou seja, acumulados por um processo natural que decorre da própria actividade da instituição –, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas actividades ou das suas funções» (Blogue Archive-se: <http://clips-e-postits.blogspot.pt/2007/06/fundo-de-arquivo-noo-e-aplicao.html>).

**Bibliotecologia** – Ciência que tem por objecto o estudo da formação e do funcionamento das Bibliotecas. Bibliotecosofia. (DL, 158); La biblioteconomía, conocida también en algunos países hispanoamericanos como bibliotecología, es el conjunto de actividades técnicas y científicas que tiene como finalidad el conocimiento de la información, de los materiales en que se presenta y del lugar en que se hace uso de ella, para con esto responder mejor en calidad y cantidad a las demandas de información que hace la sociedad. El término deriva de las palabras griegas *biblion* ('livro'), *theke* ('caja') y *nomos* ('ley') (Wikipédia: <http://es.wikipedia.org/wiki/Biblioteconom%C3%ADa>).

**Biblioteconomia** – Teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de bibliotecas, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas; prática e estudo de recolha, armazenamento, recuperação e fornecimento de informação; arte de organizar, administrar e conservar uma biblioteca (DL, 158).

**Biblioteca** – Arca, cofre, *armarium*, pequeno nicho localizado junto do templo onde eram guardados os livros que eram frequentemente necessários ao culto e a leitura complementar; inicialmente com este sentido de móvel de madeira provido de portas e prateleiras, pouco a pouco vai adquirindo o sentido topográfico, até atingir o de dependência, divisão com o sinónimo de *libreria*, o que acontece apenas no século XIV (...) Lugar onde os livros são guardados em sentido mais lato, local de guarda e de manuseio de material escrito. (...) Qualquer colecção organizada de livros e de publicações em série e impressos ou de quaisquer documentos gráficos ou audiovisuais disponíveis para empréstimo, consulta ou estudo, criada com determinados fins de utilidade pública ou privada. Organismo ou parte de uma organização cujo objectivo principal é organizar colecções, atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessidades dos utilizadores nos aspectos de informação, educação ou lazer. Móvel ou móveis onde se guardam os livros, publicações periódicas, documentos impressos, manuscritos ou outros, Edifício destinado a abrigar colecções de livros e documentos, devidamente ordenadas para consulta pública ou particular (...) (DL, 147). Biblioteca (do grego βιβλιοθήκη, composto de βιβλίον, «livro», e θήκη «depósito»), na definição tradicional do termo, é um espaço físico em que se guardam livros. De maneira mais abrangente, biblioteca é todo espaço (concreto, virtual ou híbrido) destinado a uma coleção de informações, sejam escritas em folhas de papel (livros, monografias, enciclopédias, dicionários, manuais) ou ainda digitalizadas e armazenadas em outros tipos de materiais, tais como CD, fitas, VHS, DVD e bancos de dados. Revistas e jornais também são colecionados e armazenados especialmente em uma hemeroteca (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca>).

**Bibliologia** – Ciência do livro. Ciência da comunicação escrita. Arte de discorrer sobre os livros e de falar deles com pertinência, tanto no que respeita à sua temática, como à sua história. História crítica dos livros incluindo a sua origem, tema, tinta, suporte e forma interior e exterior, sua divisão em manuscritos, impressos e electrónicos. Segundo Otlet é a ciência geral que abarca o conjunto sistemático classificado dos dados relativos à produção, difusão, conservação, circulação e utilização dos escritos e dos documentos sob todas as suas formas incluindo a investigação dos factores e explicação dos fenómenos – tanto nos planos económico e técnico como nos planos político, social e cultural – para determinar as perspectivas de evolução, tanto quantitativas como qualitativas. O seu objecto não é apenas o livro, mas também os seus substitutos, como o filme, a fotografia, os media. Ciência da escrita. A bibliologia apareceu em finais do século XVIII e evoluiu através dos séculos XIX e XX. Evoluiu de ciência do livro para ciência do escrito (DL, 146); Bibliologia é a ciência da história e composição dos livros. É o conjunto de conhecimentos e técnicas que abrangem a história do livro, a bibliotecnia, a bibliografia, a bibliotecologia,



a biblioteconomia e a bibliofilia, e se relacionam com a origem, evolução, produção, publicação, descrição, enumeração, conservação e restauração dos livros, e a organização deles em coleções gerais ou especiais para uso público ou privado. O profissional dessa área é o bibliólogo (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bibliologia>).

**Bibliografia**<sup>2</sup> – Palavra derivada de duas palavras gregas, *biblion* (livro) e *grapheia* (escrever) usada originariamente no sentido de “escrever livros”; a partir do século XVI verificou-se uma transição deste significado para o de “escrever sobre livros”. Sociologia dos textos. Disciplina que estuda os textos como formas conservadas, assim como os seus processos de transmissão, da produção à recepção. Como área do conhecimento, parte da bibliologia que estuda as técnicas de identificação e descrição de documentos e a ordenação dessas descrições. (...) Arte de descrever os livros correctamente no que diz respeito à autoria, edições, forma física, etc. Arte de conhecer livros. (...) Ciência dos livros, ramo do conhecimento respeitante ao exame histórico e técnico de obras escritas, em que os livros impressos e manuscritos são analisados com a finalidade de descobrir ou verificar a sua origem e proveniência, datas, números e ordem de páginas, autoria e material de suporte. Disciplina que estuda o livro impresso enquanto objecto material, com o objectivo de traçar a história da produção e circulação do livro sob os aspectos técnico e cultural; observa, descreve e interpreta os elementos bibliográficos no período inicial da tipografia, no período da tipografia manual, no período da tipografia mecânica e no período da composição electrónica (...) (DL, 140–141); Uma bibliografia é uma lista estruturada de referências a livros ou outros documentos, designadamente artigos de periódicos, com características comuns, como por exemplo, o mesmo autor ou o mesmo assunto. Uma bibliografia é constituída por referências bibliográficas, ou seja, pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros. A primeira bibliografia publicada data de 1494 (*Liber de scriptoribusecclesiasticis*). Já a primeira bibliografia universal é de 1545 (*Biblioteca universalis*, de Conrad Gesner). A primeira bibliografia nacional é inglesa e foi consagrada aos escrivãos (John Bale, 1549). Embora a palavra *bibliografia* só tenha surgido em 1633, a atividade que ela designa remonta à Antiguidade: catálogo, repertório, índice, inventário, e todas as formas pelas quais os eruditos têm procurado reunir, sobre um assunto ou dentro de uma disciplina, à informação mais completa. A partir do século XVIII, a bibliografia se diversificou, tornando-se uma «ciência do livro», apurada no século XX com as técnicas de documentação. Mais recentemente, com a invenção do meio virtual, a palavra *bibliografia* pôde englobar não só seus sentidos com livros e documentos impressos ou manuscritos, mas também com os ditos e-books (livros eletrônicos) e outros meios de publicação digital, entre eles a internet (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bibliografia>).

**Documentação** – Disciplina científica, surgida entre os finais do século XIX e o início do século XX, que estuda a compilação contínua e sistemática de informação registada de modo a permitir a sua armazenagem, recolha, utilização ou transmissão. Em sentido genérico, aquisição, organização, armazenamento, recuperação e difusão de documentos. Colecção de documentos compilados sobre determinado assunto. (...) Documentalismo. Documentografia. Ver também Ciências da Documentação (DL, 403–404); Documentação é o conjunto de documentos, que são todas as fontes contendo informações que ajudem a tomar decisões, comuniquem decisões tomadas, registrem assuntos de interesse da organização ou do indivíduo. Tem como característica reunir informações escritas acumuladas numa série sucessiva de anotações, quando dizem respeito a uma organização ou a um indivíduo, assumem a característica de documento. O conjunto dos documentos passa a constituir a documentação, com fins comerciais, industriais, jurídicos, escolares, etc. (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Documentação>).

**Ciências da Documentação** – Designação atribuída ao conjunto de ciências constituído pela bibliotecologia, arquivologia e documentação (DL, 251).

**Colecção** – (...) Compilação. Reagrupamento voluntário de documentos, objectos, informações de diversas

proveniências, etc. reunidos em função da semelhança de uma ou várias das suas características, afinidade de assunto, formato, época, etc. Conjunto de peças da mesma natureza seleccionadas por razões de raridade, singularidade ou beleza, constituído por um organismo, juntas e classificadas, com finalidades instrutivas, utilitárias ou recreativas. Totalidade de documentos postos à disposição de um utilizador. Em arquivística, unidade constituída por um conjunto de documentos de arquivo do mesmo fundo ou núcleo, organizada por tipologia documental, assunto ou outra(s) característica(s) comum(uns); nesta acepção opõe-se a processo. Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o suporte, a tipologia documental ou o coleccionador; nesta acepção opõe-se a fundo ou núcleo (DL, 276); Coleção – conjunto, reunião de objetos, compilação, ajuntamento, série e grupo (Wikcionário: <https://pt.wiktionary.org/wiki/coleção#Portugu.C3.AAs>).

**Museologia** – Teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de museus, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas (DL, 852); Museologia (do grego *μουσειόν* = museiόν 'museu', lugar das musas, e *λόγος* = logos, razão) é a área do conhecimento dedicada especialmente à administração, manutenção, organização de exposições e eventos em museus. Os primeiros museus, chamados «gabinetes de curiosidades», surgidos entre os séculos XV e XVI, eram um «amontoado» de objetos sem relação entre si, sem nenhuma classificação ou ordenação, que praticamente não transmitiam nenhuma informação. Somente no fim do século XIX que um museu, o Museu de História Natural de Londres, exibiu seus objetos ordenados cientificamente, graças à classificação de Carlos Lineu. Durante o século XX, as técnicas de exposição foram incorporando os avanços da comunicação e da ciência da informação, havendo hoje museus que fazem uso de multimídia. No Brasil, por exemplo, o Museu da Língua Portuguesa usa recursos como projeção de imagens para transmitir a informação sobre o «acervo» (no caso, a própria língua portuguesa). A museologia hoje trata desde as técnicas de restauração, conservação, acondicionamento e documentação do acervo até a preparação de mostras, exposições e ações culturais. Atualmente o museólogo trabalha com as ciências da comunicação e da computação. A televisão e a informática tem sido incorporadas para transmitir os conteúdos de forma lúdica e eficiente e a manipulação, estudo e catalogação dos objetos passou a ser praticamente uma condição essencial aos museus, assim como a inclusão de tecnologia que durante muito tempo ficou restrita a parques de diversão (trens para percorrer réplicas de minas e cavernas, dinossauros, etc.) (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Museologia>).

**Museografia** – Designam-se sob esta palavra as técnicas de identificação e descrição de documentos conservados em museus (DL, 852); «La museografia è una disciplina che, assieme alla museologia, si occupa di musei. L'uso dei due termini, anche in âmbito scientifico e professionale, non è uniforme. Il significato e il ruolo che si tende a attribuire a l'uno o a l'altro termine cambia con il variare del contesto. In generale possiamo affermare che, per quanto riguarda l'Italia, con museografia si intende la disciplina che si occupa del museo per quanto concerne la struttura architettonica, l'allestimento delle collezioni, le soluzioni espositive e tecniche, gli spazi. La museografia è una disciplina insegnata nei corsi di laurea in architettura, nelle Accademie delle Belle Arti» (Wikipédia: <http://it.wikipedia.org/wiki/Museografia>).

**Museu** – Coleção de documentos de interesse científico ou cultural conservada de forma permanente e que pode estar patente ao público. Organismo encarregado de reunir, conservar e expor documentos de valor. Edifício destinado a esse fim (DL, 852); Um museu é, na definição do International Council of Museums (ICOM, 2001), «uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade». Os museus tiveram origem no hábito humano do colecionismo, que nasceu junto com a própria humanidade. Desde a Antiguidade remota o homem, por infinitas razões, coleciona objetos e lhes atribui valor, seja afetivo, cultural ou simplesmente material, o que justifica a necessidade de sua preservação ao longo do tempo. Milhares de anos atrás já se faziam registros sobre instituições vagamente semelhantes ao museu moderno

funcionando. Entretanto, somente no século XVII se consolidou o museu mais ou menos como atualmente o conhecemos. Depois de outras mudanças e aperfeiçoamentos, hoje os museus, que já abarcam um vasto espectro de campos de interesse, se dirigem para uma crescente profissionalização e qualificação de suas atividades, e se caracterizam pela multiplicidade de tarefas e capacidades que lhes atribuem os museólogos e pensadores, deixando de ser passivos acúmulos de objetos para assumirem um papel importante na interpretação da cultura e na educação do homem, no fortalecimento da cidadania e do respeito à diversidade cultural, e no incremento da qualidade de vida. Porém, muitos dos conceitos fundamentais que norteiam os museus contemporâneos ainda estão em debate e precisam de clarificação (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu>).

Este alinhamento de definições não é aleatório e baseia-se em duas fontes substancialmente diferentes que importa manter contrastadas. Uma delas – a *Wikipédia* – suscita ainda grande desconfiança, mas deixa perceber através deste apanhado circunscrito e específico, estar aberta a contribuições de valor bastante desigual, embora, no caso em pauta, prevaleça uma informação bastante fiável e atualizada. A amostra é, de fato, limitada, mas suficiente para, de imediato, se perceber a variedade de «micro» disciplinas relacionadas com o livro e a biblioteca que surgem antes e na sequência da Revolução Francesa. Foi esse o caso em que acabou por se distinguir melhor o estudo e gestão da biblioteca (pela Bibliotecologia e pela Biblioteconomia), enquanto organismo, instituição ou serviço vocacionado para conter, organizar e disponibilizar livros, sobretudo impressos, à consulta de não importa que utilizadores, do estudo do livro, sua génese, evolução, descrição, suporte e uso, como ficou plasmado no termo Bibliologia e Bibliografia. Pelas definições dadas, não fica difícil estabelecer uma similitude entre a Bibliologia e a Documentação – Paulo Otlet foi quem, no seu Tratado da Documentação (1934), teceu esse denominador comum entre duas disciplinas que não custa admitir serem só uma.

Examinando as outras definições, não encontramos a mesma variedade designativa e, pelo contrário, nota-se um padrão comum a Arquivo e a Museu. Em relação àquele, temos a Arquivologia e a Arquivística sincreticamente unidas, significando tanto a ciência que tem por objeto os arquivos (os princípios da sua constituição, conservação, organização e comunicação), como a ciência ou disciplina que visa gerir a informação contida nos documentos de arquivo. Sob a mesma designação temos uma ciência que estuda o Arquivo, enquanto organismo, instituição ou serviço (instalado num edifício) que custodia, organiza e disponibiliza fundos, e temos outra ciência que se ocupa do Fundo, ou seja, de um «Conjunto orgânico de documentos, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva ou por um organismo público ou privado, no exercício de sua atividade...». Por sua vez, a Museologia é «teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de museus, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas» e é disciplina «dedicada especialmente à administração, manutenção, organização de exposições e eventos em museus». Portanto, tal como a Arquivologia ou a Arquivística, a Museologia abarca dois objetos distintos e fica refém de uma polissemia nefasta, patente no termo arquivo (instituição/serviço e fundo) e no termo museu (instituição/serviço e coleção

das peças guardadas, descritas e expostas). E o emprego da palavra Museografia não veio ajudar muito, como ilustra a recolha feita, a desfazer o sincretismo de sentidos, naturalmente opostos.

O exame, ainda que ligeiro, das definições recolhidas, permite detetar, no caso do livro e das bibliotecas, uma variedade de especializações, consubstanciadas em maior número de nomeações específicas, determinadas pela prática: o trabalho descritivo – bibliográfico – das publicações impressas foi sendo feito por bibliotecários, por colecionadores, livreiros e alfarrabistas, demarcando-se, na prática, dos estudos bibliológicos ou, em expressão mais simples, dos estudos sobre as origens técnico-industriais do livro impresso artesanal (estudos ancorados na tradição codicológica) e mecanizado, a evolução, os contextos de uso e as práticas (coletivas e individuais) de leitura. Mas, em todos os casos, do arquivo ao museu, ressalta uma diferença fenoménica indelével: continente e conteúdo combinam, mas são objetos de estudo diferentes. As definições selecionadas colocam esta diferenciação em evidência e obriga a pensar se, nos tempos em que estamos e nos que aí vêm, é clarificador ou é bom para o entendimento das novas gerações, manter uma polissemia que acaba sendo uma espessa confusão?! Que o conceito expresso pela palavra arquivo seja exatamente o mesmo do conceito fundo, sendo que aquela palavra tem, em paralelo, outros significados diferentes (serviço ou instituição destinado a recolher e disponibilizar «fundos» e edifício construído para esse fim...), e que biblioteca (outros sentidos: instituição/serviço e edifício) seja associada à noção de coleção bibliográfica e museu (outros sentidos: instituição/serviço e edifício) à de «coleção museal» é algo que pode ser perfeitamente evitado pelos especialistas e profissionais que trabalham com estes construtos sociais e documentais/informacionais através da recusa à deriva polissémica: acervos dos arquivos devem designar-se por uma palavra diferente (o conceito que persiste, embora o consideremos anacrónico e desadequado, é fundo) e as «coleções» (termo igualmente desadequado) não são nem se confundem com as bibliotecas e os museus que as acolheram...

Esta distinção terminológica, que melhor corresponde a uma radical clarificação conceitual, tem óbvias implicações epistemológicas. A bibliotecologia ou a biblioteconomia, a admitir-se que alguma vez foram ou seriam ciência, esgotam o seu objeto de estudo na biblioteca edifício e na instituição/serviço posta a funcionar nesse espaço físico; dos livros, das publicações, das «coleções», em suma da informação (registada em suporte: documento), aí custodiados e disponíveis, terá de existir outra disciplina com outros métodos e outros critérios de problematização.

As definições mostram, aliás, no caso específico da *biblos + theke*, que estamos, em todos os casos, diante de dois objetos de estudo, de investigação e de resolução de problemas diferentes: gerir instituições/serviços e respetivos espaços é algo bem distinto, e tangencialmente complementar, do estudo do livro, do manuscrito ou da peça (quadro,

móvel, artefato arqueológico...) guardado e exposto num museu. Por isso mesmo, a definição de documentação apenas apresenta afinidades com a de bibliologia, demarcando-se nitidamente das de bibliotecologia ou biblioteconomia. E, por isso, Paul Otlet com suas iniciativas e trabalhos, em especial o tratado citado atrás, apareceu como um inovador a ponto de o rotularem de «pai» de uma ciência nova. Na verdade, ele renovou a bibliologia e a bibliografia, passando a preocupar-se em dar a sustentação científica possível (naquele tempo...) ao estudo não somente do livro, mas do documento. Deve-se a Otlet a ousada e oportuna ressignificação de um termo com potencial para abarcar muita coisa, que até então não era incluída e deveria ser abrangida por um conceito agregador: pinturas, desenhos, esculturas, partituras musicais, textos manuscritos, fotografias, etc. Esta ampliação do conceito conduziu o Autor belga até à noção de informação, mas seria necessário o pós-guerra e o clima de guerra-fria, bem como o desenvolvimento das telecomunicações nos Estados Unidos da América, para que dois matemáticos e funcionários da Companhia Bell, Claude Shannon e Warren Weaver, associassem o termo informação à sua teoria matemática de transmissão de sinais e impuseram-no (inocentemente no caso de Shannon) como referente obrigatório e abusivo em todos os setores, nas ciências, nas letras, em tudo...

Os conceitos de documento e de informação são essenciais para se superar as armadilhas naturais do senso comum. Que haja pessoas, e em grande quantidade, que considerem um jornal um documento e a notícia impressa na folha (suporte) desse jornal, um documento também, compreende-se: o senso comum confunde e levou muita gente a achar que o Sol girava em torno da Terra! Mas, que arquivistas e bibliotecários defendam e sustentem publicamente que um livro de contos é um documento, assim como um livro de atas de uma entidade qualquer é um documento, e cada conto e cada ata (registada e impresso nesse livro) são também documentos, é grave, causa apreensão...

A definição mais geral, simples e natural para documento é esta: informação num suporte. Se aceitarmos para um número convenientemente amplo de coisas, esta definição, como é que documento designa o todo e a parte ao mesmo tempo?! A lógica, fabricada pelo senso comum, ajuda a superar os equívocos do senso comum... O assento de uma cadeira não é a cadeira, mas a cadeira inclui além do encosto, as pernas e o assento!... O que certos arquivistas (o recado vai mais para eles do que para os ciberticários e os documentalistas bastante informatizados) precisam superar é uma aversão atávica à noção de informação, esquecendo que se trata de uma noção operatória muito menos abstrata do que se tem propagado. A informação existe e é definível como um «conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada» (Silva, 2006, p. 25). Uma ata escrita em português (ou em outra língua qualquer), ou uma notícia impressa (ou em formato digital não importa em que língua), não é um documento é uma ata ou uma notícia, ou seja, é informação, tal e qual a definição

operatória que usamos. Mas, nem precisaríamos de uma definição tão sofisticada para chegarmos à conclusão do óbvio: o conteúdo não é o continente, o suporte distingue-se do que nele está inscrito. Isto é de uma evidência meridiana!

Clarificados estes conceitos podemos agregar o de comunicação e formar um trinómio que é fundamental para descobrirmos – porque é de descoberta que se trata... – um profundo e forte denominador comum entre o objeto da Arquivologia / Arquivística, da Bibliologia / Documentação e da Museologia. Todas estas disciplinas se concentraram, através do mais prático senso comum, na urgência de ordenar fisicamente os documentos num determinado espaço, descrevê-los e classificá-los, para que pudessem ser localizados e disponibilizados em consulta pública, sendo que nos Museus o processo comunicacional, dada a natureza dos artefatos ou das coisas (minerais, animais embalsamados, plantas secas e tratadas para efeitos de estudo, etc.) custodiadas, convoca a visualização guiada ou solta dos visitantes, que não se assumem, nem são assumidos como consulentes. Mas, o objetivo comum de todas elas é organizar a informação contida nos documentos para se possibilitar a comunicação. Temos, aqui, saliente o denominador comum que foi submerso há mais de um século por uma lógica de corporativismo profissional e de especialização funcional extrema: apostou-se muito nas diferenças entre elas e fez-se submergir o potencial epistemológico de similitude do(s) objeto(s) material(ais). Apostou-se claramente numa diferenciação descritiva, inventando-se ordens e esquemas de classificação estanques e específicos, incapazes de dialogarem entre si!...

O conceito de transdisciplinaridade, tal como Olga Pombo o apresenta (Pombo, 2004, p.171), ajuda imenso a compreender a dinâmica de interligação e de interpenetração que é possível desenvolver entre essas disciplinas prático-profissionais, resultando de tal dinâmica a emergência de um campo disciplinar novo e, ao mesmo tempo, consubstanciado no legado subsistente de cada uma, que para nós é, claramente, configurado pela Ciência da Informação trans e interdisciplinar, assim definida: «uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)» (Silva, 2006, p.141).

Dentro da emergente CI, cabem os contributos teórico-práticos arquivísticos, bibliológicos, documentalísticos, museológicos e ainda de disciplinas não menos práticas e tecnológicas, como a *information science* norte-americana e a *informatika* soviética (ambas nascidas nos anos sessenta em plena guerra fria). Contributos essenciais para que a CI se configure como um estágio epistémico mais evoluído, mais completo e mais capaz de se inserir, de pleno direito, na interdisciplina das Ciências da Comunicação e Informação–CCI, em curso em Portugal por influência reflexa do caso francês das *Sciences de l'Information et*

*Communication-SIC*, e no conjunto das Ciências Sociais Aplicadas.

### Uma pausa “sinóptica” sobre teoria e pensamento sistémico...

Competindo à CI o estudo científico da informação de acordo com múltiplas abordagens e independentemente do contexto de produção, organização e uso informacionais, não é de estranhar que ela tenha acolhido, no pólo teórico do método quadripolar (Silva; Ribeiro, 2002, p.87-121), a teoria e o pensamento sistémicos, a fim de melhor investigar e compreender a génese, o fluxo e a apropriação dinâmica da informação no quadro do binómio info-comunicacional. E, para que não se perca tempo a perceber como a CI trans e interdisciplinar ajustou o conceito operatório de Sistema ao seu objeto de estudo, atente-se no verbete Sistema de Informação do *Dicionário Eletrónico em Terminologia da Ciência da Informação-DeltCI* (e em Silva, 2006, p.162-163):

«Para evitar equívocos, importa distinguir SI, conceito operatório crucial em Ciência da Informação, do Sistema Tecnológico de Informação ou Informático, em verbete a seguir. Tendo em conta a sinopse relativa ao conceito de Sistema, um Sistema de Informação é uma totalidade formada pela interação dinâmica das partes, ou seja, possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um Sistema de Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela acção na linha do tempo. A estrutura de um SI é um aspecto complexo porque ela é paradoxalmente autónoma e indissolúvel da informação propriamente dita: o sujeito de acção (seja pessoa ou instituição) que produz e recebe fluxo informacional é distinto deste, mas é essencial para que este exista. A identificação da estrutura torna-se um momento decisivo para podermos fixar os contornos precisos de um SI e isso é feito, em Ciência da Informação, através do pólo técnico do Método Quadripolar, mais precisamente através das operações *Observação e Análise orgânico-funcional*. E é preciso não esquecer que a estrutura de um SI é ou pode ser concebida ela própria como um Sistema distinto. Um exemplo: uma empresa gera (produz, recebe e acumula) informação ao longo do tempo, o que significa que alimenta a existência de um SI, cuja estrutura é a dita empresa (com a sua organização interna e agentes ou funcionários), que, por sua vez, constitui um ou mais sistemas específicos. Os autores da área de Gestão tendem a ver distintos sistemas numa empresa: o sistema de gestão; o sistema dos recursos humanos; o sistema de informação; o sistema tecnológico, etc. Mas esta duplicidade da estrutura não causa qualquer confusão se bem percebida: quando o enfoque se centra na Informação sistemicamente concebida, pensada e estudada a respectiva estrutura pode, noutras abordagens, corresponder a um sistema, mas no SI é e mantém-se estavelmente como estrutura».

O verbete continua válido e, nesta medida, representa corretamente o modo como, na perspetiva em apreço, relaciona-se a noção de SI com o que está subsumido pela definição de informação atrás evocada. Inclusive, a informação existente no cérebro/mente das pessoas faz parte ou integra o SI. Essa informação corresponde ao designado «conhecimento explícito» e existe passível de ser documentada e comunicada, desde que as representações estejam codificadas, retidas no cérebro, prontas a serem ditas, escritas e memorizadas. Esta informação foi confundida, a partir de Michael Polanyi, com conhecimento tácito, mas, os neurocientistas e os psicólogos cognitivistas podem ajudar a



precisar que este tipo de informação não é faculdade de cognição, embora seja um seu produto, ou consequência. E mais: esse tipo de informação pode ser categorizada como conhecimento científico, por exemplo, se tem a ver com descobertas ou com experiências em curso nas ciências naturais e com os resultados de pesquisa de outros campos científicos. Só que estamos, também, a designar uma informação que abarca anedotas, canções, imagens desenhadas, fotografadas, filmadas... Enfim, a informação, que está na cabeça humana e fora dela, constitui um SI ativo e permanente, mas, quando a estrutura alimentadora do SI desaparece, ela passa a subsistir aparentemente cristalizada na «realidade documental», nos artefatos livro, documento, cd-rom, DVD, etc... As aplicações de *software*, dentro desta concepção, constituem apenas uma parte pensável sistemicamente numa totalidade maior – o SI propriamente dito.

Carlos Zorrinho, em 1991, olhou para uma empresa, considerou-a um sistema aberto e dinâmico, em constante evolução e em adaptação permanente, e invocando a legitimação da teoria geral dos sistemas (Ludwig Von Bertalanffy), a decompôs em sistema de gestão, sistema de informação e sistema de estrutura, com outras variedades sistêmicas (Zorrinho, 1991, p.36–53). O exercício de Zorrinho mostra – e isso é positivo – que a organização é um *puzzle*, composto por peças, que podem ser estudadas e encaradas com vista a abordagens práticas como sistemas específicos, o que obriga a reconhecer que a gestão de informação, centrada no SI, não esgota a complexidade sistêmica de uma organização, seja ela qual for, antes se enriquece com os *in puts* de outros olhares e abordagens. Mas, também, é evidente que a sua concepção de gestão de informação, redutoramente tecnológica na sua matriz, ficou refém de definições como a que Le Moigne propôs para informação: «objecto formatado criado artificialmente pelo homem, tendo por finalidade representar um tipo de acontecimento identificável, por ele, no mundo real» (Zorrinho, 1991, p.43); ou a proposta por David e Owen: «informação são dados processados duma forma adaptada ao meio de processamento, com valor real e perceptível na tomada de decisões correntes e prospectivas» (Zorrinho, 1991, p.43).

Não oferece, portanto, grande contestação a possibilidade universalista de aplicação do conceito de sistema, e sua subjacente concepção teórica e epistemológica (teoria geral e pensamento sistêmico), a uma infinidade de fenómenos e problemáticas. E a aplicabilidade teórica pode ser feita com bastante plasticidade, como vemos no caso de Zorrinho ao conseguir decompor uma empresa em diferentes tipos de sistema. Seguindo esta linha, o Arquivo instituição/serviço, a Biblioteca instituição/serviço, o Centro de Documentação instituição/serviço e o Museu instituição/serviço podem ser encarados como sistemas (semi)abertos e tendencialmente dinâmicos. Mas, também podemos olhar para o Arquivo, a Biblioteca e o Museu, mais precisamente para o respetivo «recheio», isto é, os «fundos» e as coleções que foram incorporadas e destinadas a serem geridas por essas instituições/serviços, como uma totalidade documental/informacional – um sistema próprio.



Retomaremos este ponto fulcral, adiante, e que marca a dupla e singular natureza destes três «construtos culturais» da Modernidade.

Socorrendo-nos do trabalho, já clássico, de Piero Mella sobre sistemas e pensamento sistémico, importa lembrar que, para o definirmos operatoriamente, devemos, antes de mais, entender a estrutura como um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos relacionados entre si e de tal forma que: (a) apresenta características próprias; (b) o estado de cada elemento depende, pelo menos, de um outro e acaba condicionado pela estrutura toda; (c) esta, se assumir ou modificar o próprio «estado», afeta os seus elementos, assumindo cada um deles um dado estado ou sofrendo uma modificação de estado; e (d) todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura (Mella, 1997, p.25). Infere-se, assim, que toda a estrutura é, simultaneamente, estruturada (o seu estado deriva dos elementos integrantes) e estruturante (o seu estado condiciona o dos elementos). E importa notar que estrutura e sistema, sem coincidirem, correspondem a uma conceção analítica e a uma síntese na observação dos elementos interrelacionados. Assim, um sistema pode ser definido enquanto estrutura (conceção analítica) observada como uma unidade duravelmente caracterizada pelo próprio estado e com significado autónomo (conceção sintética). Não sendo uma estrutura, o sistema pressupõe, possui ou integra uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Um sistema não existe na realidade, mas é definido como tal, por qualquer observador que dê significado aos estados (situações) assumidos por uma estrutura (Mella, 1997, p.26). Neste sentido, a noção operatória, em foco, funda-se numa visão holística do mundo, irreduzível a tendências ou escolas, nomeadamente a estruturalista, apesar das óbvias afinidades desta com o pensamento sistémico, e aplica-se a uma diversidade de objetos cognoscíveis, máquinas, organizações, seres vivos, etc. Ainda segundo Piero Mella, pode adotar-se a seguinte classificação: um sistema formado por outros sistemas é um *supersistema*; um sistema que se individualiza no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial ou subsistema*; e quando o sistema e o ambiente se interpenetram temos o macrosistema «ambiente», em sentido amplo. Como se determina essa interpenetração? Individualizar um sistema consiste em especificar-lhe os limites, ou seja, definir o que pertence à estrutura e o que lhe é estranho, de onde se conclui que o que estiver fora do sistema é o seu ambiente externo, contraposto ao ambiente interno configurado pela estrutura (Mella, 1997, p.30). Por fim, sublinhe-se que os sistemas se distribuem por duas grandes classes: os organizados e os não-organizados ou combinatórios (Silva; Ribeiro, 2002, p.101-103). Os primeiros possuem uma estrutura formada por órgãos (o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.), e os segundos, uma estrutura gerada por elementos análogos pelos quais não se reconhecem relações organizativas (os fluidos, as populações, etc.). Na classe dos organizados ou operatórios, deparemos várias sub-classes: os *sistemas dinâmicos e respetivo processo interativo*; os *fechados* e os *abertos*; os *naturais* e os

*artificiais; as redes modulares; os autopoieticos; o sistema geral; e os cognitivos conscientes* (ver Silva; Ribeiro, 2002, p.97-101).

A encerrar esta sinopse, não podemos deixar de incluir um válido esforço feito por Balduino (1988, apud Jardim, 1995) no sentido de distinguir rede de sistema. Uma distinção que se nos afigura não apenas oportuna, mas imprescindível:

REDES	SISTEMAS
elementos interligados	elementos integrados
objetivos comuns	objetivos específicos
componentes autônomos	componentes interdependentes
características individuais	padronização
cooperação	funções específicas e interdependentes- complementação
a ausência de um componente não compromete a realização dos objetivos da rede como um todo	a ausência de um componente compromete a realização dos objetivos do sistema como um todo

Quadro 1

Fonte: Jardim, 1995, p.59

E podemos ainda estabelecer uma aproximação evidente da rede aos sistemas combinatórios. No entanto, se considerarmos a caracterização feita dos organizados ou operatórios a distância à noção de rede é demasiado nítida, o que nos permite corrigir de imediato a conceituação «sistema nacional de arquivos» no caso de nesta expressão se incluírem os arquivos públicos jurídica e financeiramente dependentes de um organismo do Estado e arquivos privados ou de outras entidades autónomas. Se a ideia é envolver todo o tipo de arquivos existentes num país, a noção de rede impõe-se como a mais adequada e assim tem sido usada para definir a Rede Nacional de Leitura Pública, a Rede de Bibliotecas Escolares e a Rede Nacional de Museus (que pode ainda desdobrar-se em redes mais especializadas...).

Uma derradeira nota, vale a pena inserir, relativa ao fato de os arquivistas terem associado o conceito de sistema às práticas internas de ordenação, de classificação e de organização dos documentos e seus conteúdos. Vê-se, por isso, em alguns textos teórico-práticos de arquivística a expressão «sistema de arquivo» a significar os esquemas de classificação e de «arrumação» adotados ou, dito de outro modo, diversos aspetos da «gestão da informação arquivística» com várias nuances ou modalidades: sistema de arquivos correntes; sistema de administração de documentos; sistema de controlo de «assuntos pendentes»; sistema ativo de transferência de documentos; sistema de controlo de carga de saída; sistema ativo de tabelas de descarte; sistema ativo de correção, revisão e

atualização do material de serviço; sistemas de classificação e rotinas de trabalho padronizadas (em contraposição a um sistema de classificação desorganizado ou ilógico); sistema de controlo centralizado; sistema soundex; sistema dígito-termina; e sistema alfabético-decimal de guias «fora». Exemplo lapidar de um uso instrumental, saturado de usura, que os informáticos praticam generalizando o termo sistema ao serviço de programas e aplicações bem específicas e redutoras em sua configuração prática.

Um exemplo diferente e edificante podemos colher em Enrique Molina Campos, na obra póstuma *Teoría de la biblioteconomía* (1995), na qual considerou a biblioteca como um sistema, bem mais amplo e agregador que meras operações de tratamento, organização e gestão de *stock*, ao ponto de incluir como elemento constituinte ou componente sistémico os utilizadores:

«La biblioteca es un sistema que incluye también a quien se sirve de ella; considerada en sí misma, o sea, desde el exterior de los usuarios, la biblioteca es, por tanto, un sistema abierto. Para los sistemas abiertos no hay posibilidad de establecer unos modelos de organización que sean verificables. Así pues, o bien la biblioteca incluye también en su ámbito institucional y en su esfera funcional-operativa a los usuarios (y entonces la biblioteca se convierte en una realidad que – provocada por un fetichismo cultural y mantenida por vínculos jurídico-administrativos– permanece inaccesible a los principios de la racionalidad, sigue siendo ingobernable en el plano de los objetivos, y se hace incensurable respecto a los criterios de la eficacia y del rendimiento). No es admisible que subsistan, de una parte, las bibliotecas y, de otra, los usuarios; las bibliotecas son tales en tanto en cuanto tienen unos usuarios efectivos y actuales y de los usuarios potenciales y virtuales de una biblioteca» (Molina Campos, 1995, p.135-136).

Trata-se de uma perspetiva compreensível, mas radicalizadora dos limites do sistema aberto, no entanto, viabiliza a possibilidade de encararmos a Biblioteca-instituição (pública ou privada, com acentuado grau de autonomia) como um sistema composto de várias partes, e uma das partes centrais é a informação no seu conjunto heterogéneo, habitualmente caracterizado por «coleções», conceito fragmentador e anacrónico que se tornou axial nos Museus. Mas, também é possível pegar em toda a documentação/informação, concentrada na instituição Biblioteca, e pensá-la como sistema, porque esse conjunto de artefatos, articulados entre si e referenciados através de um produto típico de mediação que se designa de «metainformação», podem ser deslocados a qualquer momento daquele contexto institucional e transposto para outro, ou seja, tem uma certa «vida própria», replicando, em si mesmo, a estrutura geradora: quem constitui e organiza a Biblioteca projeta-se de forma *perene* nela.

Esta visão foi recuperada, para o universo museológico, por Isabel da Costa Marques, num artigo que não pode ser ignorado, uma vez que é seminal. Aí, a autora reconhece-se influenciada pela abordagem sistémica proveniente da Ciência da Informação e assume «adoptar uma visão integradora do museu partindo do conceito de Sistema de Informação», uma vez que

«– A informação produzida no âmbito do exercício das funções do museu é resultante da interacção da informação proveniente das demais colecções.

«– Uma visão integradora do acervo do museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas do acervo, contribuindo assim para que a informação (administrativa, científica, técnica, etc. relacionada com o património cultural) seja devidamente contextualizada, registada, armazenada, inter-relacionada, recuperada, reproduzida e acedida.

«– Pensar o museu como um sistema de informação implica superar divisões convencionais ainda vigentes como é o caso da distinção entre colecção museológica, bibliográfica e arquivística.

«– Implica tomar consciência da possibilidade de quebrar as barreiras estabelecidas pelo peso histórico da categorização das colecções e permitir uma maior reflexão sobre novas abordagens de inter-relações informacionais dos objectos.

«– Implica ainda uma reavaliação das práticas habituais (gestão, inventariação, incorporação, documentação, exposição, administração, etc.) no sentido de se tornarem mais eficientes e mais operacionalizáveis num contexto integrador das funções e objectivos do museu enquanto instituição cultural» (Marques, 2008–2009, p. 280).

Não há uma distinção clara, e a autora não viu necessidade em estabelecer uma distinção entre o museu enquanto instituição cultural e o museu enquanto conjunto ou totalidade informacional, subsumindo as duas dimensões no conceito operatório de sistema de informação.

Diferente postura foi a adotada pelos autores do volume 1 de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (1999), que, assim se distanciavam, por exemplo, da conceção expressa por Antónia Heredia Herrera, na sua *Archivística general: teoría y práctica*, para quem sistema de arquivo era e segue sendo um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, o recolhimento, depósito, arranjo e descrição e serviço dos documentos (Heredia Herrera, 1991, p.227); e um sistema nacional de arquivos seria conjunto das estruturas arquivísticas, sob a égide do Estado, variável em função das características unitárias e federalistas de cada país (ideia partilhada pelos autores canadianos da Arquivística integrada, Carol Couture e outros). Recusavam, também, a visão hegemónica, radicada na política demo liberal da memória nacional, conseguida através de incorporações mais ou menos seletivas. Silva e co-autores denunciaram, por tudo isso, o anacronismo do conceito meramente incorporacionista de fundo de arquivo e contrapuseram a noção de sistema, não sem alguma ambiguidade, que tem permanecido. De forma taxativa, afirmaram que o arquivo não podia ser uma mera soma «de «fundos» (conjunto orgânico de documentos...) mais «serviço» (instituição ou serviço responsável...)» (Silva et al., 1999, p.213), e, não sendo isso, podia e devia ser «uma unidade integral e aberta ao(s) contexto(s) dinâmico(s) e histórico(s) que a substancializa(m)» (Silva et al., 1999, p.213):

«Em terceiro e último lugar, se podemos, pois, representar o arquivo como um sistema (semi-)fechado (orgânico-funcional) de informação, temos de encarar a Arquivística como a ciência que estuda a dimensão sistémica do arquivo. Quer isto dizer que o arquivo não pode mais ser pensado como entidade dual ou como a mera ligação extrínseca de duas coisas distintas – a estrutura orgânica e a função serviço/uso. Estamos, afinal, perante factores básicos e indissociáveis, através dos quais o arquivo

emerge, sistémico, do fenómeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria acção humana centrada na sociedade e geradora aí da fenomenalidade informacional. Sendo assim:

«Arquivo é um sistema (semi)fechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores» (Silva et al., 1999, p.214).

Mas, a definição formulada mostrou-se insuficiente para abarcar a complexidade arquivística e os Autores avançaram com uma categorização de acordo com os vários atores implicados. Quanto ao fator estrutura orgânica, o arquivo/sistema de informação poderia ser:

«Unicelular – é todo o sistema que assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou colectiva, sem divisões sectoriais para assumir as respectivas exigências administrativas. Note-se que este tipo de sistema é permeável a uma forte pressão integradora, que leva à constituição de sistemas patrimoniais complexos, onde a informação arquivo se interliga com a informação biblioteconómica e com a museológica.

«Pluricelular – é todo o sistema que assenta numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade. No caso de algumas entidades industriais, financeiras e governamentais surgem subsistemas dotados de certa autonomia orgânico-funcional, com reflexos no modo prático de gestão da informação. Note-se, contudo, que se podem, também, formar subsistemas, tendo por base estruturas unicelulares (é o caso das pessoas e de certas famílias)» (Silva et al., 1999, p.214-215).

Quanto ao fator serviço/uso há duas categorias possíveis de sistema:

«Centralizado – é todo o sistema (unicelular ou pluricelular) que opera o controlo da sua informação através de um único centro (onde se concentra fisicamente toda a informação) e que baseia o tratamento da mesma em critérios funcionais, ideográficos ou outros, que determinam a organização dos documentos e a elaboração de instrumentos de acesso.

«Descentralizado – é todo o sistema pluricelular que, para obter maior eficácia, opta por um controlo da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada» (Silva et al., 1999, p.215).

Além disto, tornou-se necessário, para estes autores, distinguir um arquivo ativo de um desativado: aquele mantém um regular funcionamento ou atividade da respetiva entidade produtora; e este corresponde a uma entidade produtora que cessou a sua atividade, ou foi extinta, «pelo que todo o sistema ficou encerrado ou estático» (Silva et al., 1999, p.216). Por fim, o especializado ou centro de arquivos «é todo o sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desactivado» (Silva et al., 1999, p.216). Os autores não referem, mas a expressão poderia ser aplicada aos congéneres biblioteca pública e museu.

A ambiguidade desta proposta é que, apesar do sistema de informação-arquivo possuir uma estrutura, esta é uma projecção da estrutura institucional concreta, e isto faz com que o foco seja posto sobretudo na informação, mas a presença real, concreta da

estrutura, com seus agentes, objetivos funcionais, orçamento, regulamentos, etc. não pode ser negada e daí a necessidade de introduzir a categoria de especializado ou centro de arquivos.

A proposta sistêmica de Silva e co-autores permanece válida, mas volvidos quase quinze anos e aplicações várias, faz sentido e torna-se imperioso desfazer equívocos e formulações mais ou menos ambíguas, deixando-se eventualmente suspenso o que não tiver ainda solução clarificadora, mas sempre com o rótulo expresso de problema pendente.

### **Urgência do verbo clarificar...**

O nosso objetivo plasma-se neste verbo, mas é preciso advertir que não há, nem podia haver, a pretensão de se esgotar, aqui, o desiderato fixado. O mais importante agora é sinalizar a urgência de um uso menos equívoco e mais exigente do conceito operatório, aplicado não apenas à esfera arquivística, mas também à biblioteconômica e museológica.

E o primeiro aspeto, que justifica toda a atenção e empenho, prende-se com a distinção entre rede e sistemas operatórios ou organizados, uma vez que os combinatórios podem ser associados à natureza e ao funcionamento das redes. O debate não é novo e já foi travado, nomeadamente no Brasil entre arquivistas, sobre se é apropriado considerar a existência de um sistema nacional de arquivos ou de uma rede nacional de arquivos, mas faz sentido retomá-lo, ainda que rapidamente. É verdade existir uma certa singularidade no que toca aos arquivos, porque se pensarmos exclusivamente no Arquivo Nacional e em Arquivos Públicos regionais ou distritais, coordenados pela mesma entidade pública que governa o AN, à luz do critério da unidade institucional e administrativa, não é absurdo, é, aliás, bastante, plausível pensar esse conjunto todo e geri-lo como um sistema. Mas, se quiséssemos alargar o âmbito a arquivos municipais, de empresas públicas e a privados, o mencionado critério perde-se e, com as características atrás expostas em tabela, a rede surge como o conceito mais ajustado. Não se estranha, por isso, a coerência do uso do conceito para a designação do programa aplicado às bibliotecas e aos museus como «rede nacional». Mas, há também o reverso: o abuso do conceito de rede está a acontecer com as denominadas «redes sociais», que não passam de sistemas (semi-abertos). Basta um exemplo forte: o *facebook* é, antes de mais, uma empresa que opera na infoesfera (Luciano Floridi) ou no «espaço de fluxos» (Manuel Castells), com fins lucrativos, proporcionando serviços de infocomunicação em larga escala e proporcionando às pessoas de todo o Mundo que se relacionem e façam amigos no «espaço face» e, a fazerem isso, os «clientes» não formam redes mas integram plenamente o sistema organizacional de negócio da empresa, como parece indiscutível.

Outro aspeto importante tem a ver com o plano epistemológico.

Salvo o caso algo dissonante do campo bibliotecário, em que houve o aparecimento de várias designações disciplinares, como vimos no início do primeiro item (bibliografia,

bibliologia, bibliotecologia e biblioteconomia), reservando-se, assim, a bibliotecologia para identificar especificamente a disciplina que se ocupa das bibliotecas, a arquivística e a museologia agregaram em si duas acepções distintas: serem ciência dos arquivos ou dos museus, e ciência que se ocupa dos fundos ou das coleções. Ora os construtos institucionais e socioculturais da Modernidade – arquivo, biblioteca e museu – podem perfeitamente integrar um objeto de estudo no campo das Ciências Sociais, diferente do formado pelos conteúdos depositados nesses construtos – «fundos» e «coleções», embora seja óbvio que eles foram criados para proteger, preservar e tornar acessíveis à Nação esses testemunhos de uma memória e identidade coletivas. No entanto, não é difícil perceber que na centralidade, mesmo já nos idos de setecentos, estavam os documentos e os artefatos musealizados, sem os quais perdia sentido a existência de arquivo, biblioteca e museu. Este ponto é fulcral e foi sendo resolvido através do senso comum: os livros impressos eram materialmente diferentes dos manuscritos e estes dois artefatos eram ainda mais díspares de um quadro a óleo, de uma escultura, de contador indo-português, ou de uma cama com dossel... Coisas diferentes deveriam ir para os espaços respetivos, originar práticas profissionais específicas e até disciplinas pretensamente científicas autónomas. Esta configuração ou representação epistemológica simplista, que cabe debaixo da génese e evolução do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista (Silva, 2006, p.158), não transita para o paradigma emergente pós-custodial, informacional e científico (Silva, 2006, p.158–159), em que se aprofunda o debate que já supera o recurso, a uma noção ampla de documento formalizada por Otlet no seu tratado de 1934: o que urge aprofundar, agora no séc. XXI, é se o livro impresso, o manuscrito administrativo, tão do cuidado dos arquivistas, ou uma peça artística/manufaturada em qualquer época (desde a pré-história à atualidade) são ou não informação registada ou modelada num suporte material para cumprir determinada função. Os que optam pela negativa encerram, de imediato, o debate; os que optam pela afirmativa viram-se, necessariamente, para a Ciência da Informação trans e interdisciplinar como campo adequado a investigar os sistemas de informação, alojados dentro das instituições arquivo, biblioteca e museu e fora delas, dispersos pela sociedade humana. Foi esta a perspetiva assumida por Silva e co-autores, apesar de alguma ambiguidade que se tornou maior em Isabel Costa Marques e, sobretudo, em Molina Campos. Clarificando, urge perguntar: pode a CI debruçar-se sobre essas instituições ou podem elas formar o seu objeto de estudo? A resposta tem de ser clara: sim, mas sem deixar que o foco seja sempre a informação.

Essas instituições culturais podem ser exploradas cientificamente como sistemas que integram informação, mas esta pode, também, ser destacada como sistema de informação «identidade própria». Confuso? Apenas ambivalente.

Estamos, afinal, perante casos sistémicos ambivalentes que não podem ser tratados com rigidez conceitual ou teórica. Temos, pois, de voltar à doutrina sistémica, mais propriamente aos sistemas organizados, e relembrar que um sistema formado por outros

sistemas é um *supersistema*, que um sistema individualizado no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial ou subsistema* e que, quando o sistema e o ambiente se interpenetram, temos o macrossistema «ambiente», em sentido amplo. A classificação colhida, como vimos atrás, em Piero Mella é útil, mas não resolve tudo. Se a CI investiga, por exemplo, o Arquivo Público em Portugal, acaba por se deparar perguntas essenciais postas ao Ministério ou setor governamental da Cultura e, em consequência «descobre» um supersistema integrado no sistema arquivo público, o qual por sua vez é composto por uma miríade de sistemas de informação («fundos») criados e desenvolvidos por tantas entidades produtoras/orgânicas; o processo político-ideológico da incorporação transferiu-os para outro contexto – o arquivo público – onde por um lado não se devem diluir, mas onde, ao mesmo tempo, se tornam componentes essenciais, podendo ser, numa visão maximalista sempre discutível, parte do sistema arquivo público. Numa visão mais organicista terão de se manter ou como sistemas autónomos ou, mais simplesmente, como subsistemas do sistema arquivo público.

Que visão escolher? Uma outra visão que possa ser ainda mais clarificadora. Como? Desta forma:

1º – A informação confunde-se, em larga medida, com o conceito de cultura, sobretudo se tivermos em conta a definição daquela e o confronto conceitual desenhado em Silva (2006, p. 25), pelo que as questões culturais entram naturalmente no objeto próprio da CI, no entanto é preciso reconhecer que a problemática cultural (construto filosófico e científico) tem foros de precedência em certas disciplinas como a antropologia, a etnologia, a sociologia e a história, o que obriga a CI a um diálogo interdisciplinar fecundo com elas;

2º – Cabe, portanto, à CI estudar e enquadrar os arquivos, as bibliotecas e museus, tanto na sua dimensão institucional e gestão política, como na sua ação social e educativa, mas sem descurar o seu «recheio», porque nele se projeta sempre o discurso do Poder e dos Poderes mais variados e mais ínfimos;

3º – Pode e deve a CI apropriar-se de conceitos operatórios em uso nas ciências sociais e em outros campos da ciência e do saber, como mediação, modelo, paradigma, estado-nação, estado cultural, política cultural, política de informação, etc., mas tem sempre de tratar-se de uma apropriação criativa, ou seja, tem de ajustar esses conceitos à especificidade complexa do seu objeto construído;

4º – A CI, ao encarar a dimensão institucional de arquivo, biblioteca e museu (sempre considerados com os seus utilizadores como enfatizou Molina Campos), pode, inevitavelmente, ter de penetrar na complexidade do super-sistema político-institucional, dentro do qual a informação se entrelaça e se individualiza, em simultâneo e sem contradição, podendo a qualquer momento «isolá-la» como



sistema de informação, que é sempre em potência, e muitas vezes a ação humana e social tende a conferir-lhe real autonomia.; e

5º – Em reforço direto da transição paradigmática subjacente, surgem as alterações operadas, por impulso das novas tecnologias de informação e comunicação, no plano instrumental da descrição ou metainformação operada em arquivo, biblioteca e museu, como foi, recentemente, sinalizado na tese de doutoramento de Ana Cristina Fernandes Cortês Santana Justino, que se propôs: (a) «analisar e harmonizar as diversas normas existentes para a organização e representação da informação, nas instituições de memória (arquivo, biblioteca e museu)»; (b) «integrar recursos e fontes de informação que não eram, até à data, consideradas neste tipo de sistemas, como *blogs*, *sites*, *wikis*, vídeos interativos, jogos *online*, mundos virtuais, entre outros»; (c) «permitir a interação dos utilizadores no, e com, o sistema de informação oferecendo-lhes a hipótese de também serem produtores de informação»; (d) «testar e avaliar o modelo proposto através de um protótipo funcional»; (e) «permitir aos utilizadores e aos profissionais da informação um acesso simples e funcional ao sistema»; (f) «analisar como os utilizadores e profissionais da informação exploram a plataforma e os serviços que usam e privilegiam, assim como avaliar a interação e a eficácia (da pesquisa), no protótipo»; (g) «conhecer a importância que os utilizadores e profissionais da informação atribuem à interação e colaboração com uma plataforma dinâmica de partilha de conteúdos gerados pelo utilizador»; (h) «avaliar o comportamento informacional dos utilizadores na exploração da plataforma» (Justino, 2012, p.276).

O que acaba de ser explicitado introduz o último aspeto que importa, aqui, destacar e que se prende com a proposta de modelo formulado na sequência quase imediata da publicação e da divulgação do volume 1 de *Arquivística*. Referimo-nos ao SIAP – Sistema de Informação Ativa e Permanente, prototipado em diferentes contextos, nomeadamente no municipal (caso do SIMAI, experiência proposta e «congelada» num município brasileiro – Masson; Silva, 2000–2001, p.33–62) e no universo pessoal e familiar (o projeto levado a cabo na Fundação Casa de Mateus entre 2002 e 2005 revelou-se importante na respetiva aplicação, consolidação e expansão). Mas, nos dois contextos a conceituação sistémica tem diferença.

No caso municipal referido, encarou-se todo o tipo de informação ativa, ou seja, produzida e usada pela entidade produtora, como formando uma totalidade ampla (diferentes tipologias documentais desde que ligadas ao agir próprio da Prefeitura) e, em consequência, disto constituía não necessariamente um serviço institucionalizado, mas um fluxo perfeitamente identificável que era gerido por «instâncias» flexíveis e plásticas destinadas a gerir «por dentro» todo o fluxo informacional. Por outras palavras, o modelo SIMAP, na versão concebida para o caso municipal brasileiro, seguiu por uma via

«autonomista» em que o sistema de informação é tratado como um sistema a par da autarquia, outro possível sistema, que o produz e usa ou, quando muito, como um subsistema (visão mais organicista, referida atrás). E o mais radical consistiu em evitar a «funcionalização» em arquivo, biblioteca e museu dentro da instituição, passando a existir apenas o S(istema)I(nformação)M(unicipal) A(tiva) [do Município X].

Nos casos pessoal e familiar, as aplicações desenvolvidas tendem a confundir o sistema pessoa ou o sistema família com o respetivo sistema de informação, perspetiva que não aparece muito clara no artigo–proposta de modelo pessoal e familiar (Silva, 2004), embora estivesse implícito. É, aliás, correto que, em atuais e futuras aplicações, se esbata qualquer diferença: a CI, ao trabalhar com sistemas de informação pessoais e familiares, está a justapor esse sistema ao sistema pessoa ou ao sistema família, por serem indissociáveis e pelo seu alto grau de complexidade (o que parece mais pequeno e simples pode ser bem mais complexo que o que parece enorme e complicado). Uma orientação conceitual que pode ser transposta para outros contextos, num esforço de clarificação que não fora até hoje formulado.

Seja qual for a visão ou perspetiva enfatizada, o conceito operativo de sistema em CI pode chegar à esfera institucional e organizacional, mas começa e termina sempre balizado pelo fenómeno info–comunicacional.

## Referências bibliográficas

*DeltCI – Dicionário Eletrónico em Terminologia da Ciência da Informação*. [Em linha]. [Consult. 30 Jan. 2014]. Disponível na Internet: <Url: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/>>.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008) – *Dicionário do Livro*. Coimbra: Almedina. ISBN 978–972–40–3499–7.

HEREDIA HERRERA, Antónia (1989) – *Archivística general: teoría y práctica*. 4ª ed. Sevilla: Deputación Provincial.

JARDIM, José Maria (1995) – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil* [Em linha]. Niterói, RJ: EDUFF–Editora da Universidade Federal Fluminense. [Consult. 30 Jan. 2014]. Disponível na Internet: <Url:<http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf>>. ISBN 85–228–0166–5.

JUSTINO, Maria Cristina Fernandes Cortês Santana (2012) – *O Desafio da homogeneização normativa em instituições de memória* [Em linha]. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de doutoramento. [Consult. 1 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <Url: <http://ria.ua.pt/handle/10773/10444>>.

MARQUES, Isabel Costa (2008–2009) – O Museu como sistema de informação. *Musev*. ISSN 0871–2670. IV série, N.º 17, p. 267–290.

MASSON, Sílvia Mendes; SILVA, Armando Malheiro da (2000–2001) – Uma abordagem sistêmica da informação municipal: o projecto SIMAP e um caso de aplicação ainda incipiente – o SIMAI. *Cadernos de Estudos Municipais*. ISSN 0872–6884. N.º 14–16. p. 33–62.

MELLA, Piero (1997) – *Dai Sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli. ISBN 88–464–0336–3.

MOLINA CAMPOS, Enrique (1995) – *Teoría de la biblioteconomía*. Edición póstuma a cargo de Rafael Olivares. Granada: Universidad de Granada. ISBN 84–338–2116–4.

OTLET, Paul (1934; 1996) – *Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Traducción Maria Dolores Ayuso Garcia. Murcia: Universidad de Murcia. ISBN 84–7684–766–1.

POMBO, Olga (2004) – *Interdisciplinaridade: ambições e limites*. Lisboa: Relógio d'Água Editores. ISBN 972–708–814–7.

SILVA, Armando Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. I série, N.º 3, p. 55–84.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto*. Porto: CETAC.COM; Edições Afrontamento. ISBN 972–36–0859–5.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo formativo*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972–36–0622–4.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel Luís (1999) – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978–972–36–0483–2.

ZORRINHO, Carlos (1991) – *Gestão da informação*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972–23–1390–0.

*Wikipédia*. [Em linha]. [Consult. 30 Jan. 2014]. Disponível na Internet: <Url: <http://pt.wikipedia.org/wiki>>.

---

<sup>1</sup> Texto publicado a convite do Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus da BAD

<sup>2</sup> Sobretudo em artigo de revistas científicas vulgarizou-se a expressão referências bibliográficas no sentido estrito de conjunto de elementos que permitem identificar uma obra, aceção limitada e que fica aquém da riqueza de sentido que o termo bibliografia foi adquirindo ao longo do tempo.



## **O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais**

Juliete Susann Ferreira de Souza Ju

UNESP/Marília, Brasil

[jubsusann@gmail.com](mailto:jubsusann@gmail.com)

Oswaldo Francisco de Almeida Junior

UNESP/Marília, Brasil

[ofaj@ofaj.com.br](mailto:ofaj@ofaj.com.br)

### **Resumo**

As implicações da Sociedade da Informação estão repercutindo no mundo organizacional e tornando a informação peça-chave para o seu desenvolvimento. Tal ação se faz presente porque a apropriação da informação restabelece as relações de poder; quanto maior a quantidade de informação, maior será a capacidade de intervenção na realidade. Nesse aspecto, a informação toma lugar de supremacia, seja quando socializada ou não. Assim, nosso objetivo neste artigo é discutir o poder da informação na Sociedade da Informação, tendo como pano de fundo o livro *1984*, de George Orwell, visando levantar questões para uma maior reflexão acerca dos valores que há tempos permeiam a nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Sociedade da Informação; Ambiente Organizacional; Estruturas Organizacionais; Poder; Informação.

## **The power of information in the information society and business organizations**

### **Abstract**

The implications of the Information Society are influencing the organizational world and turning information into a key element for its development. This is present because the appropriation of information restores power relations; the greater the amount of information, the greater the capacity to intervene in reality. In this aspect,

the information takes the place of supremacy, whether socialized or not. Thus, our goal in this article is to discuss the power of information in the Information Society, with the backdrop of the novel *1984*, by George Orwell, aiming at raising questions for further reflection on the values that have long permeated our society.

**Key-words:** Information Society; Organizational Environment; Organizational Structures; Power; Information.

## Introdução

Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca da pretensa relação existente entre informação e poder na declarada Sociedade da Informação e nas organizações empresariais. Com isso, procurar-se-á entender como a informação restabelece as relações de poder entre a sociedade, as organizações e os indivíduos, bem como influenciam e fazem com que estes últimos se tornem sujeitos com “voz ativa” acerca dos ambientes nos quais se inserem.

No contexto atual da Sociedade da Informação, a informação tem se tornado o principal componente de inovação, transformação e desenvolvimento; subsídio fundamental na dinâmica do universo capitalista globalizado atual. Seu emprego tornou-se peça-chave para que uma organização e até mesmo os próprios indivíduos possam se tornar um agente ativo dentro da rede na qual estão inseridos. Assim, quanto mais informação possuírem, maior será a capacidade de intervenção na realidade.

Tal aspecto pode ser identificado também no âmbito das organizações contemporâneas, organizações estas que sofreram fortes influências da Sociedade da Informação. Esse cenário no qual tais empresas estão atuando passa a ter um papel fundamental e proporciona melhor e mais rápida percepção das mudanças, facilita a tomada de decisão e possibilita um reposicionamento dos negócios com maior rapidez e agilidade de resposta às novas necessidades.

Para tanto, isso vai depender do tipo da estrutura organizacional adotada pela organização – estruturas hierárquicas centralizadas ou estruturas descentralizadas, que têm forte influência na percepção dos gestores acerca da informação; isto é, existem organizações que tratam a informação como poder, enquanto outras já a entendem como um insumo que deve ser compartilhado com todos os indivíduos da organização, visando seu desenvolvimento e a obtenção de vantagem competitiva.

Dessa forma, por mais que se viva atualmente na então chamada Sociedade da Informação, ainda existem organizações que continuam agindo e entendendo a informação como poder, concentrando-as apenas nos níveis estratégicos e nas mãos do gestor principal. Esta abordagem também pode ser claramente vista no livro *1984*, de George Orwell, cuja ênfase está no poder e no controle que o Estado exercia sobre os cidadãos ao

deter, manipular e disseminar as diversas informações que possuía, visando a manutenção da realidade conforme seus ideais.

Por meio de tais impressões, este trabalho, *a priori*, faz um resgate teórico enfocando o contexto geral do livro *1984* como forma de situar o leitor na discussão a ser estabelecida. Em seguida, tratará do valor e do poder que a informação exerce na Sociedade da Informação e nas organizações e, por fim, buscará demonstrar a importância e a influência que os tipos de estruturas organizacionais exercem na construção da percepção com relação ao valor da informação.

### Contexto geral do livro *1984*

O livro *1984* trabalha com a ideia de um mundo opressor, um mundo autoritário e as possibilidades de se desvincular disso. O pessimismo dá a tônica da história: ou você se alia, se deixa locupletar ou viverá na solidão, na ausência das coisas. A saída, portanto, acaba sendo a resignação.

O Partido é o único que possui poder na Oceania, sendo ele o responsável por manipular as informações e coordenar todas as ações da população. Através das “teletelas” – o famoso Big Brother ou Grande Irmão – espalhadas em todos os lugares, os indivíduos são constantemente vigiados e qualquer desvio de conduta que vá contra as ideias do Partido faz com que os autores das ações desordeiras sejam punidos pelo ato cometido.

As informações em *1984* são claramente manipuladas. O sujeito é retirado, excluído da história. Ele deixa de existir. Se há uma foto que atesta o contrário do que se quer como real, a foto desaparece. A verdade é determinada. Afinal, com quem estamos em guerra? Qual o motivo dela? Por que lutamos?

O grande irmão tudo vê e determina nossos comportamentos e nossos pensamentos. Somos levados a participar, consciente ou não, do dia do ódio, dos minutos do ódio. A teletela, o olhar do Grande Irmão, a presença da repressão até mesmo dentro de casa, tudo isso passa a ser natural, a ser aceito como natural. Não há como se rebelar contra isso. É algo que está inexoravelmente presente em nossas vidas, algo pertencente ao mundo, e ao viver.

Bastos (2006) descreve algumas características da época, a saber:

«...a submissão às imposições do partido; a não memória; a total falta de privacidade; a extinção de laços familiares; das relações afetivas, entre outras. Sem esses laços familiares torna-se comum que até os filhos denunciem os pais por cometerem atos que vão contra as ideias do partido. O casamento deve ser uma união formal, na qual o sexo deve ser apenas para procriação, sendo considerado crime qualquer tipo de prazer».

Visando amedrontar cada vez mais as pessoas, o Partido cria a chamada Novilíngua, principal sistema de comunicação que busca reduzir cada vez mais as palavras como forma

de não dar abertura para que as pessoas pudessem ter outras interpretações que iriam contra as suas ideias. Assim, todas as pessoas que pensassem contrariamente às ideias do Partido estariam cometendo um crime muito grave na época e poderiam ser presas pela Polícia do Pensamento e desaparecidas da história, vaporizadas/esquecidas, como se nunca tivessem existido.

Neste sentido, a linguagem também deve ser controlada. Se o vocabulário é pequeno, exterioriza-se pouco. As relações devem ser individuais, cada pessoa consigo mesma. Família, amigos, amantes devem existir sob outros conceitos: a família existe voltada para o partido, para as concepções veiculadas pelo Grande Irmão; as amizades também devem seguir e acompanhar os interesses dos dominadores; relações amorosas criam laços que superam o indivíduo. A Novilíngua lida com poucas palavras. Afinal, para que dizer o desnecessário?

É preciso controlar o pensamento, a reflexão individual, os espaços de discussões pessoais, isoladas. Para isso, cria-se a Polícia do pensamento. Você nem mesmo em sonho pode ser subversivo. Sua mente precisa ser controlada, dominada. Um controle que se dá via ideologia.

Mas, o personagem principal possui um diário para registrar o acontecido, que é a história. Mas é uma história não controlada, não determinada e, portanto, inadmissível, não aceita. O diário permite refletir sobre a vida, pensar sobre a vida e, assim, confrontar suas ações e vivências com o cotidiano dominado. O diário traz a possibilidade de estruturar o pensamento caótico. Nós organizamos nosso pensamento quando falamos, escrevemos, discutimos. Quando partilhamos com o mundo. Sendo este, portanto, a possibilidade de liberdade, da não manipulação. Mas a “Liberdade é escravidão” como apregoava um dos lemas implantados, inculcados, impostos.

Assim, por meio das manipulações da informação, o Partido interferia fortemente na realidade das pessoas e diminuía sua capacidade reflexiva para que não conseguissem modificar a realidade estabelecida e imposta pelo Estado. Por meio disso tudo, vê-se que a informação é uma variável poderosa dentro do ambiente no qual está inserida e, portanto, tê-la é estabelecer o controle e o domínio sobre aqueles que dela fazem uso.

## **Sociedade da Informação**

Em um mundo globalizado e caracterizado pela Sociedade da Informação, percebe-se que a informação torna-se a principal peça de modificação de uma sociedade, bem como do próprio indivíduo. Assim sendo, quanto mais informação verídica os indivíduos possuírem, maior será o seu poder de discernir o que é verdadeiro e o que é falso, e como consequência, conseguir alterar as condições e a realidade em que vive.

No livro escrito por Orwell é justamente isso que Winston Smith, membro do Partido Externo, trabalhador no Ministério da Verdade, procura fazer ao perceber que o Partido alterava os registros verdadeiros e jogava no Buraco da Memória documentos que pudessem provar uma contradição do Partido. Assim, cada vez mais inconformado com o modo que o Partido manipulava e disseminava as informações para a população, Smith passa a questionar a postura e as ações do Partido e busca informações que possam modificar a realidade imposta por eles.

A resistência deve ser assim entendida: ela é criada ou existe na realidade? Cria-se a história, cria-se o fato, a realidade, o acontecido. Em quem confiar se até o filho ou a mulher pode lhe acusar? A resistência passa a ser uma ilusão que sustenta o sistema. Aliás, o sistema também se sustenta apontando culpados, vilões, traidores. E os culpados são sempre pessoas, nunca o sistema. A resistência ilusória também se sustenta em livros, em propostas e análises escritas. Mas a revolução é teoria e ação. Apenas a teoria é permitida, a ação é reprimida.

Percebe-se aqui o poder que a informação exerce com relação ao comportamento dos indivíduos: ora ela é utilizada para diminuir a capacidade reflexiva do indivíduo uma vez que as informações são manipuladas, ora é entendida como atributo necessário e modificador de uma determinada realidade. Em ambos os aspectos, a informação é entendida como propulsora das modificações e transformações ocorridas nas últimas décadas na sociedade, bem como nos indivíduos (Neto; Teixeira, 2006, p. 221).

Segundo Neto e Teixeira (2006, p. 221), na medida em que possui uma ampla capacidade de intervenção na realidade, a informação torna-se um «poderoso instrumento para inovar e transformar. A informação produzida em nossa sociedade é um diferenciador entre as nações na sociedade da informação», tornando-se evidente para todos que ela é o principal fator de distinção da capacidade de produção dos países e determinantes para o desenvolvimento.

Segundo a UNESCO (1987, p. 28), «informação é um produto social e não comercial [...] é, ao mesmo tempo, uma necessidade social e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos». O Estado, como o guardião dos direitos e deveres do cidadão, deve criar mecanismos para que o uso da informação seja garantido a todo indivíduo (Santos; Carvalho, 2009, p. 51–52).

Tal preocupação não era vista na sociedade descrita no livro de Orwell, pois a informação era modificada justamente para que os cidadãos não tivessem como descobrir os seus direitos e ir contra o Partido. Mas será que isso não ocorre ainda nos dias atuais, ou melhor, na dita Sociedade da Informação, como muitos autores tratam esse novo contexto estabelecido?



Sobre esse aspecto, Werthein (2000, p. 71) afirma que as promessas da Sociedade da Informação se justificam com o esforço da sociedade na sua construção. A justificativa desse esforço prende-se às:

«...perspectivas oferecidas pelo novo paradigma de avanços significativos para a vida individual e coletiva, elevando o patamar das informações gerado e utilizado na sociedade, oferecendo o estímulo para constante aprendizagem e mudança, facilitando a salvaguarda da diversidade e propiciando dinamismo econômico mais condizente com o respeito ao meio ambiente [...]». (Werthein, 2000, p. 71)

Assim, na Sociedade da Informação a apropriação da informação é a peça-chave e o principal componente de emancipação do sujeito no contexto no qual está inserido. Ao absorver e produzir novos conteúdos, ele gera coletivos inteligentes que podem alimentar o ciclo informacional: informação, conhecimento, desenvolvimento e informação (Barreto, 1998, p. 123). Isto é, a informação é considerada um atributo significativo para construir conhecimento no indivíduo em sua organização, grupo e/ou na sociedade, gerando com isso uma ação que só vem a contribuir e crescer no ambiente no qual este está situado.

Neste contexto, Servan-Schreiber (1974) e Rousseau (1999) afirmam que a informação compartilhada encontra-se na base de toda boa inteligência, e que se um povo suficientemente informado delibera, mesmo a ocorrência de pequenas diferenças não tira do resultado o caráter de «vontade geral» e, por conseguinte, benéfico para o conjunto da sociedade. Thomas Jefferson (apud Silveira, 2000, p. 86) também afirmava que a liberdade de expressão e de opinião é a base de todo governo liberal democrático, e que a melhor maneira de aperfeiçoá-lo está na disponibilização tanto qualitativa quanto quantitativa das informações tocantes à gestão pública acessíveis ao povo.

Na Sociedade da Informação, a liberdade de pensamento e a sua expressão não podem ser exercidas de maneira integral sem o reconhecimento do direito à informação, na medida em que o saber determina o entendimento e as opções da consciência que irão formar as opiniões e raciocínio sobre os acontecimentos sociais. A ausência de informação faz o agente achar-se destituído de capacidade crítica para avaliar o ambiente comunitário e exprimir suas convicções (Lira et. al, 2008, p. 16).

Uma vez apresentada, de modo geral, a importância da informação dentro da sociedade, chega-se agora ao clímax desta discussão, uma vez que a informação acaba entendida como um poder exercido em todos os segmentos nos quais está inserida. Mas por que isso ocorre? Afinal, não estamos inseridos numa Sociedade da Informação que preza pela democratização da informação e do conhecimento? Ora, se assim realmente fosse, a informação não seria distribuída de forma igualitária e sem restrições para aqueles que dela necessitam para seu desenvolvimento?

Ainda existe um grande paradoxo acerca desse fator, pois muitos ainda entendem que para ter poder nos dias atuais, deve-se ter informação e não compartilhá-la com

ninguém, fato esse que acaba por prejudicar a execução da proposta de uma sociedade democrática da informação.

Como forma de melhor entender esta percepção, a seguir serão apresentadas questões sobre o aspecto empresarial, pois como bem ressalta Valentim (2006, p.09) as organizações devem ser também entendidas como «o núcleo da sociedade, pois ela agrupa indivíduos, sustenta a economia, gera empregos, profissionaliza e especializa a atuação dos sujeitos, ou seja, ela influencia a cultura, a educação e a própria sociedade». Compreender, portanto, o ambiente organizacional é compreender o papel que a informação desempenha nesse âmbito.

### **A relevância da informação no contexto organizacional**

A informação tem um papel fundamental nos ambientes organizacionais, porque todas as tarefas desempenhadas, desde o nível estratégico, tático e operacional, são apoiadas por ela. Com isso, a informação pode ser considerada matéria-prima para a manutenção e desenvolvimento de uma estrutura organizacional, bem como da própria organização em si.

Nesse contexto, o colaborador gera, compartilha e usa a informação de modo a auxiliá-lo nas atividades desempenhadas. Entretanto, muitas organizações desconhecem a importância desses procedimentos para seu crescimento e desenvolvimento, fator que acaba interferindo nos planos de ação de curto, médio e longo prazo. Evidencia-se, assim, que um dos fatores determinantes para tal fato recorrente é a falta de percepção dos indivíduos quanto a mudanças ambientais internas e externas, uma vez que não compreendem a importância desses processos para a obtenção de vantagem competitiva, além de acreditarem que o compartilhamento de informação/conhecimento possibilitaria uma perda de status e poder, tornando-se peças descartáveis dentro daquele sistema/organização. De algum modo, isso acaba prejudicando toda a dinâmica empresarial, e prova disso é um ambiente dotado de desconfiança, competitividade exagerada e falta de motivação por parte dos indivíduos.

Tal fato pode ser identificado na passagem do livro *1984* em que Smith começa a questionar a opressão do Partido em relação à população. Ele compra um diário como forma de registrar todo o seu pensamento, questionamento e angústias acerca das coisas que estavam acontecendo na sociedade, já que não poderia expressar e muito menos compartilhar seu pensamento com qualquer pessoa, pois, se assim fizesse, ele estaria correndo risco de vida.

Diante desses fatos, pergunta-se: por qual motivo os indivíduos dentro das organizações compartilhariam informação uns com os outros, sabendo que esta é entendida como forma de poder? Essa é uma questão que a Sociedade da Informação procura quebrar

ao mostrar que são cada vez mais necessários comportamentos relacionados à criação e ao compartilhamento de informação e conhecimento de pessoas que atuam nos ambientes organizacionais, pois propicia condições de aprendizado e cria uma cultura organizacional positiva em relação à informação e ao conhecimento.

Considerando a competitividade entre as organizações, o conhecimento gerado por meio da percepção, compreensão e apropriação de informação advém tanto do ambiente interno quanto externo, cujo objetivo no contexto organizacional é responder às mudanças existentes nesses ambientes. Portanto, o conhecimento construído individualmente é fundamental para as ações coletivas desempenhadas no cotidiano da organização. Essa dinâmica faz com que as organizações realizem boas estratégias de ação para que se mantenham competitivas no mercado globalizado.

Para tanto, como bem ressaltaram Neto e Teixeira (2006, p. 226), a grande implicação da sociedade da informação nas organizações é que elas têm que se estruturar em função da importância estratégica da informação. Por importância estratégica da informação, entende-se que a organização tem que responder adequadamente às demandas do meio ambiente de forma inovadora, fornecendo-lhe produtos, serviços e soluções adequadas ao atendimento das necessidades do meio ambiente competitivo.

Torna-se evidente, com isso, que o estudo das estruturas organizacionais é de extrema importância, uma vez que mostrará a percepção que os gestores das organizações têm acerca do papel que a informação desempenha no ambiente organizacional, isto é, se a tratam como poder ou possuem uma cultura voltada ao compartilhamento da informação.

### **Estrutura organizacional: uma enorme influenciadora ao compartilhamento de informação e conhecimento**

Uma das prioridades de qualquer administração, a partir da liderança e da autoridade que lhe foi atribuída, é estruturar a organização sobre a qual ela age. Yu (2011, p. 25) descreve que a «estrutura de qualquer organização é entendida como o conjunto das diferentes maneiras de se subdividir um trabalho em diferentes tarefas e sua coordenação», e é a partir dela que os objetivos e metas organizacionais são atingidos.

Assim, *a priori*, a estrutura vem com o objetivo de posicionar de maneira formal os indivíduos de acordo com as atividades que lhes foram atribuídas. Consequentemente, vem como forma de mostrar aos sujeitos da organização o que se espera deles a partir dos critérios já definidos e das tarefas que lhes foram atribuídas. E por fim, ela pode facilitar no processamento de informações relevantes e serem utilizadas e agregadas posteriormente no processo de tomada de decisão. Assim, a estrutura possui uma intensa relação com o modo que a organização entende informação e conhecimento, isto é, se a entende como poder ou não (Yu, 2011, p. 26-27).

Por meio disso, a adoção de uma estrutura mais flexível para os dias atuais se faz necessária quando se pretende maximizar os ganhos e obter melhores resultados. Para tanto, os gestores das organizações devem criar estruturas que venham a instigar em seus colaboradores atitudes e comportamentos que os façam entender que compartilhar informações e conhecimentos gerados é indispensável para o desenvolvimento da organização. Assim, como forma de acompanhar os ideais da Sociedade da Informação, a estrutura organizacional de muitas empresas reflete uma mudança de estrutura hierárquica para uma maior dependência descentralizada, trabalho em equipe e incentivos de apoio, destacando com isso a valorização do indivíduo dentro do ambiente organizacional (Liao; Chuang; To, 2011, p. 728, tradução nossa).

No livro de Orwell isso não era possível, pois havia uma hierarquia do Estado sobre os indivíduos, impedindo que fizessem uso da linguagem verbal como instrumento de emancipação. Com isso, nota-se a não valorização dos indivíduos no ambiente no qual estão inseridos.

No que tange os dias atuais, Nonaka e Takeuchi (1997, p.61) entendem que as organizações precisam ser capazes de «[...] criar, transferir, e reutilizar informação e conhecimentos que sejam relevantes para a sua atividade-fim». No entanto, se fazem necessárias a união e integração das pessoas e dos processos presentes no ambiente organizacional, possibilitando a criação de um ambiente propício para a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito. A informação, bem como o conhecimento gerado no ambiente organizacional, diminui as incertezas e inconsistências, além de contribuir para o desenvolvimento da organização.

Entretanto, o grande desafio das organizações nesses processos reside no compartilhamento da informação e do conhecimento, pois compartilhar informação e conhecimento é um dos processos mais críticos no âmbito organizacional, seja devido à sua importância do ponto de vista do desempenho organizacional (Renzi, 2008; Sondergaard; Kerr; Clegg, 2007 apud Barbosa; Sepúlveda; Costa, 2009, p.15), seja porque é um dos comportamentos mais difíceis de ser plenamente incorporados no dia a dia organizacional, uma vez que, acredita-se ainda, a informação e conhecimento como poder. E, se assim os são, quem irá compartilhá-los por livre vontade?

Assim, torna-se necessário entender a relação existente entre poder e informação, ou melhor, o poder que a informação continua tendo na chamada Sociedade da Informação e nos ambientes organizacionais.

## O poder da informação no âmbito da Sociedade da Informação e no contexto empresarial

Para entender essa relação, é necessário, *a priori*, compreender o que significa a palavra «poder» nos dias de hoje. Segundo Galbraith (1986 apud Silveira, 2000, p. 79), o poder se traduz como «a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas». Essa ideia de poder correlaciona a dimensão do poder com a capacidade de certos grupos ou indivíduos imporem suas vontades a outros a fim de atingir determinados objetivos (Silveira, 2000, p. 79).

Robbio (1986) afirma que ter poder significa ter a «capacidade» de premiar ou de punir a fim de obter o comportamento desejado. Referido comportamento também pode ser conseguido à custa de promessas de recompensas ou punições, desde que seja reconhecida a capacidade de levá-las a efeito (SILVEIRA, 2000, p. 80).

Como forma de exemplificar essa ideia, recorreremos à passagem do livro *1984* em que Winston passa a sofrer torturas quando capturado pela Polícia do Pensamento.

«O torturador, mais conhecido como O'Brien, explica que ele foi levado a esse lugar para ser curado e que passaria por três estágios: aprender, compreender e aceitar. Alguns dias se passam e ele é posto em uma máquina de tortura, e O'Brien inicia uma espécie de lavagem cerebral que o induz a concordar com o Partido. Se o Partido disser que  $2 + 2$  são 5, assim será. Aqui a informação é entendida em seu aspecto ideológico diante da verdade. O Partido está sempre certo porque ele é o dono da verdade e da realidade na qual os cidadãos estão inseridos, além de ser capaz de manipular o presente, consequentemente, é dono do passado e vice-versa. Depois de tanta tortura, Winston aprendeu e compreendeu as ideias do Partido, mas falta o último estágio: aceitá-las. Assim, O'Brien o manda para a Sala 101 e explica que aquele é o pior lugar do mundo, pois lá se encontra o que o torturado mais teme. No caso de Winston, esse elemento que lhe causava terror eram ratos. Ao chegar à sala 101, Winston se deparou com uma máscara que quando colocada fazia ligação com uma gaiola cheia de ratos famintos, que por certo devorariam seu rosto. A única salvação para ele seria renegar o amor de alguém, ou no caso trair Julia, sua namorada. Assim, não estaria amando ninguém acima do Big Brother, "o Grande Irmão", ou seja, agindo assim, ele teria aceitado que só existe amor e lealdade pelo Partido e pelo Grande Irmão» (Bastos, 2006).

Diante disso, Rousseau (1999) e Silveira (2000) afirmam que ceder pela força é apenas um ato de necessidade, e não um ato de vontade. Somente o poder pode criar direito, e somente o direito pode limitar o poder.

O poder é um fenômeno social no qual uma vontade, individual ou coletiva, se manifesta com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta a produção de efeitos desejados que de outra maneira não ocorreriam espontaneamente.

Silveira (2000, p. 80) descreve que para a configuração do poder, então, exige-se «... a existência de uma 'vontade', de uma 'capacidade' para fazer valer a vontade, ou seja, a produção dos 'efeitos desejados', e, finalmente, da certeza de que é preciso agir, pois os efeitos não aconteceriam 'espontaneamente'. Para conhecer, conceber ou divulgar uma 'vontade' e também para avaliar a 'capacidade' operacional, o poder demanda informação. Por isso também se afirma que informação é poder, ou mais que isso, é fator multiplicador (Silveira, 2000, p. 80)».

Para o exercício continuado do poder, é fundamental dispor de meios de comunicação de massa comprometidos com a manutenção do «sistema» e de um sistema educacional que perpetue o pensamento dominante, de forma que o condicionamento seja cada vez mais implícito que explícito, mais aceito como natural que aceito por convencimento. Assim como os da religião, os poderes da imprensa, da rádio e da televisão derivam da organização, e seu principal instrumento de imposição, como o da religião, é a crença, o condicionamento social (Silveira, 2000, p. 82).

Na sociedade descrita por Orwell, o Partido monitora as pessoas por meio das teletelas, ou Big Brother, espalhadas em todos os locais. Cada passo é acompanhado, e qualquer desvio de conduta que vá de encontro às ideias do Partido faz com que os autores sejam severamente punidos. Todos os membros do Partido tanto Interno quanto Externo devem possuir uma teletela e a deixar constantemente ligada, exceto por alguns minutos, benefício concedido apenas a alguns membros do Partido Interno.

Na sociedade contemporânea isso não é muito diferente, pois podemos analisar elementos tais como a manipulação da verdade por parte de algumas mídias e a dominação da população, principalmente mais pobre, algumas vezes de maneira não declarada. Há também a falta de privacidade, que nos dias de hoje tem um lado forte tanto positivo quanto negativo. Por meio disso, questiona-se: que fator é estabelecido como forma de tornar a sociedade contemporânea melhor do que a descrita por Orwell? Será que as coisas realmente melhoraram e/ou modificaram? Será que a Sociedade da Informação não seria apenas um eufemismo do capitalismo e da globalização exacerbada presente na vida dos cidadãos?

Em cima disso, Silveira (2000, p. 82) reafirma e enfatiza que os meios de comunicação têm uma forte influência no comportamento social, isto é, ao invés de disseminar informações verídicas às pessoas, os meios de comunicação manipulam essas informações com o intuito de deixá-las alienadas a respeito dos fatores que as cercam. Os indivíduos geralmente desconhecem tal fato, pois esses meios são muito bem administrados com o propósito de fazer com que as pessoas nem desconfiem que estão sendo controladas e submetidas aos propósitos dos outros involuntariamente.

## **Considerações finais**

Diante do exposto, acredita-se que informação é poder mesmo que a realidade atual seja a Sociedade da Informação, que visa primordialmente a democratização da informação e do conhecimento. Assim, ela toma lugar de supremacia, seja quando socializada ou não. Esse reconhecimento não é uma percepção contemporânea, como bem descreveu Orwell em seu livro *1984*, pelo contrário, é um assunto que há tempos permeia a nossa sociedade e as organizações.

Orwell foi um escritor futurista que procurou combater a hipocrisia e a covardia intelectual, defendendo desde o início que o uso da linguagem verbal era o único instrumento de emancipação do indivíduo em um mundo altamente feroz e competitivo. Mas como colocar em prática tais princípios sabendo que hoje, mais do que nunca, a informação é o principal componente de dominação? Além, claro, de ser um insumo valioso para aquelas organizações que querem se tornar ou se manter competitivas no ambiente organizacional em que atuam?

Como forma de sobrevivência, percebe-se que as organizações estão tendo que modificar a sua estrutura organizacional de centralizadas para descentralizadas na tentativa de contrapor essa ideia de poder; isto é, como forma de dar mais «voz» aos seus colaboradores dentro do ambiente organizacional, visando por meio disso, solucionar problemas e se manter à frente daquelas empresas tidas como conservadoras. Essa mudança estrutural faz com que todo o conhecimento construído individualmente seja compartilhado e transformado em ações coletivas visando um maior desempenho da organização.

Nessa perspectiva, é de extrema importância que todos estejam aptos para criar um ambiente propício para que a organização e seus colaboradores usufruam da melhor informação e conhecimento disponíveis, deixando de lado, portanto, a ideia de que a informação que se possui é poder e que não pode ser compartilhada, pois se perde o domínio da situação ou até mesmo o cargo ocupado dentro da organização.

Além disso, destaca-se a Ciência da Informação como contribuinte dessa tarefa por ser uma ciência interdisciplinar e possuir várias especificidades, sendo que uma delas visa a importância da informação para a construção do conhecimento. Sua missão, neste caso, é auxiliar na criação da capacidade reflexiva dos sujeitos, pois o direito à informação é a base para qualquer reivindicação consciente de mudança. Tal ação coloca o poder nas mãos dos sujeitos (colaboradores), e estes tomam as decisões que julgarem necessário para o desenvolvimento do ambiente no qual fazem parte.

Com tudo que foi visto, evidencia-se que não basta apenas mudar as estruturas organizacionais para promover maior compartilhamento da informação e do conhecimento se ao ser inserido no ambiente o indivíduo tem a visão de que informação é poder e, por isso, guarda-o com ele. Portanto, nota-se que a era da informação é marcada pelo acúmulo de riquezas e esta, por conseguinte, nos faz retornar à questão inicial: será que a Sociedade da Informação não é apenas um eufemismo do capitalismo e da globalização presente no cotidiano dos cidadãos (colaboradores)?

Apesar do controle, como saber e controlar a relação das pessoas com o mundo, com os outros, consigo mesmas? Os personagens, ao final do livro, são cooptados pelas ideias do Grande Irmão ou uma resistência de fato ainda está latente?

## Referências

BARBOSA, R. R.; SEPÚLVEDA, M. I. M.; COSTA, M. U. P. Gestão da informação e do conhecimento na era do compartilhamento e da colaboração. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.19, n.2, p.13–24, maio/ago. 2009.

BARRETO, A. de A. (1998) – Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122–127, maio/ago

BASTOS, M. (2006) – *Análise do livro 1984 de George Orwell*. Disponível em: <[http://oitentaequatro.blogspot.com.br/2006\\_05\\_01\\_archive.html](http://oitentaequatro.blogspot.com.br/2006_05_01_archive.html)>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

LIAO, C.; CHUANG, S.; TO, P. (2011) – How knowledge management mediates the relationship between environment and organizational structure. *Journal of Business Research*, v. 64, set. Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 2 julho de 2014.

LIRA, W. S. et. al. (2008) – A busca e o uso da informação nas organizações. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 166–183, jan./abr.

NETO, A. S.; TEIXEIRA, A. A. (2006) – Sociedade do conhecimento e ciência administrativa: reflexões iniciais sobre a gestão do conhecimento e suas implicações organizacionais. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 220–232, mai./ago.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. (1997) – *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 376p.

ORWELL, G. (2009) – *1984*. São Paulo: Companhia das Letras. 416p.

ROBBIO, N. (1986) – *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 171p.

ROUSSEAU, J. J. (1999) – *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes. 186p.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CARVALHO, A. M. G. (2009) – Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 45–55, jan./abr.

SERVAN–SCHREIBER, J. L. *O poder da informação*. Mem Martins: Publicações Europa–América, 1974. 415p.

SILVEIRA, H. F. R. Um estudo do poder na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79–90, set./dez. 2000.



UNESCO (1987) – *Communication and society: a documentar history of a new world information and communication order seen na evolving and continuous process*, 1975–1986. Paris: UNESCO.

VALENTIM, M. L. P. (Org.) (2007) – *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. 2.ed. Marília: FUNDEPE Editora. 278p.

WERTHEIN, J. A. (2000) – A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71–77, maio/ago.

YU, A. S. O. (2011) – *Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Saraiva. 336p.

## **Avaliar o impacto da formação realizada pelas bibliotecas universitárias: Análise de um programa de formação para docentes e investigadores**

Jorge Revez

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

[jrevez@campus.ul.pt](mailto:jrevez@campus.ul.pt)

### **Resumo**

Este artigo analisa o conjunto dos dados obtidos após a avaliação de um programa de formação de docentes e investigadores em competências de recuperação, organização e marketing da informação. O programa foi implementado pela Biblioteca da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e dirigido à sua comunidade académica. Os participantes foram convidados a preencher dois questionários após a formação, referentes à satisfação e ao impacto sentido na aquisição de conhecimentos e na sua utilização. Os resultados confirmam a importância pedagógica deste tipo de dinâmicas que colocam a ação da biblioteca académica no centro da missão educativa do ensino superior.

**Palavras-chave:** Bibliotecas universitárias, Literacia da informação, Formação de docentes, Formação de investigadores, Avaliação da formação, Satisfação dos utilizadores

### **Assess the impact of training provided by university libraries: Analysis of a training program for faculty and researchers**

#### **Abstract**

This article analyses the data obtained after the evaluation and assessment of a training program for faculty and researchers in retrieval, organization and marketing information skills. The program was implemented by the Library of the Faculty of

Psychology and the Institute of Education, University of Lisbon, for its academic community. After training, participants were asked to complete two questionnaires concerning satisfaction and impact on the acquisition of knowledge and its use. The results confirm the pedagogical importance of this type of dynamics that put the academic library action in the heart of the educational mission of higher education.

**Key-words:** Academic libraries, Information literacy, Faculty training, Researchers training, Training evaluation and assessment, User satisfaction

## Introdução

A oferta de formação nas bibliotecas académicas portuguesas tem conhecido um franco desenvolvimento nos últimos anos. A denominada «formação de utilizadores» é hoje presença assídua nos portefólios de serviços, o que tem reforçado a missão pedagógica que as bibliotecas assumem no quadro do ensino superior. Esta missão foi sintetizada pela ACRL (2003) nos seguintes termos: «Academic libraries work together with other members of their institutional communities to participate in, support, and achieve the educational mission of their institutions by teaching the core competencies of information literacy».

A aplicação em Portugal dos princípios e dos modelos de «literacia da informação» nas bibliotecas universitárias aumentou, melhorou e consolidou a oferta formativa, como diversos autores têm demonstrado e que Sanches sintetizou recentemente (2014).

Todavia, como Dugan e Hernon explicaram, a implementação de metodologias estruturadas de avaliação são a única forma de «demonstrar» o valor e o impacto da formação ministrada pelas bibliotecas, e o seu papel como parceiras nos processos de ensino-aprendizagem. Só medindo a transformação individual que resulta da interação com as bibliotecas é possível perceber esse valor (2002, p. 380).

Este artigo tem por objetivo apresentar um conjunto de dados, e a sua análise, resultantes da avaliação de um programa de formação de docentes e investigadores, implementado em 2014 pela Biblioteca da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Procurámos assim prestar contas em relação ao projeto apresentado anteriormente por Revez (2014) e oferecer uma perspetiva que cremos estar ainda pouco explorada na literatura científica portuguesa: a avaliação da formação de utilizadores em bibliotecas do ensino superior.

Centramos portanto a nossa atenção em três perguntas de investigação:

1. De que forma se podem implementar estratégias de avaliação da formação nas bibliotecas académicas?
2. Qual o impacto resultante deste programa de formação?

3. Serão estes resultados consistentes com as experiências anteriores?

Esperamos desta forma poder contribuir para o desenvolvimento deste tipo de análise sobre as práticas formativas e a avaliação do seu impacto junto das comunidades académicas.

## Revisão da literatura

Tendo em conta o âmbito deste estudo, é essencial focarmos dois aspetos distintos: a teoria produzida sobre a avaliação de programas de formação e as experiências em bibliotecas do ensino superior publicadas nos últimos anos.

Kirkpatrick (2007) apresentou, em 1959, o modelo dos quatro níveis de avaliação – reação, aprendizagem, comportamento e resultados. É uma metodologia global que pretende determinar a eficácia de uma ação formativa. Não é obrigatório que os quatro níveis sejam todos abrangidos na avaliação. No caso do ensino universitário, por exemplo, nem sempre se pretendem mudanças de comportamento mas somente a aquisição de conhecimentos, bastando avaliar até ao nível dois (Kirkpatrick, 2007, p. 16).

O modelo de Kirkpatrick foi alvo de crítica por parte de diversos autores, entre os quais Bersin que o considera limitado, difícil de implementar, incompleto e desatualizado (2008, p. 57). Bersin concluiu que as organizações raramente avaliam os níveis três (comportamento) e quatro (resultados) dada a complexidade exigida (2008, p. 61). Bersin propôs como alternativa um esquema integrado com nove medidas de avaliação, identificadas no seu «Impact Measurement Framework». Neste esquema, duas das variáveis medidas são herdeiras do modelo de Kirkpatrick: a satisfação (reação) e a aprendizagem.

Jack Phillips, em 1991, sugeriu a medição do ROI (*Return On Investment*), i.e., do retorno financeiro do investimento na formação (Phillips, 2010, p. 214). Bersin indica que o ROI pode ser considerado o nível cinco do modelo de Kirkpatrick, considerando-o demasiado complexo para ser aplicado massivamente (2008, p. 61). Recentemente, Pan, Ferrer-Vinent e Bruehl (2014) usaram o ROI para calcular o impacto da formação ministrada por uma biblioteca académica.

Coexiste com esta malha teórica uma grande diversidade de práticas de avaliação. Isso é evidente nos métodos, nas tipologias de formandos e nos propósitos que motivam a avaliação, porque refletem, no fundo, os diferentes contextos em que as bibliotecas trabalham.

A avaliação da formação começou a ganhar relevo nas bibliotecas a partir dos anos 80. Para Oakleaf, uma autora de referência, as bibliotecas académicas reclamaram

longamente a importância do seu papel pedagógico no ensino superior, e era agora tempo de o provar. Entrava-se assim num «território desconhecido» – a avaliação do impacto da formação – pois os gestores universitários já não consideravam suficientes as medidas de desempenho tradicionais (número de empréstimos, dimensão das coleções, etc.): «they want libraries to determine what students know and are able to do as a result of their interaction with the library and its staff.» (2008, p. 234)

Neste sentido, Oakleaf forneceu um mapa teórico das abordagens possíveis à avaliação da formação, realçando que da mesma forma que não existem duas bibliotecas iguais, também não existem necessidades de avaliação idênticas (2008, p. 249). Mais tarde, propôs também seis questões orientadoras para a implementação dos processos avaliativos (Oakleaf e Kaske, 2009, p. 274).

Para esta autora e segundo o esquema conceptual que criou – *Information Literacy Instruction Assessment Cycle* (Oakleaf, 2009a) –, a avaliação é um ciclo contínuo que permite o aperfeiçoamento dos seus métodos e propósitos (Oakleaf, 2009, p. 543). Desenvolveu ainda um esquema para a elaboração de planos de avaliação (2009b) alertando igualmente para o problema da multiplicidade de estudos locais que não permitem demonstrar, em larga escala, o impacto do valor acrescentado pelas bibliotecas do ensino superior através da formação que executam (ACRL, 2010, p. 39).

A quantidade de estudos já desenvolvidos mereceu revisões sistemáticas como a de Brettle (entre 1995–2002) onde foi sublinhada a necessidade de usar métodos objetivos de avaliação que demonstrem não só a satisfação, mas a melhoria efetiva das competências. (2003, p. 7). Hufford (2013) realizou também uma ampla revisão (2005–2011) sobre o problema da avaliação em bibliotecas académicas e de investigação, colocando a avaliação da formação a par de temas como a avaliação da qualidade ou de coleções. Esta perspetiva globalizante indica a questão essencial da avaliação: qual o valor acrescentado pelas bibliotecas ao ensino superior?

Lindauer (2004) referiu que existem diferentes «arenas» (autoavaliação dos formandos, índices de satisfação, qualidade do ambiente de aprendizagem) para além da avaliação dos resultados efetivos da aprendizagem, objetivo da maioria dos estudos e recomendada pela ACRL (2003). Pausch e Popp (1997) apresentaram a necessidade de transição entre as estratégias pedagógicas e de avaliação já implementadas nas universidades e a sua expansão e aplicação ao contexto da formação em literacia de informação.

Partindo dos padrões definidos pela ACRL (2000), Neely desenvolveu métodos de avaliação para cada um dos diferentes resultados esperados e sistematizou os instrumentos já conhecidos. A autora deixou ainda um importante conselho:

«Assessment for libraries is not a new invention, but for some it may require reenvisioning the library's role in assessing student outcomes at the institutional level. Libraries involved with student assessment will have to rethink who, what, how, and in many cases where they are assessing in order to satisfy institutional or external requirements» (2006, p. 2).

Rockman destacou também a importância de interligar a avaliação da formação com as estratégias de melhoria da aprendizagem dos estudantes: «Improving student learning is the goal.» (2002, p. 192)

Sem a pretensão de sermos exaustivos, a literatura apresenta-se diversa quanto aos métodos empregues. Alguns autores (King e Ory, 1981; Ikeda e Schwartz, 1992; Ayre, 2014) utilizaram questionários/testes após a formação, como será o caso do presente estudo. Outros aplicaram questionários/testes antes e depois da formação (Tiefel, 1989; Ren, 2000; Wallace, Shorten e Crookes, 2000; Lombardo e Miree, 2003; Julien e Boon, 2004; Portmann e Roush, 2004; Zoellner, Samson e Hines, 2008). Outros preferiram combinar testes com *focus groups* (Pritchard, 2001; Carter, 2002; Bowles-Terry, 2012).

Alguns optaram metodologicamente por entrevistas (Julien e Boon, 2004) ou desenvolver análises longitudinais (Stamatoplos e Mackoy, 1998). Scharf e outros (2007) defenderam a utilização de portefólios pois consideraram que os testes são limitados na avaliação de competências mais complexas. Tancheva, Andrews e Steinhart utilizaram uma combinação de métodos (questionários/testes antes e depois da formação, *focus groups*), quer de natureza formativa – «to guide program improvement» – quer sumativa – «to determine whether program objectives are being met» (2007, p. 31). Como esclarecem Portmann e Roush, a avaliação da satisfação pode ser classificada como formativa mas a avaliação da eficácia da formação é sumativa. Se conseguirmos usar os dados sumativos para melhorar a formação ultrapassaremos a limitação de apenas avaliarmos a partir do referencial da satisfação (2004, p. 461).

Estes estudos são unânimes no reconhecimento do impacto que a formação produz, existindo mesmo uma correlação direta entre o impacto da formação na autoconfiança em relação às competências detidas e a satisfação geral dos utilizadores em relação à biblioteca (Stamatoplos e Mackoy, 1998). Como refere Carter, existe uma relação entre a avaliação e a qualidade da formação ministrada: «our instruction is better because we know how we are doing.» (2002, p. 41)

O trabalho dos bibliotecários-formadores tem sido igualmente alvo de estudo. Julien apresentou uma análise longitudinal resultante de um estudo realizado no Canadá (2005). Uma pesquisa extensiva às práticas dos bibliotecários-formadores foi também realizada por Sobel e Sugimoto (2012). Como forma de ajudar as bibliotecas que apoiam os estudantes de

pós-graduação, Allan (2010, p. 117) apresentou um questionário de autoavaliação interessante para os bibliotecários refletirem sobre as suas práticas.

A maioria dos estudos centra-se na formação dirigida a estudantes de graduação, existindo algumas exceções, como é o caso dos doutorandos (Secker e Macrae-Gibson, 2011). Em Espanha, Hernández Hernández (2010) analisou dez anos de experiências formativas na Universidade de La Laguna. Recorrendo à avaliação pós-formação, os resultados são muito satisfatórios. Foi avaliado também um curso de reciclagem para o corpo docente (como aquele que é aqui avaliado) e um curso avançado para alunos de pós-graduação.

Dada a quantidade e diversidade de ofertas formativas já desenvolvidas em Portugal, não se percebe o motivo da escassez de estudos sobre a avaliação pós-formação. Estes poderiam contribuir para a melhoria das práticas e dos processos formativos. Tem existido uma maior atenção à fase preliminar do momento formativo, sobretudo a avaliação das competências em informação (Pacheco, 2007; Lopes e Pinto, 2010, 2012, 2013;) ou o desenho de programas de instrução (Prates e Andrade, 2010; Henriques, 2012; Sanches, 2012, 2013).

Uma das poucas exceções encontra-se em Pacheco, Barradas e Sequeira (2012) que aplicaram na Universidade do Algarve um questionário de avaliação da satisfação pós-formação, com resultados ótimos, e pretendiam prosseguir esse trabalho, avaliando «o seu resultado final, ou seja aquilo que os formandos na realidade adquiriram com a formação.»

Outro exemplo foi apresentado por Roxo e Duarte (2010) no contexto da formação ministrada pela Biblioteca da FCT-NOVA. As autoras avaliaram o grau de satisfação e as competências adquiridas nas diferentes dinâmicas que compõem o plano de formação, tendo concluído que o impacto foi diminuto, o que nos parece uma visão pessimista observando os resultados apresentados.

## **Metodologia**

Para aferir o impacto deste programa formativo, optámos por realizar uma avaliação em duas fases, utilizando o método de inquérito por questionário. Como Radcliff indica, os questionários permitem-nos reunir dados acerca das perceções que os estudantes e os docentes formulam perante as sessões de formação. Ainda que limitem o que podemos perguntar, facilitam a recolha em larga escala (2007, p. 48).

Na primeira fase de avaliação, aplicámos um Questionário de Satisfação (Anexo 1), em papel (uma página A4), no final de cada sessão. Com 10 itens em análise, visámos perceber a reação dos participantes imediatamente após a sessão, i.e. o nível um do modelo

de Kirkpatrick (2007, p. 43). Medindo a qualidade da formação, cada item foi avaliado numa coluna denominada «Grau de satisfação», utilizando uma Escala de Likert de quatro pontos. O questionário tinha ainda uma caixa aberta para comentários.

Após a conclusão das duas edições do programa, na primavera e outono de 2014, tendo cada edição duas sessões de cada módulo – o que fez 12 sessões no total e 24 horas de duração – foi elaborado um questionário eletrónico na aplicação *Google Forms*: <http://goo.gl/USFg2H> (Anexo 2). Esta segunda fase procurou avaliar o impacto da formação através de uma autoavaliação dos conhecimentos, competências e atitudes adquiridos pelos participantes, i.e. o nível dois do modelo de Kirkpatrick (2007, p. 69).

É importante referir que não foram contemplados os restantes níveis – o três (avaliação do comportamento e da sua mudança, i.e. dos efeitos da transferência da aprendizagem) e quatro (avaliação dos resultados finais) – pois não dispúnhamos de tempo e recursos para o fazer. A aplicação do quarto, por exemplo, recomenda uma avaliação prévia à formação, o que não foi executado (Kirkpatrick, 2007, p. 95).

Além dos dados de caracterização, este questionário incluiu na parte inicial uma avaliação geral da importância deste tipo de programas para o trabalho quotidiano dos docentes e investigadores. Foi pedido aos participantes que assinassem, perante cinco tópicos, o grau de importância utilizando uma Escala de Likert de quatro pontos.

Cada módulo do programa foi depois autoavaliado pelos participantes segundo o grau de concordância perante cinco afirmações de carácter positivo e com formas verbais que remetiam para as noções em análise. As 15 afirmações são representativas dos objetivos e dos conteúdos formativos abordados (Spaulding, 2008, p. 26), evitando transmitir que se tratava de uma avaliação sumativa (Fitzpatrick, Sanders e Worthen, 2004, p. 343).

Realizámos uma avaliação preliminar e informal deste questionário com os membros da equipa de formação e com um docente universitário especialista em questionários (Connaway e Powell, 2010, p. 161). O objetivo foi localizar possíveis erros formais e a interpretação da linguagem utilizada visto que não foi possível em tempo realizar um pré-teste formal com uma amostra dos participantes. Juntamente com uma mensagem explicativa, a ligação eletrónica para o questionário foi enviada por correio eletrónico, e reenviada uma semana depois como lembrete.

A aplicação desta metodologia de análise teve algumas limitações. De forma a evitarmos a repetição dos pedidos de participação, os formandos receberam apenas um formulário, contendo a avaliação dos três módulos, independentemente do número de módulos em que cada um participou.



A segunda limitação prende-se com as características intrínsecas do próprio método de inquérito por questionário – a motivação para responder ou dificuldades no entendimento das questões (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 192) – e a necessidade de cruzar os resultados obtidos com outros métodos (*focus groups*, entrevistas), diversificando a análise e triangulando os resultados, o que não foi possível fazer em tempo.

Em terceiro lugar, o facto de o questionário ter sido aplicado em dezembro de 2014 e incluído os participantes que frequentaram a edição realizada no outono, pode ter prejudicado os resultados, dado não ter existido o espaço de tempo necessário para que se consolidassem determinados efeitos da formação.

## Análise dos dados

A formação contou com uma participação total de 54 indivíduos. Sendo a inscrição livre e feita por módulos, os formandos podiam optar pela frequência do programa completo ou de um ou mais módulos. O módulo 1 – *Otimizar a pesquisa de informação científica* – registou a maior adesão, seguido do módulo 2 – *Organizar a informação bibliográfica*; o menos participado foi o módulo 3 – *Projetar e divulgar a investigação*. Todos os participantes inscritos nos módulos perfizeram um total de 105 inscrições, em que a maioria foram os estudantes de doutoramento (Gráfico 1). Esta evidência contrastou com a pouca adesão dos docentes e dos investigadores (de carreira ou membros integrados dos centros de investigação), apesar da abundante publicidade e divulgação.

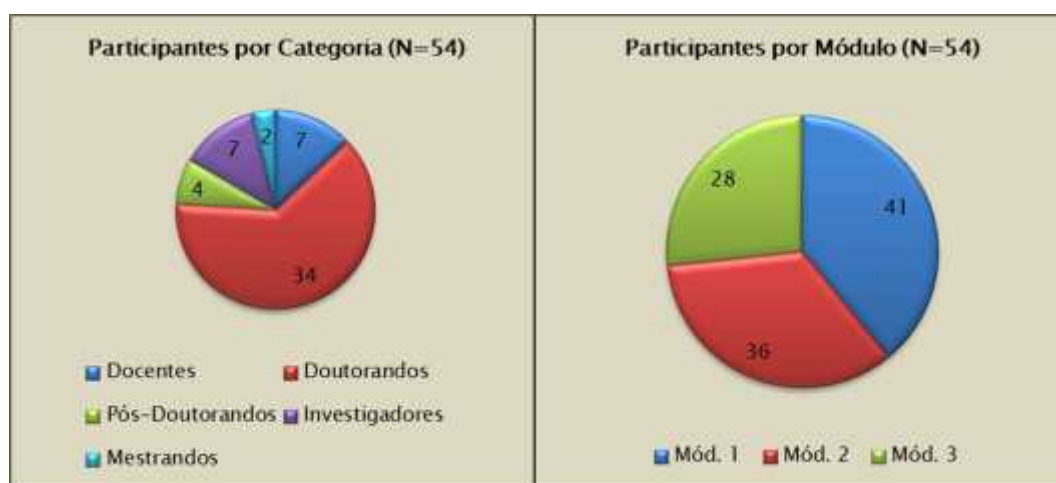


GRÁFICO 1 – PARTICIPANTES POR CATEGORIA E POR MÓDULO

## Dados relativos à satisfação

A média geral da satisfação relativamente aos 10 tópicos que compunham o questionário (Anexo 1) foi de 96% (correspondente a 3,84, segundo a escala utilizada). O

valor mais baixo foi de 91% (3,65) e o mais alto de 99,5% (3,98). Estes valores são excelentes e traduzem uma reação extremamente positiva por parte dos formandos.

Se observarmos tópico a tópico (Gráfico 2), podemos constatar que, apesar de analisarmos valores acima dos 90%, os dois itens que mereceram melhor apreciação diziam diretamente respeito aos formadores. Isto demonstra a qualidade e a experiência dos bibliotecários envolvidos. Todavia, os dois itens menos apreciados devem merecer atenção: no caso da documentação de apoio (que foi enviada apenas após a formação, por correio eletrónico), devem ser criadas as condições financeiras para o fornecimento de cópias dos materiais produzidos; no caso da adequação da formação às necessidades, é recomendável futuramente a realização de uma análise de necessidades de formação, que permita o necessário ajuste dos conteúdos formativos.

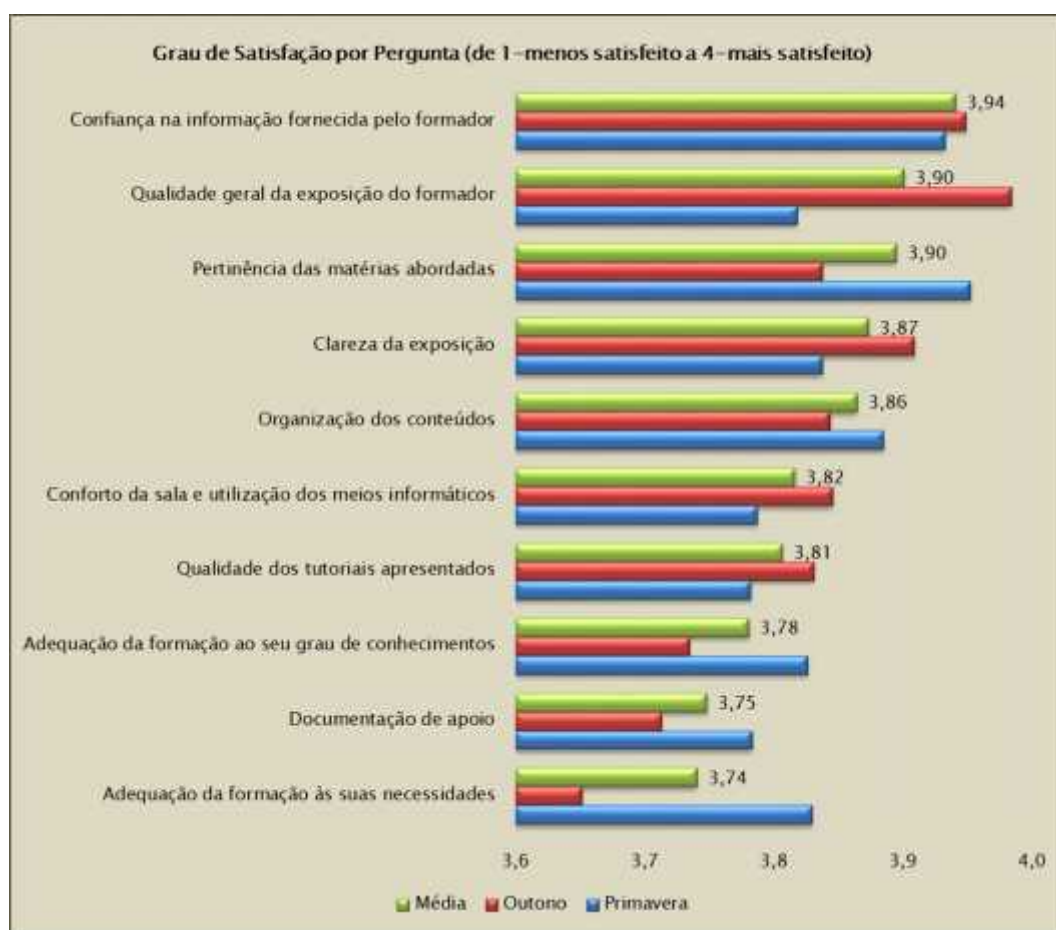


GRÁFICO 2 – GRAU DE SATISFAÇÃO POR PERGUNTA

Em relação à pergunta aberta – «Assinale algumas necessidades de formação que não foram abordadas nesta sessão» –, foram registados 10 respostas, algumas com sugestões de temáticas a incluir (ex. «Como montar uma apresentação científica para congressos e seminários»), e outras, aproveitando o espaço em aberto, para exprimir outro tipo de

opiniões (ex. «Considero apenas que, pela importância e profundidade do tema, o tempo foi pequeno»).

### Dados relativos à aprendizagem

Inquiridos os 54 participantes, obtivemos 34 respostas (63%), valor satisfatório, dado que este universo já havia respondido a um primeiro questionário.

Os dados do Bloco A (Gráfico 3) confirmam a distribuição já evidenciada na caracterização do universo dos participantes, destacando-se o elevado número de doutorandos que responderam (e que participaram), por oposição ao reduzido número de docentes e investigadores.



GRÁFICO 3 – RESPOSTAS POR INSTITUIÇÃO E POR CATEGORIA

No Bloco B (Gráfico 4), pretendíamos conhecer a relação que os inquiridos estabeleciam (pós-formação) entre a oportunidade formativa e os diferentes domínios de prática. Procurámos criar tópicos que pudessem ser comuns às diferentes categorias. Os resultados confirmam a importância atribuída à pesquisa e organização da informação, normalmente associadas ao tipo de apoio que os serviços de biblioteca oferecem em contexto académico.

Os dados da autoavaliação (Blocos C, D e E) são extremamente positivos, com os valores mais baixos a rondar os 80%. Se observarmos a média aritmética das respostas (grau de concordância) obtidas em cada tópico e atendermos à interligação entre os tópicos e os resultados esperados em cada sessão de formação, verificamos uma autoavaliação excelente. De forma a facilitar a leitura dos gráficos, ordenámos as afirmações pelo valor mais elevado registado em cada módulo.



GRÁFICO 4 – DADOS DO BLOCO B

No módulo 1 (Gráfico 5), ainda que a nossa análise se situe em valores muito altos podemos reparar que é provavelmente mais fácil assimilar a mensagem do acesso remoto por VPN do que a perceção genérica das principais funcionalidades de pesquisa em bases de dados. Refira-se aliás que perante a multiplicidade de fontes e recursos hoje disponíveis, a questão de se saber o que é acessível, local ou remotamente, é fundamental.

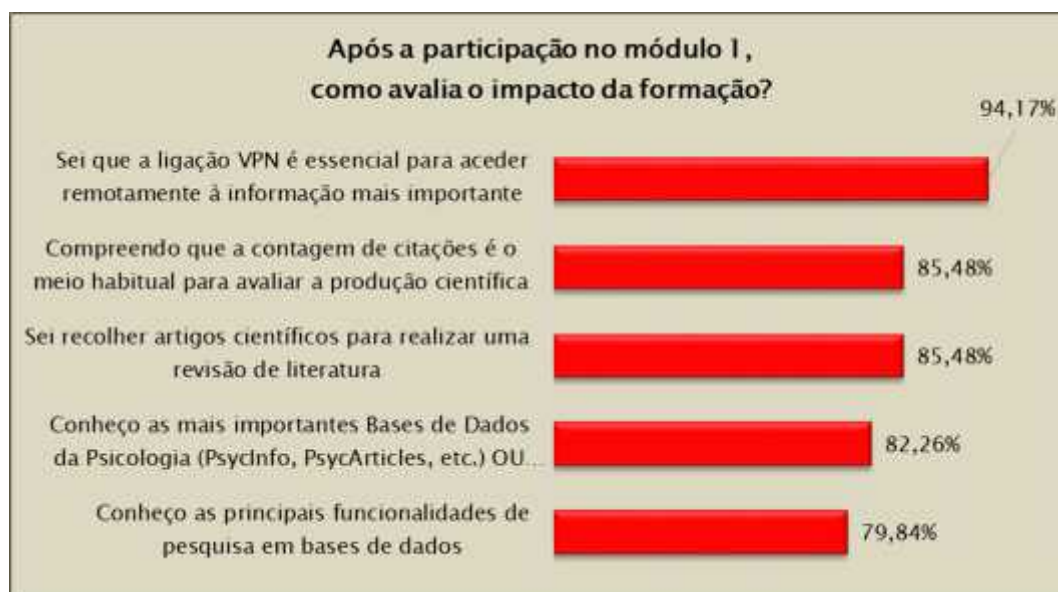


GRÁFICO 5 – DADOS DO BLOCO C

No módulo 2 (Gráfico 6), apesar de estarmos acima dos 80%, a autoavaliação volta a colocar nos lugares inferiores os tópicos centrais da formação ministrada nesse módulo, i.e., a utilização de gestores bibliográficos. O item melhor avaliado é um aspeto prático que, apesar de parecer evidente ao senso comum, é realçado na formação pela importância da utilização de pastas nas chamadas «áreas pessoais» que todas as plataformas de pesquisa disponibilizam atualmente.



GRÁFICO 6 – DADOS DO BLOCO D

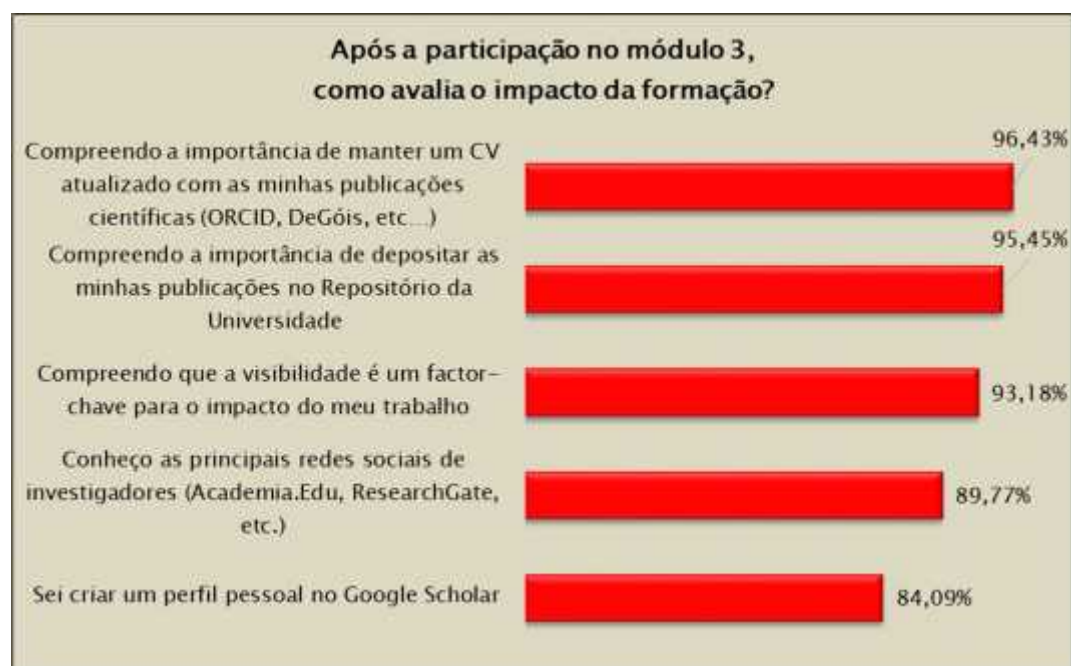


GRÁFICO 7 – DADOS DO BLOCO E

No módulo 3 (Gráfico 7), os resultados são ligeiramente mais altos que nos módulos anteriores, destacando-se o sucesso de dois aspetos fundamentais: a insistência na atualização dos currículos individuais e a sensibilização para a temática do Acesso Aberto e dos repositórios institucionais.

Apesar de não existirem respostas abertas neste questionário, fornecemos um endereço de correio eletrónico para questões relacionadas com o inquérito, tendo sido

apenas recebida uma sugestão. O inquirido sugeriu que a Biblioteca, além da formação, desenvolvesse um «Gabinete Permanente de Apoio», o qual prestaria ajuda individualizada em relação às questões de organização e recuperação de informação.

## Discussão

Em termos gerais, podemos afirmar que esta iniciativa teve sucesso? As 12 sessões realizadas tinham um número máximo de 20 inscritos em cada uma, o que daria um potencial total de 240 inscrições, tendo-se registado apenas 105 inscrições, correspondentes a 54 indivíduos, o que não é satisfatório.

O que explica o reduzido número de docentes e investigadores que participaram no programa? Como estratégia de marketing, o nome da formação – *Pesquisar, organizar e divulgar* – foi acrescido de um subtítulo – *atualização para docentes e investigadores* (Revez, 2014). Pretendemos desta forma tornar claro o nosso público-alvo e evitar transmitir a ideia que a biblioteca iria «ensinar» os docentes e investigadores.

Apesar da insistente publicidade, algumas razões podem explicar este aparente desinteresse: a falta de tempo ou disponibilidade, o horário das sessões coincidente com o horário letivo; a predisposição para assistir a formações com estas características, i.e., não especializadas; a dificuldade dos investigadores que exercem outras atividades profissionais em comparecer num dia útil; ou a perceção da inutilidade deste tipo de atualizações, o que pode ser explicado por uma eventual desadequação dos conteúdos às reais necessidades de formação. Donde se torna tarefa essencial uma futura execução de diagnósticos prévios.

Por outro lado, tivemos a confirmação que os doutorandos são um público que procura este tipo de formações, e que as utiliza para complementar o seu currículo académico e testar, no terreno da elaboração de uma tese, todo o potencial das ferramentas e competências que fazem parte dos conteúdos formativos.

Foi ou não a iniciativa bem-sucedida? Se destacarmos o alto nível de satisfação evidenciado na reação imediata após a formação e os excelentes resultados da autoavaliação da aprendizagem, cremos poder afirmá-lo. Existe também a perceção que um fator decisivo para a obtenção destes resultados consistiu na experiência e qualidade pedagógica dos bibliotecários envolvidos no processo formativo, bem como as boas condições do ambiente formativo (equipamentos, salas, etc.).

A primeira pergunta de investigação prendia-se com a forma como as bibliotecas académicas podem implementar estratégias de avaliação da formação. Para além de considerarmos que a avaliação é um elemento essencial para provar o valor daquele esforço, acreditamos também que a avaliação permite o desenvolvimento de processos de melhoria contínua. O maior perigo para qualquer dinâmica formativa é tornar-se imutável nos conteúdos e nos métodos. Uma avaliação que desenvolva estratégias adaptadas localmente, tendo em conta certamente a utilização de alguns métodos e modelos externos, é o único



caminho para demonstrar o valor acrescentado pelas bibliotecas ao processo de ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento de mecanismos de aprendizagem ao longo da vida por parte das comunidades.

Neste sentido e partindo da avaliação deste programa, consideramos que apesar de todas as limitações, registou-se um impacto significativo na aquisição de novos conhecimentos e na sua utilização, estando isso patente nos dados apresentados. Deste estudo não se pode contudo aferir o impacto, entendido como transferência, mas apenas enquanto aprendizagem. Não podemos ignorar o nosso atraso nesta temática comparativamente a outros países, mas pensamos que o desafio de colocarmos a avaliação como parte integrante dos processos de formação poderá conduzir-nos a um outro patamar qualitativo. Resumindo, os dados apresentam um impacto claro nos participantes, ainda que reconheçamos o caráter pouco estruturado das metodologias utilizadas, sobretudo se compararmos com os exemplos explanados na literatura científica.

Por fim, mesmo com estas diferenças metodológicas, julgamos que os resultados são consistentes com as experiências anteriores. Existe um grau elevado de satisfação, tal como já havia sido detetado na Universidade do Algarve: «a ação foi avaliada por 77,7% de respondentes nos valores 4 e 5 (bastante satisfeito e muito satisfeito)» (Pacheco, Barradas e Sequeira, 2012). Reconhece-se igualmente um impacto na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de novas competências, e mesmo na autoconfiança. Hernández Hernández, a propósito de um curso para docentes e investigadores, obteve valores acima dos 80% para aquelas variáveis (2010, p. 59), o que é consistente com os nossos resultados. Sendo evidentes os benefícios, permanece a interrogação acerca do referido desinteresse do público-alvo.

## **Conclusão**

Procurámos observar o impacto de um programa de formação de docentes e investigadores. Através de uma metodologia de avaliação implementada localmente, registou-se um impacto muito positivo, apesar do número reduzido de participantes. Os resultados dos questionários confirmam a importância pedagógica deste tipo de ações, colocando a biblioteca académica no centro da missão educativa do ensino superior. Esse lugar já não pode ser pensado tendo como única referência os estudantes, mas devendo contemplar os docentes e os investigadores, parceiros na execução da formação de utilizadores e público-alvo de dinâmicas de atualização de conhecimentos e competências.

Parece-nos que existe ainda um longo caminho a percorrer em Portugal no desenvolvimento e implementação de metodologias adequadas de avaliação e, sobretudo, no entendimento da avaliação como uma dimensão-chave dos processos formativos. Esperamos que este contributo possa animar outros serviços a empreender esse percurso de

prestação de contas e de compreensão do valor que diariamente é acrescentado à academia pelas bibliotecas portuguesas.

## Referências bibliográficas

ALLAN, Barbara (2010) – *Supporting research students*. London: Facet. ISBN 978-1-85604-685-5

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (2000) – *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* [Em linha]. Chicago: American Library Association. Disponível na Internet: <URL: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>>

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (2003) – *Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries* [Em linha]. Chicago: ACRL. Disponível na Internet: <URL: <http://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesinstruction>>

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (2010) – *Value of academic libraries: a comprehensive research review and report* [Em linha]. Researched by Megan Oakleaf. Chicago: ACRL. Disponível na Internet: <URL: [http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/value/val\\_report.pdf](http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/value/val_report.pdf)>

AYRE, Stephen [et al.] (2014) – Measuring the impact of information skills training: a survey of health libraries in England. *Health Information & Libraries Journal* [Em linha]. (2014). Disponível na Internet: <URL: <http://dx.doi.org/10.1111/hir.12079>>

BERSIN, Josh (2008) – *The training measurement book: Best practices, proven methodologies, and practical approaches*. San Francisco: Pfeiffer. ISBN 978-0-7879-7544-9

BOWLES-TERRY, Melissa (2012) – Library instruction and academic success: A mixed-methods assessment of a library instruction program. *Evidence Based Library and Information Practice* [Em linha]. 7:1 (2012) 82-95. Disponível na Internet: <URL: <http://www.ebookxp.org/ejournals.library.ualberta.ca/index.php/EBLIP/article/view/12373/13256?b=4>>



BRETTLE, Alison (2003) – Information skills training: a systematic review of the literature. *Health Information & Libraries Journal* [Em linha]. 20:s1 (2003) 3–9. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1046/j.1365-2532.20.s1.3.x>>

CARTER, Elizabeth W. (2002) – “Doing the best you can with what you have:” lessons learned from outcomes assessment. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 28:1 (2002) 36–41. Disponível na Internet: <URL:[http://dx.doi.org/10.1016/S0099-1333\(01\)00282-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0099-1333(01)00282-8)>

CONNAWAY, Lynn Silipigni; POWELL, Ronald R. (2010) – *Basic research methods for librarians*. Santa Barbara: ABC-CLIO. ISBN 978-1-59158-868-9

DUGAN, Robert E.; HERNON, Peter (2002) – Outcomes assessment: not synonymous with inputs and outputs. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 28:6 (2002) 376–380. Disponível na Internet: <URL:[http://dx.doi.org/10.1016/S0099-1333\(02\)00339-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0099-1333(02)00339-7)>

FITZPATRICK, Jody L.; SANDERS, James R.; WORTHEN, Blaine R. (2004) – *Program evaluation: alternative approaches and practical guidelines*. 3<sup>rd</sup> ed. Boston: Pearson Education. ISBN 0-321-07706-7

HENRIQUES, Susana (2012) – *Literacia da informação: projecto para formação de utilizadores na biblioteca CDI da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho de projecto de mestrado, Ciências da Documentação e Informação. Disponível na Internet: <URL:<http://hdl.handle.net/10451/6158>>

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Carmen J. (2010) – Un plan de formación en competencias de información a través de aulas virtuales: análisis de una experiencia con alumnado universitario. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)* [Em linha]. 7:2 (2010) 50–62. Disponível na Internet: <URL:<http://rusc.uoc.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v7n2-hernandez/v7n2-hernandez>>

HUFFORD, Jon R. (2013) – A review of the literature on assessment in academic and research libraries, 2005 to August 2011. *portal: Libraries and the Academy* [Em linha]. 13:1 (2013) 5–35. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1353/pla.2013.0005>>

IKEDA, N. R.; SCHWARTZ, D. G (1992) – Impact of end-user search training on pharmacy students: a four-year follow-up study. *Bulletin of the Medical Library Association* [Em linha]. 80:2 (1992) 124–130. Disponível na Internet: <URL:<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC225635/pdf/mlab00115-0034.pdf>>

JULIEN, Heidi; BOON, Stuart (2004) – Assessing instructional outcomes in Canadian academic libraries. *Library & Information Science Research* [Em linha]. 26:2 (2004) 121–139. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1016/j.lisr.2004.01.008>>

JULIEN, Heidi (2005) – A longitudinal analysis of information literacy instruction in Canadian academic libraries. *Canadian Journal of Information and Library Science*. 29:3 (2005) 289–313.

KING, David N.; ORY, John C. (1981) – Effects of library instruction on student research: a case study. *College & Research Libraries* [Em linha]. 42:1 (1981) 31–41. Disponível na Internet: <URL:<http://crl.acrl.org/content/42/1/31.full.pdf>>

KIRKPATRICK, Donald; KIRKPATRICK, James D. (2007) – *Evaluación de acciones formativas: Los cuatro niveles*. Barcelona: Gestión 2000. ISBN 978-84-96612-60-0

LINDAUER, Bonnie Gratch (2004) – The three arenas of information literacy assessment. *Reference & User Services Quarterly* [Em linha]. 44:2 (2004) 122–129. Disponível na Internet: <URL:<http://www.jstor.org/stable/20864327>>

LOMBARDO, Shawn V.; MIREE, Cynthia E. (2003) – Caught in the Web: The impact of library instruction on business students' perceptions and use of print and online resources. *College & Research Libraries* [Em linha]. 64:1 (2003) 6–21. Disponível na Internet: <URL: <http://dx.doi.org/10.5860/crl.64.1.6>>

LOPES, Carlos; PINTO, Maria (2010) – IL-HUMASS-Instrumento de Avaliação de Competências em Literacia da Informação: um Estudo de Adaptação à População Portuguesa (Parte I). In: *Actas do X Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*

[Em linha]. Disponível na Internet:

<URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/181/177>>

LOPES, Carlos; PINTO, Maria (2012) – Autoavaliação das competências de informação em estudantes universitários: Validação portuguesa do IL-HUMASS (Parte II). In: *Actas do XI Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha]. Disponível na Internet:

<URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/468/pdf>>

LOPES, Carlos; PINTO, Maria (2013) – Desenho e construção do questionário de literacia da informação no ensino superior – IL-HUMASS: Estudo qualitativo (Parte I).

*Cadernos BAD* [Em linha]. 1-2 (2013) 123-139. Disponível na Internet: <URL:

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1035/1051>>

NEELY, Teresa Y. (2006) – *Information literacy assessment: standards-based tools and assignments*. Chicago: American Library Association.

OAKLEAF, Megan (2008) – Dangers and opportunities: a conceptual map of information literacy assessment approaches. *portal: Libraries and the Academy* [Em linha].

8:3 (2008) 233-253. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1353/pla.0.0011>>

OAKLEAF, Megan (2009a) – The information literacy instruction assessment cycle: A guide for increasing student learning and improving librarian instructional skills. *Journal of Documentation* [Em linha]. 65:4 (2009) 539-560. Disponível na Internet: <URL:

<http://dx.doi.org/10.1108/00220410910970249>>

OAKLEAF, Megan (2009b) – Writing information literacy assessment plans: A guide to best practice. *Communications in Information Literacy* [Em linha]. 3:2 (2009) 80-89.

Disponível na Internet: <URL:

<http://www.comminfolit.org/index.php?journal=cil&page=article&op=view&path%5B%5D=Vol3-2009PER2&path%5B%5D=98>>

OAKLEAF, Megan; KASKE, Neal (2009) – Guiding questions for assessing information literacy in higher education. *portal: Libraries and the Academy* [Em linha]. 9:2 (2009) 273-

286. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1353/pla.0.0046>>

PACHECO, Emília Lúcia (2007) – A literacia da informação e o contributo da biblioteca universitária. In: *Actas do IX Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/559/368>>

PACHECO, Emília Lúcia; BARRADAS, Maria João Oliveira; SEQUEIRA, Nélia Brito (2012) – Formação de utilizadores na biblioteca universitária: um estudo de caso. In: *Actas do XI Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/395/pdf>>

PAN, Denise; FERRER-VINENT, Ignacio J.; BRUEHL, Margret (2014) – Library value in the classroom: assessing student learning outcomes from instruction and collections. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 40 (2014) 332–338. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1016/j.acalib.2014.04.011>>

PAUSCH, Lois M.; POPP, Mary Paglieri (1997) – *Assessment of information literacy: Lessons from the higher education assessment movement* [Em linha]. Chicago: ACRL. Disponível na Internet: <URL:<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/nashville/pauschpopp>>

PHILLIPS, Patricia Pulliam, ed. (2010) – *ASTD Handbook of measuring and evaluating training*. Alexandria: ASTD. ISBN 978-1-56286-706-5

PORTMANN, Chris A.; ROUSH, Adrienne Julius (2004) – Assessing the effects of library instruction. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 30:6 (2004) 461–465. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1016/j.acalib.2004.07.004>>

PRATES, Maria Manuela; ANDRADE, Isabel (2010) – An information literacy strategic project implementation at Universidade Nova de Lisboa: case presentation. In *12th European Conference of Medical and Health Libraries* [Em linha]. Lisboa: EAHIL. Disponível na Internet: <URL: [http://www.apdis.pt/eahil2010/en/images/stories/docs/fulltexts/b1\\_01\\_prates\\_full.pdf](http://www.apdis.pt/eahil2010/en/images/stories/docs/fulltexts/b1_01_prates_full.pdf)>

PRITCHARD, Oliver (2001) – *The impact of information skills training on student learning: do we make a difference?* [Em linha]. University of Wolverhampton. Disponível na Internet: <URL: <http://hdl.handle.net/2436/6319>>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) – *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1

RADCLIFF, Carolyn J. (2007) – *A practical guide to information literacy assessment for academic librarians*. Westport: Libraries Unlimited. ISBN 978-1-59158-340-0

REN, Wen-Hua (2000) – Library instruction and college student self-efficacy in electronic information searching. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 26:5 (2000) 323-328. Disponível na Internet: <URL:[http://dx.doi.org/10.1016/S0099-1333\(00\)00138-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0099-1333(00)00138-5)>

REVEZ, Jorge (2014) – A formação de docentes e investigadores e as bibliotecas académicas: Um desafio e uma proposta. *Cadernos BAD* [Em linha]. 1. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1041/pdf>>.

ROCKMAN, Ilene F. (2002) – Strengthening connections between information literacy, general education, and assessment efforts. *Library trends* [Em linha]. 51:2 (2002) 185-198. Disponível na Internet: <URL:<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/8465>>

ROXO, Ana; DUARTE, Rosário (2010) – Impacte do serviço de formação de utilizadores da biblioteca FCT/UNL. In: *Actas do X Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/234/235>>

SANCHES, Tatiana (2012) – Do campo da pesquisa ao campus do conhecimento: instrumentalização da literacia da informação em meio académico. In *Actas do XI Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/379/pdf>>

SANCHES, Tatiana (2013) – *O contributo da literacia de informação para a pedagogia universitária: um desafio para as bibliotecas académicas* [Em linha]. Lisboa: Instituto de

Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Educação (História da Educação). Disponível na Internet: <URL:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10773>>

SANCHES, Tatiana (2014) – Desafios para os bibliotecários portugueses na esfera da educação superior: explorando territórios formativos. *Investigar em Educação* [Em linha]. 1:2 (2014) 109–122. Disponível na Internet: <URL:<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/32/31>>

SCHARF, Davida [et al.] (2007) – Direct assessment of information literacy using writing portfolios. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 33:4 (2007) 462–477. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1016/j.acalib.2007.03.005>>

SECKER, Jane; MACRAE-GIBSON, Rowena (2011) – Evaluating MI512: an information literacy course for PhD students. *Library Review* [Em linha]. 60:2 (2011) 96–107. Disponível na Internet: <URL: <http://dx.doi.org/10.1108/00242531111113050>>

SOBEL, Karen; SUGIMOTO, Cassidy R. (2012) – Assessment of learning during library instruction: practices, prevalence, and preparation. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. 38:4 (2012) 191–204. Disponível na Internet: <URL: <http://dx.doi.org/10.1016/j.acalib.2012.04.004>>

SPAULDING, Dean T. (2008) – *Program evaluation in practice: Core concepts and examples for discussion and analysis*. San Francisco: Jossey-Bass. ISBN 978-0-7879-8685-8

STAMATOPLOS, Anthony; MACKOY, Robert (1998) – Effects of library instruction on university students' satisfaction with the library: a longitudinal study. *College & Research Libraries* [Em linha]. 59:4 (1998) 322–333. Disponível na Internet: <URL: <http://dx.doi.org/10.5860/crl.59.4.322>>

TANCHEVA, Kornelia; ANDREWS, Camille; STEINHART, Gail (2007) – Library instruction assessment in academic libraries. *Public Services Quarterly* [Em linha]. 3:1–2 (2007) 29–56. Disponível na Internet: <URL:[http://dx.doi.org/10.1300/J295v03n01\\_03](http://dx.doi.org/10.1300/J295v03n01_03)>

TIEFEL, Virginia (1989) – Evaluating a library user education program: a decade of experience. *College and Research Libraries* [Em linha]. 50:2 (1989) 249–259. Disponível na Internet: <URL:[http://dx.doi.org/10.5860/crl\\_50\\_02\\_249](http://dx.doi.org/10.5860/crl_50_02_249)>

WALLACE, Margaret C.; SHORTEN, Allison; CROOKES, Patrick A. (2000) – Teaching information literacy skills: an evaluation. *Nurse Education Today* [Em linha]. 20:6 (2000) 485–489. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.1054/nedt.1999.0439>>

ZOELLNER, Kate; SAMSON, Sue; HINES, Samantha (2008) – Continuing assessment of library instruction to undergraduates: A general education course survey research project. *College & Research Libraries* [Em linha]. 69:4 (2008) 370–383. Disponível na Internet: <URL:<http://dx.doi.org/10.5860/crl.69.4.370>>

NB: Todas as referências foram consultadas em novembro e dezembro de 2014.

## Anexo 1 – Questionário de Satisfação

Qualidade da Formação	Grau de satisfação
1. Qualidade geral da exposição do formador	
2. Organização dos conteúdos	
3. Pertinência das matérias abordadas	
4. Clareza da exposição	1 (menos
5. Adequação da formação às suas necessidades	importante/menos
6. Confiança na informação fornecida pelo formador	satisfeito) a 4 (mais
7. Documentação de apoio	importante/mais
8. Qualidade dos tutoriais apresentados	satisfeito)»
9. Adequação da formação ao seu grau de conhecimentos	
10. Conforto da sala e utilização dos meios informáticos	
Caixa. Assinale algumas necessidades de formação que não foram abordadas nesta sessão	

## Anexo 2 – Questionário de Autoavaliação da Aprendizagem

Blocos de Questões	Itens/Afirmações	Respostas possíveis
<i>Bloco A</i>  Dados de identificação	1. Instituição	1.1 Faculdade de Psicologia 1.2 Instituto de Educação
		2.1 Docente 2.2 Investigador
	2. Escolha a opção que melhor o(a) caracteriza	2.3 Estudante de Mestrado 2.4 Estudante de Doutoramento 2.5 Estudante de Pós-Doutoramento
	3.1 Para redigir um texto científico	
	3.2 Para encontrar informação científica	1. Não é importante
<i>Bloco B</i>  3. Como avalia a importância deste tipo de formações?	3.3 Para organizar a informação	2. É pouco importante
	3.4 Para divulgar a minha produção científica	3. É importante 4. É muito importante
	3.5 Para preparar uma aula/uma comunicação	
<i>Bloco C – Módulo 1</i>  «Otimizar a pesquisa de informação científica»  4. Após a participação no módulo 1, como avalia o impacto da formação?	4.1 Conheço as mais importantes Bases de Dados da Psicologia ( <i>PsycInfo, PsycArticles</i> , etc.) OU da Educação ( <i>ERIC, Education Source</i> , etc.)	
	4.2 Sei recolher artigos científicos para realizar uma revisão de literatura	1. Não concordo 2. Não concordo, nem discordo
	4.3 Compreendo que a contagem de citações é o meio habitual para avaliar a produção científica	3. Concordo 4. Totalmente de acordo
	4.4 Conheço as principais funcionalidades de pesquisa em bases de dados	
	4.5 Sei que a ligação VPN é essencial para aceder remotamente	



à informação mais importante		
<p><i>Bloco D – Módulo 2</i></p> <p>«Organizar a informação bibliográfica»</p> <p>5. Após a participação no módulo 2, como avalia o impacto da formação?</p>	5.1 Sei exportar uma referência bibliográfica de uma base de dados para um gestor bibliográfico	
	5.2 Sei criar uma referência bibliográfica num gestor bibliográfico	1. Não concordo
	5.3 Conheço as ferramentas <i>Endnote</i> e <i>Mendeley</i> e as suas principais funcionalidades	2. Não concordo, nem discordo
	5.4 Sei que é possível escrever no <i>MS Word</i> e citar de forma automática	3. Concordo
	5.5 Compreendo a importância de organizar a informação recolhida em pastas	4. Totalmente de acordo
<p><i>Bloco E – Módulo 3</i></p> <p>«Projetar e divulgar a investigação»</p> <p>6. Após a participação no módulo 3, como avalia o impacto da formação?</p>	6.1 Compreendo que a visibilidade é um fator-chave para o impacto do meu trabalho	
	6.2 Sei criar um perfil pessoal no <i>Google Scholar</i>	1. Não concordo
	6.3 Compreendo a importância de depositar as minhas publicações no Repositório da Universidade	2. Não concordo, nem discordo
	6.4 Conheço as principais redes sociais de investigadores ( <i>Academia.Edu</i> , <i>ResearchGate</i> , etc.)	3. Concordo
	6.5 Compreendo a importância de manter um CV atualizado com as minhas publicações científicas ( <i>ORCID</i> , <i>DeGóis</i> , etc...)	4. Totalmente de acordo

## **“Projeto Acessibilidades”<sup>i</sup> em 15 Bibliotecas Municipais de Lisboa: principais conclusões**

Ana Novo

Universidade Aberta, CIDEHUS/UÉ

[novoana@sapo.pt](mailto:novoana@sapo.pt)

### **Resumo**

O “Projeto Acessibilidades” foi desenvolvido entre setembro e dezembro de 2012 e pretendeu identificar as condições de acessibilidade física, comunicacional, de equipamento e de assistência personalizada em 15 bibliotecas do município de Lisboa. A triangulação dos diferentes tipos de dados recolhidos indica que as condições de acessibilidade ainda não existem em pleno na maioria das bibliotecas visitadas. Esta realidade compromete a livre utilização da biblioteca por todos mas deve ser salientado que para superar a maioria dos obstáculos foi notado um forte empenho da equipa da biblioteca para auxiliar as pessoas com diferentes tipos e graus de funcionalidade (deficientes, idosos, grávidas ou com crianças pequenas).

**Palavras-chave:** Acessibilidade, Bibliotecas Municipais, Lisboa, Portugal

### **“Accessibilities Project” in 15 Municipality Lisbon Libraries: main conclusions**

#### **Abstract**

The “Accessibilities Project” was developed between September and December 2012 aiming to identify the physical, communicational, equipment and personalised assistance accessibility conditions at 15 libraries in the municipality

of Lisbon. The triangulation of all collected data indicates that accessibility conditions are still not in place in most of the visited libraries. This reality compromises the autonomous and free library use by everyone but it must be stressed that in order to overcome most of the obstacles it was noticed a strong staff commitment to assist and help people with different kinds and degrees of functionality (disabled, elderly, pregnant or with little children).

**Keywords:** Accessibility, Municipality Libraries, Lisbon, Portugal

## Enquadramento

As boas práticas de acessibilidades devem considerar a diversidade humana que utiliza as bibliotecas, incluindo todos aqueles que experimentam ao longo da vida “alterações da sua funcionalidade”. Esta expressão contempla as pessoas portadoras de deficiência, com mobilidade, comunicação e orientação condicionada (permanente ou temporária), ou ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como são exemplo as grávidas, os idosos e os acompanhantes de crianças de colo.

No âmbito deste desígnio, o Projeto Acessibilidades Bibliotecas do Concelho de Lisboa foi desenvolvido considerando a acessibilidade como a possibilidade de fruição de um espaço que pode ser físico, da comunicação, dos equipamentos, mas também do sentir, do saber e do conhecimento (Fundação LIGA). A acessibilidade é, assim, um conceito que se relaciona com os valores próprios de uma sociedade justa e evoluída.

Projetar o ambiente com condições de acessibilidade é um pressuposto para a igualdade de oportunidades na participação em atividades económicas, sociais, culturais, de lazer e recreativas, e no acesso, utilização e compreensão do meio envolvente à diversidade dos cidadãos. Identificar as condições das diferentes formas de acesso e propor as melhorias conducentes à excelência de acessibilidade ao ambiente construído e do conhecimento é o âmbito deste projeto.

Com este objetivo, foram consideradas 15 bibliotecas do Concelho de Lisboa, designadamente a Rede de Bibliotecas Municipais que contempla a Biblioteca Municipal de Belém, a Biblioteca Municipal David Mourão – Ferreira, a Hemeroteca Municipal, a Biblioteca Municipal Maria Keil, a Biblioteca Municipal dos Olivais, a Biblioteca Municipal Penha de França, a Biblioteca Quiosque Jardim da Estrela, a Biblioteca-Museu República e Resistência, a Biblioteca Municipal S. Lázaro, a Biblioteca por Timor, a Biblioteca Municipal Camões, a Biblioteca Municipal dos Coruchéus, a Biblioteca Municipal Natália Correia, a Biblioteca Municipal Palácio Galveias, a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro. No âmbito deste projeto, as últimas cinco bibliotecas referidas foram

consideradas casos de estudo, considerando a análise das condições existentes no âmbito da acessibilidade e respetivas recomendações de forma mais detalhada.

No campo do levantamento de informação e observação de boas práticas relativas às condições de acessibilidades das bibliotecas referidas foram fundamentais os testemunhos dos cidadãos utilizadores destes equipamentos, que transmitiram a experiência de quem se confronta com as contrariedades no terreno.

Relembre-se que o presente trabalho está circunscrito à Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, no que concerne aos problemas e desafios de acessibilidades que envolvam o público que usufrui deste espaço, nas seguintes situações: acessos do exterior para o interior das bibliotecas (automóvel e pedonal), acessos interiores aos espaços públicos das bibliotecas.

As recomendações apresentadas tiveram como objetivo primordial a articulação entre as acessibilidades nos domínios físico, de equipamento, comunicacional e assistência personalizada e a preservação da imagem e identidade arquitectónica dos edifícios considerados. São recomendações de carácter não intrusivo com a intenção de não descaracterizar o património construído.

## **Síntese do levantamento e recomendações para obtenção das boas práticas**

### **Domínio Físico**

O estudo apresentado pretende avaliar as condições físicas de adequação da Rede de Bibliotecas Municipais às características e necessidades do conjunto formado pelos diferentes utilizadores que as frequentam.

A avaliação das condições físicas de acessibilidade do espaço permite, por um lado, verificar um conjunto de ações e intervenções já realizadas no sentido de ultrapassar as barreiras físicas existentes, e por outro, reconhecer aquelas que constituem ainda limitações à plena fruição do espaço construído. Em particular, salientam-se os impedimentos detetados a nível das escadas e rampas existentes, da ausência de meios de elevação mecânica, das instalações sanitárias e das condições de mobilidade interiores e exteriores resultantes dos revestimentos dos pavimentos e das condições de estacionamento para veículos destinados a pessoas com alteração da funcionalidade. A eliminação destas barreiras torna-se fundamental na promoção do conforto, autonomia, confiança e segurança individual e, simultaneamente, no respeito pela diversidade humana contribuindo para uma maior coesão social.

As recomendações que se apresentam orientam-se para a resolução física dos problemas detectados, procurando que as propostas de intervenções a executar respondam às exigências requeridas pela legislação em vigor e, simultaneamente,

reforcem as boas práticas já implementadas, apontem as necessárias correções às intervenções já realizadas e proponham acções que complementem as existentes. Foi ainda preocupação a proposta de soluções que melhorem a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, procurando a criação de mecanismos de orientação em espaços amplos, que promovam a autonomia e segurança do utilizador. A elaboração das recomendações teve sempre presente o valor arquitetónico e paisagístico do conjunto dos edifícios que constituem a Rede de Bibliotecas Municipais, exigindo um cuidado e ponderação acrescidos na sua proposta, para que se garanta a manutenção das suas características espaciais, construtivas e materiais, que contribuem para a unidade e sobriedade da solução.

### **Domínio do Equipamento**

O estudo apresenta a avaliação das condições de acessibilidade e utilização do equipamento existentes nas bibliotecas municipais, por pessoas com alterações da funcionalidade. Avaliam-se os dispositivos fixos (balcões de atendimento, louças sanitárias, dispositivos de comando, entre outros), equipamentos móveis (máquinas de atendimento automático) e mobiliário (móveis expositores, cadeiras e sofás, entre outros).

A total acessibilidade e utilização dos equipamentos e mobiliário existentes constituem um importante contributo para a autonomia e confiança dos diferentes utilizadores na fruição dos espaços públicos das bibliotecas. A avaliação realizada permite identificar situações de desajustamento nos equipamentos destinados ao atendimento público (balcões) e à atividade de leitura (mesas e cadeiras) que inviabilizam a sua utilização por pessoas com cadeiras de rodas.

As recomendações apresentadas direccionam-se para a resolução dos problemas detetados, procurando que a solução a implementar mantenha as características do desenho original dos balcões, mantendo a integridade volumétrica e material do conjunto. No domínio dos equipamentos, propõe-se a conjugação da solução de acessibilidade com as recomendações do domínio físico, do domínio comunicacional e do domínio da assistência personalizada.

### **Domínio Comunicacional**

A acessibilidade no domínio comunicacional representa a total possibilidade de aceder à informação seja ela visual, escrita, tátil ou sonora. É um conjunto de boas práticas com o objetivo de proporcionar as ideais condições de acolhimento, garantindo a melhor e mais rápida acessibilidade e cumprindo o objetivo não só de informar mas de o fazer com rigor, permitindo a livre fruição intelectual e autonomia física.

Um completo sistema gráfico deve abranger as funções estratégicas primordiais do domínio comunicacional num espaço: a de identificar, pelo nome e função do espaço; a de orientar e direcionar, propondo percursos e direções a tomar; e a de regular, responsável por informar o que é proibido ou permitido fazer num determinado espaço adquirindo uma função essencial de bom funcionamento desse mesmo espaço, e não somente a de fazer advertências.

O levantamento e análise das condições de acessibilidade da rede de bibliotecas municipal neste domínio permitiram verificar o afastamento das necessidades de rigor e clarividência de orientação no espaço e de identificação dos serviços disponíveis, comprometendo a circulação com autonomia e segurança e a livre fruição da informação e do conhecimento. Aliada à fragilidade da comunicação visual, a inexistência do sistema *Braille*, de um percurso tátil no pavimento e da tradução em língua gestual portuguesa, entre outros, condiciona a eficácia da acessibilidade no domínio comunicacional.

As recomendações apresentadas têm como objetivo a construção de um sistema visual de informação, direção e regulação complementado pelos outros meios de comunicação a nível áudio e tátil.

### **Domínio Assistência Personalizada**

A assistência personalizada tem como objetivo o desenvolvimento de um serviço habilitado a apoiar o cliente de modo individualizado e personalizado, de forma a contribuir para a sua participação nos mais diversos aspetos da vida, designadamente na de âmbito cultural. Presentemente, o apoio a pessoas com alteração da funcionalidade é prestado pelos colaboradores das bibliotecas municipais.

Desta forma, as recomendações apresentadas têm como objetivo a qualificação dos recursos humanos dirigidos à assistência personalizada, dotando-os de competências para prestar o apoio físico, comunicacional e de orientação respetivamente a pessoas com condicionantes de mobilidade, com comprometimento da audição e com alterações das condições de visão. A formação especializada é uma estratégia importante para um atendimento de excelência promovendo o exercício da cidadania. A existência de uma zona identificada para a informação ao visitante é também primordial para o sucesso neste domínio.

Com as recomendações apresentadas, a assistência personalizada organizar-se-á como uma estrutura de suporte à pessoa com alteração da funcionalidade, assumindo um papel fundamental na conquista da sua autonomia.

### **Apresentação de dois casos de estudo**

#### **Biblioteca Municipal Natália Correia**

A 8 de Março de 1998 foi atribuído o nome da escritora Natália Correia à antiga Biblioteca Municipal de Carnide, passando a designar-se Biblioteca Municipal Natália Correia (Fotografia 1), dedicada àquela que é uma figura incontornável da vida, da sociedade e da literatura portuguesa contemporânea. Local de estudo, de encontro e de lazer, a Biblioteca Municipal Natália Correia tem uma missão educativa e cultural, no sentido de conseguir uma participação real e efetiva junto da sua comunidade, visando dinamizar a leitura e incentivar o gosto pelo livro.

### ***Domínio físico***



**Fotografia 1**– BM Natália Correia: acessos do exterior para o interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 1): existe um lugar reservado a pessoas com alterações da funcionalidade. O acesso à porta de entrada pode ser feito por percurso de nível acessível, apenas com uma discreta inclinação e também através de escadas. O pavimento é em calçada portuguesa.

Recomendações para obtenção das boas práticas: não se aplica porque se encontram implementadas.

### ***Domínio físico***

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 2): na entrada principal existe um ressalto com cerca de 0,04m. A porta apresenta largura livre de cerca de 0,92m, cumprindo a legislação em vigor.

Recomendações para obtenção das boas práticas: todos os acessos aos diferentes espaços devem ser livres de obstáculos e eliminados os desníveis sempre que estes sejam superiores a 0,02m através de rampas.



**Fotografia 2** – BM Natália Correia: acessos no interior

### ***Domínio Equipamentos***

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 3): no espaço de receção, o balcão de atendimento apresenta uma altura de cerca de 0,83m e sem zona rebaixada. Na zona de exposições, tanto o expositor existente como os painéis da parede apresentam altura elevada. No espaço de consulta e no espaço multimédia, as estantes têm uma altura superior a 1,25m. A altura das mesas apresenta um espaço inferior livre de 0,76m, situação que facilita a utilização por pessoas em cadeiras de rodas. No espaço infantil, as mesas apresentam altura e espaço inferior livre de 0,58m o que pode dificultar a utilização por crianças em cadeira de rodas. Na sala de apoio a atividades infantis, a bancada é composta por lavatório a 0,67m mas sem espaço inferior livre. A instalação sanitária para mulheres apresenta largura da porta adequada e bancada com lavatório sem coluna e altura livre de 0,66m. A sanita está em zona isolada com acesso através de porta de correr mas cujas dimensões são reduzidas para entrada e circulação de cadeira de rodas.



**Fotografia 3** – BM Natália Correia: acessos no interior

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se que a altura das estantes não ultrapasse 1,25m para proporcionar o acesso, com autonomia, à última prateleira da mesma. As instalações sanitárias destinadas a pessoas com alterações da funcionalidade devem ter pelo menos 2,20mx2,20m de dimensão interior e a largura de porta ser 0,80m quando aberta. Recomenda-se que o puxador da porta seja horizontal e que o lavatório não apresente coluna.



### ***Domínio Comunicacional***



**Fotografia 4** – BM Natália Correia : acessos no interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 4): existência de sistema de informação de áreas temáticas com corpo de letra adequado mas contraste reduzido. Ausência de suporte de informação em *Braille* e audiovisual. Ausência de percurso de pavimento tátil.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se a adoção de um sistema gráfico de sinalização e informação com coerência estética, harmonia cromática e uniformidade de materiais utilizados. Deve ainda existir o complemento desta informação em suporte audiovisual e *Braille*. Recomenda-se ainda a implementação do pavimento tátil em sequência do percurso sugerido para o exterior. A implementação de um percurso de pavimento tátil deve ser pensada em articulação com a calçada existente.

### ***Domínio Assistência Personalizada***

Análise das condições de acessibilidade: na Biblioteca Municipal Natália Correia, os colaboradores prestam todo o apoio aos utentes que necessitam de superar barreiras no campo dos domínios físico, comunicação ou equipamento.

Recomendações para obtenção das boas práticas: a qualificação dos recursos humanos é um elemento estratégico para a certificação de competências, conferindo, no caso das bibliotecas, um atendimento mais especializado e personalizado. Recomenda-se a implementação de acções de formação a todos os colaboradores com funções de atendimento ao público, para a temática da assistência personalizada na área da mobilidade (questões relacionadas com a funcionalidade e com ajudas físicas específicas), da orientação (situações de apoio a pessoa com alterações da visão) e da comunicação (conhecimento da Língua Gestual Portuguesa).

### **Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro**

O nome atribuído a esta Biblioteca Municipal é a merecida homenagem da Câmara Municipal de Lisboa ao notável geógrafo, Professor e Humanista que foi

Orlando Ribeiro. A Biblioteca apresenta soluções arquitetónicas contemporâneas e um novo modelo de serviço de bibliotecas, onde a atualidade da coleção e o recurso às tecnologias da informação e comunicação transformam o espaço num local privilegiado de descoberta, de cultura e de encontro.

### *Domínio físico*



**Fotografia 5** – BM Orlando Ribeiro: acessos do exterior para o interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 5): não existe parque de estacionamento reservado mas existe zona de estacionamento para viaturas nas imediações da biblioteca. A entrada é de nível com o passeio. O pavimento do passeio e da entrada principal é em calçada portuguesa e laje de granito. Na entrada principal existem rampas de acesso nas duas portas de entrada.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se a implementação, no exterior, em local de maior proximidade ao acesso da entrada, de parque de estacionamento com lugares reservados a pessoas com alterações da funcionalidade

### *Domínio físico*



**Fotografia 6** – BM Orlando Ribeiro: acessos no interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 6): a existência de elevador, rampas e plataforma elevatória, desde que em pleno funcionamento, garantem o acesso a todos os cidadãos aos pisos superiores da biblioteca. Há, no entanto, a

sinalizar a avaria da plataforma elevatória. Existem também três instalações sanitárias destinadas a pessoas com alterações da funcionalidade. A que se encontra no espaço infantil também está adaptada e tem fraldário. A do Piso 0 está adaptada com barras rebatíveis e lavatório sem coluna, mas sem dispositivo de alarme. O acesso à sala multiusos é realizado através de dois degraus e o acesso ao piso superior é feito por dois lances de escadas ou elevador. No bloco onde se encontra o auditório, existe zona de bar com mesas e cadeiras. O balcão do bar não apresenta zona rebaixada. O auditório está preparado para 146 lugares, dois dos quais são reservados a pessoas com deficiência e estão localizados no topo da sala.

Recomendações para obtenção das boas práticas: correção da avaria da plataforma elevatória e estabelecimento de plano de manutenção periódico.

### ***Domínio Equipamentos***



**Fotografias 7 e 8** – BM Orlando Ribeiro: acessos no interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 7 e 8): o balcão da receção de atendimento é muito elevado e não apresenta zona rebaixada. O expositor da receção apresenta uma altura muito elevada e a estante mais baixa apresenta cerca de 1,30m de altura. Estão presentes em todas as salas, mesas, cadeiras e cadeirões adequados à diversidade dos utilizadores, com a exceção de algumas estantes que ultrapassam a altura desejável. No bloco onde se encontra o auditório, existe zona de bar com mesas e cadeiras. O balcão do bar não apresenta zona rebaixada.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se que os balcões apresentem uma altura que permita o acesso em situação de conforto. Estes equipamentos devem ter as seguintes dimensões: altura entre 0,75m e 0,85m, largura não inferior a 0,80m e espaço inferior livre com altura mínima de 0,65m. Recomenda-se ainda que a altura das estantes não ultrapasse o 1,25m para proporcionar o acesso com autonomia à última prateleira das mesmas.

### ***Domínio Comunicacional***

Análise das condições de acessibilidade: existência de comunicação de orientação no interior mas não contempla as pessoas com a visão comprometida. A sinalética colocada na parte de trás das portas compromete a sua visibilidade.



**Fotografia 9** – BM Orlando Ribeiro: acessos no interior

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se aplicação de piso tátil e sinalização em *Braille* que acompanhe e complemente a já existente. Sugere-se ainda a colocação da sinalética existente do lado oposto à abertura das portas e a conceção de folheto informativo sobre as boas práticas existentes (em suporte impresso, *Braille*, *largeprint* e *online*) para que os visitantes possam ter conhecimento das condições oferecidas.

### ***Domínio Assistência Personalizada***

Análise das condições de acessibilidade: na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, os colaboradores prestam todo o apoio aos utentes que necessitam de superar barreiras no campo dos domínios físico, comunicação ou equipamento.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se a qualificação dos recursos humanos como elemento estratégico para a certificação de competências, conferindo um atendimento mais especializado e personalizado.

## **Conclusão**

As recomendações referidas no domínio físico procuram, em primeiro lugar, responder às exigências requeridas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Salienta-se, no entanto, que o valor arquitetónico de uma parte significativa dos equipamentos da Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa exige um cuidado e ponderação acrescidos na sua avaliação, de modo a garantir a manutenção das suas características espaciais, construtivas e materiais, que contribuem para a unidade e sobriedade da solução.

O confronto entre esta exigência e as condições de acessibilidade que actualmente as bibliotecas apresentam, permite identificar algumas lacunas e desajustes relativamente ao domínio físico. Salienta-se, em particular, a inexistência, na maioria dos casos, de instalações sanitárias adaptadas e de meios mecânicos de elevação. As ténues condições de mobilidade exteriores e interiores resultam dos revestimentos dos pavimentos, designadamente em calçada no exterior e em alcatifa no interior, assim como a presença de ressaltos e desníveis. Sinaliza-se a quase inexistência de condições de estacionamento para veículos destinados a pessoas com alteração da funcionalidade.

As recomendações que se apresentam orientam-se, sempre que possível, para a resolução física dos problemas detetados a nível das acessibilidades, procurando que as propostas de intervenções a executar não alterem a espacialidade e materialidade existente. Nas situações em que se prevê que a intervenção a realizar poderá, de algum modo, descaracterizar a identidade do espaço, procura-se conjugar a solução da acessibilidade com as do Domínio Comunicacional e as do Domínio da Assistência Personalizada.

Para além das questões regulamentares, procura-se, nas recomendações apresentadas, a proposta de soluções que melhorem a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, procurando a criação de mecanismos de orientação em espaços amplos (pavimento e relevos táteis), que promovam a autonomia e segurança do utilizador.

Relativamente às sugestões apresentadas procura-se sugerir um conjunto de ações que, no seu conjunto, complementam as boas práticas já implementadas e as recomendações indicadas.

Refere-se a marcação em diferentes pavimentos dos percursos pedonais e da criação de um maior número de lugares destinados a pessoas com alteração da funcionalidade em diferentes espaços das bibliotecas analisadas.

O domínio comunicacional tem um papel auxiliador indiscutível para a promoção da autonomia na circulação e exploração do espaço.

Um completo sistema de comunicação que desempenhe as suas funções de identificar, orientar no espaço e regular a sua utilização, em comunidade, harmonia, tolerância e respeito pela diversidade, é um contributo evidente para uma fruição pedagógica e intelectual de um lugar de lazer e cultura, como o é caso das Bibliotecas da Rede Municipal de Lisboa.

Porém, a eficiência da orientação no espaço e identificação dos serviços prestados está muitas vezes comprometida pela incorreta exposição, posicionamento e dimensão da informação, ou ausência de meios alternativos de comunicação.

A implementação de uma estratégia no domínio comunicacional assenta na localização da informação em função dos percursos e necessidades de um público plural, pela colocação da informação de acordo com a proximidade ou afastamento do leitor e pela otimização das condições de transmissão e receção da informação seja ela visual, auditiva ou tátil.

A iluminação é outro elemento que deve ser considerado neste domínio. A iluminação, se utilizada em harmonia com materiais adequados aos diversos espaços e pavimentos, assume-se como elemento definidor da característica mais ou menos privada de um espaço e do enquadramento visual de uma mensagem. A sua adequada aplicação é fundamental para a boa legibilidade da informação, prevenção de situações de encandeamento, reflexo ou escuridão.

A avaliação realizada no domínio de equipamentos permite identificar situações de desajustamento. As alturas a que se encontram os diferentes balcões de atendimento ao público inviabilizam a sua utilização por pessoas com a mobilidade comprometida.

Também as alturas a que se encontram as estantes tornam-se de acesso proibitivo a um número significativo de utilizadores. As mesas e cadeiras são, por vezes, desajustadas à diversidade dos utilizadores.

As recomendações referidas no domínio dos equipamentos procuram responder às exigências requeridas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

As recomendações que se apresentam direcionam-se para a resolução dos problemas detetados no domínio do mobiliário, procurando que a solução a implementar mantenha as características do desenho original existente, mantendo a integridade volumétrica e material do conjunto.

O domínio da assistência personalizada surge, neste contexto, como um serviço de apoio individualizado. Recorde-se que a autonomia é a capacidade de tomar decisões e de gerir a sua vida e independência e a capacidade para desempenhar o maior número possível de atividades quotidianas sem a ajuda de outrem.

A habilitação dos profissionais que prestam este apoio em áreas da diversidade e da funcionalidade humana é uma prioridade para um serviço que se pretende de excelência. A formação dos profissionais proporcionará um maior conhecimento acerca da diversidade humana e da sua condição de funcionalidade, melhorando o acolhimento destes públicos nos espaços e atividades que a Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa oferece, contribuindo assim para uma maior participação na vida cultural.

## Bibliografia

- ADA – Checklist for Existing Facilities. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.ada.gov/racheck.pdf>
- FUNDAÇÃO LIGA. Acessibilidade. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.fundacaoliga.pt/content/default.asp?idcat=ACESSIBILIDADES&idCatM=ACESSIBILIDADES&idContent=2DC4B442-3FAA-4B73-8EE0-0F25C60382F6>
- INR, Instituto Nacional de Reabilitação – Acessibilidades. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.inr.pt/category/1/1/acessibilidades>
- IRVALL, Birgitta and NIELSEN, Gyda S. (2005) – Access to libraries for persons with disabilities – Checklist. [Em linha]. IFLA Professional Reports : 89. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/iflapr-89e.pdf>
- LATIMES, Karen and NIEGAARD, Hellen. (2007) – IFLA Library Building Guidelines: Developments & Reflections. [Em linha]. Munich: K.G. Saur. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.ifla.org/publications/ifla-library-building-guidelines-developments-reflections>
- PORTUGAL. DIÁRIO DA REPÚBLICA – Decreto-lei 163/2006. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:[http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl\\_163\\_2006.htm](http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_163_2006.htm)
- ROY, Catherine (2006) – Accessibilité. [Em linha], [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://vecam.org/article609.html>

---

<sup>i</sup> Neste Projeto participaram a CML, a BLX, o IST, a Fundação LIGA e o INR. O Projeto foi cofinanciado pela Fundação LIGA e pelo programa de financiamento do INR, I.P. às ONG

## Hemeroteca Municipal de Lisboa: património projetado no futuro

---

João Carlos Salvador da Silva de Oliveira

Hemeroteca Municipal de Lisboa

[joaocarlossoliveira@gmail.com](mailto:joaocarlossoliveira@gmail.com)

Álvaro Costa de Matos

Hemeroteca Municipal de Lisboa

[alvaro.matos@cm-lisboa.pt](mailto:alvaro.matos@cm-lisboa.pt)

### Resumo

Criada em 1931, a Hemeroteca Municipal de Lisboa tornou-se uma referência, em termos nacionais e internacionais, no domínio das coleções de publicações periódicas portuguesas. Com uma colecção compreendida cronologicamente entre 1715 e a atualidade, com um crescimento contínuo alimentado por Depósito Legal, a última década tem sido de clara aposta na constituição e disponibilização gratuita de uma coleção digital que permita o livre acesso a este património à escala global, complementando os serviços presenciais centrados na referência especializada, investigação e produção de conteúdos científicos, difusão e disponibilização do seu valioso acervo, junto de um público cada vez mais diverso e exigente.

**Palavras-chave:** Hemeroteca, publicações periódicas, coleções digitais



## Neswpaper Library of Lisbon City Council: an heritage projected into the future

### ABSTRACT

Built in 1931, Hemeroteca Municipal de Lisboa (the Newspaper Library of Lisbon City Council) became a national and international reference in terms of portuguese periodical collections. With a collection with a cronological scope limited between 1715 and the present days, constantly growing due to Legal Deposit, the last decade brought a clear investment in developing a digital collection wich allows the free access to this heritage in a global scale, complementing the presential services, focused on specialized library reference service, investigation e cientific content production, promotion and access to it's valuable collection, towards an increasingly diverse and demanding public.

**Key-words:** Newspaper library ; periodicals ; digital collections

### Introdução

Há uma expressão norte americana segundo a qual *o jornal de hoje embrulha o peixe de amanhã* (no original, *today's news, tomorrow's fish wrap*). Pretende esta frase relativizar os impactos da imprensa e caricaturar a voracidade do tempo mediático. Ora, em Lisboa, há um local onde os jornais escaparam a esse destino, e onde o passar do tempo os tornou um recurso informativo precioso: a Hemeroteca Municipal de Lisboa. E à pergunta “para que servem hoje jornais velhos?”, respondemos: “literalmente, para tudo o que diga respeito à revisitação do passado!”.

### História e acervo documental

A Hemeroteca Municipal de Lisboa é, no universo da Rede de Bibliotecas de Lisboa, o equipamento especializado na preservação, catalogação, estudo e disponibilização de publicações periódicas. Sendo beneficiária de Depósito Legal desde a década de 30 do século XX, a coleção da Hemeroteca reúne o conjunto dos jornais, revistas e séries monográficas editadas em Portugal desde então. A este conjunto há a somar títulos de proveniência distinta (adquiridos por compra, doação, oferta, incorporação), que se traduzem num acervo documental de valor assinalável, herança de mais de 130 anos de actividade ininterrupta das bibliotecas públicas do município de Lisboa (desde 1883). Razões mais que suficientes para justificar que este equipamento se tenha tornado uma instituição de referência à escala nacional e internacional.

Na sua génese, a Hemeroteca constituía-se como serviço de leitura de publicações periódicas inserto no conjunto de valências da Biblioteca Municipal Central, instalada no

Palácio Galveias desde 1931. O aumento exponencial de documentação acumulada e o crescente ritmo das novas aquisições tornaram incontornável e inadiável a criação de um novo espaço alternativo para armazenamento, tratamento e consulta de periódicos, tendo sido transferida para edifício autónomo em Outubro de 1973, data em que ocupou o Palácio Marquês de Tomar, palácio urbano de meados do século XIX, imóvel de reconhecido interesse arquitectónico e histórico. Fazendo fronteira com o Bairro Alto, local que no passado fora palco da instalação de numerosas tipografias e redações dos jornais de Lisboa (que lhe mereceu mesmo, na transição do século XIX para o século XX, o epíteto de “capital do jornalismo português”), a Hemeroteca soube capitalizar este posicionamento estratégico, nas quatro décadas de permanência no edifício (até Outubro de 2013), em favor de uma oferta cultural e educativa, traduzida em exposições, conferências, visitas guiadas e percursos temáticos, exploradores e integradores do espaço envolvente. Atualmente em novas instalações, a Hemeroteca Municipal de Lisboa decerto encontrará, no novo espaço, novas dinâmicas de funcionamento e de interação com o novo contexto, mantendo a sua filosofia de espaço cultural vivo, aberto, de construção e reflexão crítica.

A Hemeroteca dispõe de um acervo documental notável, pela sua antiguidade, pela sua extensão, pelo seu valor informativo, literário e histórico. Em termos nacionais, será apenas comparável com os fundos de periódicos da Biblioteca Nacional de Portugal ou da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: dispõe de mais de 20.000 títulos de publicações periódicas e estrangeiras (estas últimas numa proporção residual), correspondentes a mais de 1.000.000 exemplares, complementados com uma coleção de referência especializada em Comunicação Social.

O seu periódico com data de publicação mais remota faz-nos recuar a 10 de Agosto de 1715, tratando-se do primeiro número da [\*Gazeta de Lisboa\*](#), um dos mais antigos – e mais perenes, já que se manteve activo até 1833 – periódicos portugueses. Ainda do século XVIII, podemos encontrar outras raridades como o *Courrier de Londres* (1789–1825). O acervo do século XIX é igualmente valioso, e bem mais expressivo em termos quantitativos: podemos encontrar, a título de exemplo, *A Semana : jornal literário* (1850–1852), dirigido por Silva Túlio; *À Volta do Mundo : jornal de viagens e de assumptos geográficos* (1880–1883), de Teófilo Braga e Costa Lobo; a *Revista de Portugal* (1889–1892), de Eça de Queirós; [\*A Ilustração Luso-Brasileira\*](#) (1856–1859), de Luís Augusto Rebelo da Silva; o [\*Jornal do Domingo : revista universal\*](#) (1881–1888), de Manuel Pinheiro Chagas; *A Ilustração* (1884–1892), de Mariano Pina; [\*O Occidente : revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro\*](#) (1878–1915), de Gervásio Lobato; [\*Brasil-Portugal : revista quinzenal ilustrada\*](#) (1899–1914), de Augusto de Castilho; [\*O Panorama : jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis\*](#) (1841–1868), de Alexandre Herculano; [\*Branco e Negro : semanario illustrado\*](#) (1896–1898); [\*Os Ridículos\*](#) (1895–1984), de Cruz Moreira; o [\*Archivo Pittoresco : semanario illustrado\*](#) (1857–1868); os [\*Pontos nos ii\*](#) (1885–1891), de Rafael Bordalo Pinheiro;

a [\*Gazeta dos Caminhos de Ferro\*](#) (1888–1971); ou a [\*Revista Universal Lisbonense : jornal dos interesses physicos, moraes e literários\*](#) (1841–1859). No total, são várias dezenas de títulos de jornais e revistas que permitem conhecer detalhadamente o Portugal (e o Mundo) de Oitocentos.



Figura 1:

*Occidente : revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, Vol. 1, n.º 13, 1 de Julho de 1878  
(© Hemeroteca Digital)



Figura 2:

*Archivo pittoresco : semanario illustrado*, 3.º Anno, 1860 (© Hemeroteca Digital)

Mas, pelo que fica dito atrás, é a partir da atribuição de Depósito Legal às Bibliotecas de Lisboa, em 1931, que começa a constituir-se na Hemeroteca uma coleção de publicações periódicas portuguesas realmente exaustiva já que, mediante este dispositivo, passaram a ser rececionados, integrados na coleção, catalogados e disponibilizados à leitura pública todos os exemplares publicados em território nacional. E atente-se que, até à Revolução de



25 de Abril de 1974 e subsequente independência das colónias portuguesas, o território nacional incluía ainda os vastos domínios das províncias ultramarinas. A título de exemplo, mencione-se a existência na colecção de todos os *Boletins Oficiais* das ex-Províncias Ultramarinas portuguesas, fontes preciosas para a história administrativa (mas também política, económica e social) desses espaços. De ainda antes dos anos 30, mas já do século XX, a riqueza do espólio merece uma digressão por títulos como *A Águia : revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica* (1910–1932), de Álvaro Pinto; *Alma Nacional* (1910), de António José de Almeida; *Seara Nova : revista quinzenal de doutrina e crítica* (1921–), de Aquilino Ribeiro; *O Xuão : semanário de caricaturas* (1908–1910), de Estêvão de Carvalho (continuado por *O Zé*, 1910–1915); a *Serões : revista mensal ilustrada* (1901–1911); *A Paródia* (1900–1907), de Rafael e Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro; o *Tiro Civil : órgão da Associação dos Atiradores Cívicos Portuguezes* e a sua sucessora *Tiro & Sport : revista de educação physica e actualidades* (1904–1910); a *ABC : revista portuguesa* (1920–1940), de Rocha Martins; ou a incontornável *Ilustração Portuguesa* (1903–1923), revista da empresa do jornal *O Século*, que constitui provavelmente a melhor fonte iconográfica para as duas primeiras décadas do século, mercê da colaboração regular de, entre outros, Joshua Benoliel (1873–1932), um dos mais importantes fotógrafos portugueses do início do século, considerado o pai da reportagem fotográfica em Portugal.



Figuras 3 e 4:

*Tiro e sport : revista de educação physica e actualidades*, N.º 300, 15 de Fevereiro de 1905 e  
*Serões : revista mensal ilustrada*, Vol. III, n.º 14, Agosto de 1902 (© Hemeroteca Digital)



Figura 5:

*Ilustração portuguesa*, II Série, N.º 573, 12 de Fevereiro de 1917 (© Hemeroteca Digital)





Figura 6:

*A paródia*, N.º 1, 17 de Janeiro de 1900 (© Hemeroteca Digital)

Para a década de 1930 em diante, salvo falhas pontuais na receção de Depósito Legal, existe tudo: desde os jornais de grande informação como o *Diário de Notícias*, *O Século*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *A Capital*, *O Jornal*, *Expresso*, *A Época*, *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto*, *A Época*, *Novidades*, ou títulos mais recentes como o *Público*, *O Independente*, ou o jornal *I*, até aos desportivos *Bola*, *Record*, *O Jogo*, passando pelo vastíssimo universo de títulos de revistas, como a *Século Ilustrado*, *Mundo Gráfico*, *Vida*

**Mundial, O Tempo e o Modo, Revista Militar, Visão, Colóquio, Vértice ou Análise Social.**

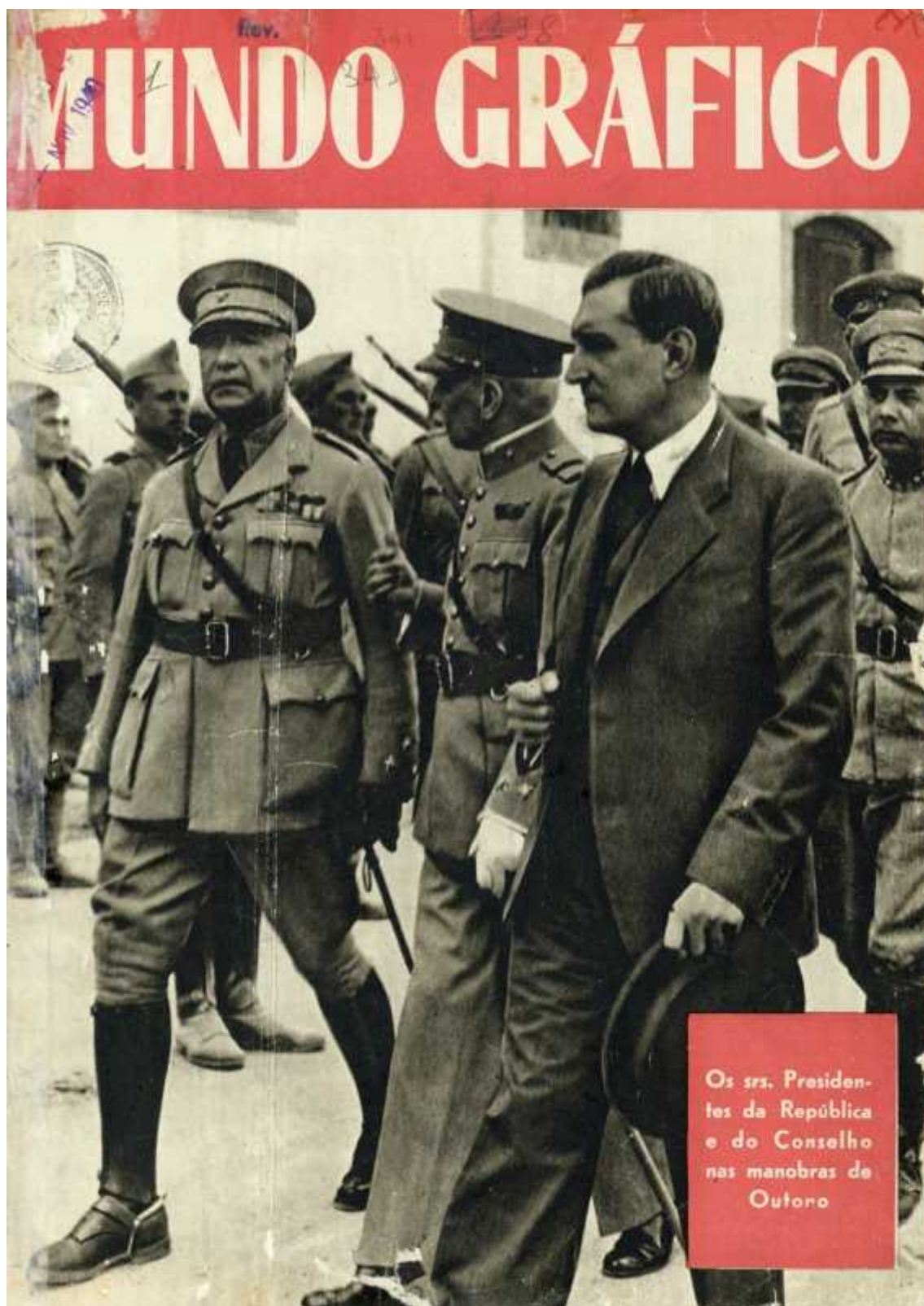
Revistas de história, universitárias, técnicas, políticas, culturais, doutrinárias, associativas, sindicais, religiosas, literárias, artísticas, especializadas, de informação geral, de carácter regional, local, que fornecem informação sobre tudo, sob os mais diversos prismas, para os mais distintos públicos-alvo, disponíveis para as mais variadas formas de abordagem, constituindo-se por isso como fontes incontornáveis para qualquer investigação, de qualquer nível de complexidade ou profundidade, a par de uma função paralela, que não devemos ignorar, de satisfação pontual de necessidades de informação, de interesses pessoais de momento, ou de simples lazer.



Figura 7:

Diário de Lisboa, Ano 12.º, N.º 3660, 20 de Janeiro de 1933 (© Hemeroteca Digital)





**Figura 8:**

*Mundo gráfico*, Ano 1.º, N.º 1, 15 de Outubro de 1940 (© Hemeroteca Digital)



Figura 9:

*O século ilustrado*, N.º 1896, 4 de Maio de 1974 (© Hemeroteca Digital)

### Serviços especializados

A pesquisa e recuperação de informação em publicações periódicas assume maior complexidade, se comparada com a pesquisa no universo das monografias. Seja pela extensão assumida por alguns títulos, que chegam a prolongar a sua publicação por mais de



um século (recorde-se o caso do *Diário de Notícias*, que em Dezembro de 2014 comemora os seus 150 anos de atividade, [efeméride](#) assinalada oportunamente na Hemeroteca Digital), seja pela heterogeneidade de conteúdos, seja pela impossibilidade técnica de fazer refletir no catálogo bibliográfico todo o valor informativo, a exaustividade das matérias, ou o vasto e variável leque de colaboradores.

Ao nível da catalogação, a produção de registos analíticos (registos que descrevem cada um dos artigos componentes de uma publicação, com os dados básicos para recuperação – título, autor, número e data da publicação, paginação...) implica um processo descrição técnica moroso e incomportável para os serviços, a menos que se aplique a um conjunto de títulos ou temáticas criteriosamente selecionados e assumidos como mais relevantes em função da sua importância intrínseca mas também da sua relevância, perspectivada à luz da missão, natureza e objetivos da instituição produtora. No caso em análise, o enquadramento municipal da Hemeroteca levou a que se privilegiassem claramente os artigos que versassem sobre vários aspetos da cidade de Lisboa e da ação do município o que, pela natureza e exaustividade do acervo descrito atrás, exclui necessariamente desta dinâmica uma parte muito considerável da coleção.

Enquanto equipamento especializado, a Hemeroteca fez a necessária correspondência dos seus níveis de serviço à natureza da sua coleção e às necessidades e exigências expressas pelos seus utilizadores. Nesta matéria, o público pauta-se por uma assinalável diversidade: tomando como referência os valores registados em 2012 (o último ano completo de funcionamento nas antigas instalações), a Hemeroteca recebeu um total de mais de 70.000 visitantes, com mais de 400.000 documentos consultados localmente. Estudantes universitários e do ensino secundário, professores, jornalistas e investigadores dos mais variados domínios do conhecimento têm vindo a ser as tipologias de utilizador mais representadas. Geograficamente, os oriundos de Lisboa e concelhos limítrofes constituem a maioria, mas os visitantes de outras zonas do país, e até mesmo do estrangeiro, maioritariamente movidos por interesses de investigação académica, são demonstradores da real “área de influência” desta biblioteca, que extravasa em muito a dimensão local. Aos utilizadores externos, acresce um considerável número de contactos de utilizadores internos, ou seja, técnicos de outros serviços da Câmara Municipal de Lisboa, que pretendem ver resolvidas, com recurso à colecção da Hemeroteca, necessidades informativas concretas de serviço. Colecções como o *Boletim Municipal* ou as [Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa](#), a par do *Diário do Governo* (renomeado em 1976 *Diário da República*) são recursos imprescindíveis ao normal funcionamento da autarquia.

Embora a coleção da Hemeroteca esteja integralmente catalogada, e os registos bibliográficos acessíveis local e remotamente através do WebOPAC da Rede de Bibliotecas de Lisboa (<http://catalogolx.cm-lisboa.pt>), é disponibilizado a todos os utilizadores um **Serviço de Referência especializado**, que passa pela orientação na coleção, pela seleção das fontes mais indicadas em função da investigação de determinadas temáticas ou períodos cronológicos, ou, nos casos em que a coleção não permite por si dar resposta às necessidades informativas, pelo encaminhamento do utilizador para outros serviços. Para pesquisas de informação mais complexas, e em que o utilizador não tenha possibilidade de se deslocar fisicamente à biblioteca, foi implementado o **Serviço de Informação Bibliográfica**, que assegura, mediante aplicação de uma taxa de serviço baseada no valor/hora, a pesquisa de informação por parte dos técnicos de referência. Na recente conjuntura de encerramento da Hemeroteca e de constrangimento no acesso à sua coleção própria, o serviço de encaminhamento, através dos canais de comunicação disponibilizados para o efeito (por telefone ou pelo email [hemeroteca.sr@cm-lisboa.pt](mailto:hemeroteca.sr@cm-lisboa.pt)) revelou-se fundamental, informando das opções de consulta disponíveis, caso a caso, em função dos títulos pretendidos, das temáticas, e das limitações logísticas e do enquadramento geográfico do utilizador.

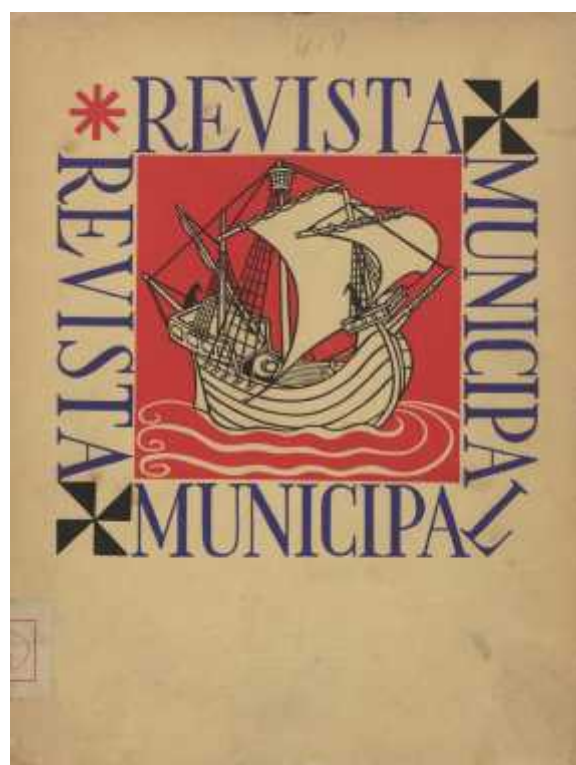
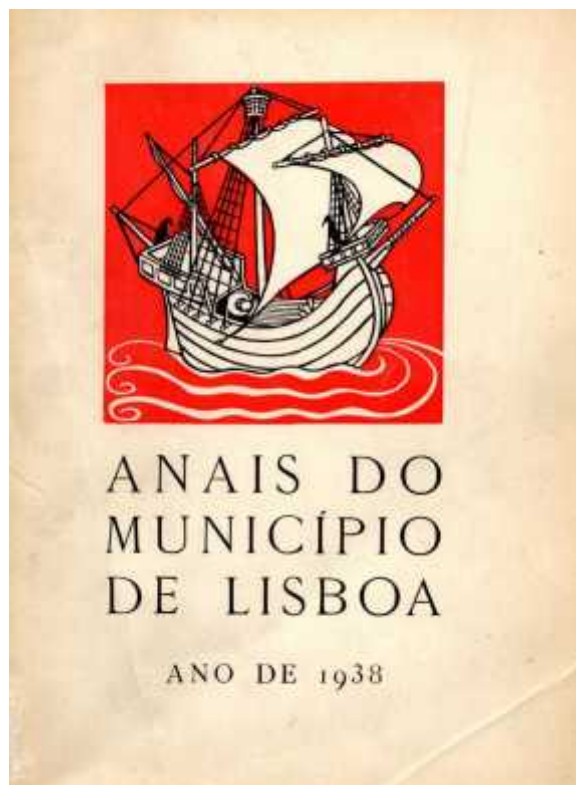
## A viragem digital

A Hemeroteca Municipal de Lisboa tem vindo a acompanhar os progressos ao nível da preservação de coleções por transferência de suporte. Depois da microfilmagem, os progressos no domínio do digital tornaram claro que a desmaterialização se impunha como caminho natural, enquanto estratégia de preservação mas também de facilitação do acesso aos conteúdos. Nesse sentido, em 2005, foi lançado o projeto **Hemeroteca Digital** (<http://hemerocadigital.cm-lisboa.pt>), mantido desde então pelo **Serviço de Digitalização e Imagem da Hemeroteca Municipal de Lisboa**. Este serviço assegura também a resposta aos pedidos de digitalização dos utilizadores, tendo vindo a contribuir ativamente, desta forma, para projetos académicos, de investigação jornalística, editoriais ou expositivos. Aproveitando e aperfeiçoando as ferramentas tecnológicas desenvolvidas na Biblioteca Nacional de Portugal aquando do lançamento do seu projeto digital, constituiu-se a equipa técnica que, desde então, tem vindo a assegurar todo o complexo circuito de criação e disponibilização de coleções digitalizadas: seleção dos títulos, preparação do plano de divulgação, revisão da catalogação e do sumário de existências, localização externa de coleções que completem eventuais falhas de números na coleção física, digitalização, edição e tratamento das imagens, conversão para formatos de visualização (ficheiros .jpeg e .pdf),

armazenamento dos backups (ficheiros .tif) de alta resolução, criação de índices de navegação nos conteúdos, criação de metadados descritivos, atualização do sítio WEB e divulgação dos conteúdos por meio de newsletter, presentemente quinzenal, pressupondo, por isso, um crescimento da coleção digital da Hemeroteca em pelo menos 2 títulos por mês. Foi ainda constituída uma equipa de investigadores que assegura que cada coleção seja disponibilizada com a respetiva ficha histórica, que caracteriza e contextualiza a publicação, analisa a sua linha editorial, os seus conteúdos mais relevantes, elenca os seus principais colaboradores. Refira-se que a Hemeroteca Municipal de Lisboa apostou sempre na investigação própria, patente nas múltiplas mostras bibliográficas e exposições realizadas no seu espaço, colóquios e conferências promovidas, projetos transversais da autarquia (a título de exemplo, refiram-se a participação ativa no ciclo de comemorações do Centenário da República, que durante 3 anos dinamizou a galeria dos Paços do Concelho e produziu perto de uma dezena de publicações, entre catálogos, atas de seminários e publicação crítica de fontes ou, mais recentemente, as Jornadas de História da Imprensa Periódica Olisiponense, que em duas edições reuniu dezenas de especialistas e centenas de audientes).

É evidente que, também no domínio digital, a vastidão da coleção da Hemeroteca Municipal de Lisboa implica a adoção de critérios norteadores da definição e priorização dos títulos a disponibilizar digitalmente. Para além, claro, dos condicionalismos legais a que está obrigada, designadamente o respeito pelo Código de Direitos de Autor e Direitos Conexos, que impõe que, maioritariamente, o trabalho desenvolvido incida sobre periódicos caídos em domínio público, a par com títulos de que a Câmara Municipal de Lisboa é detentora de direitos, ou publicações cuja cedência de direitos é conseguida sem imputação de custos.

Atendendo à natureza do equipamento, a primeira linha de trabalho explora o **Fundo Institucional**, ou seja, as publicações de responsabilidade autoral ou editorial da própria Câmara Municipal de Lisboa. Aqui, estão já disponíveis títulos importantes como as [\*Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa\*](#) (1886–1926); a [\*Revista Municipal\*](#) (1939–1988); os [\*Anais do Município de Lisboa\*](#) (1938–1964); os [\*Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais\*](#) (1931–1936); o [\*Boletim Cultural e Estatístico da CML\*](#) (1937); o [\*Anuário da Câmara Municipal de Lisboa\*](#) (1935–1937); ou a [\*Synopse dos principais actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa\*](#) (1834–1852): fontes fundamentais para a história administrativa, política, económica e social da cidade.



Figuras 10, 11, 12 e 13:

*Synopse dos principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa no anno de 1843; Anais do município de Lisboa : ano de 1938; Anais das bibliotecas, arquivo e museus municipais, n.º 3-4, Janeiro a Junho de 1932 e Revista municipal, n.º 1, 1939 (© Hemeroteca Digital)*



A segunda linha de trabalho incide sobre o **Fundo Local**, conjunto que reúne publicações impressas em Lisboa, que tenham Lisboa como assunto principal, ou que se entendam como fontes importantes para a história da cidade. Daqui resultou a colocação em linha de coleções como a *Feira da Ladra* (1929–1943); *A Capital : diário republicano da noite* (1910–1938); a *Revista Universal Lisbonense* (1841–1859); a *Gazeta de Lisboa* (1715–1762); o *Diário de Lisboa : edição mensal* (1933); *A Semana de Lisboa : suplemento do Jornal do Commercio* (1893–1895). Entre muitas outras.



Figura 14:  
*Gazeta de Lisboa Occidental*, n.º 1, 1 de Janeiro de 1733 (© Hemeroteca Digital)



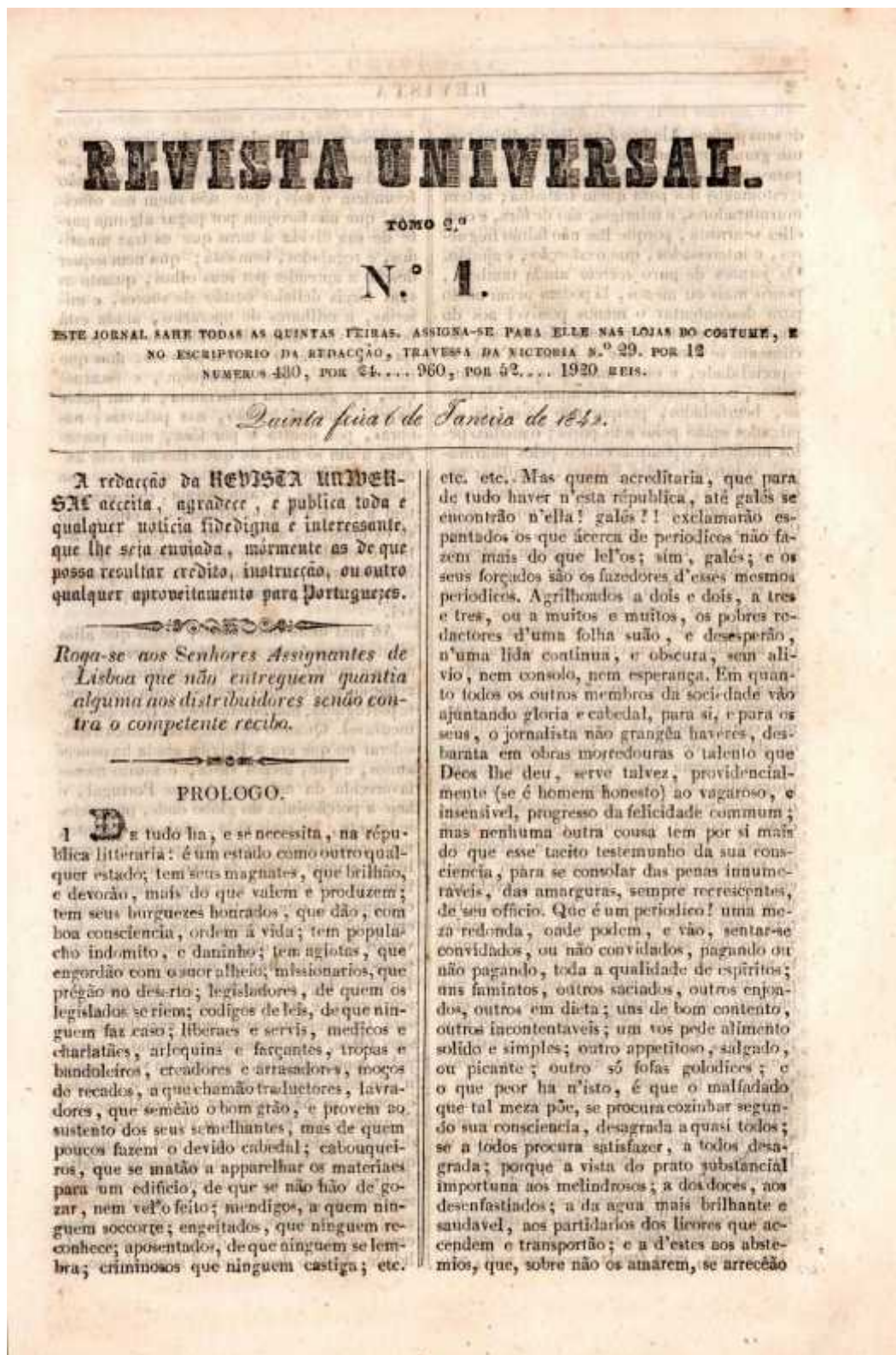
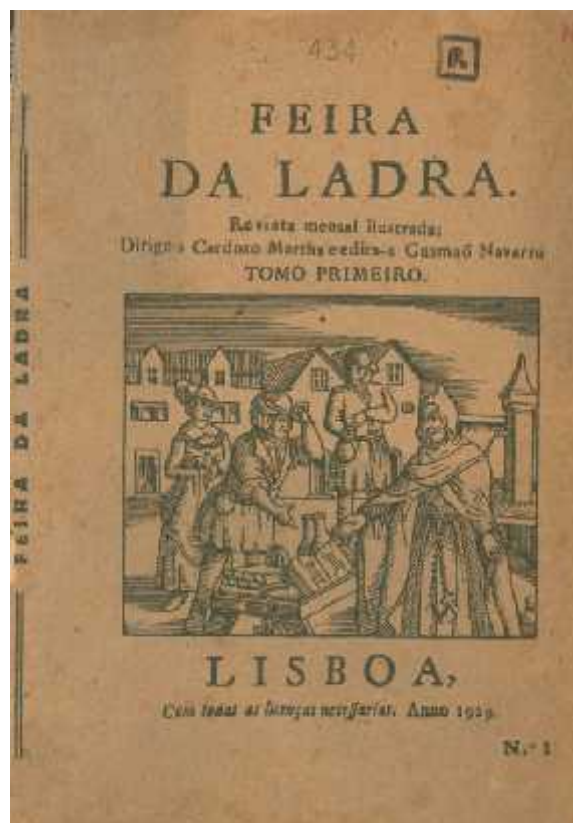


Figura 15:

Revista universal lisbonense, Tomo 2.º, n.º 1, 6 de Janeiro de 1842 (© Hemeroteca Digital)



Figuras 16 e 17:

*Diário de Lisboa* : edição mensal, Ano 1, n.º 1, 1 a 30 de Abril de 1933 e  
*Feira da Ladra* : revista mensal ilustrada, Tomo 1, n.º 1, 1929 (© Hemeroteca Digital)

Por fim, o **Fundo Histórico**. Trata-se de um conjunto de títulos bastante mais heterogéneo, maioritariamente dos séculos XIX e início do XX, destacados da coleção regular da Hemeroteca por critérios baseados na antiguidade, raridade, e valor bibliográfico. Neste domínio, a aposta da Hemeroteca tem sido a seleção de obras bastante diversas em termos temáticos e de público-alvo (nem sempre imediatamente identificável com o “público investigador” em sentido estrito), estratégia que tem vindo a despertar uma adesão crescente por parte do universo dos utilizadores remotos, ao responder a necessidades e interesses informativos muito distintos. A disponibilização dessas obras faz-se, por vezes, sob a forma de “pacotes” de títulos, aproveitando momentos de previsível maior receptividade ou interesse do público em relação a determinado tema. Como ilustração destas estratégias, destaquem-se apenas a coleção de [periódicos teatrais](#) (lançada em 2013, no Dia Internacional do Teatro, em 27 de Março), neste momento contando com 11 títulos balizados cronologicamente entre 1839 e 1912; a [imprensa cinematográfica](#), com 3 títulos da década de 1930 (apresentados em 2014, no dia da cerimónia de entrega dos Óscares); a [imprensa humorística](#), num total de 34 títulos com forte componente de humor gráfico; e outras secções, como a [imprensa literária](#), a [imprensa anarco-sindicalista](#), a [imprensa clandestina](#), a [imprensa feminista](#), ou a [imprensa infanto-juvenil](#).

A par deste trabalho, que permitiu que ao fim de 10 anos de actividade contínua estejam já disponíveis mais de 200 títulos de publicações periódicas, é alimentada no sítio WEB uma secção de [Raridades Bibliográficas](#), onde são colocadas em linha monografias de manifesto interesse, de onde destacamos a coleção de 13 panfletos anti-napoleónicos da primeira década de 1800 e o projecto atualmente em curso, no âmbito das [comemorações do primeiro centenário da Primeira Guerra Mundial \(1914-1918\)](#), mediante o qual está prevista a colocação em linha, até 2018, numa periodicidade mensal, a par de publicações periódicas, de mais de uma centena de monografias evocativas, essencialmente de cariz memorialista, publicadas desde o início do conflito até 1925.

O retorno recebido por este investimento tem-se revelado deveras gratificante. O número de visitas virtuais à Hemeroteca Digital para visualização ou descarga de conteúdos tem vindo a aumentar de ano para ano, tendo-se fixado em 2013 em quase 250.000 visitantes individuais, com uma taxa de fidelização acima dos 50%. No que toca ao número de imagens consultadas, o valor para o mesmo ano ultrapassou os 6 milhões. O número de subscritores da newsletter ascende já a mais de 5.000. Para além da satisfação perante os resultados atingidos, estes valores têm vindo a traduzir-se, em termos práticos, num evidente alívio da pressão sobre os serviços presenciais, da deslocação de massas de documentação – num esforço quase hercúleo, pelos 4 pisos do palácio –, bem como do desgaste das coleções em suporte físico, já de si fragilizadas pela antiguidade e manuseio continuado. Mas, acima de tudo, criam com o público um registo de proximidade e de acessibilidade, sem constrangimentos, e que pode aplicar-se a uma escala verdadeiramente planetária. A monitorização estatística do sítio WEB da Hemeroteca Digital comprova a existência de acessos de todos os pontos do globo, com uma natural incidência, ao nível de acessos internacionais, nos países lusófonos, com o Brasil a assumir um claro lugar de destaque.

Para além da comunhão linguística, esta relação com os utilizadores brasileiros explica-se por uma característica presente em algumas publicações que se afirmaram, a partir de meados do século XIX, como ambiciosos projetos editoriais luso-brasileiros. São disso exemplo títulos como a [Atlântida : mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil](#) (1915-1920), dirigida pelo brasileiro João do Rio e pelo português João de Barros; a [Brasil-Portugal : revista quinzenal ilustrada](#) (1899-1914), de Augusto de Castilho; [A Ilustração luso-brasileira : jornal universal](#) (1856-1859); a [Revista contemporânea de Portugal e Brasil](#) (1859-1865). Noutros títulos, a evocação do Brasil não é feita de forma expressa, mas fica registado o interesse no leitor brasileiro pela apresentação de preços próprios dos números avulsos ou de assinaturas para o mercado do Brasil. São os casos d' [A Imprensa : revista científica, litteraria e artística](#), de Afonso Vargas (1885-1891); ou [O Notícias Ilustrado](#), de Leitão de Barros (1928-1930). Todos estes periódicos encontram-se



acessíveis a partir da Hemeroteca Digital, e esta estratégia de captação do público brasileiro não fez mais do que inspirar-se no modelo editorial oitocentista.

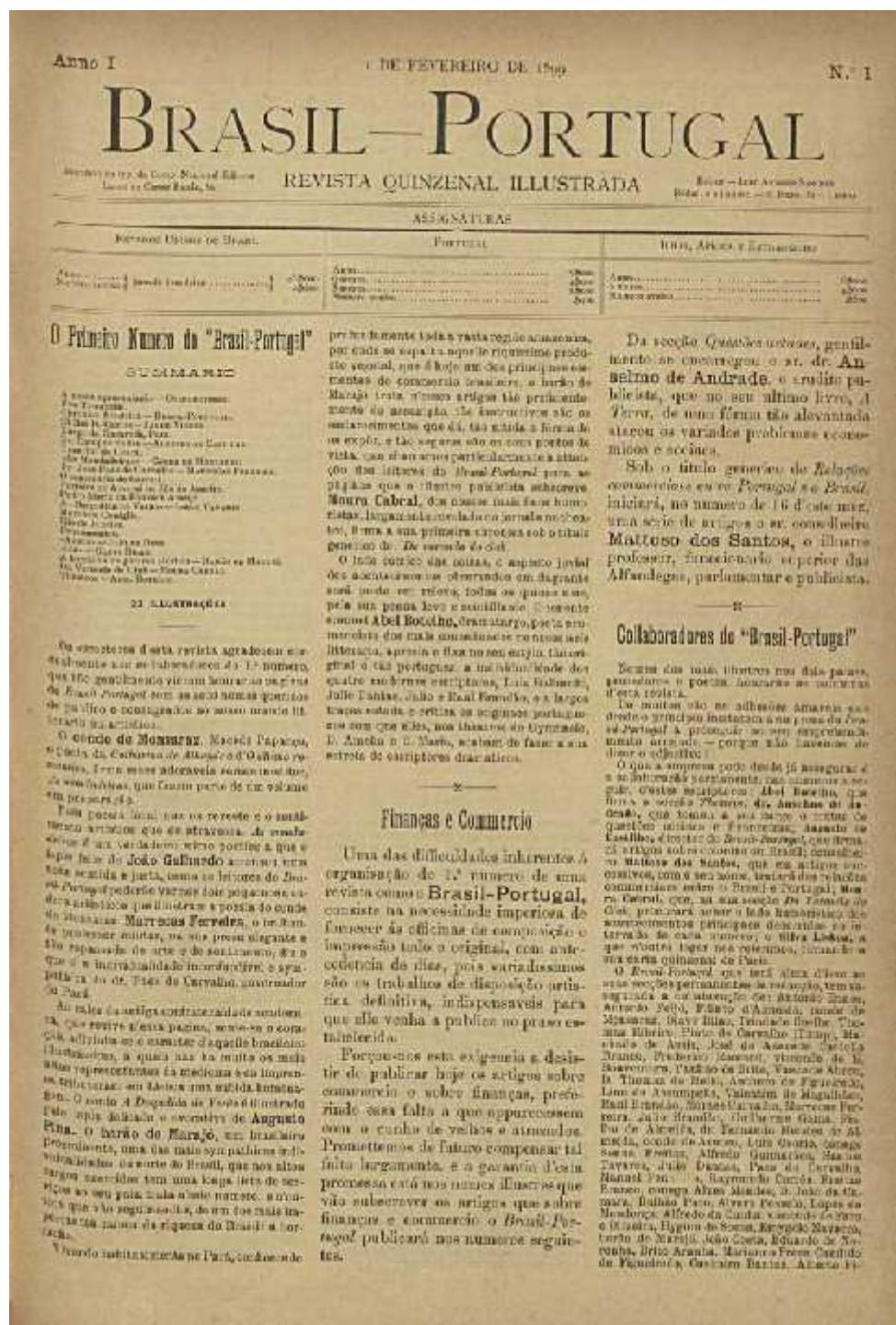
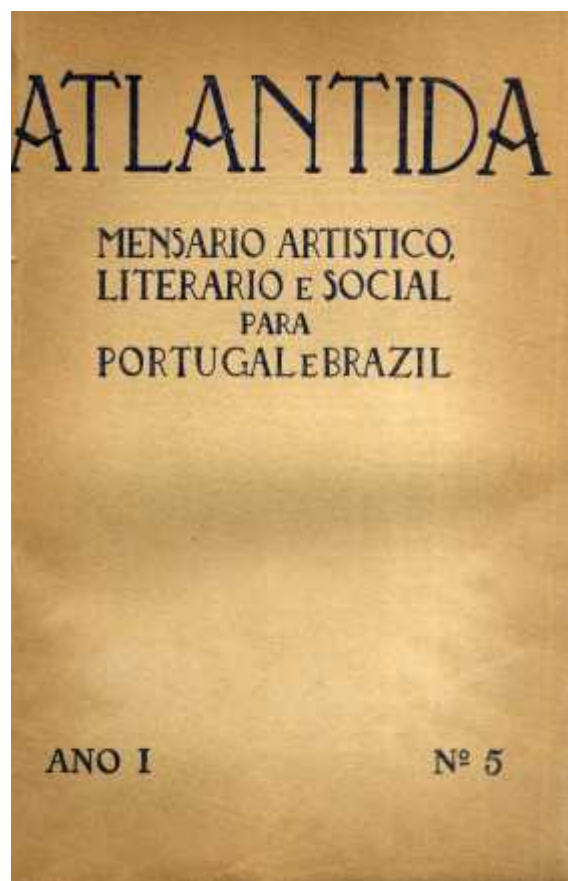


Figura 18:

*Brasil-Portugal* : revista quinzenal ilustrada, Ano 1, n.º 1, 1 de Fevereiro de 1899 (© Hemeroteca Digital)



Figuras 19 e 20:

*Revista contemporanea de Portugal e Brazil, Segundo anno, n.º 1, Abril de 1860 e Atlantida : mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil, Ano 1, n.º 5, 15 de Março de 1916* (© Hemeroteca Digital)

Mas o desenvolvimento da colecção digital da Hemeroteca, bem como da estrutura de acesso e recuperação de informação que a enquadra, passou por estágios evolutivos que traduzem mais do que um simples crescimento quantitativo. A inovação é a chave para o sucesso dos projetos digitais e, no caso presente, os últimos anos de trabalho foram de clara aposta numa estratégia assente em 4 pilares entendidos por fundamentais: a **Interoperabilidade** – entenda-se, capacidade de interagir com outros sistemas de informação; a **Cooperação** – entenda-se, o estabelecimento de redes de parceria formal ou informal com instituições congéneres; a **Visibilidade** – entenda-se, a adoção de mecanismos tendentes a aumentar a projeção da coleção junto dos potenciais interessados; e a **Acessibilidade** – entenda-se, o esforço de melhoria constante da arquitetura de informação e das ferramentas de recuperação de informação.

O primeiro nível de interoperabilidade acontece com o próprio catálogo bibliográfico, base de dados bibliográfica comum a todos os equipamentos da Rede de Bibliotecas de Lisboa. A partir deste catálogo (acessível em <http://catalogolx.cm-lisboa.pt>), e através dos pontos de acesso consagrados pelas regras de catalogação (título, autor, data e local de edição, editor, etc.) é possível a recuperação de toda a coleção da Hemeroteca Municipal de

Lisboa e, no caso de títulos presentes na coleção digitalizada, o acesso ao objeto digital pode fazer-se logo a partir do registo bibliográfico, graças ao preenchimento do campo UNIMARC definido para o efeito (856), que funciona para o utilizador como uma normal hiperligação.

Desde 2011, os registos bibliográficos da Hemeroteca com objetos digitais associados podem também ser recuperados na **Europeana**, a grande base de dados europeia (acessível em [www.europeana.eu](http://www.europeana.eu)). Esta inclusão, que aumenta exponencialmente a possibilidade de recuperação dos registos à escala mundial, é feita no momento presente por meio de uma ligação automatizada (através de um servidor OAI-PMH) do nosso Sistema de Gestão de Bases de Dados ao **Registo Nacional de Objectos Digitais** (RNOD, acessível em <http://rnod.bnportugal.pt/rnod/>), projeto gerido pela Biblioteca Nacional de Portugal, instituição que fica encarregue do envio periódico dos registos para a base de dados europeia. Para além deste objetivo, o RNOD cumpre outro, não menos importante: o de tornar públicos e acessíveis não só o património digital português existente como os planos de digitalização das entidades parceiras, ajudando desta forma a racionalizar esforços e a evitar redundâncias no trabalho a desenvolver.

No que toca à cooperação com outras instituições, esta tem-se revelado importante ao permitir completar coleções com números em falta na Hemeroteca. Desta forma, tem-se conseguido garantir a disponibilização digital de títulos completos, mesmo nos casos em que na correspondente coleção em suporte papel, na Hemeroteca Municipal, se registem falhas. Os pedidos de cooperação (que, de resto, funcionam de forma recíproca) têm sido bem acolhidos por entidades como a Biblioteca Nacional de Portugal ou a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, às quais renovamos os agradecimentos.

No domínio da visibilidade, a publicitação de novos conteúdos tem sido feita, desde o nascimento do projeto, mediante envio de **newsletter** (com [histórico](#) disponível desde o número 1) para os [subscritores](#) da nossa *mailing list*. Mas a vontade de chegar a novos utilizadores impeliu-nos para a adoção de outras estratégias, sendo uma das mais decisivas a utilização de **metadados descritivos**, embebidos nos conteúdos digitais. Aliada à criação de sumários das publicações cada vez mais exaustivos e pormenorizados, consegue-se um nível de elevada eficácia na recuperação das nossas coleções a partir de qualquer motor de pesquisa, como o Google, através de pesquisas simples por título, artigo, autor ou assunto. É cada vez maior o número de utilizadores que chega “inadvertidamente” aos nossos conteúdos.

Outra linha de trabalho prende-se com o aproveitamento de diversas redes sociais para difusão de conteúdos. Nenhuma entidade, seja de que natureza for, que trabalhe no domínio da criação e distribuição informação (e ainda mais se essa for de natureza digital), pode ficar indiferente à autêntica explosão do fenómeno WEB 2.0, que marcou de forma

indelével este começo do século XXI. Para além do **Facebook** e do **Twitter**, onde colocamos de forma sistemática resumos das nossas newsletters com hiperligação de acesso aos objetos digitais, outras ferramentas sociais implicam um maior investimento e dedicação de tempo: é o caso da **Wikipedia**, onde criámos um perfil de editor, com o qual passámos a ficar aptos a proceder à criação ou à revisão de artigos sobre títulos de periódicos ou autores com colaboração conhecida em jornais e revistas, e nos quais fornecemos hiperligações para os nossos conteúdos digitais que se revelem pertinentes, o que nos parece traduzir-se em franco benefício na qualidade informativa desta enciclopédia social. Outra ferramenta social que temos vindo a explorar é o **Flickr**, gigantesca base de imagens onde criámos um perfil (<https://www.flickr.com/photos/109142737@N06/>) que tem vindo a alojar conteúdos gráficos extraídos das nossas publicações periódicas, devidamente indexados por meio de *tags* (em português e inglês) e referenciados, estruturados em álbuns que vão desde a publicidade aos retratos, da moda à participação portuguesa na I Guerra Mundial. Mais uma vez, o que está em causa é chegar a um público potencial que ainda não nos conhece... E a monitorização dos acessos ao nosso sítio WEB revela que esta é uma aposta ganha, com as redes sociais a ganharem terreno no universo de fornecedores de clientes (no presente, cerca de 18% do total de visitas). A simples colocação, no topo da página, de uma barra de partilha nas redes sociais, ao permitir a automatização na difusão de qualquer conteúdo na WEB, faz do utilizador um parceiro activo na publicitação e divulgação do projecto.

Por fim, no que toca à acessibilidade dos conteúdos, o objetivo último de otimização da recuperação implica um constante olhar crítico e adoção de novas trajetórias de trabalho: uma intervenção recente pretendeu melhorar em simultâneo o aspeto gráfico e a arquitetura da informação, tornando mais intuitiva a interpretação dos menus e, consequentemente, a navegação na página WEB. Em paralelo, implementámos novas **ferramentas de pesquisa** interna na página, acrescentando ao índice de títulos os novos índices de autores (que conta já com mais de 5000 entradas), de locais de publicação e de géneros de imprensa, melhorando ainda a estrutura e o valor informativo do índice cronológico. Multiplicámos, desta forma, os pontos de acesso nas pesquisas. Também ao nível dos conteúdos dos números de cada publicação, e sempre que tal se revela uma mais-valia, temos vindo a construir índices/sumários descritivos, com inclusão dos títulos de artigos e respetivos autores, e com a sempre presente preocupação de fazer corresponder a paginação do original com a do objecto digital. Tarefas todas elas morosas, e com um nível de automatização bastante abaixo do que seria desejável.

O último passo ensaiado no conjunto de melhorias implementadas no sistema foi a adopção, já no segundo semestre de 2014, da tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) nos ficheiros pdf. Este procedimento, que passa a permitir a pesquisa interna no conteúdo dos documentos, facilitará ao utilizador a localização e recuperação da informação desejada, potenciando ao mesmo tempo uma maximização do nível de



recuperação dos motores de pesquisa. Esta tecnologia está a ser aplicada não só nos novos títulos disponibilizados, mas também, retrospectivamente, em todas as coleções já existentes, sempre que a qualidade da imagem digital assegure uma taxa significativa de eficácia no retorno de informação.

## Conclusão

Passado o choque inicial da entrada na Sociedade da Informação e a consequente proliferação de múltiplas plataformas de acesso à informação, parece ter já deixado de fazer sentido o debate em torno da necessidade, relevância e viabilidade dos serviços de informação e documentação. No caso de uma Hemeroteca, foi a própria viabilidade do seu objeto de trabalho a ser questionada, na medida em que jornais e revistas perderam o protagonismo em favor de meios mais céleres e mediáticos de difusão de notícias. Mas a rotina quotidiana do serviço assinala elevados níveis de procura (quer de documentação, quer do serviço de referência especializado) que revelam a existência de um público que reconhece nas publicações periódicas uma fonte de informação incontornável e insubstituível em vários contextos de necessidade informativa.

Aquilo que neste artigo designámos “viragem digital” não foi mais que o prolongamento natural dos serviços, induzido pelo contexto tecnológico, e capitalizando-o para chegar mais longe, entenda-se, mais próximo do utilizador.

Como referimos atrás, a coleção da Hemeroteca Digital ultrapassa já os 200 títulos de publicações periódicas, massivamente consultadas a uma escala global, contribuindo ativamente para a criação de novo conhecimento. O crescimento da coleção tem rondado, nos últimos 3 anos, as 50.000 imagens anuais. Este quantitativo é, no vasto universo que constitui o acervo documental da Hemeroteca Municipal de Lisboa, uma gota no oceano, pelo que não é, não pode, nem pretende ser uma alternativa a este equipamento na sua dimensão física e presencial.

---

## O Arquivo Fotográfico Digital do Partido Social Democrata

---

Paulo Batista

Consultor Científico Independente

[batista.p@gmail.com](mailto:batista.p@gmail.com)

### Resumo

Este artigo pretende apresentar, analisar e fazer o balanço da primeira fase do projeto de implementação de um sistema de informação no Partido Social Democrata (PSD), desenvolvida entre 1 de agosto e 4 de dezembro, com a disponibilização do Arquivo Fotográfico Digital do PSD, no sítio *web* deste partido. Trata-se de um projeto evolutivo e integrado, pioneiro no contexto dos partidos políticos portugueses, já que pela primeira vez uma organização desta natureza disponibiliza o seu arquivo histórico através de um *software* de gestão de arquivos, o *AtoM*, que funciona em ambiente *web*, mediante um servidor HTTP, em conformidade com as normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA).

**Palavras-chave:** Partido Social Democrata, Arquivo Fotográfico Digital, Arquivo da Social-Democracia, documento fotográfico, *software* livre, descrição arquivística

### The Digital Photographic Archive of the Social Democratic Party

#### Abstract

This article aims to analyses, presents and make the balance of the first phase of the implementation project of an information system in the Social Democrat Party (PSD), development between august one and December four, with the available of the PSD Digital Photographic Archive, on the *website* of this party. It is an evolutionary and integrated design, pioneer in the context of the Portuguese political parties, since the first time an organization of this nature offers its historical archives through a file management *software*, *AtoM*, which runs on totally environment *web* by an HTTP server, in accordance with the standards of the International Council on Archives (ICA).

**Key-words:** Social Democratic Party, Digital Photographic Archive, Social Democratic Party Archive, photographic document, free *software*, archival description

## Introdução

De acordo com a NP4041, de 2005, entende-se por arquivo o

«Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação.» (IPQ, 2005, p. 5)

Daqui resulta que os documentos de arquivo são testemunhos claros e evidentes da vida das instituições, através dos quais é possível compreender a formação e desenvolvimento do seu funcionamento e dinâmicas, pelo que devem ser classificados, ordenados e conservados com vista ao acesso e difusão da informação à sua responsabilidade.

A fotografia, um dos mais procurados documentos de arquivo das últimas décadas, deixou definitivamente de ser uma simples ferramenta ilustrativa de pesquisa para assumir a condição plena de documento indispensável na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais. O reconhecimento desta importância é visível pela utilização dos grandes meios de comunicação da atualidade, como a televisão e a *Internet*, de imagens históricas e de arquivo, justificando a sua ampla divulgação em catálogos e exposições, e investimento na construção de arquivos e museus para que esses acervos fiquem condignamente organizados, acondicionados e conservados, com o objetivo de comunicá-los aos seus utilizadores e à sociedade em geral.

Nesse sentido, e como resultado da procura, cada vez maior, pelos *media* e cidadãos, desta documentação, «torna-se fundamental, hoje mais do que nunca, a definição de padrões de qualidade na organização e conservação de fotografias em acervos institucionais e na produção de instrumentos de pesquisa.» (Filippi; Lima; Carvalho, 2002, p. 11)

O PSD, fundado em 6 de maio de 1974, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, sob o nome Partido Popular Democrático (PPD) não quis ficar à margem deste movimento irreversível. Afirmava-se da maior urgência e importância, que o vasto acervo documental à sua responsabilidade, constituído por arquivos, coleções, espólios e testemunhos, fosse divulgado, e se tornasse acessível, não apenas aos seus militantes, mas também a historiadores, investigadores, estudantes, jornalistas, instituições, etc., a partir das funcionalidades oferecidas pelas Tecnologias da

Informação e da Comunicação (TIC), com vista ao reconhecimento do seu papel social, político e histórico.

### **Início do projeto**

Este projeto iniciou-se a 23 de maio de 2014 quando a empresa *Páginas de História*, produtora de conteúdos culturais para as mais diversas organizações, entre elas o PSD, conhecedora da minha formação e experiência na área arquivística, me solicitou apoio para a organização e tratamento documental de um conjunto de fotografias que integrariam uma exposição fotográfica sobre a festa do Pontal, que deveria ser inaugurada a 4 de Dezembro, data em que este partido assinalaria o 34.º aniversário do falecimento de Francisco Sá Carneiro.

Sugeri, de imediato, que muito mais importante do que levar a cabo essa tarefa, importava, numa primeira fase, iniciar a recolha, estudo, organização, conservação, preservação, acondicionamento, digitalização e difusão, neste último a partir de 4 de dezembro, do arquivo fotográfico analógico do PSD, por razões evidentes de preservação, a partir de um *software* de gestão de arquivos, em ambiente *web*, mediante um servidor HTTP, de acordo com as diretrizes emanadas pelo ICA. Estes objetivos implicariam, tão breve quanto possível, a afetação dos seguintes recursos:

- Contratação de um técnico pós-graduado em Ciências da Informação e da Documentação, variante de Arquivística, para a realização das tarefas apresentadas no ponto anterior;
- Aquisição de materiais para a limpeza, organização, conservação e acondicionamento físico da coleção, e de um *scanner* para a digitalização das espécies fotográficas com vista à preservação dos originais, qualidade de resultados e difusão da informação.

A etapa seguinte, a desenvolver entre 5 de dezembro de 2014 e 6 de maio de 2015, em que o PSD comemora o 41.º aniversário da sua fundação, seria destinada à conclusão das tarefas elencadas relativas aos processos fotográficos analógicos, e ao começo dos procedimentos inerentes para as fotografias digitais, e para os suportes audiovisuais e sonoros.

A terceira e última fase deste projeto, em rigor sempre em aberto e nunca concluída, seria fazer do arquivo do PSD um verdadeiro sistema de informação, transversal à orgânica do partido, no qual a informação fosse o seu produto estratégico número um, alertando para a importância da mesma no apoio à tomada de decisão. Neste contexto, seria fundamental apostar e desenvolver a digitalização de toda a documentação existente e serviços *online*, como eixos nucleares, não somente da organização e conservação do património arquivístico, mas também no acesso à informação, assente na desmaterialização do papel, no contexto da modernização e transparência administrativa e na melhoria da qualidade da instituição.

A comunicação dos resultados, evolutiva, integrada e sistémica ao desenvolvimento das três etapas, sempre entendida, tal como o projeto, a longo prazo, deveria ser potenciada, como lhes transmiti nesse primeiro contacto, através das seguintes iniciativas:

- Realização de exposições de fotografias, ações de formação e *workshops*;
- Organização de conferências, jornadas e congressos;
- Produção de guias, inventários, catálogos, livros e postais;
- Inclusão do arquivo fotográfico digital do PSD no sítio *web* do partido;
- Desenvolvimento de programas educativos, através da organização de visitas aos militantes do PSD, a escolas e universidades, e ao público em geral;
- Publicação dos resultados obtidos através dos canais de comunicação, analógicos e digitais, do PSD, e em revistas científicas, nacionais e internacionais, de Ciências da Informação e da Documentação, para lá da participação em conferências e congressos, nesta área, em Portugal e no estrangeiro.

Paralelamente à evolução deste projeto alimentei sempre a esperança de que o mesmo não considerasse apenas uma vertente de difusão digital da informação, mas que se alargasse ao arquivo físico do PSD, à data inexistente, ou seja, um espaço próprio para o efeito, apto a receber a documentação, colaboradores e clientes presenciais, disponibilizando serviços nesse sentido.

Depois de uma primeira visita à sede do PSD, na Lapa, com o objetivo de contactar e conhecer o universo documental a envolver neste projeto, os dias seguintes foram, confesso, de alguma ansiedade, devido à variedade, dimensão e ambição das tarefas a desenvolver, considerando os cerca de 6 meses disponíveis para a «construção» e disponibilização, em ambiente digital, de parte do arquivo fotográfico histórico do PSD, e colaboração na montagem de uma exposição fotográfica a inaugurar a 4 de dezembro. Depois de obtida a aprovação do projeto por parte da direção do PSD havia que tomar bastantes decisões num curto espaço de tempo. Nesse sentido, foi contratado o primeiro colaborador para a realização das tarefas descritas na primeira etapa deste projeto.

### **Escolha do *software* de gestão de arquivos**

Alcançado o apoio da direção do PSD, e resolvida a questão de obter a colaboração de um arquivista com vasta formação académica e experiência na área, urgia escolher um *software* livre que permitisse descrever o arquivo histórico do partido, em conformidade com as normas do ICA (sobretudo a *ISAD (G)*, através da sua estrutura assente em sete zonas de descrição, mas também a *ISAAR (CPF)*, a *ISDIAH*, e a *ISDF*), e a disponibilização *online* do respetivo acervo.

Esta tarefa implicou, desde logo, para lá do estudo das normas internacionais que se encontram subjacentes à estrutura do *AtoM*, o mesmo procedimento com as normas e orientações, nacionais e estrangeiras, para a descrição arquivística, com o objetivo de definir com maior segurança os campos descritivos dos processos fotográficos, mormente as *ODA*, as *SEPIADES*, e a *NODAC*.

Auscultada, presencial e telefonicamente, a oferta existente no mercado nacional, e de me aconselhar com colegas e professores de Ciências da Informação e da Documentação, optei pelo *software* livre de descrição documental *AtoM*, inicialmente desenvolvido em colaboração com a *Program Commission* do ICA, e disponibilizado em formato aberto, e por isso utilizado, e progressivamente melhorado, por centenas de organizações nos mais variados países.

O *AtoM*, acrónimo de *Acess to Memory*, é um sistema para armazenamento e disponibilização *online* de arquivos históricos em formatos digitais, que permite a associação de objetos dessa natureza aos registos descritivos, funcionando em ambiente *web*, através de um servidor HTTP, que disponibiliza, de forma autónoma, as funcionalidades necessárias tanto para a pesquisa como para o trabalho do(s) técnico(s) do arquivo do partido. Apresenta como principais características o interface *web* de *front office* e *back office*, standards de meta informação, interoperabilidade com standards, catálogo pesquisável por campos ou texto livre, altamente configurável, e implementação sobre Linux e MySQL.

Existem várias empresas com competências para a sua implementação e manutenção, tendo escolhido a MoreData. A intervenção desta contemplou a instalação e parametrização da base de dados e da aplicação, a configuração de utilizadores, e o *layout* solicitado, tarefas desenvolvidas nas primeiras três semanas de julho, para lá da formação ministrada ao técnico de arquivo, contratado para o efeito, em meados desse mês.

### **Estrutura classificativa**

Ultrapassadas as questões técnicas, o projeto de constituição e disponibilização *online* do Arquivo Fotográfico Digital do PSD arrancou formalmente a 1 de agosto, ou seja, com pouco mais de 4 meses para a sua execução e disponibilização *online*.

A primeira tarefa foi definir, de forma inequívoca, a finalidade do Arquivo Fotográfico Digital do PSD: Recolher, salvaguardar e disponibilizar aos seus clientes toda a informação documental iconográfica que constitui, ou que venha a constituir, património do Partido Social Democrata. Pretende-se dar a conhecer à sociedade portuguesa a memória fotográfica da história do PSD.

Posteriormente, e considerando a proximidade de 4 de dezembro, data em que, como referido, se celebraria o 34.º aniversário do falecimento de Francisco Sá Carneiro, fundador e líder do PPD/PSD, e Primeiro-Ministro de Portugal, durante cerca de onze meses, em 1980, decidiu-se que o PSD inauguraria uma exposição alusiva à sua vida e obra, a par do Arquivo Fotográfico Digital do partido, que ficaria disponível *na Internet*, a partir desta efeméride, o que obrigou à reformulação dos objetivos definidos para a primeira fase do projeto apresentado. No mesmo sentido, a decisão, em meados de Setembro, de juntar aos eventos referidos a inauguração do arquivo físico do PSD, doravante designado Arquivo da Social-Democracia, na sua sede, na Lapa, colocou maior pressão sobre o trabalho desenvolvido, obrigando à afetação de outro colaborador a tempo inteiro, a partir de 22 de setembro.

A indicação superior de que o Arquivo Fotográfico Digital do PSD deveria disponibilizar fotografias que retratassem os 40 anos de história do partido levou a que a primeira fase do projeto fosse direcionada não apenas para os processos fotográficos analógicos, mas também para as fotografias digitais, que a partir dos anos 90 do século XX progressivamente substituíram os anteriores, por razões evidentes que não cabe aqui desenvolver. No mesmo sentido, definiu-se que o universo documental desta primeira fase contemplaria a recolha, estudo, organização, conservação, preservação, acondicionamento, digitalização e difusão, neste caso, como salientado, apenas a partir de 4 de dezembro, dos diferentes processos fotográficos, num total de 2000 documentos (cerca de 400 analógicos e aproximadamente 1600 digitais), no Arquivo Fotográfico Digital do PSD, acessível a partir da página de rosto do sítio *web* do partido.

Para a concretização dos objetivos acima referidos o primeiro passo foi conhecer, *de facto*, a informação a disponibilizar, o que implicou os seguintes aspetos:

- História administrativa e custodial;
- Âmbito e conteúdo;
- Datas de acumulação;
- Tipos e número de unidades de instalação;
- Fundo(s) relacionado(s);
- Acessibilidade.

Em termos de metodologia da organização do acervo a disponibilizar, tal passou pela definição das seguintes tarefas/objetivos:

- Pesquisa bibliográfica e documental;
- Higienização da documentação;
- Análise da documentação;
- Elaboração do plano de classificação;



- Organização física dos documentos;

Descrição da documentação e da informação feita diretamente em folhas de recolha de dados digitais no *software* de gestão de arquivos *AtoM*;

- Instalação e identificação da documentação em unidades de instalação;
- Instalação da documentação em estanteria e em caixas *acid free* adquiridas para o efeito;
- Elaboração do instrumento de descrição documental: Inventário;
- Comunicação e difusão do acervo.

Infelizmente, no caso do acervo fotográfico do PSD, perdera-se a noção, fundamental na Arquivística, de organicidade,

«Característica que decorre do facto de os arquivos reflectirem, enquanto produto natural da actividade de uma administração – no seu todo ou em cada uma das suas unidades, bem como nas relações entre elas – a vontade e o funcionamento dessa administração. Fundamenta os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original.» (IPQ, 2005, p. 5),

Não era possível reconstituir a ordem original dos documentos, pelo que foi necessário estabelecer uma organização que procurasse sempre, tanto quanto possível, respeitar os princípios da proveniência e da ordem original. Tal passou pelo estudo exaustivo da documentação a disponibilizar e de outras fontes de informação, como leis, regulamentos, atas, etc., com o objetivo de conhecer a finalidade, a estrutura, a organização, as funções e atividades do produtor do fundo. Estas tarefas tornaram possível, à medida que se ia avançando no conhecimento da documentação a comunicar digitalmente, delimitar e caraterizar o fundo, compreender o seu contexto de produção e, mais tarde, começar a elaborar o plano de classificação do Arquivo Fotográfico do PSD (posteriormente será criado o plano de classificação do arquivo fotográfico do partido enquanto governo).

O plano de classificação é o verdadeiro reflexo das funções e atividades do PSD, considerando a classificação um procedimento estruturante da organização documental, pelo que foi fundamental estabelecer um sistema de classificação capaz de gerir eficaz e eficientemente a informação produzida pelo partido, com vista ao seu entendimento e controlo (SILVA, 2013, p. 1–2). Nesse sentido, a escolha natural foi a classificação baseada nas funções e atividades do PSD, cujo plano de classificação, disponibilizado a partir de 4 de dezembro de 2014, data em que o Arquivo Fotográfico Digital do PSD ficou disponível na *Internet*, apresentava a seguinte estrutura hierárquica ao nível das séries:

F PT-PSD-PSD – PSD – Partido Social Democrata

SC AUD – Audiovisuais

SR 001 – Conselhos Nacionais

SR 002 – Congressos Nacionais

SR 003 – Conferências de Imprensa

SR 004 – Relações Institucionais

SR 005 – Eventos

SR 006 – Ações de Formação

SR 007 – Visitas Oficiais

SR 008 – Campanhas Eleitorais

SR 009 – Comícios

Cada série é constituída por processos, onde, por sua vez, se encontram as unidades de instalação e os respetivos documentos simples. À medida que este projeto se desenvolver, serão criadas novas séries, estando já prevista a criação da série “Personalidades”.

A experiência dos colaboradores ,do Arquivo da Social-Democracia que trabalharam com o *AtoM* é que este *software* é extremamente interativo e flexível, “amigável”, permitindo ao utilizador aceder a toda a informação num único registo e, como referido, cruzar diferentes elementos descritivos na prossecução da normalização nos vários níveis da descrição arquivística. Permite também disponibilizar automaticamente a metainformação associada ao objeto digital, possibilitando, desta forma, uma pesquisa alargada mediante três pontos de acesso (assunto, lugares e nomes). Cada registo de autoridade criado tem uma área de descrição constituída pela data de existência, história e funções, ocupações e atividades.

## **Difusão do Arquivo Fotográfico Digital do PSD**

O livre acesso aos arquivos e aos documentos é um direito democrático fundamental dos cidadãos. É, assim, essencial que as organizações, e os respetivos arquivos, possuam os recursos necessários para democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, potenciados pelas TIC.

Como referido, desde 4 de dezembro de 2014 que o Arquivo Fotográfico Digital do PSD está disponível, a partir da página de rosto do sítio *web* do partido, em <http://www.psd.pt/>, sendo necessário clicar num símbolo, sobre a barra superior, intitulado *ARQUIVO DA SOCIAL-DEMOCRACIA*, para aceder ao mesmo, ou na segunda imagem, de um conjunto de cinco, que alternadamente vão aparecendo aos utilizadores numa lógica de *slideshow*, como se observa a seguir.

Também é possível aceder diretamente ao sítio *web* do Arquivo Fotográfico Digital do PSD, em <http://fotos.psd.pt/atom/>:



Foto 1

Página de rosto do sítio *web* do PSD (2014-12-27)

A 4 de dezembro de 2014, aquando da inauguração da exposição de fotografia sobre Francisco Sá Carneiro, comemorativa do 34.º aniversário do seu falecimento, quer o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, quer Francisco Pinto Balsemão, um dos três fundadores do partido, a par de Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota, e atual



Foto 2

Página de rosto do sítio *web* do Arquivo Fotográfico Digital do PSD (2014-12-27)

militante número um, assinalaram, nos seus discursos, comemorativos dessa efeméride a importância da inauguração do Arquivo Fotográfico Digital do PSD e do Arquivo da Social-Democracia, não apenas para os militantes do partido, mas para a sociedade em geral. Posteriormente, os mesmos, entre inúmeras pessoas, visitaram o Arquivo da Social-Democracia, tendo oportunidade de testar as funcionalidades do Arquivo Fotográfico Digital do PSD. Estas iniciativas foram difundidas nos canais de comunicação do PSD, nomeadamente, como assinalado, no *Facebook* do partido, disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.967948486567385.1073742673.123051634390412&type=1&pnref=story>, mas também no sítio *web* do partido, acessível em <http://psd40anos.pt/noticia.php?i=18>, na edição especial do órgão oficial do partido, *Povo Livre*, consagrada a Francisco Sá Carneiro, em [http://content.yudu.com/Library/A38nb4/PovoLivreEspecial4de/resources/index.htm?referrerUrl=http%3A%2F%2Fwww.psd.pt%2Fpovo\\_livre.php](http://content.yudu.com/Library/A38nb4/PovoLivreEspecial4de/resources/index.htm?referrerUrl=http%3A%2F%2Fwww.psd.pt%2Fpovo_livre.php), e na 130.<sup>a</sup> edição do PSD@TV, através do link <https://www.youtube.com/watch?v=NE71eJIBFuo&list=PLC947C91218D485FE&index=1>.

Com o mesmo objetivo de divulgação do Arquivo Fotográfico Digital do PSD, e das fases seguintes do projeto, neste caso, junto da comunidade académica, estão previstas, durante 2015, diversas conferências em Portugal e no estrangeiro, a primeira já a 17 de janeiro, no congresso *Arquivos e Património da Sociedade Civil: resgatar a memória da ação coletiva em Portugal (SÉCS. XIX-XX)*, organizado pelo Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Educação e Ciência, com a comunicação *O Arquivo Fotográfico Digital do Partido Social Democrata: implementação e desenvolvimento*. No mesmo sentido, serão publicados artigos científicos em revistas de Ciências da Informação e da Documentação, nacionais e internacionais, à medida que o projeto evoluir. Encontra-se igualmente em curso a adesão à *Secção de Arquivos e Arquivistas dos Parlamentos e Partidos Políticos*, do ICA, de que fazem parte apenas 119 instituições a nível mundial. Quando esta se verificar, o Arquivo da Social-Democracia tornar-se-á o segundo arquivo português, depois do Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, a ser admitido nesta Secção, e o primeiro partido político de Portugal da mesma.

O aspeto acima referido permite-me assinalar a importância deste projeto no contexto das Ciências da Informação e da Documentação, em Portugal, onde é pioneiro, já que pela primeira vez um partido político disponibiliza a sua informação a partir de um *software* de gestão de arquivos, sem restrições de acesso, em ambiente *web*, mediante um servidor HTTP, em conformidade com as normas do ICA. De facto, quer em Portugal, quer, *grosso modo*, em termos internacionais, os partidos políticos são, por natureza, organizações fechadas sobre si mesmas, pouco abertos à mudança, não comunicando a sua informação da forma referida. Isso mesmo se infere pela consulta da referida *Secção* do ICA. Voltando ao caso português, como assinalado, não há qualquer partido político, com ou sem representação parlamentar, que o faça nesses moldes, limitando-se, quase exclusivamente, e apenas em número reduzido, à divulgação do seu órgão oficial, ou de determinadas

coleções, como, por exemplo, sucede com os cartazes do Partido Comunista Português, mas sem qualquer critério normativo do ponto de vista arquivístico, como se observa em <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/30anos/cartazes.htm>. Nalguns casos não há sequer, por parte dos partidos políticos, o reconhecimento do Arquivo, pelo que a divulgação digital nem se coloca, e noutros o acesso físico e presencial à sua documentação é objeto de grandes limitações, encontrando-se reservado aos militantes.

No universo político-sindical português apenas a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) disponibiliza, através do Centro de Documentação e Arquivo, a sua memória histórica (no caso, o Arquivo fotográfico e o Arquivo de História Oral) a partir de um *software* de gestão de arquivo, precisamente o *AtoM*, acessíveis em [http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/653;isad?sf\\_culture=pt](http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/653;isad?sf_culture=pt) e [http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/818;isad?sf\\_culture=pt](http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/818;isad?sf_culture=pt).

A fundação Mário Soares fá-lo também a partir das TIC, mas numa solução híbrida, agregando orgânica e funcionalmente o respetivo arquivo e biblioteca. Desta forma, ao acervo inicial constituído pelo arquivo pessoal de Mário Soares, juntaram-se inúmeros espólios documentais e, finalmente, organizou-se e informatizou-se uma biblioteca especializada e um arquivo fotográfico, tal como se demonstra em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/).

No que diz respeito ao Arquivo Fotográfico Digital do PSD o interesse que este projeto está a gerar tem sido bastante grande, potenciado, como se observa na Foto 2, pelo apelo do partido nesse sentido, o que é mensurável pelo número de acessos à distância, entre 4 de dezembro, em que ficou disponível *online*, e 27 do mesmo mês, num total de 830 visitas, o que não é de somenos considerando que ainda é do desconhecimento do grande público. Este interesse também é metrificável pelo número de doações de documentos que, no mesmo período de tempo, o Arquivo Fotográfico Digital do PSD já recebeu, via *e-mail* ([arquivo@psd.pt](mailto:arquivo@psd.pt)), provenientes das distritais da Guarda, Aveiro, Santarém e Évora: 65 fotografias e dois vídeos, datados entre 1979 e 2014-12-11, e do mais variado contexto político. Esta última data é de grande importância porque, sendo posterior ao início da difusão *online* do Arquivo Fotográfico Digital do PSD, é reveladora, não apenas do interesse das distritais em seguirem os conteúdos disponibilizados por esta via, mas em serem parte ativa neste processo, procurando que as fotografias por elas produzidas na atualidade, no exercício da sua vida partidária, sejam do conhecimento público do PSD e da sociedade em geral. Na mesma linha, e correspondendo aos objetivos da segunda fase, já em curso, deste projeto, o Arquivo Fotográfico Digital do PSD já recebeu dois pedidos de disponibilização de gravações, em vídeo, dos discursos de Sá Carneiro, para fins académicos.

## Arquivo da Social-Democracia

Como referido, a 4 de dezembro de 2014, foi também inaugurado o Arquivo da Social-Democracia, cuja abertura ao público está prevista para finais de 2015.

Este facto implicou o desenvolvimento de tarefas a dois níveis. Em primeiro lugar, em termos de metodologia da organização do acervo a disponibilizar, tal como é apresentado no ponto «Estrutura Classificativa», e em obras de remodelação que envolveram o respetivo espaço. Em segundo, obrigou à elaboração de um conjunto de instrumentos com o objetivo de estabelecer e implementar uma política arquivística, nomeadamente a elaboração de um regulamento que define o funcionamento do Arquivo da Social-Democracia, bem como os procedimentos técnicos e administrativos garantindo a valorização e preservação do acervo documental como património do PSD, apresentando os princípios da organização, classificação, inventariação, conservação, difusão e acesso desse património. Este regulamento, a par do regulamento da sala de leitura, ficará disponível no respetivo sítio *web* no início de 2015.

Encontra-se igualmente concluída, e que brevemente será disponibilizada no sítio *web* do Arquivo da Social-Democracia, a sua missão, visão, valores e serviços. Estes elementos constituirão a sua página de rosto, para que não se aceda, como atualmente sucede e observa na Foto 3, diretamente ao sítio *web* do Arquivo Fotográfico Digital do PSD, disponível em <http://fotos.psd.pt/atom/>.

O Arquivo da Social-Democracia tem como missão recolher, tratar e preservar a documentação relativa à sua memória, organizando os diversos fundos documentais, bem como desenvolver produtos e serviços de informação com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes internos e externos.

A visão do Arquivo da Social-Democracia é implementar as melhores práticas de gestão documental integrada, num esforço de melhoria contínua, orientadas para os seus militantes e para o público em geral, com objetivos de eficácia e eficiência, com vista à satisfação de todas as suas expectativas de qualidade. O Arquivo da Social-Democracia pretende, com a sua ação, contribuir para o desenvolvimento da investigação relativa à história e realidade dos arquivos políticos, e ambiciona ser uma referência para organizações da mesma natureza.

No exercício da sua atividade, compete ao Arquivo da Social-Democracia:

- Salvar e valorizar o património arquivístico do PSD, de acordo com as regras, orientações e normas nacionais e internacionais, enquanto fundamento da sua identidade e memória, bem como fonte de investigação científica, contribuindo para a eficácia e eficiência na sua acessibilidade;

- Promover a divulgação e difusão da informação à sua responsabilidade, tanto a nível nacional como internacional, resultante do tratamento documental do acervo do Arquivo da Social-Democracia, através da disponibilização analógica e digital de conteúdos, como guias, catálogos e inventários, bem como na organização e publicação de atividades científicas e culturais, como visitas ao arquivo, exposições temáticas e comemoração de efemérides, *workshops*, conferências, colóquios e congressos, com o objetivo de dar a conhecer a história e o papel do PSD na sociedade portuguesa, alertando os seus clientes para a conservação, preservação e valorização do património arquivístico do partido, enquanto memória coletiva.
- Elaborar planos de preservação e conservação do património arquivístico do PSD;
- Criar de forma normalizada os instrumentos técnicos que sustentam a política arquivística do Arquivo da Social-Democracia;
- Desenvolver uma política de aquisição, recolha e/ou tratamento de arquivos ou conjuntos documentais pertencentes a outras entidades com relevância para a história do PSD;
- Apostar em relações de parceria com entidades internas e externas na área da gestão da informação.

O Arquivo da Social-Democracia, situado na sede do partido, na rua de São Caetano, 9, 1249-087 Lisboa, baseia-se nos valores do acesso à documentação por parte de todos os interessados, quaisquer que sejam as suas opções políticas ou religiosas, sem discriminação de sexo ou de orientação sexual, raça, etnia ou nacionalidade, abertura à investigação e produção cultural, ética, segurança, profissionalismo e responsabilidade, qualidade, cooperação mútua, e inovação, pretendendo disponibilizar um vasto conjunto de serviços aos seus clientes:

- Pesquisa documental (presencial e à distância);
- Acesso aos documentos: (leitura presencial de documentos de arquivo, reprodução de documentos sujeita a pagamento, e disponibilização remota de cópias de documentos);
- Disponibilização de *Internet*;
- Produção cultural (organização de *workshops*, conferências, colóquios e congressos, montagem de exposições documentais e temáticas sobre militantes e aspetos significativos da vida do Partido, e comemoração de efemérides);
- Edição (estudos e atas de conferências, colóquios e congressos de temática local /nacional, fontes documentais, e guias, catálogos e inventários.
- Educativos (organização de visitas ao Arquivo);



- Orientação de estágios de prática profissional, no âmbito de licenciaturas, pós-graduações e mestrados em Ciências da Informação e da Documentação, na variante de Arquivística;
- Apoio a clientes (elaboração de trabalhos científicos e utilização de equipamento informático);
- Referência (resposta telefónica a perguntas dos clientes, aconselhamento e orientação na investigação; e disponibilização de bibliografia especializada na história do PSD);
- Investigação (aconselhamento e orientação aos serviços do PSD e/ou solicitações de outras instituições).

### Conclusões

Estou consciente que o espólio do Arquivo Fotográfico Digital do PSD irá aumentar exponencialmente, não só através, como se tem verificado, de doações de fotografias digitais, mas também pela oferta de suportes fotográficos analógicos. Desta forma, o Arquivo da Social-Democracia deverá promover iniciativas que fomentem o enriquecimento do seu acervo, desenvolvendo interação com os seus militantes, distritais e concelhias, para que estes possam contribuir para a ampliação do património documental do PSD através da cedência, depósito ou doação, assim como a recuperação de espécies fotográficas em mau estado de conservação, que o retratem nos seus diversos aspetos.

Acredito que as mais-valias geradas pela disponibilização *online* do Arquivo Fotográfico Digital, e a posterior abertura ao público do Arquivo da Social-Democracia, traduzir-se-ão em ganhos para o partido na racionalização de colaboradores, equipamentos e espaço, disponibilização eficaz e eficiente de conteúdos, libertando-o da organização da documentação de conservação permanente, para que se focalize nas suas tarefas de missão, no quadro da modernização administrativa e na gestão da qualidade. Tudo isto permitirá um aumento de produtividade, através da desburocratização de procedimentos, simplificação de processos, diminuição do tempo de recuperação da informação e aumento da excelência da resposta aos clientes.

### Referências bibliográficas

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS (2008) – *Rules for archival description*. Revised version. Ottawa: BCA.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – INTERSINDICAL. Centro de Arquivo e Documentação, [Em linha]. Lisboa. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL:<http://cad.cgtp.pt/pt>>.

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (2002) – *Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos, 2.º v.: modelo de requisitos para a gestão de arquivos electrónicos*. Lisboa: DGARQ.

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (2009) – *Recomendações para a produção de planos de preservação digital*. V2.0. Lisboa: DGARQ.

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (2011) – *Orientações para a descrição arquivística*. 3.ª v. Lisboa: DGARQ.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de (2002) – Como tratar coleções de fotografia. *COMO FAZER*, n.º 4, [Em linha]. 2.ª ed. São Paulo : Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado. [Consult. 27 Dez. 2014]. Disponível na Internet:

<URL:[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf4.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf)>.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Arquivo & Biblioteca, [Em linha]. Lisboa. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.fmsoares.pt/aeb/>>.

GENERALITAT DE CATALUNYA (2007). Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació – *NODAC: Norma de Descripción Archivística de Cataluña*. GC: Barcelona.

HEREDIA HERRERA, Antonia (1991) – Descripción y Normalización. In *Boletín ANABAD*. Madrid: Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas. Vol. 41, n.º 2.

HEREDIA HERRERA, Antonia (1998) – La norma ISAD (G) análisis crítico. In *Revista del Archivo General de la Nación*. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1998. N.º 18.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2002) – *ISAD (G): General International Standard Archival Description: adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm: Sweden, 19–22 September 1999. Ottawa, 2000*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: IAN/TT.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2004) – *ISAAR (CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, Families: adopted by the Committee on Descriptive Standards, Canberra: Australia, 27–30 October 2003. Paris, 2004*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: IAN/TT.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2008) – *ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings: adopted by the Committee on Best Practices and Standards, London: United Kingdom, 10–11 March 2008*. Paris: ICA.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2007) – *ISDF: International Standard for Describing Functions: adopted by the Committee on Best Practices and Standards, Dresden: Germany, 2–4 May 2007*. Paris: ICA.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2004) – *SEPIADES: Cataloguing Photographic Collections, European Commission on Preservation and Access*. Amsterdam: ICA.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES; AUSTRALASIAN DIGITAL RECORDS INITIATIVE. (2008) – *Principles and Functional Requirements for Records in Electronic Office Environments – Module 1: Overview and Statement of Principles*. Paris: ICA.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (1992) – “Statement of principles regarding archival description.” In *Archivaria* 34.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 (2005) – *Norma Portuguesa 4041: Informação e documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos*. Lisboa: IPQ.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 (2005) – *Norma Portuguesa 4438-1: Informação e documentação, gestão de documentos de arquivo, parte 1: princípios directores*. Lisboa: IPQ.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. Arquivo do PCP – Cartazes [Em linha]. Lisboa. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/30anos/cartazes.htm>>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.psd.pt/>>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. Facebook, [Em linha]. Lisboa. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.facebook.com/ppdpsd?ref=ts&fref=ts>>.

SERRA SERRA, Jordi (2008) – *Los documentos electrónicos. Qué son y cómo se tratan*. Gijón: Tre.

SILVA, Carlos Guardado da (2013) – A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada. Comunicação apresentada nas *Jornadas Ibéricas de Arquivos Municipais: Políticas, Sistemas e Instrumentos*. [Em linha]. Universidade Lusófona, 4 e 5 de junho de 2013. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/guardado\\_silva.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/guardado_silva.pdf)>.

## Lista de ilustrações

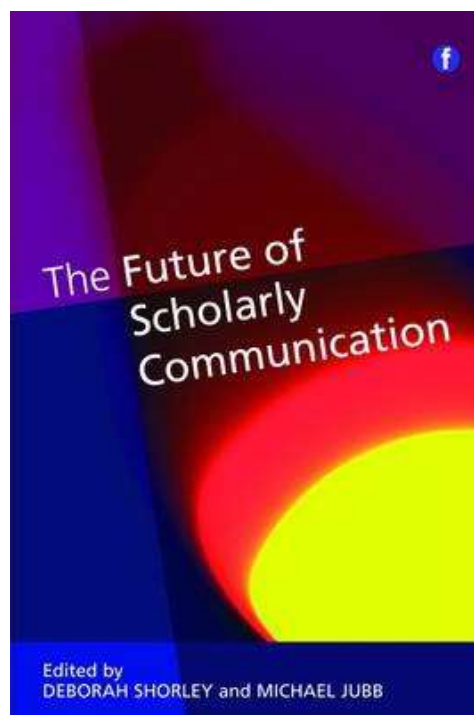
- Foto 1 – Página de rosto do sítio *web* do PSD (2014-12-27)
- Foto 2 – Página de rosto do sítio *web* do Arquivo Fotográfico Digital do PSD (2014-12-27)

## The Future of Scholarly Communication

Deborah Shorley ; Michael Jubb

---

O CILIP (Chartered Institute of Library and Information Professionals), cuja casa editora associada é a Facet, tem vindo a editar publicações para bibliotecas e profissionais de informação com uma grande abrangência. Esta associação apoia o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas nos bibliotecários e profissionais de informação, promovendo a excelência através do conhecimento e reflexão sobre as práticas. A obra *The future of scholarly communication* surge nesta senda. Trata-se de uma obra em que os autores Deborah Shorley e Michael Jubb reuniram um conjunto de especialistas de diversas proveniências para proporem pistas de reflexão sobre o futuro da comunicação académica.



Porque poderá interessar este tema aos bibliotecários portugueses? A comunicação académica é uma importante etapa da produção científica. Trata-se de um dos grandes objetivos do processo de pesquisa, avaliação, análise, processamento e síntese de informação. A literatura especializada converge para algumas ideias que atravessam a produção e escrita académica e que assentam no pressuposto expresso na primeira página da obra *Publication Manual of the American Psychological Association* (APA, 2010, p. 9) e que refere «Research is complete only when the results are shared with the scientific community». Esta obra trata exatamente dessa partilha de conhecimento científico com a comunidade académica e com a sociedade civil, porém não faz com que a investigação termine aqui. Como referido por um dos colaboradores da obra, a comunicação académica é uma parte vital do processo de investigação em si, inspirando investigadores ao longo de

novos caminhos de descoberta e permitindo a criação de conexões entre os conceitos e as pessoas (Shorley & Jubb, 2014, p. 39).

As bibliotecas, em particular as universitárias, devem estar cientes deste ciclo de produção científica que pode ser explicado muito sucintamente a partir de três etapas principais. A primeira inicia-se com uma pergunta de investigação, que incita o estudante ou o investigador a procurar a informação em fontes primárias, bases de dados, bibliotecas, fomentando a produção intelectual. A segunda centra-se no processo de publicação e envolve a submissão de propostas de artigos científicos, capítulos, livros e a sua revisão, edição e desejavelmente publicação pelos editores. A terceira é a fase recepção do conhecimento pelos utilizadores e pela sociedade em geral, através do acesso a bibliotecas, bases de dados, repositórios, motores de busca, cópias impressas, entre outros. É a fase em que o conhecimento passa para a esfera pública.

Tendo este contexto em consideração, a importância desta obra parece-nos evidente. Michael Jubb começa por fazer uma introdução em que reflete sobre o que chama de *disrupções numa ecologia complexa*. Aponta pistas de leitura para os capítulos seguintes, sublinhando a importância da comunicação entre os investigadores (das diversas comunidades internacionais) e entre estes e as comunidades científicas, as pessoas e as organizações interessadas nas suas descobertas. Jubb destaca que as mudanças sentidas nos processos de comunicação da ciência na segunda década do século XX são uma alteração drástica relativamente à evolução gradual sentida nos últimos 200 anos. Nessa sequência, analisa as principais dimensões da comunicação em ciência (globalização, interdisciplinaridade, aumento exponencial de informação e de dados disponíveis, multiplicação de suportes e canais de comunicação), para se referir aos novos papéis dos intervenientes e aos serviços emergentes que medeiam entre os autores e os leitores (editores, distribuidores, serviços de citação e métricas, questões de acesso aberto e repositórios, entre outros).

A obra desenvolve-se em duas secções que analisam respetivamente a mudança de comportamento de pesquisa por parte dos utilizadores e os papéis e responsabilidades de atores-chave envolvidos neste processo, incluindo investigadores, patrocinadores, universidades, institutos de investigação, editoras, bibliotecas e utilizadores em geral. Apesar de alguns dos capítulos se centrarem em exemplos concretos, estes são suficientemente abrangentes para que o leitor possa ter uma compreensão global do tema e observar que as propostas teóricas que emergem são facilmente transferíveis para outras realidades. Os principais tópicos incluem: Alterar a forma de partilhar pesquisas em química; O apoio à pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas; Interdependências entre investigadores e comunicação académica; A comunicação criativa na cultura "publicar ou perecer"; Cibertaxonomia; Lidar com o dilúvio de dados; As redes sociais e a comunicação académica; A mudança do papel do editor no processo de comunicação académica; O ponto

de vista do patrocinador; Mudando estratégias institucionais de investigação; O papel da biblioteca de investigação; A visão dos utilizadores da biblioteca.

A obra *The Future of Scholarly Communication* transporta-nos necessariamente para uma reflexão mais aprofundada sobre três temas interligados: o papel das bibliotecas e dos bibliotecários, num contexto informacional em mudança; o ensino superior e a investigação como fundadores de novas práticas de colaboração global; o lugar da comunicação académica na sociedade de informação, na cultura e no mundo atual.

A atualização profissional dos bibliotecários é um dos mais urgentes domínios de intervenção que nos deve mobilizar. As associações profissionais, os espaços públicos, as escolas técnicas e as universidades, as redes sociais, os encontros profissionais, são locais que propiciam o ampliar de perspetivas relativamente aos novos papéis dos bibliotecários e à sua forma de agir. Novos territórios se abrem para a atuação destes profissionais, expandindo as fronteiras da classe e desafiando a diferentes atuações. Vários autores já refletiram sobre a importância da adaptação da formação dos profissionais da informação para fazer face a estes novos desafios (por exemplo, Silva, 2010), ou sobre a importância de um perfil do profissional de informação que deverá ser mais abrangente, por exemplo, a partir de práticas pedagógicas em contexto profissional (Sanches, 2014). As preocupações com gestão de dados digitais e infraestruturas de redes globais, com a interação das tecnologias e com a resposta ao universo digital, exigem também uma particular atenção, designadamente naquilo que Furtado (2012) chamou de uma ética e uma cultura da informação para a inclusão social.

No ensino superior, diversas questões filosóficas sobre a construção do conhecimento, a necessidade e pertinência da formação superior do mundo atual, a manutenção ou exclusão de campos disciplinares do currículo, têm dado o mote para a investigação e debates atuais neste campo (Cromer, 1997; Barnett & Griffin, 1997; Barnett, 2000). As formas emergentes de construção e transmissão do conhecimento vão certamente afetar o modo como as bibliotecas se posicionam face à informação, apelando a renovadas maneiras de construir e permitir o seu acesso. As redes e parcerias entre investigadores e entre instituições, as novas geografias da investigação que incitam e promovem a internacionalização, através da mobilidade estudantil, de docentes e de funcionários, incitadas por financiamentos, programas e projetos internacionais são também temas em aberto na discussão atual (Charle, Schriewer & Wagner, 2006; Abramson, Bird & Stennett, 1996).

Finalmente, os lugares da comunicação académica na sociedade de informação, na cultura e no mundo atual remetem-nos necessariamente para as questões sociais. As formas de comunicação académica são também representações das relações estabelecidas entre indivíduos, instituições, países. É importante por isso observar e compreender que movimentos sociais têm sido ativados e como as liberdades, violências, democracias ou

conflitos têm sido potenciados pela revolução digital, mobilizando novas práticas políticas, económicas e sociais. Castells (2013, p. 30) reflete aprofundadamente sobre estes fenómenos, referindo a importância da comunicação socializada, já que o ser humano constrói significados ao interagir com o seu ambiente natural e social, transpondo movimentos emocionais para movimentos sociais. Apela assim a uma conexão das mentes, com a criação de significados para contestar poderes instalados, sublinhando que a contínua transformação da era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todas as áreas da vida social numa rede que é local e global, genérica e pessoal, numa configuração em constante mudança.

A comunidade académica é também questionada na medida que as suas estruturas, outrora fixas e assentes em lugares específicos de recolha, produção e disseminação da informação e do conhecimento, se encontram forçadas a uma maior flexibilidade a adaptação por via das alterações que esta complexa ecologia, para usar as palavras dos autores, trouxe aos comportamentos e dinâmicas entre investigadores. A este propósito cito as palavras de Bauman (2003, p. 129), quando reflete acerca da necessidade de uma comunidade:

«A insegurança afeta a todos nós, imersos que estamos num mundo fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, mas cada um de nós sofre a ansiedade por conta própria como problema privado, como resultado de falhas pessoais e como desafio ao nosso *savoir faire* e à nossa agilidade.»

Infelizmente não poderá haver soluções individuais para questões sistémicas, pois, nas palavras deste autor, «é precisamente essa dependência de nosso saber e recursos individuais que produz no mundo a insegurança da qual queremos escapar»

Eis-nos enfim chegados à ideia central desta reflexão: a de que, através da pertença a uma comunidade académica, profissional, de conhecimento, se podem utilizar formas de comunicação renovadas para estimular conexões entre os membros dessa comunidade.

A comunicação académica, em particular, tem sido palco de profundas transformações. Meios e técnicas são substituídos tendo em vista uma adequação às exigências impostas por mais dados, mais informação, mais produção científica, mais resultados passíveis de serem usados em rankings, fatores de impacto e outras métricas. Em *The Future of Scholarly Communication* os autores foram sensíveis a esta rede de influências e mostram, sobre as diversas perspectivas compulsadas na obra, o impacto dessas mudanças em diferentes atores, incluindo editores, investigadores, bibliotecários e utilizadores.



## Referências Bibliográficas

- APA (2010) – *Publication Manual of the American Psychological Association*. 6<sup>th</sup> ed. Washington: APA.
- ABRAMSON, Mike; BIRD, John; STENNETT, Anne (1996) – *Further and higher education partnerships: the future for collaboration*. Buckingham: The Society for Research into Higher Education.
- BARNETT, Ronald, ed. (2000) – *Realizing the university in an age of supercomplexity*. Buckingham: The Society for Research into Higher Education: Open University Press.
- BARNETT, Ronald; Griffin, Anne, eds. (1997) – *The end of knowledge in higher education*. London: Cassel.
- BAUMAN, Zigmunt (2003) – *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTELLS, Manuel (2013) – *Redes de indignación y esperanza : los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza.
- CHARLE, Christophe; Schriewer, Jürgen; Wagnereids, Peter, compil. (2006) – *Redes intelectuales trasnacionales: formas de conocimiento académico y búsqueda de identidades culturales*. Barcelona: Pomares.
- FURTADO, José Afonso (2012) – *Uma cultura da informação para o universo digital*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SANCHES, Tatiana (2014) – “Desafios para os bibliotecários portugueses na esfera da educação superior: explorando territórios formativos”. Investigar em Educação: revista da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 2014, v.1, n.2, p. 109–122. [Consult. 03 Nov. 2014]. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/32/31>
- SILVA, Armando Malheiro da (2010) – “Literacia informacional e o processo formativo: desafios aos profissionais da informação”. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 10, Guimarães : Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 2010 [Consult. 03 Nov. 2014]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/224/22>

---

SHORLEY, Deborah; JUBB, Michael (2013) – *The future of scholarly communication*. London: Facet. ISBN 978–1–85604–817–0

---

*Tatiana Sanches*

## Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513–2013)

A. E. Maia Amaral, coord.

---

Importa referir, em primeiro lugar, que se trata de uma obra evocativa, destinada a celebrar os 500 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Tem, pois, também por isso, as características de *beau livre*: capa dura, grande formato (320mm X 250mm), encadernação em tecido cinzento com letras gravadas a preto, sobrecapa (muito atraente, aliás), miolo em papel *couché*, *design* cuidado, ilustrações profusas.

Obra de autoria coletiva – A. E. Maia Amaral, Maria José Otão da Silva Pereira, Maria de Fátima Bogalho, Carla Ferreira, João Pedro Cardoso Gomes da Costa e Pedro Miguel Ferrão – relata a história da Biblioteca da Universidade de Coimbra, desde o primeiro testemunho escrito referindo a existência da Biblioteca – uma ata de 1513 que assinala a necessidade de instalar um cano para «lançar água fora» da livraria (p. 13) –, até aos recentes projetos de digitalização.

Trata-se de um relato cronológico, com mais de 200 páginas, cuja periodização os autores fazem coincidir com momentos significativos da história da Biblioteca: mudanças de regulamentos, de instalações, diretores mais marcantes... Possui ainda anexa a lista dos



responsáveis pela Biblioteca de 1532 até ao presente. O relato, apesar de ser a várias mãos, revela-se integrado e coeso, não sendo visíveis sobreposições ou contradições. Ocasionalmente, no final dos capítulos, há transcrições de documentos. Ainda que seja uma obra de divulgação, não cede no rigor científico, como o demonstram o aparato de notas e a bibliografia, que permitem cotejar com as fontes o que se vai afirmando, e, ao interessado, aprofundar um ou outro tópico. Tudo pontuado com belíssimas fotografias.

Ao longo da obra vai sendo desfiada a história da Biblioteca desde até antes de 1513, o ano escolhido para assinalar os 500 anos, pois sabe-se que por volta de 1503 a Biblioteca da Universidade, então ainda em Lisboa, possuía mais de 70 livros, a que se juntam, em 1508, mais 58 do canonista Diogo Lopes, os quais foram mandados pôr em «cadeias», «porque a normalidade de uma biblioteca era, então, a do livro *catenatus*, isto é, acorrentado a uma estante dotada de uma bancada de leitura» (p. 15), o que simultaneamente garantia a segurança das espécies e a boa ordem da biblioteca.

Em 1536, já com 151 volumes, ocupa uma sala com 24 «estantes», que seriam meras prateleiras de seis ou sete livros, ainda com maior peso dos volumes «de pena» (manuscritos) em relação aos «de forma» (impressos) (p. 20). Em 1548 era ainda biblioteca de «[...] livros encadeados, com os seus varões, fechaduras e correntes, que o serralheiro António Dinis pede que lhe paguem» (p. 28); outro tanto acontecendo em 1559, data em que ainda permanecia com «volumes acorrentados às estantes e organizados pelas Faculdades onde se liam», mas agora já «pública para «lentes, estudantes e quaisquer pessoas outras» (p. 33), o que a torna a mais antiga biblioteca portuguesa aberta ao público.

Em finais do século XVI ou inícios do século XVII, dois «róis» ou listas de livros mencionam um total de 739 volumes e, pouco depois, Pedro de Mariz, filho do impressor António de Mariz, é encarregado pelo reitor da Universidade de comprar obras de Lyon e Veneza, com as quais despense 500 mil réis, valor que, a julgar pelo número de peles de bezerro encomendadas para a sua encadernação, deveria ter pago entre 1500 e 2000 volumes. E em 1603 é mesmo encomendado um faustoso *super libros* com a legenda *Insignia Vniversitatis Conimbricensis* destinado a ornar estas encadernações, que constitui a mais antiga marca de posse das bibliotecas públicas portuguesas.

Só em 1616, André de Avelar desencadeia os volumes e faz sumir correntes e varões, sabendo-se, porém, pelo confisco que a Inquisição lhe fez em casa, em 1620, que nela «se haveriam de encontrar (muitos?) livros que pertenciam ou deviam pertencer à Universidade» (p. 45).

Entre 1717 e 1728, ergue-se a celebrada biblioteca joanina, com cerca de 55 mil volumes, construção realizada com o aval de D. João V mas paga pela Universidade e, em 1772, o Marquês de Pombal define-lhe o primeiro quadro de pessoal composto por um bibliotecário e «dois serventes para a limpeza da Biblioteca, subalternos do bibliotecário» (p. 67), a que acrescem um porteiro e um contínuo. O primeiro bibliotecário será António

Ribeiro dos Santos que inicia a reorganização da Biblioteca, elaborando para tal a célebre *Minuta para o regimento da Livraria da Universidade de Coimbra*, um dos documentos fundadores da biblioteconomia portuguesa, onde aborda desde a necessidade de autonomia orçamental, à profissionalização do pessoal, à exclusividade do exercício das funções de direção, aos horários adaptados ao ritmo do ano letivo e às estações do ano, ao acolhimento dos leitores, à elaboração de catálogos, ao depósito legal, à seleção e aquisição de livros, entre outros, labor visionário que certamente lhe terá valido, em 1796, a nomeação como Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública da Corte. Atualiza os fundos com aquisições regulares a livreiros ou comprando as bibliotecas particulares de antigos professores, como era tradição da Universidade. Entre as compras destaca-se a aquisição de um exemplar da chamada Bíblia das 48 linhas, dada à estampa em Mogúncia em 1462 e porventura a mais bela das primeiras quatro bíblias impressas, que constitui, ainda hoje, uma das suas maiores preciosidades bibliográficas.

Em 1790 é instituído o depósito obrigatório na Biblioteca das obras editadas pela Imprensa da Universidade: «De todas as obras que a Oficina imprimir, terá o Administrador o cuidado de mandar logo dois exemplares encadernados para a Biblioteca da Universidade» (p. 73).

Em 1835, depois da extinção das ordens religiosas, a Biblioteca terá arrecadado perto de 23 mil volumes dos antigos conventos, tendo, em 1848, 52 mil volumes e 900 manuscritos, e em 1856 quase 56 mil. Em 1851 torna-se beneficiária do depósito legal que fazia incorporar nos seus fundos um exemplar de cada obra publicada em Portugal, o que, porém, só conhece alguma efetividade em 1931. Em 1957 é selecionada como biblioteca portuguesa depositária das publicações da ONU e, mais tarde, em 1965, das da EFTA, OCDE, NATO, entre outras.

Hoje, com quase dois milhões de livros, repartidos pela Biblioteca Geral (BGUC) e pela Biblioteca Joanina, é porventura a maior e mais rica biblioteca universitária portuguesa.

Tal como refere Fernando Taveira da Fonseca, que assina o prefácio do livro: «este estudo torna-se, deste modo, um tributo, um testemunho de reconhecimento, fixando uma outra memória na qual acontecimentos e afetos se entrecem. Sente-se, nesta história, discreta mas nítida, a presença dos narradores: o que chega até nós é um olhar a partir de dentro, das problemáticas que dia a dia os interpelam, da paixão que os liga ao trabalho que desenvolvem, projetada na leitura que fazem do passado e das personagens do seu enredo. Ao contarem a biblioteca, contam-se a si próprios: e esta perspetiva quase confidencial torna aliciante a leitura deste texto» (p. 10).

---

A. E. Maia Amaral, coord. – *Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513–2013)*. Pref. Fernando Taveira da Fonseca. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, 212 p. ISBN 978–989–26–0893–8

---

*Paulo J. S. Barata*